



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE – UFS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA – PROSGRAP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – PPGeo**

GABRIELA SILVEIRA ROCHA

**CAPITAL SOCIAL, PLURIATIVIDADE E DESENVOLVIMENTO LOCAL:
TRATOS E RETRATOS NO SUDOESTE DA BAHIA**

**São Cristóvão-SE
2016**

GABRIELA SILVEIRA ROCHA

**CAPITAL SOCIAL, PLURIATIVIDADE E DESENVOLVIMENTO LOCAL:
TRATOS E RETRATOS NO SUDOESTE DA BAHIA**

Tese apresentada ao Programa de Pesquisa em Pós-Graduação em Geografia (NPGeo) da Universidade Federal de Sergipe (UFS), como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Geografia.

Área de Concentração: Organização e Dinâmica do Espaço Agrário e Regional.

Orientador: Prof. Dr. Dean Lee Hansen.

**São Cristóvão-SE
2016**

GABRIELA SILVEIRA ROCHA

**CAPITAL SOCIAL, PLURIATIVIDADE E DESENVOLVIMENTO LOCAL:
TRATOS E RETRATOS NO SUDOESTE DA BAHIA**

Tese apresentada ao Programa de Pesquisa em Pós-Graduação em Geografia (NPGeo) da Universidade Federal de Sergipe (UFS), como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Geografia.

Área de Concentração: Organização e Dinâmica do Espaço Agrário e Regional.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Dean Lee Hansen
Orientador – PPGeo/UFS

Prof. Dr. Edvaldo Oliveira
Examinador – UESB

Prof. Dr. Vilomar Sandes Sampaio
Examinador – UESB

Prof^a Dr^a Maria Augusta Mundim Vargas
Examinadora – PPGeo/UFS

Prof. Dr. José Eloízio da Costa
Examinador – PPGeo/UFS

Dedico este trabalho
aos meus pais, Paulo e Odelita, por tudo que fizeram por mim.
A João Gabriel, fonte da minha força!

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho envolveu diretamente a colaboração de muitas pessoas. Aqui manifesto minha gratidão a todas elas e de forma particular:

Ao meu Orientador, Prof. Dr. Dean Lee Hansen, pela pessoa que é; por me receber, orientar e enxergar o trabalho pelos meus olhos; e por acreditar e conferir a mim a autonomia para pesquisar um tema pouco aceito pela Geografia.

Ao professor, eterno orientador, Dr. José Eloízio, pelo trabalho que desenvolve no PPGeo e por sua presença em nossas vidas.

Ao meu querido amigo Everton, por continuar sendo um anjo-amigo.

À professora Maria Augusta Mundim, pelos questionamentos e contribuições valiosas que foram dadas na disciplina Pesquisa Qualitativa em Geografia. Muito obrigada por entender a dinâmica da vida do aluno trabalhador e reprogramar suas aulas para que eu pudesse fazer a disciplina.

A Franz, pela cordialidade e alegria com a qual sempre nos recebe no PPGeo.

À professora Vera França, por compartilhar suas experiências como pesquisadora e pelas valiosas contribuições.

Aos colegas e amigos Gleise, Laércio, Márcia Maria, Elis Regina, Daiane Mendonça, Adelli, Carmem, Ana, Fernanda, Venó, Paulo e Crisley por terem feito parte da minha história na UFS.

À Ludimila Mutterle, por sempre me receber em Aracaju com um sorriso largo, por ter uma boa história para contar e tornar nossas noites agradáveis, por compartilhar suas vivências e ter a paciência de ouvir as minhas, pela forma respeitosa e carinhosa que sempre me tratou.

Às colegas da área de ensino de Geografia da UESB (Sandra Mara, Gaetana, Geísa, Adriana David), pelo convite de retorno e pela oportunidade de conviver e trabalhar com vocês mais um pouco.

Aos alunos da UESB, turmas de 2012.1 e 2012.2, pelo convívio e por compreender que não é uma tarefa fácil conciliar trabalho com estudo, quando o estudo é muito distante do local de trabalho e moradia.

Aos colegas da UNEB (João Reis, João Batista, Vilomar e Glauber), pela parceria.

Ao colega e amigo Glauber, por cuidar de mim em um momento tão especial. Por se tornar um parceiro e ter contribuído ao seu modo com a realização deste trabalho.

A Valéria, Nilcéa, Júnio, pelas palavras de incentivo e encorajamento e por entender as demandas da Tese.

À Crisley, pela disponibilidade e por ser sempre solidária.

A Paulo, toda gratidão por ter sido um companheiro fiel e um grande protetor na realização dos trabalhos de campo.

A Vila e Déa, pela disponibilidade e pelo incentivo e companheirismo desse momento e de uma vida.

Ao mestre e amigo Edvaldo, por me acompanhar desde o início do processo seletivo, fornecendo apoio documental e teórico, pela análise dos instrumentos de pesquisa e construção de mapas.

À Jaci, querida professora, por manter as portas sempre abertas para mim.

À Fernanda, pela dedicação e amizade.

A Vanessa, Joci, Job e Venó, pela disponibilidade em ajudar com a pesquisa.

A Verônica, Ana Emília, Adriana, Meirinha, Edvaldo, Espedito, Fernanda, Vila, Déa, Iguaraci pelas vivências que a Pós-Graduação nos proporcionou e por juntos formarmos o grupo de Conquista.

A Chim, meu companheiro de todas as horas, pelas renúncias e por compartilhar comigo os momentos de construção da Tese.

A meu pai, minha irmã e a Estefânia, por contribuírem com a realização da pesquisa e produção da Tese.

À Bela, pelas palavras de incentivo e apoio e pela torcida de ver esse trabalho pronto.

À Terezinha Lédo, pelo carinho e torcida.

A mainha, painho e Rafaela, por cuidar de João Gabriel enquanto eu escrevia a Tese.

A Gabriel, por sua torcida.

Aos amigos Edilze, Katiane, Simone e Henrique, pelos momentos de descontração, por me ouvir e pelas palavras de encorajamento e força.

À Milana, por sua amizade.

À Patrícia Lemos, pela revisão e formatação dos textos e presteza em sempre me ajudar.

Às minhas colegas da graduação Viviane, Solange e Mariana, pelo carinho e companheirismo.

Aos Pluriativos que dedicaram horas respondendo ao questionário e narrando suas histórias de vida.

Procuro semear otimismo e plantar
sementes de paz e justiça.

Digo o que penso, com esperança.
Penso no que devo fazer, com amor.

[...]

Cabe a mim, decidir entre ir ou ficar, desistir ou lutar;
Porque descobri, no caminho incerto da vida, que
o mais importante é o decidir.

Cora Coralina

RESUMO

A modernização da agricultura, a integração do setor agrícola aos demais setores da economia, a emergência de novas atividades que foram acrescidas ao rural em adaptação à reestruturação produtiva da agricultura e o aparecimento de novas ruralidades alteraram as relações de trabalho no campo e também modificaram a forma de organização da agricultura familiar. Com base nessas mudanças, a noção de pluriatividade passou a ser usada para entender a multiplicidade de formas de trabalho que ocorrem dentro e fora da propriedade. Já que a pluriatividade incorpora conceitos de diversificação produtiva e de agricultura em tempo parcial, sendo consideradas atividades pluriativas todas as atividades exercidas por todos os membros dos domicílios, inclusive as ocupações por conta própria, o trabalho assalariado e não assalariado, realizado dentro e/ou fora da exploração agrícola. Nesse sentido, o capital social surge como um elemento facilitador do desenvolvimento da pluriatividade. Uma vez que os fundamentos do capital social são a capacidade da organização social, a confiança, as normas e os sistemas que se estabelecem no âmbito familiar ou entre as comunidades existentes no local, de forma a promover, por meio de ações coordenadas, o aumento da eficiência da sociedade. Sendo assim, a pesquisa parte do princípio de que o capital social é um dos elementos para o desenvolvimento da pluriatividade e do desenvolvimento local/rural. Frente ao contexto apresentado, este estudo analisa a repercussão da pluriatividade e do capital social utilizadas pelas famílias pluriativas para combater a pobreza rural e estimular o desenvolvimento local em sete municípios (Anagé, Belo Campo, Barra do Choça, Caraíbas, Planalto, Tremedal, Vitória da Conquista) do Território de Identidade do Sudoeste da Bahia. Para atingir esse objetivo, foi construída uma concepção teórica fundamentada em autores da Geografia, da Economia e da Sociologia Rural que discutem as categorias território, capital social, desenvolvimento local/endógeno e a pluriatividade. A Tese buscou respaldo teórico em Raffestin, Haesbaert, Sen, Amaral Filho, Schneider dentre outros, para discutir como o território pode ser usado por seus atores para gerar melhores condições de vida e combater a pobreza rural. Como procedimentos metodológicos foram utilizados instrumentos da pesquisa indireta (coleta de dados em instituições e órgãos públicos) e direta (operacionalizada com atores sociais e institucionais por amostragem aleatória); nessas etapas foram aplicados questionários semiestruturados com os pluriativos e realizadas entrevistas com representantes das Secretarias de Infraestrutura, Agricultura e Planejamento das Prefeituras da região, sindicatos, associações e cooperativas. As conclusões apontam que houve no território uma melhoria da qualidade de vida com a adoção de práticas pluriativas e com a presença do capital social entre as famílias pluriativas. No entanto, não existe um planejamento formal e estratégico destinado ao território a fim de unir as famílias em torno da atividade pluriativa e do capital social para combater a pobreza rural.

Palavras-chave: Capital Social. Desenvolvimento Local. Pluriatividade. Território.

ABSTRACT

The modernization of agriculture, the integration of the agricultural sector to other sectors of the economy, the emergence of new activities added to the rural economy as it adapts to economic restructuring, and the emergence of new ruralities has changed labor relations and modified the organization of family farming. Based on these changes, the notion of pluriactivity came to be used to understand the multiplicity of forms that labor occur inside and outside of property. Pluriactivity incorporates concepts of productive diversification and part-time farming; pluriactivities are carried out by all members of the household, including self-employed, wage and non-wage labor, performed on and / or outside the farm. In this sense, social capital emerges as a facilitator of the development of pluriactivity. Social capital is based on social organization, trust, norms and systems that are established within the family or between existing communities in order to promote, through coordinated actions, efficiency. Thus, this research assumes that social capital is one of the elements for successful development of pluriactivity and local / rural development. Viewed in this context, this study analyzes the impact of pluriactivity and social capital used by pluriactive families to combat rural poverty and stimulate local development in seven municipalities (Anagé, Campo Belo, Barra do Choça, Caraíbas, Planalto, Tremedal, Vitória da Conquista) Sudoeste Baiano Victory Identity. To achieve this goal, a theoretical framework based on authors of Geography, Economy and Rural Sociology discussing the categories land, capital, local / endogenous development and pluriactivities was constructed. The thesis sought theoretical support in Raffestin, Haesbaert, Sen, Amaral Filho, Schneider among others, to discuss how the territory can be used by actors to generate better living conditions and combat rural poverty. Indirect research instruments were used (data collection in public institutions and agencies) as well as direct methods (operationalized with social and institutional actors by random sampling); semi-structured questionnaires were applied to pluriactive families and interviews with department representatives of Infrastructure, Agriculture and Planning of Municipalities of the region, trade unions, associations and cooperatives. The findings indicate that there was an improvement in the area of quality of life by adopting pluriactive practices with the presence of social capital among pluriactive families. However, there was no formal and strategic planning in the territories to unite families around pluriactive activities nor to fortify social capital to combat rural poverty.

Keywords: Social capital. Local development. Territory. Pluriactivity.

LISTA DE SIGLAS

ABIC	Associação Brasileira da Indústria de Café
APL	Arranjos Produtivos Locais
ASCCON	Associação dos Cafeicultores de Conquista
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento ou Mundial
BNB	Banco do Nordeste do Brasil S.A.
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAR	Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional
CEE	Comunidade Econômica Europeia
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina
CODENO	Conselho de Desenvolvimento do Nordeste
CONSAD	Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura
COODECANA	Cooperativa dos Produtores Derivado da Cana-de-açúcar da Região do Rio Gavião
COODELEITE	Cooperativa dos Produtores Derivado de Leite da Região do Rio Gavião
COOPASUB	Cooperativa Mista de Pequenos Agricultores do Sudoeste da Bahia
COOPERBAC	Cooperativa de Mista dos Pequenos Cafeicultores de Café de Barra do Choça e Região LTDA
COOPERMAN	Cooperativa dos Produtores Derivado da Mandioca da Região do Rio Gavião
COOPMEL	Cooperativa dos Produtores de Mel da Região do Rio Gavião
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DNTR	Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais
EBDA	Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola S/A
EFA	Escola Família Agrícola
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMURC	Empresa Municipal de Urbanização
FPE	Fundo de Participação dos Estados
FPM	Fundo de Participação dos Municípios
FUNDEF	Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental

GTDN	Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste
GTPAPL	Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais
IBGC	Instituto Brasileiro de Governança Corporativa
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFBA	Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Bahia
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LANDER	Programa Ligações entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural
MDA	Ministério de Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MI	Ministério da Integração
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAC	Política Agrícola Comum
PDR	Política de Dinamização Regional
PDSTR	Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais
PEA	População Economicamente Ativa
PME's	Micros, Pequenas e Médias Empresas
PMVC	Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista
PNAD	Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílio
PNDR	Política Nacional de Desenvolvimento Regional
PNDR	Plano Nacional de Desenvolvimento Rural
PNOT	Política Nacional de Ordenamento Territorial
PPA	Plano Plurianual
PPGEO	Programa de Pós-Graduação em Geografia
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PT	Partido dos Trabalhadores
SDR	Secretaria do Desenvolvimento Regional
SEAGRI	Secretaria de Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura
SEBRAE	Serviços Brasileiros de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEI	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

UE	União Europeia
UESB	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
UNEB	Universidade do Estado da Bahia

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa de localização da área da pesquisa	24
Figura 2 – A participação social como elemento de desenvolvimento.....	42
Figura 3 – Fatores do planejamento regional.....	45
Figura 4 – Elementos Fundantes do Capital Social segundo Robert Putnam.....	49
Figura 5 – Elementos de Análise da Pluriatividade Organizados em Eixos.....	69
Figura 6 – Fundamentos Organizacionais das Famílias Pluriativas.....	71
Figura 7 – Características do Capital Social Inerentes ao Trabalho Pluriativo.....	74
Figura 8 – Organograma de tipificação de renda da família pluriativa.....	77
Figura 9 – Novas atividades ligadas à pluriatividade para-agrícola (criação de pequenos animais e anfíbios).....	109
Figura 10 – Novas atividades ligadas à pluriatividade para-agrícola e base agrícola (produção vegetal).....	111
Figura 11 – Novas atividades ligadas à pluriativa intersetorial (prestação de serviços).....	113
Figura 12 – Políticas públicas fundamentais para o desenvolvimento do espaço rural brasileiro, proposições de Silva, J. G. (1999).....	132
Figura 13 – Representação dos vários Nordeste segundo Manuel Correia de Andrade.....	146
Figura 14 – Área do Polígono da Seca.....	148
Figura 15 – Territórios de Identidade do Estado da Bahia.....	171
Figura 16 – Territórios de Identidade no Sudoeste da Bahia e a fragmentação da “Região Sudoeste”.....	174
Figura 17 – Domínios climáticos presente no Território de Identidade do Sudoeste Baiano.....	175
Figura 18 – Domínios geomorfológicos presentes no Território de Identidade do Sudoeste Baiano.....	176
Figura 19 – Identificação das localidades pesquisadas no Território de Identidade do Sudoeste Baiano.....	177
Figura 20 – Municípios do Território de Identidade do Sudoeste Baiano com famílias organizadas em grupos formais e não formais – 2015.....	179
Figura 21 – Vitória da Conquista: Paineis fotográficos da COOPASUB em 2015.....	187
Figura 22 – Barra do Choça: Fachada da COOPERBAC – 2015.....	190
Figura 23 – Barra do Choça: Produtos da agricultura familiar industrializados pela COOPERBAC.....	190

Figura 24 – Elementos da Gestão Democrática encontrados nos município do Território de Identidade do Sudoeste Baiano.....	196
Figura 25 – Vitória da Conquista: Feira Livre do Bairro Alto Maron em 2015.....	198
Figura 26 – Umbu Gigante.....	199
Figura 27 – Projeto de Hortas Comunitárias desenvolvido pela PMVC.....	201
Figura 28 – Vitória da Conquista: Projeto da Fábrica de Tempero da Lagoa das Flores.....	202
Figura 29 – Planalto: Cursos de Vaqueiro e Silagem.....	207
Figura 30 – Municípios com maior prática da ação coletiva.....	213
Figura 31 – Barra do Choça: Pannel fotográfico das reuniões na fazenda Bebedouro.....	217
Figura 32 – Localidades que confiam na atividade empreendedora e atitude criativa.....	218
Figura 33 – Município com maior prática de capital social.....	219
Figura 34 – Anagé: Casas de pluriativos que ocupam a mesma propriedade.....	222
Figura 35 – Anagé: Imagens da Escola Família Agrícola (EFA).....	227
Figura 36 – Anagé: Imagens das atividades da EFA.....	228
Figura 37 – Cisternas no Povoado de Abelhas em Vitória da Conquista.....	235
Figura 38 – Vitória da Conquista: Projetos de frutas cítricas aprovado pelo PRONAF em Inhobim.....	236
Figura 39 – Vitória da Conquista: Casa construída com verba do Programa Nacional de Habitação Rural em Inhobim.....	237
Figura 40 – Fatores que motivaram a inserção da atividade não agrícola.....	238
Figura 41 – Atividades dos pluriativos que trabalham na sede em Vitória da Conquista.....	245
Figura 42 – Carafbas: Casa de material de construção e mercearia em unidade familiar na Jiboia.....	247
Figura 43 – Vitória da Conquista: Condomínios urbanos em área de interface rural.....	249
Figura 44 – Vitória da Conquista: Tipos de pluriatividade do município - 2015.....	253
Figura 45 – Vitória da Conquista: Restaurante administrado por pluriativo em Lagoa das Flores.....	254
Figura 46 – Vitória da Conquista: Salão de Cabeleireiro de pluriativo em Lagoa das Flores.....	255
Figura 47 – Vitória da Conquista: Produção de hortaliças de Lagoa das Flores.....	256
Figura 48 – Vitória da Conquista: Fluxo dos produtos agrícolas e para-agrícola de Lagoa das Flores - 2015.....	257
Figura 49 – Vitória da Conquista: Biscoito Avoador produzido em Simão.....	258
Figura 50 – Vitória da Conquista: Biscoito Doce produzido em Simão.....	258

Figura 51 – Vitória da Conquista: Fabriqueta de farinha em Simão.....	258
Figura 52 – Vitória da Conquista: Fabriqueta de farinha em Campinhos.....	259
Figuras 53 – Vitória da Conquista: Fabriqueta de biscoitos em Campinhos.....	260
Figuras 54 – Vitória da Conquista: Fabriqueta de biscoito em Pradoso.....	260
Figura 55 – Vitória da Conquista: Fluxo do produto para-agrícola de Pradoso - 2015.....	261
Figura 56 – Vitória da Conquista: Quitanda de Pradoso.....	262
Figura 57 – Vitória da Conquista: Estabelecimentos comerciais de Estiva.....	263
Figura 58 – Caraíbas: Tipos de pluriatividade do município - 2015.....	264
Figura 59 – Caraíbas: Estabelecimentos comerciais de uma família pluriativa em Jiboia.....	265
Figura 60 – Caraíbas: Uso da terra para o plantio de uvas.....	266
Figura 61 – Caraíbas: Prainha da Barragem de Anagé	267
Figura 62 – Anagé: Córrego do rio Gavião.....	269
Figura 63 – Anagé: Tipos de pluriatividade do município - 2015.....	270
Figura 64 – Anagé: Piscicultura na Barragem.....	271
Figura 65 – Belo Campo: Imagem da localidade de Bomba - 2015.....	272
Figura 66 – Belo Campo: Predomínio de poucas reses de gado bovino.....	272
Figura 67 – Belo Campo: Tipos de pluriatividade do município - 2015.....	273
Figura 68 – Tremedal: Tipos de pluriatividade do município - 2015.....	275
Figura 69 – Tremedal: Comercialização dos produtos da fazenda Realeza na barraca Pague Menos no Ceasa de Vitória da Conquista.....	276
Figura 70 – Tremedal: Produtos (manteiga e requeijão no tacho) de fazenda Realeza.....	276
Figura 71 – Tremedal: Fluxo dos produtos para- agrícola do município de Tremedal - 2015.....	277
Figura 72 – Barra do Choça: Tipos de pluriatividade do município - 2015.....	279
Figura 73 – Barra do Choça: Imagens do café produzido no Sítio Boa Vista - 2015.....	281
Figura 74 - Barra do Choça: Grãos do café produzido no Sítio Boa Vista - 2015.....	281
Figura 75 - Barra do Choça: Café com Selo Numérico da ABIC - 2013.....	281
Figura 76 – Barra do Choça: Fluxo do produto para-agrícola do Sítio Boa Vista - 2015.....	282
Figura 77 – Barra do Choça: Imagens do beneficiamento do café no Sítio Boa Vista - 2015.....	283
Figura 78 – Planalto: Paisagem da região da Caatinga.....	284
Figura 79 – Planalto: Paisagem da Zona da Mata.....	284
Figura 80 – Planalto: Tipos de pluriatividade do município - 2015.....	285

Figura 81 – Planalto: Fluxo dos produtos para-agrícola da Baixa do Facão - 2015.....	287
Figura 82 – Vitória da Conquista: Domicílios rurais de famílias pluriativas em Pradoso.....	293
Figura 83 – Indicadores socioeconômicos presentes nas unidades das famílias pluriativas.....	294
Figura 84 – Percepções dos pluriativos sobre a melhoria da qualidade.....	296

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Distribuição da PEA rural segundo o ramo de atividade econômica: Brasil - 1990.....	104
Gráfico 2 – Sexo dos dirigentes os estabelecimentos pluriativos e não pluriativos no Brasil - 2006.....	118
Gráfico 3 – Participação masculina e feminina na direção dos estabelecimentos pluriativos no Brasil, na agricultura familiar e não familiar - 2006.....	120
Gráfico 4 – Participação dos pluriativos em redes e grupos formais e não formais.....	180
Gráfico 5 – A importância das cooperativas e dos sindicatos para os pluriativos.....	182
Gráfico 6 – Famílias que contribuem com tempo ou dinheiro para objetivos de desenvolvimento comum.....	210
Gráfico 7 – Probabilidade das famílias cooperarem diante de um problemas e/ou fatalidades.....	211
Gráfico 8 – Probabilidade das famílias se unirem em grupo para prestar ajuda.....	212
Gráfico 9 – Famílias que confiam em seus vizinhos para cuidar de sua propriedade.....	214
Gráfico 10 – Número de pessoas confiáveis para fornecer ajuda em casos de fatalidades.....	215
Gráfico 11 – Frequência que as famílias se ajudam.....	216
Gráfico 12 – Número de membros que compõem a família pluriativa.....	223
Gráfico 13 – Famílias que participam de algum programa do governo.....	234
Gráfico 14 – Ocupação principal dos membros das famílias pluriativas.....	242
Gráfico 15 – Origem dos rendimentos das famílias pluriativas - 2015.....	289
Gráfico 16 – Renda total mensal das famílias pluriativas em salários mínimos (s.m.) - 2015.....	291
Gráfico 17 – Destino dos rendimentos das famílias pluriativas - 2015.....	292

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Elementos da descentralização política que favorecem o desenvolvimento local.....	40
Quadro 2 – Autores e definições sobre o capital social.....	51
Quadro 3 – Síntese das categorias e autores que sustentam a discussão teórica apresentada na Tese.....	79
Quadro 4 – Elementos característicos da ruralidade avançada.....	88
Quadro 5 – Conceito de ruralidade fundamentado nos valores endógenos e socioculturais.....	90
Quadro 6 – Subconjuntos que caracterizam o novo rural brasileiro (SILVA, J.G. 1999)	93
Quadro 7 – Tipos de ocupação que compõem a renda da PEA rural.....	106
Quadro 8 – Programas que interferem na qualidade de vida dos brasileiros.....	139
Quadro 9 – Pluriatividade e atividade não agrícola no Rio Grande do Norte, Alagoas, Sergipe e Bahia.....	156
Quadro 10 – Como a pluriatividade poderia indicar soluções ou encaminhamentos para o desenvolvimento local/rural na Bahia.....	164
Quadro 11 – Bahia: Programas desenvolvidos com vista ao desenvolvimento local/rural e a pluriatividade.....	167
Quadro 12 – Grupos formais e não formais aos quais os pluriativos pertencem.....	181
Quadro 13 – Projetos de apoio à sustentabilidade e à agricultura familiar desenvolvidos em Anagé, Barra do Choça, Belo Campo, Caraíbas, Planalto, Tremedal e Vitória da Conquista - 2015.....	197
Quadro 14 – Cursos oferecidos pelas prefeituras de Anagé, Barra do Choça, Belo Campo, Caraíbas, Planalto, Tremedal e Vitória da Conquista em 2015.....	206
Quadro 15 – Principais dificuldades para a reprodução familiar distribuído por fatores motivacionais.....	241
Quadro 16 – Tipos de pluriatividade encontradas nos municípios - 2015.....	252
Quadro 17 – Estratégias usadas por pluriativos no município de Belo Campo - 2015.....	274
Quadro 18 – Fatores que influenciaram na melhoria da qualidade de vida dos pluriativos.....	299

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Principais setores das ocupações secundárias das pessoas que têm na agricultura a sua atividade principal no Brasil - 1990.....	95
Tabela 2 – PEA ocupada segundo o domicílio e atividade: Brasil - 1981, 1986 e 1990.....	102
Tabela 3 – Distribuição da PEA rural segundo o ramo de atividade econômica: Regiões, 1990 (exceto a região Norte)	105
Tabela 4 – Estabelecimentos pluriativos no Brasil, por agricultura familiar e não familiar, segundo o tipo de atividade.....	115
Tabela 5 – Estabelecimento agropecuário no Brasil: pluriativos e não pluriativos.....	116
Tabela 6 – Estabelecimentos totais e pluriativos no Brasil, na agricultura familiar e não familiar.....	116
Tabela 7 – Classes de idade dos produtores dos estabelecimentos pluriativos no Brasil, na agricultura familiar e não familiar.....	122
Tabela 8 – Nível de instrução dos produtores dos estabelecimentos pluriativos e não pluriativos do Brasil – 2006.....	123
Tabela 9 – Grupo de área dos estabelecimentos pluriativos no Brasil, por número de estabelecimento e tamanho na agricultura familiar e agricultura não familiar - 2006.....	125
Tabela 10 – Domicílios particulares permanentes que têm acesso a alguns serviços e bens básicos e taxa de analfabetismo (%): Brasil e Nordeste - 1996.....	129
Tabela 11 – Bahia - População ocupada, segundo situação do domicílio e atividade (1992-1995)	159
Tabela 12 – Bahia - Evolução da renda média das famílias rurais segundo o local de domicílio (R\$ set. 1997) - 1992-1997.....	161
Tabela 13 – Bahia - População ocupada na zona rural, segundo área e o segundo o local de domicílio (R\$ set. 1997) - 1992-1997.....	162
Tabela 14 – Investimentos da Fundação Banco do Brasil e do Governo Federal na cadeia produtiva da mandioca - 2011.....	188
Tabela 15 – Faixa etária da família pluriativa.....	224
Tabela 16 – Escolaridade da família pluriativa.....	225
Tabela 17 – Área das propriedades das famílias pluriativas.....	231
Tabela 18 – Forma de obtenção das terras das famílias pluriativas.....	232
Tabela 19 – Comparativo dos fatores que motivaram a inserção da atividade não agrícola por município.....	239
Tabela 20 – Ramos de atividade não agrícola desenvolvida pelas famílias.....	243
Tabela 21 – Localização da atividade principal da família pluriativa - 2015.....	246

SUMÁRIO

CAPÍTULO I

1 INTRODUÇÃO.....	23
-------------------	----

CAPÍTULO II

2 TERRITÓRIO, DESENVOLVIMENTO LOCAL/RURAL E ENDÓGENO, CAPITAL SOCIAL E PLURIATIVIDADE.....	30
2.1 Território: dimensão espacial da análise.....	30
2.2 Descentralização política e econômica.....	37
2.3 A participação de forças endógenas: elemento fundamental para o desenvolvimento local/rural.....	43
2.4 Capital social e desenvolvimento endógeno: conceitos e particularidades.....	47
2.5 A abordagem territorial para pensar o desenvolvimento local/rural e a pluriatividade.....	57
2.6 A Pluriatividade.....	62
2.7 Pluriatividade e teoria social: sua relação com o capital social.....	67

CAPÍTULO III

3 O NOVO RURAL BRASILEIRO E A PLURIATIVIDADE.....	82
3.1 Nova ruralidade e a emergência da pluriatividade.....	82
3.2 Novo rural brasileiro e sua relação com atividade pluriatividade.....	91
3.3 Pluriatividade e agricultura familiar.....	96
3.3.1 Pluriatividade e as ocupações agrícolas e não agrícolas.....	101
3.4 Perfil dos estabelecimentos agropecuários e pluriativos no Brasil.....	115

CAPÍTULO IV

4 A PLURIATIVIDADE NO NORDESTE: O CONTEXTO HISTÓRICO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS.....	127
4.1 Descentralização da política brasileira, e a valorização da governança nas ações do Estado.....	127
4.1.1 Políticas públicas de estímulo ao desenvolvimento local/rural.....	137
4.2 As primeiras estratégias de desenvolvimento regional no Nordeste: o distanciamento do planejamento descentralizado.....	144

<i>4.2.1 Plano de desenvolvimento regional centrado no modelo centralizador</i>	<i>145</i>
4.3 Descentralização política e econômica: condição estruturante para o desenvolvimento da pluriatividade no estado baiano	151
4.4 Vantagens competitivas locais do semiárido: possibilidades de desenvolvimento	154
4.5 As transformações do rural baiano e a sua relação com a pluriatividade e o capital social.....	158
<i>4.5.1 Políticas públicas e programas de desenvolvimento local/rural</i>	<i>165</i>

CAPÍTULO V

5 TERRITÓRIO DE IDENTIDADE DO SUDOESTE BAIANO: DESCENTRALIZAÇÃO POLÍTICA E AS REDES DE COOPERAÇÃO	170
5.1 A nova regionalização e características do Território de Identidade do Sudoeste Baiano	170
5.2 Inter-relação do sistema de cooperação com o capital social	177
5.3 Redes de cooperação que estimulam o desenvolvimento local /rural	184
5.4 Descentralização da política local e o capital social	193
5.5 Indicadores de Capital Social no Território de Identidade do Sudoeste Baiano	208

CAPÍTULO VI

6 A PLURIATIVIDADE NO TERRITÓRIO DE IDENTIDADE DO SUDOESTE BAIANO: SUA RELAÇÃO COM A URBANIDADE E A RURALIDADE	221
6.1 Famílias pluriativas	221
6.2 Propriedades dos pluriativos	230
6.3 Fatores que impulsionaram a pluriatividade.....	238
6.4 Urbanidade e ruralidade e as relações de trabalho que circundam o município de Vitória da Conquista	241

CAPÍTULO VII

7 ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO FAMILIAR, PLURIATIVIDADE E CAPITAL SOCIAL NO TERRITÓRIO DE IDENTIDADE DO SUDOESTE BAIANO	251
7.1 Estratégias de reprodução familiar e o capital social existente entre as famílias pluriativas.....	251
7.2 A pluriatividade no município de Vitória da Conquista.....	252

7.3 A Pluriatividade no município de Caraíbas	264
7.4 A Pluriatividade no município de Anagé.....	268
7.5 A Pluriatividade no município de Belo Campo	272
7.6 A Pluriatividade no município de Tremedal.....	275
7.7 A Pluriatividade no município de Barra do Choça	278
7.8 A Pluriatividade no município de Planalto	284
7.9 A pluriatividade e a renda agrícola e não agrícola.....	288
7.10 Capital social e qualidade de vida dos pluriativos.....	295
 8 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	 300
 REFERÊNCIAS.....	 304
 APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO DE PESQUISA.....	 317
APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA: PREFEITURA.....	323
APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO: COOPERATIVAS E SINDICATOS.....	324

CAPÍTULO I

1 INTRODUÇÃO

A pluriatividade é o conjunto de atividades desenvolvidas por um grupo familiar, em que um ou mais membros do grupo exerce alguma atividade extra-agrícola e/ou possui uma fonte de renda fora da agricultura, caracterizada como atividade rural não agrícola. Na maioria das vezes, trata-se de atividades relacionadas ao emprego da mão de obra, como pedreiros, caseiros, jardineiros, faxineiras, cozinheiras, garçons, mecânicos, comerciantes, motoristas, artesãos e funcionários públicos, além da atuação nas atividades ligadas ao turismo rural. Frente ao exposto, a pluriatividade surge como resposta às mudanças ocorridas na economia mundial e à modernização agrícola (tecnificação e especialização) implantada nos países de capitalismo avançado, e, também, se expandiu para os países considerados em desenvolvimento, ou não industrializados.

A emergência da pluriatividade, conforme Schneider (2009), está fortemente relacionada com a dinâmica das economias locais, particularmente no que se refere às características do mercado de trabalho local e das atividades rurais não agrícolas existentes em determinado território. O autor enfatiza, também, que a pluriatividade não se constitui em fenômeno que decorre exclusivamente dos efeitos macroeconômicos do processo de desenvolvimento do capitalismo na agricultura.

Dessa forma, a partir da década de 1970, a pluriatividade, entendida como atividade agrícola em tempo parcial, ao provocar a diminuição da importância das atividades agrícolas no emprego e na composição da renda das famílias residentes no campo, passou a gerar múltiplos empregos e diferentes fontes de rendas.

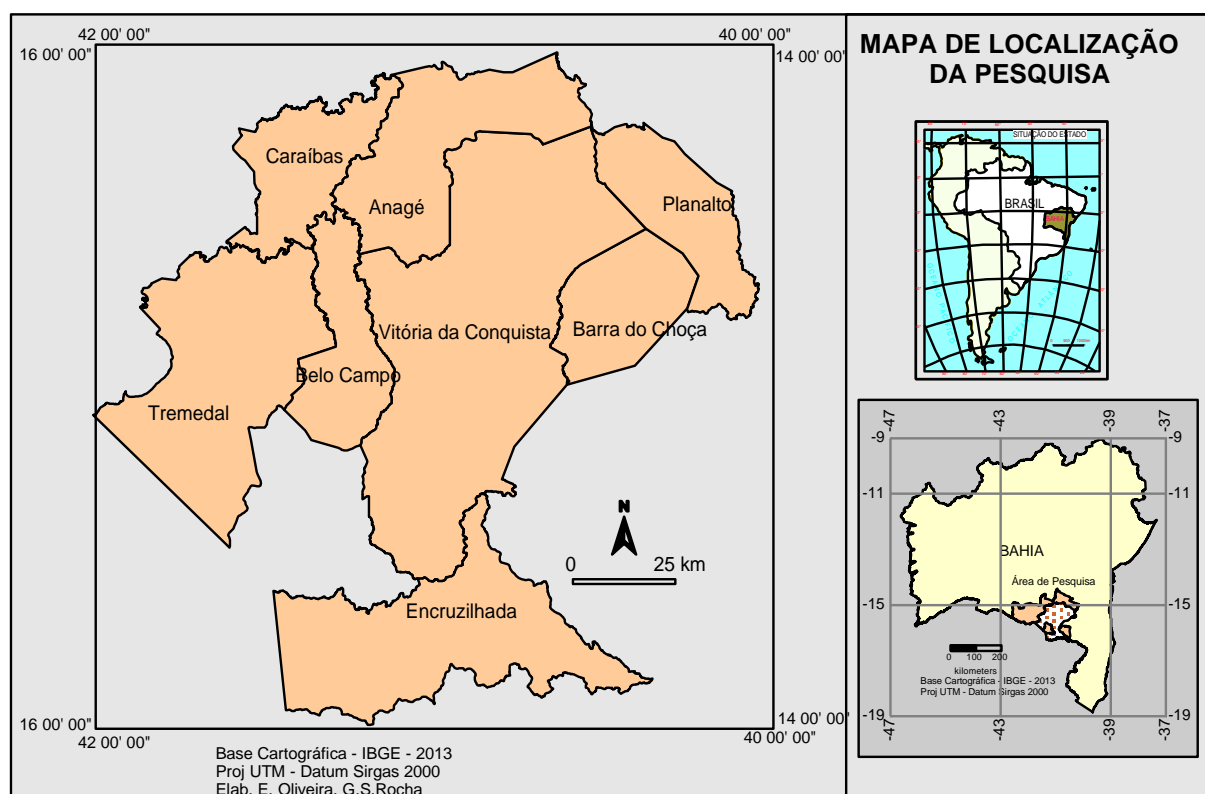
No Brasil, porém, a pluriatividade, mesmo sendo uma prática antiga, recentemente passou a ser entendida como uma característica intrínseca à agricultura familiar. Isto é, como uma estratégia de reprodução¹ social do grupo doméstico, frente a situações adversas no campo. Segundo Teixeira (1998), só no início da década de 1990 é que alguns autores recorreram às noções de pluriatividade, ou agricultura em tempo parcial, para analisar a complementaridade da renda familiar como mecanismo de estratégia de reprodução social, em um contexto

¹ A reprodução é, acima de tudo, o resultado dos processos de intermediação entre os indivíduos-membros com sua família e de ambos interagindo com o ambiente social em que estão emersos. Nesse processo, cabe à família e a seus membros um papel ativo, pois suas decisões, estratégias e ações podem trazer resultados benéficos ou desfavoráveis à continuidade e à reprodução (SCHNEIDER, 2009, p.101).

caracterizado pela integração dos mercados rurais e urbanos, e novas relações de trabalho que apareceram no campo com a terceirização e informalidade.

Assim sendo, o Território de Identidade do Sudoeste Baiano está inserido na mesorregião do Centro Sul Baiano, de acordo com a classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), como uma das quinze regiões econômicas do Estado da Bahia, estando localizada entre 13° 02' a 16° 00' de Latitude Sul e 39° a 41°49' de Longitude Oeste. Nesse território, foi analisada a repercussão do capital social e da pluriatividade nos municípios de Anagé, Caraíbas, Tremedal, Belo Campo, Barra do Choça, Planalto e Vitória da Conquista, representados no mapa da Figura 1.

Figura 1 – Mapa de localização da área da pesquisa



Fonte: Organizado pela autora e por Edvaldo Oliveira, com base em IBGE (2013).

Os municípios foram selecionados pela proximidade com a cidade polo Vitória da Conquista, por entender que a urbanidade dessa cidade e a nova ruralidade presente nos municípios guardam relações com o desenvolvimento urbano e com a centralidade de Vitória da Conquista, uma vez que a cidade oferece uma diversidade de serviços ligados aos setores secundários e terciários, destacando-se a indústria, o comércio, a saúde e a inovação tecnológica. Estas últimas representadas pelo conjunto de universidades locais.

Sobre o exposto, vale contextualizar que a ação governamental e as políticas públicas destinadas ao Território de Identidade do Sudoeste Baiano favoreceram a implantação de novas infraestruturas no campo, tais como: estradas, rede de energia elétrica, barragens, açudes, redes de telecomunicação, postos de saúde, escolas, dentre outras. Além do que, tais estruturas implicaram a implementação de novos objetos técnicos ligados ao turismo e aos setores de serviços. Dessa maneira, a ação do governo e as iniciativas locais contribuíram para a diversificação das atividades no campo e para a nova ruralidade, visto que predominava na região, exclusivamente, a agricultura de subsistência e a prática do Fundo de Pasto, características de áreas do polígono da seca, cujas condições ambientais são restritivas e o contexto socioeconômico da população é marcado pela pobreza rural.

O desenvolvimento da pluriatividade no território local tem se expandido em virtude do crescimento das cidades, da introdução da agricultura irrigada nas áreas de sequeiro, do aparecimento de novas atividades no campo, tais como aquicultura, produção artesanal e amplificação de serviços ligados à construção civil, à indústria, à educação, ao comércio, ao transporte, aos serviços e ao lazer. Além dessas atividades, mercearias, hotéis, postos de gasolina, restaurantes, estabelecimentos comerciais, lojas de acesso à internet, condomínios residenciais e outras atividades, antes vistas como tipicamente urbanas, passaram a se instalar no campo.

O estudo dos territórios com as atividades agrícolas e rurais não agrícolas oferece condições para que se possa analisar as implicações dessas atividades no desenvolvimento local, visto que essas atividades integram o espaço urbano ao rural superando a dicotomia existente entre o urbano/moderno x rural/atrasado.

Dessa forma, diante do entendimento de que a agricultura não representa a única estratégia familiar de desenvolvimento no campo, a pluriatividade passou a ser reconhecida pelos atores sociais como outra importante estratégia de permanência e reprodução social, econômica e cultural das comunidades rurais. Além de alterar o quadro de pobreza que assola o campo em muitas regiões do país e em particular no Território de Identidade do Sudoeste da Bahia.

Diante do exposto, este estudo partiu da problematização dos fatores que estão relacionados à dinâmica da pluriatividade no território local, e se essas atividades representam uma alternativa que assegure a permanência das famílias pluriativas no campo, com melhor qualidade de vida.

Atendendo ao contexto da integração dos espaços urbanos e rurais e ao aparecimento de novas atividades no campo, a presente pesquisa analisou a repercussão da pluriatividade e do

capital social no Território de Identidade do Sudoeste Baiano como estratégia utilizada pelas famílias pluriativas para combater a pobreza rural e estimular o desenvolvimento local/rural². Nesta Tese, para alcançar o objetivo apresentado, buscou-se identificar quais foram os fatores que contribuíram para o desenvolvimento da atividade não agrícola no território local; explicar os fatores que determinam a existência da pluriatividade no território; explicar as estratégias desenvolvidas pelos agricultores que incorporaram a pluriatividade e o capital social; verificar se a pluriatividade e o capital social implicaram na melhoria da qualidade de vida das famílias; e investigar a participação e o posicionamento dos atores sociais e coletivos na tomada de decisão sobre o uso do território.

A pluriatividade no Território de Identidade do Sudoeste Baiano foi abordada na pesquisa como uma estratégia utilizada pelas famílias pluriativas para combater a pobreza rural presente nos municípios; como uma adaptação das famílias às novas formas de produção e organização do território provenientes das novas estruturas, formas e funções que foram acrescidas no campo com a intensificação da relação campo-cidade; e, também, como uma nova forma de organização social das famílias que passaram a se estruturar em redes de cooperação e reciprocidade. Somado a esses fatores, o estudo da pluriatividade está atrelado ao rebatimento de programas governamentais e a ações de grupos formais e não formais formalmente organizados que atuam no local capturando políticas públicas descentralizadas e articulam tais políticas ao princípio do desenvolvimento endógeno.

A discussão sobre a pluriatividade no Território de Identidade do Sudoeste Baiano incorpora uma reflexão sobre práticas participativas que visam ao desenvolvimento regional. No âmbito territorial, este trabalho reafirma a importância da participação dos atores sociais no planejamento e na gestão governamental destinada ao local, uma vez que no cenário internacional e nacional vem crescendo o avanço da democratização da política de planejamento regional, que reafirma a importância da participação da sociedade civil e da articulação de atores locais nas ações relacionadas à promoção do desenvolvimento. Dessa maneira, o estudo da pluriatividade e das estratégias para o desenvolvimento local/rural, fundamentado no conceito de capital social, rompe com os ideais de uma política centralizadora que sustentava a indústria da seca e a prática do coronelismo e do clientelismo na região.

Para balizar o processo de construção da Tese, inicialmente privilegiou-se uma revisão bibliográfica, procurando uma maior clareza teórica dos conceitos e categorias que fundamentam a pesquisa: território, territorialidade, capital social, desenvolvimento local e

² O termo desenvolvimento local/rural será usado na pesquisa para enfatizar a ocorrência do desenvolvimento local no espaço rural.

endógeno, pluriatividade, atividade agrícola e não agrícola, ruralidade, urbanidade. Conceitos e categorias respaldados em autores como: Claude Rafesttin (1980), José Graziano da Silva (1999), Henri Lefebvre (1970), José Eli da Veiga (2002), Jair do Amaral Filho (2001), Maria José Carneiro (2006), Marcos Aurélio Saquet (2007), Milton Santos (2002), Ricardo Abramovay (2000), Sérgio Schneider (1999; 2006), entre outros. Para tanto, foram feitas consultas em material bibliográfico impresso ou disponível em meio digital, como artigos de revistas, dissertações e teses do banco de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Sendo assim, para investigar os objetivos propostos, foram utilizados instrumentos da pesquisa indireta e direta.

A pesquisa empírica foi desenvolvida em etapas: na primeira foi feito um levantamento de documentos e trabalhos de produção científica que envolve a temática, e, especificamente, as produções acadêmicas do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) referentes à área de estudo, para se ter uma análise aproximada e evolutiva das condições sociais e econômicas dos municípios pesquisados.

Na segunda etapa foram coletados dados em instituições e órgãos públicos, federais, estaduais e municipais, tais como: o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na coleta de dados sobre o censo agropecuário e demais dados que exigiu a pesquisa; o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), sobre dados contextualizando a agricultura familiar; na Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), na coleta de informações locais e no Ministério de Desenvolvimento Agrícola (MDA), sobre os programas, projetos e ações que envolvem a agricultura familiar e as políticas de desenvolvimento regional para todo território Nacional.

A terceira etapa consistiu na pesquisa direta, que foi operacionalizada com atores institucionais de cada município (representantes das Secretarias de Infraestrutura, Agricultura e Planejamento das Prefeituras da região, sindicatos, associações e cooperativas) e com os atores sociais (famílias pluriativas) por amostragem e identificação aleatória. Foram aplicados cinquenta e seis questionários em localidades distintas, exclusivamente com famílias pluriativas. A identificação das famílias na área pesquisada baseou-se nas informações concedidas pelos atores institucionais e pelos próprios pluriativos, esses indicaram as famílias para a pesquisa, após selecionarem dentre os agricultores quais desenvolviam atividade pluriativa ou não.

Essa etapa foi desenvolvida por meio de questionários semiestruturados (Apêndice A) e entrevistas (Apêndice B e C). O questionário aplicado aos atores sociais foi construído com base no referencial teórico e estruturado em questões fechadas e abertas.

As questões fechadas permitem caracterizar e entender a estrutura familiar; a propriedade agrícola; a renda e gestão familiar; e propõe situações que permitem mensurar o capital social (nível de cooperação e confiança, participação cívica e rede de relações) no território local e entre as famílias. As questões abertas abordam o antes e o depois da pluriatividade no território local; embora possam ser limitadas quanto à precisão e realidade das respostas, possibilitam um entendimento abrangente sobre o objeto de estudo, facilitando a análise qualitativa, relacionando-a ao contexto histórico-cultural e, por fim, completam as análises quantitativas.

Nas entrevistas foram abordadas questões a fim de responder aos problemas identificados ao longo da pesquisa e que estão relacionados ao desenvolvimento do território e à pluriatividade, como alternativa encontrada para gerar melhoria nas condições de vida da população, e de buscar entender a relação da pluriatividade com o uso/trabalho/atividade-familiar/gestão do/no território.

As informações dessa amostragem permitiram discutir e cruzar dados quantitativos (localidades, número de propriedades que desenvolvem atividade pluriativa, população em ocupação agrícola e não agrícola, estratégias de reprodução dos agricultores, obtenção de renda, tipos de atividades das famílias pluriativas e destino das receitas agrícolas) e qualitativos (relação sociedade/meio) sobre as transformações ocorridas no território e as novas formas de produção e relação de trabalho no meio rural.

A última etapa consistiu na compilação do conjunto de informações e dados coletados. As questões abertas e entrevistas foram transcritas e sistematizadas, os dados dos questionários foram identificados e numerados por localidade, analisados, tabulados com o auxílio do *Microsoft Office Excel* 2013 e transformados em gráficos, quadros, tabelas, figuras e mapas locais por meio do programa *Mapviewer* 7. Além da utilização de registro fotográfico para atender às necessidades ilustrativas da Tese.

Quanto à organização, este estudo está estruturado em sete capítulos. A Introdução foi considerada o capítulo um, nela é apresentado o contexto da investigação e a problematização do universo da pesquisa, os objetivos a que se propõe o estudo em questão, a relevância do trabalho, a metodologia e as etapas que foram desenvolvidas para alcançar os objetivos propostos, além de apresentar a estrutura da Tese.

O capítulo dois busca discutir elementos conceituais e teóricos da categoria território, do desenvolvimento local e endógeno e do capital social à luz do pensamento geográfico. Dessa forma, este capítulo apresenta os pressupostos teórico-conceituais que direcionam a pesquisa, destacando desde o território, dimensão espacial que permite a apreensão da pluriatividade, os

fatores políticos e econômicos, até as forças que permitem e/ou impulsionam o desenvolvimento da pluriatividade, ou seja, a relação dessa atividade com o capital social.

O capítulo três apresenta uma síntese de como o território é pensado pelas políticas de desenvolvimento regional/territorial, com a expansão do capitalismo, da urbanização e do novo rural. Contextualiza e apresenta a pluriatividade no território brasileiro a partir do novo rural, da multifuncionalidade da agricultura e das atividades agrícolas e rurais não agrícolas.

O capítulo quatro analisa as políticas de planejamento regional do Brasil e da região Nordeste. Essa análise sinaliza a necessidade de reestruturar a política brasileira com: a ancoragem local; os princípios democráticos; a descentralização política e econômica; e a valorização das potencialidades locais, como forma de promover o desenvolvimento local/rural e incentivar a pluriatividade pelo território baiano.

O capítulo cinco discorre sobre a nova forma de regionalização em Território de Identidade e apresenta as características do Território de Identidade do Sudoeste Baiano, das famílias pluriativas e de suas propriedades. Por conseguinte, explica os fatores que impulsionaram a pluriatividade do território local.

O capítulo seis retrata as estratégias de reprodução familiar dos sete municípios pesquisados e explica como as famílias têm gerado capital social com a atividade pluriativa.

O capítulo sete apresenta resultados de como a descentralização política e formação das redes de confiança, cooperação e reciprocidade fortalecem a pluriatividade e o capital social, bem como se ocorreram ou não melhorias na qualidade de vidas dos pluriativos com a diversificação de atividades.

Por último, são apresentadas as conclusões da pesquisa e algumas perspectivas respaldadas nas questões formuladas e resultados obtidos, a partir do embasamento teórico-metodológico da pesquisa.

CAPÍTULO II

2 TERRITÓRIO, DESENVOLVIMENTO LOCAL/RURAL E ENDÓGENO, CAPITAL SOCIAL E PLURIATIVIDADE

Para compreender a importância da pluriatividade e sua emergência no espaço geográfico, faz-se necessário discutir a respeito de conceitos que estão intimamente ligados a essa atividade, visto que, a pluriatividade, apresenta aspectos de natureza espacial e também social que permitem sua caracterização e análise na conjuntura de uma região.

O estudo da pluriatividade pelo viés geográfico utiliza a categoria território para analisar os processos de mudanças sociais que têm ocorrido no meio rural. Dessa forma, o conceito de território é fundamental para entender as novas territorialidades e manifestações socioculturais e socioeconômicas que estão ocorrendo no campo na aurora do século XXI.

Diante desse contexto de mudanças, para fundamentar esta Tese que perpassa a análise regional, foi necessário dialogar com a Economia, a Geografia Econômica e a Sociologia Rural, a fim de estabelecer uma análise consistente sobre o uso e planejamento do território com vistas ao desenvolvimento de práticas democráticas, o capital social. Nesse sentido, a interdisciplinaridade é imprescindível para compreender como os atores sociais têm agido em seus territórios, uma vez que esses vêm tratando o território como “uma variável do desenvolvimento que permite entender o papel do espaço sobre processos de inovação, geração de economia de escopo e a criação de externalidades” (SCHNEIDER, 2009, p. 1).

2.1 Território: dimensão espacial da análise

Os aportes teóricos e conceituais sobre o território são necessários para elucidar situações que envolvem o desenvolvimento local/rural, o capital social, a pluriatividade e a forma como os atores sociais têm percebido e agido no campo frente às múltiplas mudanças e as transformações que a sociedade capitalista vem trazendo à tona.

O entendimento sobre o espaço geográfico e suas dinâmicas acompanha uma cronologia histórica do ser humano com o seu tempo e desse mesmo ser com sua técnica. De acordo com Milton Santos (1997, p. 9), “a cada momento histórico, cada elemento muda o seu papel e a sua posição no sistema temporal e no sistema espacial e, a cada momento, o valor de cada qual deve ser tomado da sua relação com os demais elementos e com o todo”.

Assim, nesta seção, propõe-se demonstrar que a relação entre desenvolvimento e território ocorreu de forma mais proeminente no período recente, quando a Nova Geografia

“passou a incorporar a noção de território e espaço como uma variável de desenvolvimento econômico no período pós-fordista” (SCHNEIDER, 2009, p. 16). As discussões que envolvem o papel dos territórios nos processos de desenvolvimento no mundo globalizado e no período pós-fordista é ampla e teoricamente plural, e envolve atividades recentes que a sociedade contemporânea vem estabelecendo em seus territórios, a exemplo da pluriatividade. Nesse sentido, o território passa a ser “um elemento que confere uma dimensão espacial em que se unificam as formas de organização da produção e os processos de inovação e mudança tecnológica, conformando-se assim processos regionais ou endógenos de desenvolvimento” (SCHNEIDER, 2009, p. 16). Desse modo, analisar o território em sua associação com a pluriatividade é desvelar que há no território processos de interação social e econômica, em que seus atores “aprendem a se conhecer por meio de interação da proximidade e dos laços de confiança e reciprocidade, o que lhe permite estabelecer normas e convenções que são aceitas, legitimadas e seguidas por todos”. Assim, o território, “passa a ser um espaço de interação, troca, colaboração, cooperação e competição” (SCHNEIDER, 2009, p. 17).

A categoria território, abordada neste trabalho, envolve uma discussão teórica que se funde nas relações de poder, nas dinâmicas sociais, econômicas, políticas, culturais, na organização, na gestão e na formação territorial, superando a dicotomia matéria/ideia. Tal análise conduz à discussão do território para uma dimensão concreta de relações sociais investidas de valores materiais, simbólicos, éticos e que acompanha a sociedade em seu tempo e em seu movimento.

Um novo contexto histórico e social apontaria uma nova forma de pensar o território no século XXI. Isso porque a sociedade e, conseqüentemente, a vida social têm passado por diversas mudanças impulsionadas pelas transformações e pela complexidade do período atual, marcado pela revolução técnica e informacional.

Nesse contexto, o movimento de renovação da Geografia, do fim da década de 1970 e durante a década de 1980, opõe-se à tendência centrada no empirismo e nos estudos regionais, rompendo com as barreiras positivistas e deterministas, integrando em suas análises o ser humano, a sociedade e a natureza. Dessa forma, a Geografia incumbiu-se de analisar e entender o território como resultante de um processo complexo, cíclico e instável, baseado na lógica do sistema capitalista, em que a organização espacial decorre dos diferentes sistemas de produção e das respectivas atividades desenvolvidas pelo ser humano.

Nesse sentido, o território, deve ser entendido como onipresente nas relações sociais e na espacialidade humana, sendo integrado ao espaço político, econômico e às dinâmicas sociais. Nessa perspectiva, os estudos e as novas sistematizações geográficas que envolvem o território

e a territorialidade atribuem noções de conexão espacial, de difusão, de uso, de consumo, de forças produtivas, de apropriação, de dominação e de interação.

Essa nova leitura foi fundamental para se proceder na análise do território a partir das relações de poder. Raffestin (1978), pioneiro nessa abordagem territorial renovada no Brasil, elaborou sua teoria com base na realidade material, fundamentando suas concepções no Poder (com P maiúsculo) centrado na atuação do Estado e no poder (com p minúsculo) das instituições privadas e dos grupos sociais.

A base teórica do pensamento de Raffestin tem equivalência nas proposições de Foucault (1978, p. 83-85), para o qual o poder deve ser entendido com base no seguinte esquema analítico:

- O poder não é alguma coisa que se adquire [...]; o poder se exercita a partir de inumeráveis pontos e no jogo de relações desiguais e móveis;
- As relações de poder não estão em posição de exterioridade com relação a outro tipo de relações (processos econômicos, relações de conhecimento, relações sexuais), mas são imanentes; [...] têm, onde estão presentes, um papel diretamente produtivo;
- O poder vem de baixo. [...] é preciso imaginar que as relações de força que se formam e operam nos aparatos de produção, nas famílias, nos grupos restritos, nas instituições, servem de suporte a amplo efeito que percorre o conjunto da sociedade [...];
- As relações de poder são, contemporaneamente, intencionais e não subjetivas [...];
- Onde há poder, há resistência [...]. Isso significa o caráter estritamente relacional das relações de poder [...]. Esses pontos de resistência estão presentes na trama do poder [...].

Para Raffestin (1980, p. 52), o poder seria o “[...] aparelho complexo que encerra o território, controla a população e domina os recursos”. O autor parte do princípio de que o poder está em uma rede de relações intrínsecas e que toda relação se encontra na multidimensionalidade e ocorre no complexo modo de vida da sociedade.

Dessa forma, o autor entende a relação de poder como heterogênea no espaço e utiliza os fundamentos da Geografia Política para estabelecer os trunfos do poder (a população, o território e os recursos), por meio dos quais a sociedade e o Estado se organizam. “[...] o poder visa o controle e a dominação sobre os homens e as coisas” (RAFFESTIN, 1980, p. 58). Por esses pressupostos, o autor, entende que o Estado, para controlar e organizar o território, deve conceber o espaço como dinâmico, no qual a população e concomitantemente a vida cotidiana, a família e o trabalho estabelecem relações de produção em cada território. Para ele a relação de poder está presente em toda relação da vida cotidiana, seja nas relações do Estado, das

empresas, de um grupo social, dentre outros. Essa relação multidimensional visa o controle e a dominação do homem sobre as coisas. Da mesma maneira, o autor esclarece que “o Estado ou qualquer tipo de organização procura aumentar sua informação sobre o grupo e, por consequência, seu domínio sobre ele” (RAFFESTIN, 1980, p. 67).

No entanto, essa organização ocorre em uma base material sólida, cujo “território se apoia no espaço, mas não é espaço. É uma produção a partir do espaço” (RAFFESTIN, 1980, p. 143). O que, segundo o autor, diferencia o espaço de território: “o espaço ‘é a prisão original’, e o território ‘é a prisão que o homem constrói para si’, reorganizando as condições naturais” (RAFFESTIN, 1980, p. 144). Nessa perspectiva, o território é um espaço em que se projetou o trabalho, ou seja, “é energia e informação, adaptada às condições dadas as necessidades de uma comunidade ou de uma sociedade” (RAFFESTIN, 1980, p. 26), e o espaço é anterior a qualquer ação, sendo apenas base, sem energia e sem informação.

O uso do espaço, por um ator, parte das relações sociais dadas pelo sujeito (ator) e pelo objeto (base material), ou seja, as relações se concretizam no território por meio da territorialidade. Então, o território passa a ser entendido como palco das relações de trabalho e de poder. De forma que, para Raffestin (1980, p.152),

[...] Do Estado ao indivíduo, passando por todas as organizações, pequenas ou grandes, encontram-se atores signatários que “produzem” o território. [...] Em graus diversos, em momentos diferentes e em lugares variados, somos todos atores imaginários que produzem territórios.

Ratificando o pensamento de Raffestin, Saquet (2007) afirma que o território é a materialização das relações sociais de poder e de dominação que resultam na cristalização da territorialidade do espaço. Por isso, admite que o homem mantém relações de produção na construção do território. Relações essas que se materializam por meio dos vínculos de poder. Nesse sentido, Saquet (2007, p. 77), acrescenta que

[...] A territorialidade como multidimensional é inerente à vida em sociedade. O homem vive relações sociais, a construção do território, interações e relação de poder; diferentes atividades cotidianas, que revelam, na construção de malhas, nós, redes, construindo o território; manifesta-se em distintas escalas espaciais e sociais e varia no tempo.

Sack atribui um novo sentido ao estudo do território, não limitando-o à dimensão política e ao papel do Estado, mas analisando as dimensões econômicas e culturais da sociedade. O autor ressalta que a delimitação do território é estabelecida pela territorialidade, e

que o território correspondente às ações de influência e de controle em uma área do espaço. “[...] a territorialidade está intimamente relacionada à forma como as pessoas usam a terra, como organizam o espaço e dão significado ao lugar. [...] A territorialidade é uma expressão geográfica primária do poder social” (SACK, 1982, p. 5). Por esse modo de pensar, o território é uma área geográfica de controle sob o poder ou autoridade de um grupo social, que o organiza e planeja de acordo com seus interesses, passando o território a ser moldado conforme a dinâmica social de cada grupo.

Por outro lado, Santos, M. (1997), utilizando a perspectiva materialista do território, explora o sentido relacional centrado no conceito de espaço geográfico (a realidade relacional envolve a relação natureza e homem). O autor, ao admitir a materialidade humana sobre o território, conduz sua análise para a perspectiva integradora, e argumenta que “a configuração territorial, tem, pois, uma existência material própria, mas sua existência é social, isto é, sua existência real somente lhe é dada pelo fato das relações sociais” (SANTOS, M. 1997, p. 15).

A perspectiva integradora é defendida pelo autor, mas a base de sua argumentação está pautada na concepção econômica. Dessa forma, ele também admite que a análise do território só pode ser feita de forma integrada, considerando elementos de ordem natural, política, econômica, cultural e social. Assim, o autor não compartilha da ideia clássica do “território em si” (território como recorte físico da superfície) e, sim, do “território usado” (uma forma impura). O território, para Santos, M. (1988), significa objetos, ações e a constituição de redes, e pode ser compreendido como sinônimo de espaço geográfico socialmente organizado ou, ainda, como quadro de vida social e híbrido de objetos e ações.

Nesse sentido, Becker (1983) reforça as ideias de Santos de que o território é, ao mesmo tempo, produzido e consumido pela prática social. Isso por ser vivido e utilizado como meio, sustentado por uma prática social. Sobre essa relação, Santos, M. (2002, p. 10) explica que o território não é o território em si, mas o território “vivido” e “usado”, acrescentando que

[...] O território não é apenas um conjunto de sistemas naturais e de sistemas de coisas sobrepostas. O território tem que ser entendido como território usado, não como território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamental do trabalho, o lugar de resistência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida.

Ressalta-se que o território usado está inserido em uma abordagem integradora e totalizante, fazendo correlação direta de espaço geográfico com o território. Assim, o autor rompe com a dimensão natural, quando admite o “uso” do território a ponto de distinguir o

“território em si” de “território usado”, e, ao mesmo tempo, explicita a importância da dimensão econômica, estabelecendo uma distinção discutível entre o território como “forma” e o território usado como objeto de ações, sinônimo de espaço humano.

Quando Santos, M. (2002) propõe o território como o resultado dos sistemas de objetos e de ações, ele transmite a ideia de que “o uso do território é que faz dele o objeto da análise”, dando materialidade ao espaço (SANTOS, M., 2002, p. 15). O autor também admite que o controle do território seja inerente às forças econômicas e ao Estado, reforçando a ideia de que “as forças econômicas hegemônicas e do Estado, são o grande regedor das ações definidoras das novas realidades espaciais” (SANTOS, M., 2007, p. 89). Ao considerar que o território usado significa os objetos e as ações e que estes são sinônimos de espaço humanizado, esse território ganha uma nova organização e dinâmica espacial, em decorrência do modo de produção capitalista, o qual torna o território fluido. Partindo dessa análise, a formação do território opera através das horizontalidades e das verticalidades³. Nesse sentido, “o território pode ser formado por lugares contíguos e por lugares em rede” (SANTOS, M., 2002, p. 16), em uma relação integradora que se processa mediante o controle da parcela técnica da produção de uma porção do território, isso porque as técnicas são conjuntos de meios instrumentais e sociais com os quais o concretiza suas experiências na vida, produz e, ao mesmo tempo, cria e recria o território.

Ao analisar o território e a territorialidade, Saquet (2006) prioriza a ideia de produção social do espaço, fazendo uma análise integrada, construindo uma abordagem histórica, relacional e multidimensional, dando ao território e à territorialidade um caráter material e imaterial. De forma que “o território é produto das relações sociedade-natureza e condição para a reprodução social; campo de força que envolve obras e relações sociais (político-culturais), historicamente determinadas” (SAQUET, 2006, p. 127). Assim sendo, a materialidade e a imaterialidade formam unidades de matéria-ideia (formas e conteúdos) ou, ainda, movimentos constantes da vida cotidiana. Territorialidade para o autor é o “resultado e condição dos processos sociais e espaciais, significa movimento histórico e relacional. Sendo multidimensional, pode ser detalhada através das desigualdades e das diferenças e, sendo unitárias, através da identidade” (SAQUET, 2009, p. 83).

³ Santos (2008), no livro *Técnica, Espaço, Tempo*, explica o sentido de horizontalidade e verticalidade. “São as verticalidades. O espaço se compõe de uns e de outros desses recortes, inseparavelmente. Enquanto as horizontalidades são, sobretudo, as fábricas da produção propriamente dita e o *lócus* de uma cooperação mais limitada, as verticalidades dão conta, sobretudo, dos outros momentos da produção (circulação, distribuição, consumo), sendo o veículo de uma cooperação mais extensa e implacável” (SANTOS, 2008, p. 88).

Com base nos pressupostos apresentados, acredita-se que o território é heterogêneo e desigual, porque é resultado da ação do homem. Sendo a heterogeneidade reflexo da vida social (a expressão da sociedade local) e produz o seu território conforme a sua dinâmica e organização social. O que implica a valorização dos lugares, diferenças, ritmos, dos saberes locais e da recuperação e preservação da natureza.

No centro dessa argumentação, pode-se concluir que a desigualdade e a diferença do território são formadas pela centralização do homem. Ou seja, pela multidimensionalidade da vida cotidiana, incluindo as relações de economia, de política e de cultura, realizadas ao longo do processo espaço-tempo, as quais dão características, ao mesmo tempo, heterogêneas e homogêneas ao território.

Haesbaert (2005) tem a compreensão do território numa perspectiva múltipla, material, imaterial e integradora (sociedade-natureza). “O território deve ser analisado como espaço dominado e/ou apropriado e estar imerso em uma relação de poder” (HAESBAERT, 2005, p. 6790). De forma que o processo de produção do espaço decorre das múltiplas manifestações de poder e de agentes envolvidos na formação dos territórios. Estes “imersos em relações de dominação e/ou de apropriação sociedade-espaço, desdobram-se ao longo de um *continuum* que vai da dominação político-econômica mais concreta e funcional à apropriação mais subjetiva e/ou cultural-simbólica” (HAESBAERT, 2004, p. 95-96).

Conforme o autor, o território na contemporaneidade deve ser entendido como “múltiplo”, diverso e complexo, sendo proposto pela lógica capitalista hegemônica. É mister que a funcionalidade do território acompanha um processo histórico, visto que na sociedade moderna existe a “construção da identidade individual, mais do que de grupo” (HAESBAERT, 2005, p. 6778) e, na sociedade dita pós-moderna, “vigora o controle da mobilidade, dos fluxos (redes) e, conseqüentemente, das conexões. O território passa, então, gradativamente, de um território mais zonal ou de controle de áreas para um território-rede ou de controle de redes” (HAESBAERT, 2005, p. 6778).

Nessa perspectiva, Haesbaert (2005) analisa o espaço social na condição de recriado a cada momento, impondo o aparecimento de novos territórios. Esse movimento de construção, de transformação e de apropriação espacial é imposto pela lógica capitalista. Logo, o espaço global admite uma análise das particularidades/singularidades e emerge em multiterritorialidade.

Em oposição ao território funcional, o território simbólico assume função oposta, sendo associado ao espaço de apropriação do território da diferença, que tem como princípio a multiplicidade dos valores simbólicos. Enquanto a territorialidade deve ser entendida não

somente como um componente do poder, como um meio para criar e para manter a ordem, mas como uma estratégia para criar e manter grande parte do contexto geográfico, através do qual se experimenta o mundo, dotando-o de significado. Ou seja, a territorialidade está “[...] intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como se organizam no espaço e como dão significado ao lugar” (HAESBAERT, 2005, p. 6776).

Compartilhando do pensamento de Haesbaert e Candiotto (2009, p. 323) acrescenta que “as territorialidades são influenciadas pelas técnicas e pelo modo de produção, mas manifestam-se na cultura, no comportamento, ou seja, nas ações de indivíduos e grupos sociais”. Assim, cada grupo e cada povo assume, em áreas zonais, múltiplos territórios, impostos por suas territorialidades, que representam um espaço plural e produz formas particulares de identidades culturais. O território deve, então, ser pensando na perspectiva de múltiplos territórios, que se articulam ao espaço fragmentado e não homogeneizado, superando a ideologia de amálgama imposta pela lógica do capital em desvalorizar o particular/específico.

As análises do território e da territorialidade humana, defendidas no presente trabalho, partem de discussões e de proposições teóricas e metodológicas que reconhecem características do processo de apropriação, dominação e uso do território, por meio das relações de poder, das relações simbólicas, das contradições, das desigualdades dos ritmos rápidos e lentos, da descontinuidade e da continuidade, dos distintos sistemas de redes e de comunicação do homem com a natureza.

Finalmente, os conceitos de território e de territorialidade apresentados constituem elementos teóricos e analíticos que fundamentam a concepção do desenvolvimento local/rural e respaldam o uso do território por meio de práticas pluriativas e democráticas com vistas ao desenvolvimento de práticas endógenas que valorizam o capital social e a descentralização política e administrativa.

2.2 Descentralização política e econômica

Os estudos atuais vêm crescentemente revalorizando o conceito de território, e este é acima de tudo um conceito ligado “a um coletivo de atores, bem como recursos humanos e materiais, e não se constitui em um universo fechado, ao contrário, ele está em permanente relação com o exterior” (AMARAL FILHO, 2002, p. 12). Assim, os elementos internos do território somados a forças externas passaram a ter uma forte influência e importância na dinâmica regional.

No tocante à discussão sobre o desenvolvimento regional e local, autores evolucionistas e institucionalistas, como Boisier (1980) e Schmitz (1997), admitem que a “organização social” e a “ação coletiva” são processos importantes na organização, na gestão e no planejamento do território. Isso devido à ampliação da base de decisões por parte de atores locais que por possuírem conhecimento e valores *tacitus*⁴ podem tornar o território mais atrativo do ponto de vista econômico. Tal abordagem contrapõe as teorias tradicionais ou clássicas que valorizam as forças exógenas centradas no paradigma “centro-abaixo” ou de “de cima para baixo” que servem de suporte às políticas econômicas que excluem setores fundamentais da sociedade, tais como a economia local, as Micro, Pequenas e Médias Empresas (PME’s) e, em particular, a sociedade civil (atores sociais e coletivos).

A Tese fundamenta essa discussão e procura analisar o desenvolvimento local/rural e a inserção da pluriatividade no campo com base na perspectiva endógena, dando ênfase aos fatores internos da região, ao capital social, à capacidade do local em reverter os impulsos externos de crescimento econômicos para sua própria economia, à cooperação e à descentralização política.

As expressões “de cima para baixo” e “de baixo para cima” estão associadas à forma de governo – governabilidade – e ao planejamento econômico estratégico destinado à macroeconomia. Frente ao exposto, é necessário esclarecer os elementos que caracterizam a descentralização como recomendação “desde cima” e “desde baixo”.

O paradigma “centro-abaixo” ou de “de cima para baixo” refere-se à política clássica e conservadora do Estado, o “*welfare state*”, que age como detentor e regulador da vida social, política e econômica. A política centralizadora “desde cima” assume uma postura verticalizada, em que a participação social é inexistente, seja na esfera social, política ou econômica. Desse modo, as ações, o planejamento e as políticas públicas traçadas para o território ficam à mercê do Estado.

Entretanto, em 1960, surge o tema governabilidade ou *good governance*⁵, que ocuparia o primeiro lugar nos debates acadêmicos e políticos em resposta às teorias conservadoras. A governabilidade pautada na descentralização “desde cima” visa à construção de uma postura

⁴ Conhecimento tácito vem do latim *tacitus* que significa “que cala, silencioso”; é aquele que o indivíduo adquiriu ao longo da vida, pela experiência. Geralmente é difícil de ser formalizado ou explicado a outra pessoa, pois é subjetivo e inerente às habilidades de uma pessoa (ALBAGLI e BRITO, 2002, p. 4).

⁵ O conceito boa governabilidade teve como base os fundamentos toquevilianos que se refere à capacidade da sociedade em autogovernar-se e cujo o uso estava restrito ao campo da ciência política, e passou a ser apropriado pelos economistas quando estes começaram a perceber que fatores extraeconômicos explicam melhor os diferentes níveis de desenvolvimento entre as regiões ou nações inteiras (MULS, 2008. p. 13).

democrática e partiu da reflexão sobre “a importância de redescobrir e recuperar o Estado e a sociedade, valorizando, sobretudo, a participação cidadã” (BOQUERO, 2003, p. 83).

A definição teórica e prática de governabilidade se consolidou ao longo das décadas de 1970, 1980 e 1990, quando se estabelecia a *new political economie* em resposta à política neoliberal. A governabilidade passou a ser sinônimo ou resultado da capacidade reformista de “atender às demandas da sociedade para permitir maior participação na gestão de políticas públicas e, promover, de fato, uma estratégia de desenvolvimento com vistas à redução das desigualdades” (ORTEGA, 2008, p. 35).

A necessidade de reduzir a participação do Estado nas instâncias decisórias e administrativas e de delegar autonomia ao local surge como alternativa à centralização e verticalização do Estado. Sobre isso, Costa (2003, p. 151) também afirma que o modelo de descentralização das políticas sociais “aparece como estratégia inovadora para revigorar o Estado e minimizar a crise de gestão quanto a ineficiências das políticas públicas, valorizando poderes locais e promovendo a participação dos cidadãos na gestão pública”.

Outro traço que caracteriza a descentralização “desde cima” é a redução da participação do Estado nas instâncias decisórias e administrativas em prol do fortalecimento de maior autonomia aos projetos que se originam no local. Nesse sentido, a descentralização vem ocorrendo por meio de:

1. novas instâncias administrativas autárquicas, do próprio governo central;
2. pela transferência de poder as instâncias subnacionais;
3. para as organizações da sociedade civil;
4. ou ainda, para as empresas privadas (ORTEGA, 2008, p. 37).

As mudanças citadas representam um avanço dos processos de descentralização em favor da autonomia regional, que favorece a criação de estratégias de desenvolvimento voltadas para o local-global e “enaltece a necessidade de organização e pactuação da sociedade em torno de objetivos comuns para a construção de projetos de desenvolvimento” (ORTEGA, 2008, p. 40), uma vez que as propostas de planejamento voltadas para o desenvolvimento local “visam implementar respostas específicas que valorizem as diversidades econômicas, sociais e políticas existentes em seus territórios” (ORTEGA, 2008, p. 40).

Ortega (2008), em análise da questão do desenvolvimento e sua relação com a descentralização política desde baixo, destaca três importantes fatores para o desenvolvimento local, conforme apresentado no Quadro 1.

Quadro 1 – Elementos da descentralização política que favorecem o desenvolvimento local

Elementos	Características
Fortalecimento de Atores Locais	Emergem novos atores sociais que sustentam a ideologia de que o desenvolvimento local está em suas mãos. Procurando, dessa maneira, espaço para a construção de um modelo de desenvolvimento que nega a política de desenvolvimento centrada no modelo <i>top-down</i> de planejamento, que considerava as opiniões da sociedade local com respeito aos projetos formulados pelo governo central em favor de modelo <i>bottom-up</i> , em que a sociedade local, de maneira participativa, elege e constrói seus projetos de desenvolvimento prioritários.
Motivação Institucional	As políticas governamentais e agências multilaterais vêm incentivando a ampliação das responsabilidades de instâncias subnacionais na formulação e gestão de políticas públicas. Assim estão sendo criados arranjos sociais locais (conselhos) tanto de caráter consultivo como deliberativo, a fim de construir uma mentalidade democrática e cidadã.
Desregulamentação da Economia	Redução da participação do Estado na economia. Busca de sinergia local com vistas à elaboração de projetos comuns de desenvolvimento sustentável, explorando vantagens comparativas e competitivas de cada território.

Fonte: Organizado pela autora, com base em Ortega (2008, p. 40-45).

Além dos fatores citados por Ortega, também é necessário destacar que a incapacidade do Estado em propor alternativas para alterar a situação de pobreza constatada nos territórios deprimidos foi outro fator que impulsionou a descentralização política. A respeito disso, Boquero (2003, p. 87) explica que

[...] uma das razões da reativação do local pode ser atribuída pelo desencanto das pessoas com os programas sociais do governo, principalmente em relação à pobreza, ao desemprego e à decadência comunitária. A consequência tem sido a busca das organizações engendradas informalmente na sociedade, por parte dos cidadãos, como alternativa preferencial na resolução dos problemas.

Quanto à tomada de decisão que envolve os atores sociais, Costa (2003, p. 153) também reafirma que

[...] a importância dada ao tema do desenvolvimento econômico e social para o país em desenvolvimento pode ser explicada se levarmos em conta o fato de que os mercados e os Estados-nação, ao cabo dos anos de 1990, não tiveram mais nos seus próprios setores. A crise do Estado, os altos índices de inflação, a adoção de políticas de ajuste, a globalização, o desemprego, o acentuado empobrecimento da população e o aumento das desigualdades sociais

influenciaram a vida dos indivíduos e da população de maneira geral. Surgiu o desafio de enfrentar a pobreza e injustiça social.

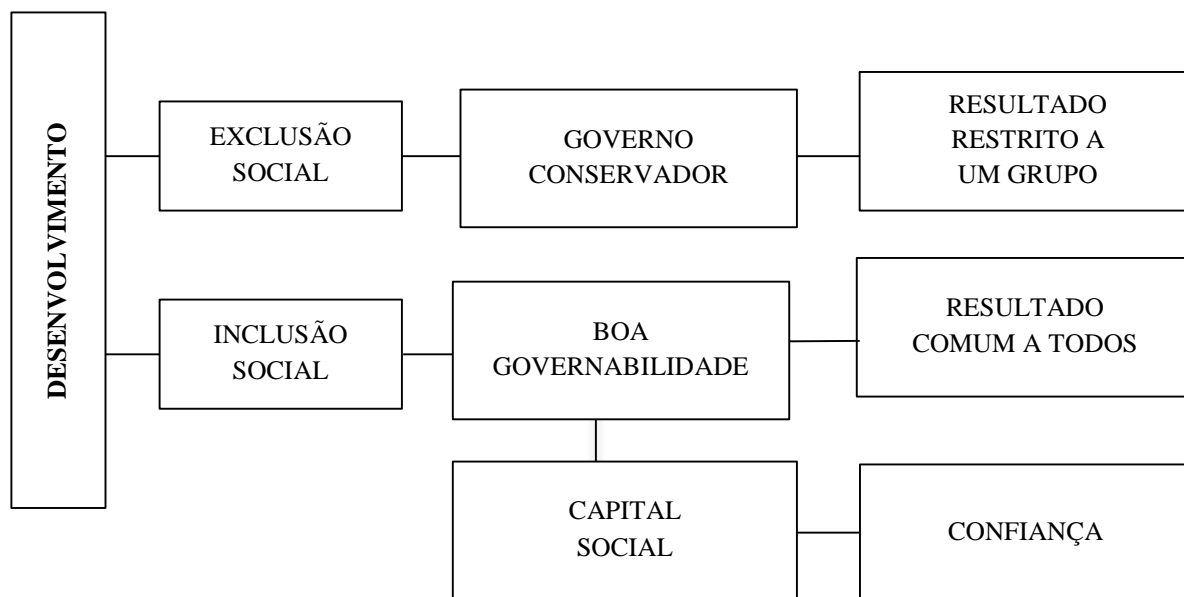
Sobre o exposto, é necessário considerar a relação existente entre a boa governabilidade e o desenvolvimento, questionando se “o desenvolvimento se tornou um problema de crescimento econômico puro e simples, ou uma questão de mudança da perspectiva e vida das pessoas” (SEN, 2000, p. 153), uma vez que a negação da participação social nas tomadas de decisões também pode ser considerada uma forma de exclusão. Nesse contexto, o autor afirma que a participação dos atores sociais nas decisões possibilitará a construção de uma sociedade mais justa.

De acordo com Sen (2000), a redução da pobreza e da desigualdade social estaria ligada à articulação que integra o aspecto econômico, a diversidade cultural e o desenvolvimento humano. Para Sen (1999, p. 50), “o desenvolvimento viria como as mudanças dos traços internos do país”, no que diz respeito à participação social e a forma de governo que envolve o Estado.

Sen (2000) argumenta que na sociedade contemporânea a visão de desenvolvimento é expressa de maneira antagônica, conforme ilustra a Figura 2, a seguir. A primeira fundamenta-se na exclusão de atores sociais na tomada de decisão em virtude do controle estatal e das leis de mercado. O Estado ao assumir uma postura conservadora desconsidera o bem-estar social em detrimento da acumulação de riquezas de uma minoria, os capitalistas.

A segunda respalda-se no princípio da boa governabilidade, em que o Estado considera a participação social uma estratégia inovadora e, por meio dessa, promove ações democráticas respaldadas nos laços de confiança, cooperação e reciprocidade com vistas o desenvolvimento do local, nesse contexto é importante destacar que a relação de confiança entre os atores sociais facilita determinadas formas de ação que visam o desenvolvimento. Nessa perspectiva, os atores sociais são propulsores e delimitam o seu próprio destino, uma vez que a capacidade humana é valorizada como elemento motivador.

Figura 2 – A participação social como elemento de desenvolvimento



Fonte: Organizado pela autora, com base em Sen (1999, p. 150-153) e Costa (2003, p. 153).

A associação do capital social com o desenvolvimento deve priorizar novos paradigmas com os quais possam confrontar os problemas da sociedade, como a redução da pobreza e promoção da democracia social. Desse modo, o capital social surge como um instrumento para se alcançar propósitos advindos do povo e não meramente como concordâncias, ou seja, cabe ao governo fazer as coisas e não simplesmente decidir. Costa (2003, p.148) ainda afirma que a cooperação e a confiança passam a fazer parte do novo processo de interação quando

[...] a sociedade civil passa a expressar-se em uma dimensão mais participativa, buscando canalizar as novas demandas sociais e obter uma legitimidade popular maior. Ao tratar da redistribuição de responsabilidades entre o Estado, a sociedade civil e o mercado, enfatizam-se ações que buscam a solidariedade e a justiça social como cimento que agrega esses blocos.

No entanto, o desafio atual está em encontrar um consenso sobre o que e como responder aos anseios da sociedade em relação ao seu bem-estar, como a coletividade. A Tese em questão parte do princípio de que a democracia social – participação de forças endógenas – articulada ao capital social são condicionantes e propulsores do desenvolvimento de forma autônoma para construir o capital social que maximizará suas oportunidades sociais e econômicas.

2.3 A participação de forças endógenas: elemento fundamental para o desenvolvimento local/rural

O conceito de desenvolvimento é polissêmico e, por ser evolutivo, está em constante processo de transformação, acompanhando o movimento dialético existente na sociedade. Na explicação de Oliveira (2003, p. 35), pensar o desenvolvimento local/rural é “pensar na participação da sociedade local, no planejamento contínuo da ocupação do espaço e na distribuição de processos de crescimentos”, é nesse contexto que os atores sociais – os pluriativos – são vistos na pesquisa.

Nessa perspectiva, o desenvolvimento deve ser entendido como um processo de crescimento que gera mudanças e transformações de ordem econômica, política, cultural e social. A concepção de desenvolvimento adotada nesta pesquisa não se limita ao fator econômico, pois se apoia na ideia de que os elementos locais (humanos, ambientais e institucionais) devem estar inseridos na política macroeconômica, a fim de promover o desenvolvimento do local/rural com vistas à utilização da atividade pluriativa no território.

Desse modo, pensar no desenvolvimento local/rural é pensar em uma forma de desenvolvimento que pode ser estruturada a partir do comportamento ou do costume dos atores locais e não por meio de planejamento centrado nas forças de mercado. Em outras palavras, o modelo de desenvolvimento adotado para fundamentar a pesquisa é o de desenvolvimento endógeno, centrado na ideia “de baixo para cima” que tem como foco o desenvolvimento pleno das potencialidades e habilidades humanas da sociedade local.

Do ponto de vista regional, segundo Amaral Filho (2001, p. 262):

O conceito de desenvolvimento endógeno pode ser entendido como um processo de crescimento econômico que implica uma contínua ampliação da capacidade de absorção da região, cujo desdobramento é a retenção de excedente econômico gerado na economia local e/ou a atração de excedentes provenientes de outras regiões.

Para ampliar a argumentação de Amaral Filho, que se restringe aos fatores econômicos, é necessário enfatizar que o entendimento de desenvolvimento adotado se estende a fatores sociais e culturais da vida humana, em especial à capacidade que os indivíduos têm de participar das decisões e do planejamento daquilo que lhes interessa. Nesse sentido, Sen (2000, p. 29) argumenta que

[...] O desenvolvimento está relacionado com a melhoria da vida que levamos e das liberdades que desfrutamos. Expandir as liberdades que temos razão para valorizar não só torna nossa vida mais rica e mais desimpedida, mas também permite que sejamos seres sociais mais completos, pondo em prática nossas

volições, interagindo com o mundo em que vivemos e influenciando esse mundo.

Acrescenta-se, ainda, conforme Boisier (2000, p. 166), que

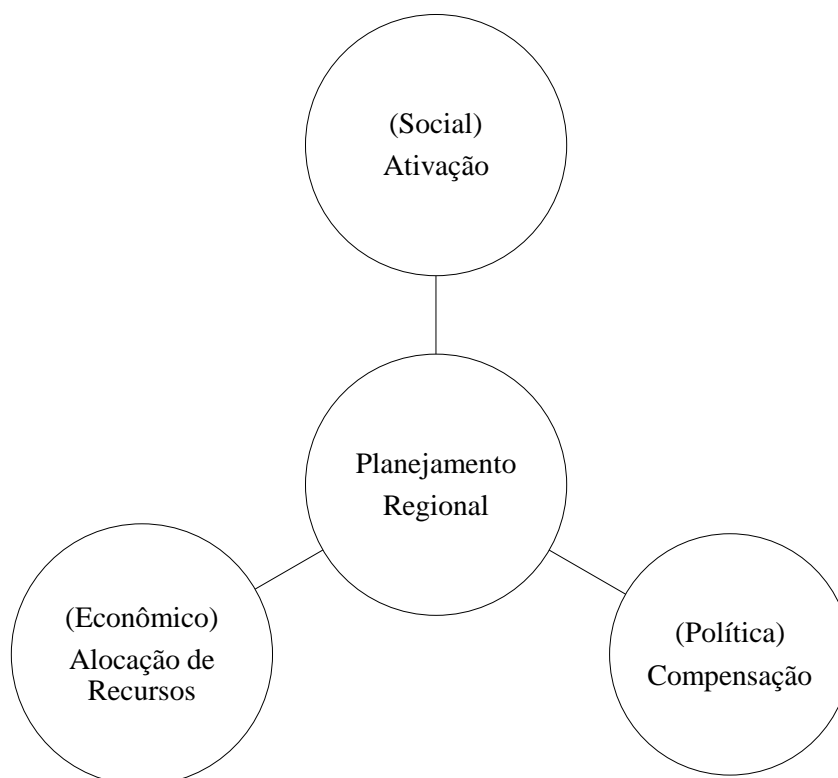
O desenvolvimento local é um processo de crescimento econômico e de câmbio estrutural que conduz a uma melhora no nível da qualidade de vida da população local, no qual se podem identificar três dimensões: uma econômica, em que os empresários locais usam sua capacidade para organizar os fatores produtivos locais com níveis de produtividade suficientes para ser competitivos nos mercados; outra, sociocultural, em que os valores e as instituições servem de base ao processo de desenvolvimento; e, finalmente, uma dimensão político administrativa em que as políticas territoriais permitem criar um entorno econômico local favorável, protegendo de interferências externas e impulsionando o desenvolvimento local.

Nesse processo, para que haja o desenvolvimento local/rural, pressupõe-se a integração dos fatores mencionados (econômico, sociocultural, político e administrativo), e que estes estejam em parceria com atores que atuam no local ou no território em prol do benefício coletivo. No entanto, é importante destacar que, a capacidade endógena ou a participação dos atores locais, mesmo sendo necessária, não é autossuficiente para o êxito do processo.

Ao destacar a importância do Estado no processo de desenvolvimento endógeno, Amaral Filho (2001) explica que o Estado quando prima pela descentralização administrativa, fiscal e financeira, articulando-se com as demais instituições públicas e privadas, tem alcançado efeitos positivos para o território. Portanto, o planejamento local/rural necessita tanto de forças e mecanismos exógenos quanto mecanismos endógenos, além de esforços governamentais, não governamentais; públicos e privados. De forma que o desenvolvimento endógeno se completa na capacidade que o território tem de reverter elementos externos em seu favor.

Para Boisier (1989), os fatores internos e externos, a exemplo do econômico, do sociocultural e do político administrativo, existentes no planejamento regional, quando integrados e retroalimentados podem promover o desenvolvimento local. A Figura 3 demonstra essa relação.

Figura 3 – Fatores do planejamento regional



Fonte: Organizado pela autora, com base em Boisier (1989, p. 167-168).

A alocação de recursos está relacionada à distribuição e controle desses recursos nas escalas inter-regional e inter-local. Para tanto, a compensação política deve se relacionar aos efeitos da política macroeconômica e setorial. Embora se saiba que, por esses fatores serem exógenos à região, há sempre uma dependência das decisões adotadas pelo Estado. Por isso, há a necessidade de uma ativação social, como força endógena atrelada à capacidade que a região ou o território possui para criar e reverter elementos políticos e econômicos a seu favor. Os três fatores (ativação social, alocação de recursos e compensação política) articulados e retroalimentados materializam o desenvolvimento pautado na perspectiva de baixo para cima. Isso porque, quando há descentralização da política regional, o Estado passa a adotar uma postura mais aberta e voltada para as particularidades do território, ampliando as bases de decisões dos atores locais. Com base nesses fatores e parafraseando Amaral Filho (1996), ainda se destacam outros elementos que devem corroborar o desenvolvimento endógeno proposto:

- adoção de um novo papel pelo Estado, com reformas de base, cujas mudanças reflitam na capacidade de investimento e modernização;

- estratégias de desenvolvimento regional e local, que além de gastos públicos mobilizem também investimentos do setor privado;
- valorização de novos fatores de produção como capital humano, ciência, tecnologia, pesquisa e desenvolvimento, conhecimento e informação, instituições e meio ambiente.

Sobre o exposto, Feitosa (2007, p. 137) explica que, “com a revalorização da dimensão espacial e a reestruturação produtiva, tanto o capital quanto a mão de obra deve ser capaz de criar novos produtos. [...] Com isso as regiões devem buscar potencializar o uso de recursos locais para ampliar sua capacidade de desenvolvimento”, bem como participar nas decisões que sobre o território. Atuando dessa maneira, os governos e as comunidades locais, não receberão “pacotes” públicos distantes de suas realidades.

Diante do exposto, é possível perceber que a transição de um modelo de desenvolvimento de “cima” para desenvolvimento de “baixo” perpassa a valorização do local. Desse modo, cabe a cada território definir sua própria estratégia, conforme o pensamento de Albagli (1998) que entende que o processo de globalização vem reafirmar as dimensões espaciais e, sobretudo, a valorização do local, na medida em que se acentua a importância dos lugares. Ou seja, as transformações advindas do processo de globalização de cunho político, econômico, cultural e social afetou a sociedade nas últimas décadas e vêm apontando para um novo paradigma de desenvolvimento.

Putnam (2002 apud FURTADO, 2000, p. 24), ao discorrer sobre as transformações decorrentes do novo paradigma de desenvolvimento, esclarece que

[...] O movimento de mundialização tende a diminuir a força do Estado, atribuindo-lhes novos papéis e fazendo surgir outras instituições. Em consequência, emerge a necessidade de os organismos locais intervirem em seus ambientes, para a mobilização da sociedade e para a exploração de suas potencialidades, como forma de se relacionarem com a autonomia diante da internalização da economia.

Furtado (2000) acrescenta que em todo o mundo, assim como no Brasil, vê-se a transferência de funções e responsabilidades da Federação para os Estados e dos Estados para os municípios. Tal prática estimula “a sociedade em assumir a tomada de decisão, a execução de atividades, a gestão de recursos e a prestação de serviços anteriormente realizados pelo Estado” (FURTADO, 2000, p. 25).

Benko (2002, p. 228) reitera que a “política de desenvolvimento implica igualmente estratégia de financiamento e de formação, e passa pela descentralização dos níveis de decisão

política, econômica e financeira”. Nessa perspectiva, pode-se perceber que o fortalecimento do poder local consiste no exercício dos atores sociais em tomar decisões concernentes a sua comunidade; desse modo, a discussão sobre o capital social é indispensável para entender o desenvolvimento local/rural e a dinâmica que envolve a o capital social.

2.4 Capital social e desenvolvimento endógeno: conceitos e particularidades

Partindo do princípio de que o território é uma construção social, este passa necessariamente pela consolidação de um capital social. Em outras palavras, “o território é o espaço onde os homens e as mulheres se identificam culturalmente e geograficamente, definindo, politicamente, um modelo de desenvolvimento econômico, político e ambiental” (COUTO FILHO, 2007, p. 157). Assim, o território deve ser analisado e até mesmo planejado tendo em vista o uso democrático, justo e sustentável do espaço, para que “a cooperação existente entre os atores sociais possa estabelecer mecanismos institucionais que promovam sistemas participativos capazes de formular soluções de ‘baixo para cima’” (COUTO FILHO, 2007, p. 158). Com o acréscimo de Muls (2008, p. 8) de que

[...] A teoria tradicional do desenvolvimento apresenta o território como sujeito da ação coletiva em prol do desenvolvimento econômico local. Através de seus organismos e instituições, o território apresenta-se como o principal agente promotor deste desenvolvimento. [...] Ao endogeneizar o papel do território, estamos querendo dizer que cada grupo de instituição e de organismo locais responsáveis por estas trajetórias de crescimento – cada arranjo institucional bem sucedido – é específico para o território, sendo um produto de seu próprio contexto e o resultado de sua própria construção.

No cenário mundial a descentralização político-administrativa passou a ser predominante no território. Essa nova orientação toma como pressuposto a capacidade dos territórios de promover o desenvolvimento autônomo e endógeno, a fim de atender às demandas da sociedade civil e a permitir a sua participação na gestão de políticas públicas, no intuito de propor estratégias de desenvolvimento para o local/rural com vistas à redução das desigualdades. Destacam-se, assim, os argumentos de Ortega (2008, p. 58), isto é,

[...] A capacidade organizativa da sociedade seria fundamental para o seu processo de desenvolvimento, e uma nova orientação de políticas, em que o mecanismo de transferência de recursos deveria ser desempenhado de forma a respeitar a autonomia das localidades, que criaria a responsabilidade em nível local. [...] Dessa forma a base do desenvolvimento local estaria na identificação, ou a criação, de uma cultura cooperativa nas comunidades. E,

seria, assim, da experiência dessa cultura que se centraria na crença de uma perspectiva de desenvolvimento alicerçada em capacidades e recursos existentes em nível local.

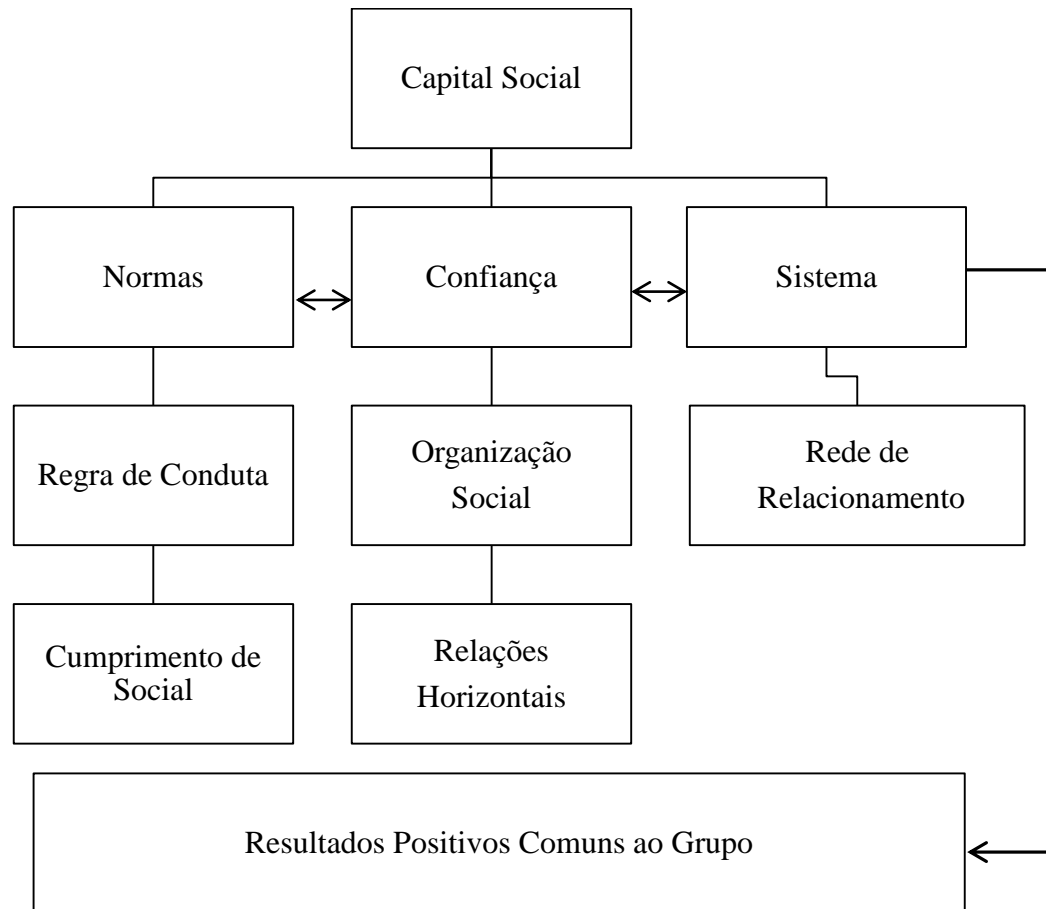
De acordo com o que foi apresentado, é necessário compreender a relação existente entre o desenvolvimento e o conceito de capital social, bem como seus aportes teóricos para que se tenha clareza de como os elementos endógenos podem promover o desenvolvimento local/rural com vistas à prática da pluriatividade.

A noção de capital social surge com a ciência política, que tinha como princípios as proposições de Tocqueville, para se referir à capacidade da sociedade em se auto-organizar. O conceito de capital social ganhou relevância no meio acadêmico com a publicação da obra *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*, de Robert Putnam, a qual analisava as transformações da terceira Itália. O trabalho de Putnam foi um dos pioneiros a relacionar o conceito de capital social às teorias de desenvolvimento. O conceito de capital social teve sua origem em 1970, quando os sociólogos analisaram o mercado de trabalho e as novas formas de organização da economia. Mas, tal conceito só teve acesso quando Putnam associou o conceito de capital social aos fenômenos políticos e econômicos, conforme expõe Muls (2008, p. 7):

[...] Para Putnam a mediação micro-macro-micro, ou seja, partindo-se de fundamentos comportamentais, o micro é analisando como estes comportamentos influenciam o desempenho agregado e voltando deste nível agregado para o indivíduo, num mesmo mecanismo de retroalimentação que cria um círculo virtuoso entre comportamento social (normas, valores, hábitos políticos, etc.), desempenho macro (seja o bom desempenho político, econômico ou institucional), aumento do capital social de uma comunidade ou região para novamente retornar ao comprometimento dos agentes com as normas sociais e comportamento preestabelecidos, por sua vez criando mais capital social.

Putnam (2002, p. 177) define, ainda, que “o capital social diz respeito a características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuem para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas”. O argumento de Putnam é o de que regiões que têm uma forte tradição de engajamento cívico (elevado toque de capital social) conseguem acionar mecanismos que melhorem o desempenho das instituições e dos governos locais, como ilustra a Figura 4, a seguir.

Figura 4 – Elementos Fundantes do Capital Social segundo Robert Putnam



Fonte: Organizado pela autora, com base em Putnam (2002, p. 177).

Para Putnam, a confiança é um elemento basilar do capital social e promove cooperação entre os indivíduos que formam uma comunidade. À confiança somam-se as normas e o sistema de participação (associações, cooperativas etc.) – elementos que juntos fortalecem o capital social, promovendo benefícios para a comunidade como um todo. Isso porque os laços de cooperação e o(s) objetivo(s) que envolve(m) o grupo reforçam o capital social, evitando comportamentos negativos baseados na desconfiança, omissão, exploração, desordem que tende a surgir desequilibrando a colaboração existente.

A norma e a cooperação existentes em uma rede sistêmica formada por atores sociais engendram laços de associativismo que vão resultar em um bem comum à comunidade. Sobre isso, Putnam (2002) argumenta que a capacidade de organização de uma comunidade ou de seus atores sociais associados ao cooperativismo, ao associativismo e à solidariedade constituem elementos propícios para promover o desenvolvimento. Tal desenvolvimento é percebido quando são comparadas as famílias que têm sua tradição estruturada no capital social,

e conseguem lograr êxito, em relação a famílias que estão em condições opostas. Ferrari (2003, p. 17) ainda esclarece que

[...] O capital social é definido pela sua função. Ele está sempre presente quando houver uma característica na organização social que, intencionalmente ou não, potencializa o trabalho humano, coordenando as atividades dos agentes como resultados produtivos. Por exemplo, a confiança mútua permite que uma sociedade possa usufruir os ganhos de produtividade, oriundos da divisão do trabalho, sem que os custos de transação tornem as trocas inviáveis. De maneira, uma regra de conduta que coíba o oportunismo, torna a sociedade mais eficiente visto que menos recursos precisam ser destinados para o cumprimento dos contratos. [...] Dessa maneira, o capital social pode viabilizar a oferta de bens públicos que, de outra forma, não seriam produzidos/ofertados.

No que refere à capacidade de organização e ao sistema de participação, em análise das hipóteses de Putnam sobre as diferenças regionais entre o norte e sul da Itália, Ferrari (2003, p. 27) esclarece que

[...] Só conseguem acumular capital social aqueles que já têm uma longa tradição de solidariedade, cooperação e associativismo. Nas regiões do norte da Itália que tinham tradição de atitudes positivas face à vida coletiva mais democrática e liberal foram justamente aquelas que se desenvolveram nos últimos 20 anos, ao contrário das que não tinham essa tradição, que continuam amargando no atraso.

Sobre o desenvolvimento local e as redes de relações interpessoais, Bandeira (1999, p. 20) reitera que

[...] Fazem parte do capital social, portanto, os traços culturais característicos de uma comunidade que contribuem para fazer que seus membros se tornem propensos a colaborar na solução de problemas de interesse comum. Incluem-se aí, por exemplo, as redes de relações interpessoais e os sentimentos de confiança mútua entre os indivíduos que constituem essa comunidade, que tornam possível o empreendimento de ações conjuntas que resultem em proveito da coletividade.

Conforme o exposto, o capital social representaria uma alternativa para a comunidade se articular e participar das tomadas de decisões que antes eram feitas de forma vertical. Dessa forma, o capital social contribui para que os membros da comunidade/atores sociais se tornem propensos a buscar alternativas que resolvam problemas comuns a comunidade, uma vez que a confiança existente entre os indivíduos favorece e gera ações conjuntas que resultam em proveito da coletividade.

Entretanto, vale ressaltar que vários estudos realizados por cientistas sociais abordam de formas distintas o conceito de capital social. Logo, buscar uma única definição para o conceito não é uma tarefa fácil. O Quadro 2 apresenta, de forma cronológica, a evolução conceitual de capital social.

Quadro 2 – Autores e definições sobre o capital social

Ano	Autor(es)	Definições
1998	Narayan	Capital social [...] são <i>normas</i> e relações sociais embebidas na estrutura social da <i>sociedade</i> que possibilita às pessoas coordenar ações e atingir metas desejadas (1998, p. 6).
2000	Putnam	O capital social diz respeito a características da <i>organização social</i> , como confiança, normas e sistemas, que contribuem para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas (2000, p. 177).
2000	Woolcock	[...] capital social refere-se a normas e redes que possibilitam às pessoas agirem coletivamente (2000, p. 226).
2001	Fukuyama	O capital social consiste de normas ou valores compartilhados entre um grupo de pessoas que promove <i>cooperação e confiança</i> entre eles; [...] (2001, p. 6).
2001	Bagnasco	O capital social é uma trama de relações construídas ao longo do tempo e baseada numa cultura cooperativa, na <i>confiança</i> mútua e em forma de <i>organização social</i> às quais novos rumos podem ser dados. A família, as associações e as redes comunitárias são, nesse sentido, vistas como recursos para o desenvolvimento (2001, p. 359).
2003	Mayer	O capital social é baseado em redes horizontais de reciprocidade e confiança, e produz resultados positivos (2003, p. 125).

Fonte: Organizado pela autora, com base em Pereira (2007, p. 104).

Portanto, vale explicitar que as discussões sobre o conceito de capital social são múltiplas, portanto não há uma única definição para o termo. De modo geral, o capital social se refere à capacidade que um grupo de pessoas de um dado lugar ou região tem em se organizar em torno de um objetivo comum. E para que esse objetivo seja atingido, cada pessoa deve subordinar seu(s) interesse(s) em prol do objetivo coletivo.

Conforme demonstrado, há em comum cinco elementos presentes nas definições de capital social, sendo eles: a sociedade, a organização social, as normas, a cooperação e a confiança. Diante disso, o conceito de capital social estabelecido na pesquisa perpassa a articulação desses elementos. E o conceito que mais se aproxima dessa articulação é definido por Pereira (2007), com base nas contribuições de Putnam, que compartilha a ideia de que o “capital social é definido, de forma sintética, em termo de redes, normas e valores, e a forma como estes permitem agentes e instituições serem mais efetivos em alcançar objetivos comuns” (PEREIRA, 2007, p. 103). Ou seja, o conceito de capital social adotado é de um bem público e

coletivo, que está inserido na estrutura social, sendo capaz de beneficiar um grupo como um todo. Para Vale (2007, p. 64), o capital social “age como indutor de democracia e de desenvolvimento econômico e, estando ligado a certas características da organização social [...] contribui para aumentar a eficiência da sociedade”. Dessa forma, pode-se perceber que os cinco elementos, quando articulados, alcançam objetivos comuns e representam uma estratégia corporativa e um propulsor do desenvolvimento econômico. Pensar no capital social é pensar no desenvolvimento do território ou região. Assim sendo, Melo (2007, p. 270), ao explicar a relação entre o capital social e o desenvolvimento local, acrescenta que

[...] O capital social é um bem público que tem por objetivo estabelecer a coordenação e a governança do núcleo de produção através das interações contínuas e compromissos sociais que vão se constituindo entre os indivíduos. O principal aspecto do capital social é a confiança, condição essencial para a cooperação e a formação de redes de relacionamentos, através de associações e cooperativas de pequenos produtores e empresas, facilitando dessa forma o processo de transação do mercado.

Evans e Syrett (2007, p. 53) reiteram que o “capital social pode ser concebido como uma forma de capital comparável a outras formas de capital dentro do processo de desenvolvimento econômico”. Para elucidar como o capital social pode promover o desenvolvimento, Pereira (2007) explica que o capital social existe num ambiente onde há práticas colaborativas e participativas pode conduzir uma comunidade ao desenvolvimento econômico e social. Tal perspectiva ocorre quando os atores sociais conseguem interagir com o governo para analisar os fenômenos e fatores locais, a fim de promover o desenvolvimento local. Nesse sentido, “o capital social é o elo que une as condições internas locais e que possibilitará o desenvolvimento da comunidade” (PEREIRA, 2007, p. 113), pois a colaboração entre os indivíduos e as empresas pode promover ações conjuntas e de complementaridade produtiva.

Outro elemento que deve ser destacado é a presença da sinergia entre as pequenas empresas e a comunidade local, essa relação constitui importante estratégia de desenvolvimento para o local, porque fortalece a descentralização política e promove a existência de sistemas horizontais.

Sobre as relações horizontais, Pereira (2007, p. 105) argumenta que os “sistemas horizontais agregam agentes e atores sociais que possuem o mesmo *status* e poder, promovem sólidas regras de reciprocidade, facilitam a comunicação e melhoram o fluxo de informação sobre a compatibilidade do indivíduo”. Putnam (2002), por sua vez, faz a distinção entre

sistema vertical e sistema horizontal na organização da sociedade civil. O autor esclarece que no sistema vertical as relações existentes entre os atores sociais são de hierarquia e de dependência. No sistema horizontal, as relações se estabelecem por meio de laços de cooperação e confiança.

O fortalecimento da cooperação e da confiança entre as pessoas eleva o aumento de uma consciência coletiva e, em decorrência disso, os agentes envolvidos atuam de forma colaborativa para promover alterações de ordem econômica no território. A mobilização e a organização dos saberes quando articulados à emancipação social e política evidenciam uma aproximação de modelos gerenciais voltados para uma gestão democrática e participativa, envolvendo políticas de austeridade e desregulação.

Nesse sentido, o capital social representa para o território não somente normas e valores existentes entre grupos e indivíduos, que por meio da cooperação coletiva podem coordenar ações e alcançar metas, mas é, antes de tudo, uma ligação entre o sistema local e sua governança, que por meio dessa articula formas democráticas de administração do sistema local.

Muls (2008) explica, que o conceito de governança tem ganhado abrangência na literatura sobre desenvolvimento local, na medida em que tem enfatizado a necessidade de se criar uma nova interface entre o poder público, o setor privado e a sociedade civil, com o intuito de se promover não apenas o desenvolvimento, mas a sua descentralização e melhor distribuição regional.

A expressão governança ‘*governance*’ teve origem na década de 1980, nos Estados Unidos, com as teorias das firmas e também na ‘governança corporativa’ quando o Banco Mundial começou a questionar e a buscar uma forma eficiente de como o Estado poderia abranger as dimensões sociais à gestão pública. Posteriormente, tal expressão foi discutida na Inglaterra e se expandindo por toda a Europa, chegando ao Brasil nas últimas décadas.

Segundo o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), em análise do documento do Banco Mundial *Governance e Development*, a definição de governança passou a ser articulada à ideia de poder, governar e de saber administrar recursos sociais e econômicos, a fim de promover o geral desenvolvimento. No entanto, vale ressaltar que, assim como o capital social, a definição de governança é abrangente e frequentemente empregada em vários ramos da ciência social, a exemplo da Administração de Empresas. De acordo com a IBGC (2009, p. 32), “a governança corporativa está relacionada à prática e aos relacionamentos entre os acionistas/contistas, conselhos de administração, diretoria, com a finalidade de otimizar o desempenho da empresa e facilitar o acesso ao capital”, ela surge com a teoria econômica tradicional e ganha adesão na gestão de empresas.

Conforme Cassiolato e Lastres (2002, p. 13-14), o termo capital social foi utilizado primeiramente para “descrever mecanismo de coordenação e controle de redes internas e externas às empresas, estando referenciado ao grau de hierarquização das estruturas de decisões das organizações”.

Cassiolato e Lastres (2002, p. 13-14), ainda esclarecem que posteriormente o termo foi utilizado para designar,

[...] processos complexos de decisões levando a: repartição de poder entre governantes e governados, descentralização de autoridades e das ligadas ao ato de governar, bem como parcerias entre o público e privado; conjunto de redes organizadas, gestão das interações, sistema de regulação e mecanismos de coordenação e negociações entre atores sociais.

Como foi exposto previamente, a governança não se restringe aos conteúdos gerenciais, administrativos e ao funcionamento do Estado e das empresas, mas, como propõe Santos, M. (1997, p. 342), a governança também se refere

[...] a padrões de articulação e cooperação entre atores sociais e políticos e arranjos institucionais que coordenam e regulam transações dentro e através das fronteiras dos sistemas econômicos, ‘incluindo’ não apenas os mecanismos tradicionais de agregação e articulação de interesses, tais como os partidos políticos e grupos de pressões, como também redes sociais informais (de fornecedores, famílias, gerentes, cidadãos locais, trabalhadores) de diversas associações de diversos tipos.

Entretanto, vale destacar que a análise da governança adotada na pesquisa está voltada para práticas que articulam a equidade social, direitos humanos ao desenvolvimento e crescimento econômico com vistas a fundamentar os elementos tangíveis que respaldam a descentralização do Estado e as relações de poder e gestão que envolve a pluriatividade, uma vez que a governança é representada por dois tipos de poder na tomada de decisão: a centralizada e a descentralizada.

Conforme Cassiolato e Lastres (2002), a governança centralizada se baseia na relação verticalizada observada nas grandes empresas, na qual a autoridade é claramente internalizada dentro da empresa que é capaz de coordenar as ações para o local. E a governança descentralizada é sustentada em relações horizontais, na qual é marcada pela forte intensidade de relações entre um amplo número de agentes, onde todos têm a mesma participação.

A governança pauta-se nas relações de poder horizontais e contribui para que os membros se tornem propícios a colaborar na solução de problemas existentes no local. Desse

modo, a participação da sociedade civil e a articulação de atores sociais podem promover ações relacionadas ao desenvolvimento do local por meio de práticas criativas e ações empreendedoras, como é o caso das atividades agrícolas, não agrícolas e das pluriativas, que surge também com a capacidade criativa e da inovação dos atores sociais em propor projetos a serem executados na e pela comunidade.

A criatividade está emergindo como elemento que auxilia no desenvolvimento local/rural. A evolução do conceito da criatividade ganha destaque na Geografia por estar relacionada à territorialidade humana e por representar uma nova forma de adaptação da sociedade em relação ao avanço da ciência e da tecnologia.

É importante contextualizar que desde a pré-história o homem faz uso da criatividade. Da fala até as mais primitivas tecnologias nasceram da necessidade de superar obstáculos. Assim, pode-se concluir que a criatividade sempre foi um atributo da criação humana, estabelecendo, assim, uma base para sua evolução.

Na antiguidade, a criatividade era considerada um dom divino, mas, a partir da Idade Média e especificamente na passagem do século XX para o século XXI, a criatividade passou a ser associada à inteligência. Hoje, segundo Gurgel (2006, p. 13), a criatividade deve ser entendida como “fenômeno multifatorial e multidimensional, que não leva em consideração apenas fatores individuais e cognitivos, mas também os psicossociais, como a influência aplicada no conjunto de relação no processo de criar”. Do ponto de vista etimológico, o conceito de criatividade está relacionado ao termo criar, que vem do latim *creare*, que significa dar existência, sair do nada, estabelecer relações até então não estabelecidas pelo indivíduo visando a um fim.

Ao longo da história a criatividade sempre esteve presente como um dos motores do desenvolvimento humano, isso porque a criatividade vem se evidenciando na criação de novos produtos, novos processos, novos serviços e principalmente na solução de problemas. Nessa perspectiva, a criatividade está ligada à capacidade de adaptação que se relaciona com as mudanças técnicas, políticas e econômicas decorrentes do mundo contemporâneo. Desse modo, é possível afirmar que a inovação, a criatividade e o capital social, atrelados à noção de sustentabilidade, poderão favorecer os atores sociais, bem como, melhorar suas condições de vida.

No contexto do desenvolvimento local e especificamente no desenvolvimento de atividades rurais, os fatores de produção tradicionais (capital, trabalho e recursos naturais) já não são suficientes para assegurar o progresso e até mesmo para garantir a continuidade do homem ao campo. Cada vez mais, o conhecimento, a criatividade e a tecnologia vêm

contribuindo e assumindo papel estratégico no processo de desenvolvimento. No entanto, é necessário ressaltar que o conhecimento em si não é suficiente. É necessário que esse se torne aplicável e tangível, ou seja, é necessário aplicar o conhecimento para resolver problemas concretos.

Sobre o conhecimento, elementos de natureza cognitiva, ou seja, o desenvolvimento de ideias/conceitos, atrelados à criação/instrumentalização, desde a pré-história, têm contribuído para o desenvolvimento da humanidade, ora pela necessidade, ora pela superação de obstáculos. Tais elementos, unidos ao capital social vêm ganhando *status* de ferramenta essencial para o desenvolvimento local. A capacidade de criação e a adaptação às mudanças causadas pelo avanço da tecnologia advindo do sistema capitalista tornaram esses dois elementos um dos principais atributos para se buscar a sobrevivência. A respeito disso, pode-se afirmar que a inovação e a criatividade são, hoje, reconhecidas como elementos determinantes do desenvolvimento econômico.

A interface entre criatividade, capital social e desempenho tem sido valorizada no ramo econômico, nas discussões sobre o desenvolvimento local/rural e no estudo da pluriatividade. Desse modo, a habilidade, o conhecimento tácito⁶, o contato *face-face*⁷, o *know-how*⁸ de atores sociais, quando estruturados na própria teia de relações sociais locais, geram ações empreendedoras com vistas ao desenvolvimento do próprio território, isso porque o empreendedorismo emerge como uma “forma de preencher uma lacuna deixada com diminuição da oferta de emprego, e cria novas oportunidades de inserção no mundo do trabalho. Assim a criatividade é resgatada no processo de trabalho, como um traço característico do empreendedor” (GURGEL, 2006, p. 13).

⁶ Conhecimento tácito, por sua vez, é o conhecimento que reside em crenças, valores, saberes e habilidades do indivíduo ou organização. Incluem-se aí: i) saberes sobre o processo produtivo que não estão disponíveis em manuais; ii) saberes gerais e comportamentais; iii) capacidade para resolução de problemas não codificados; iv) capacidade para estabelecer vínculos entre situações e interagir com outros recursos humanos. O conhecimento tácito geralmente encontra-se associado a contextos organizacionais ou geográficos específicos, com o que é o caso de arranjos produtivos locais. Tal característica contribui para sua circulação localizada e dificulta ou mesmo impede sua transmissão, acesso e uso por atores externos a tais contextos. O aprendizado interativo é a principal forma de transmissão de conhecimento tácito (ALBAGLI; BRITTO, 2002, p. 4).

⁷ *Face-face* ou conhecimento horizontal.

⁸ Conhecer como (*know-how*) refere-se às habilidades e capacitações que permitem fazer algo e é o que mais se aproxima do conceito de conhecimento tácito, não se reduzindo simplesmente ao conhecimento prático. É tipicamente um tipo de conhecimento desenvolvido e mantido no âmbito das organizações, mas à medida em que a complexidade da base de conhecimentos se amplia, a cooperação entre organizações tende a desenvolver - se, de modo a promover o compartilhamento e a combinação de elementos desse tipo de conhecimento. (ALBAGLI; BRITTO, 2002, p. 11).

2.5 A abordagem territorial para pensar o desenvolvimento local/rural e a pluriatividade

A abordagem territorial surge em resposta à emergência de uma escala analítica que dê conta de processos sociais e econômicos que ocorrem em espaços dinâmicos e distintos. No contexto da contemporaneidade, tal abordagem possibilita entender a relação existente entre o local e o global, que resulta na “nova construção do espaço e do novo funcionamento do território” (SANTOS, M., 2002, p. 16).

Assim, o desenvolvimento territorial ganha espaço em detrimento do desenvolvimento regional. Para alguns autores, a análise regional limitou-se aos aspectos de classificação ambiental, como o clima, a vegetação e o relevo e para tipificar, caracterizar e comparar espaços econômicos, conforme argumenta Souza (1996, p. 2):

[...] Aquela velha noção de região, como um subespaço de longa maturação e construção, definida, não resiste à aceleração contemporânea. Essa antiga postura já vem sendo superada na própria ciência geográfica: hoje as regiões sofrem mudanças repentinas na forma e no conteúdo. Elas brotam no território, como circunscrição de uso. É, portanto, o território usado e não a região a categoria de análise. A região é um recorte espacial, assim como o lugar, portanto eivados de ideologia, que hoje é ao mesmo tempo um dado da essência e da existência. E o espaço geográfico é um sistema indissociável de objetos e ações.

Egler (2006), por sua vez, explica que o desgaste teórico e prático da abordagem regional está na incapacidade técnica e analítica da categoria região que se limita à unidade de referência. Dessa forma, a região ou a abordagem regional não dá conta de analisar as ações e as políticas públicas destinadas à promoção do local, visto que o local interage com o aparecimento da supressão do espaço-tempo, com o avanço da globalização e com a internacionalização da economia.

Entretanto, Santos, M. (2002) e Haesbaert (2008) afirmam que a região não desaparece. Para Santos, M. (1999, p. 16), “a região continua a existir, mas com um nível de complexidade jamais visto pelo homem. Agora, nenhum subespaço do planeta pode escapar ao processo conjunto de globalização e fragmentação, isto é, de individualização e regionalização”. Ainda conforme Santos, M. (1994, p.102), não pensamos que a região tenha desaparecido. O que esmaeceu foi a nossa capacidade de reinterpretar e de reconhecer o espaço em suas divisões e recortes atuais, desafiando-nos a exercer plenamente aquela tarefa permanente dos intelectuais, isto é, a atualização dos conceitos.

As novas concepções teóricas incorporam o lugar no processo de internacionalização/globalização da economia, assim, as ciências sociais, em especial a

Geografia, redefinem sua categoria de análise para o território, a fim de acompanhar a dinâmica proposta pela economia na década de 1970, que entra em transição, passando de um modelo regulatório de acumulação e de organização industrial fordista-keynesiano para um modelo de produção pós-fordista e de acumulação flexível. Essa transição deu início às mudanças sensíveis associadas às técnicas de produção, gerenciamento do sistema produtivo, organização espacial da indústria, regulamentação e controle do mercado, inserção do local e do Estado na economia nacional e internacional e a descentralização do Estado.

Com a passagem do sistema fordista para o sistema de produção flexível, o padrão existente da dinâmica territorial centrado na produção em massa, daria lugar à produção especializada, flexível, centrada na terceirização, na diminuição das hierarquias das empresas e na diversificação dos produtos especializados para competir com o mercado mundializado. Desse modo, “a introdução de técnicas de produção flexíveis, assim como de variedades de novos produtos, abriu perspectivas na reorganização do processo de produção global” (BENKO, 2002, p. 29).

A globalização intensificou um processo de desenvolvimento local constituído por uma dinâmica endógena. Com base nas transformações do modelo capitalista de produção, as transformações do planejamento regional tiveram sua origem fundamentada em alguns fatores estruturais que foram destacados por Hansen (2003, p.13-14):

- as mudanças dos papéis dos atores regionais que ficavam restritos ao Estado central e passaram a partilhar suas decisões com atores locais (estaduais, municipais e atores sociais), tal descentralização do poder trouxe para o local maior participação na tomadas de decisões sobre o território;
- a reestruturação da força produtiva que descentralizou a produção dos grandes centros industriais, realocando-os para novos territórios onde foram instaladas pequenas e médias empresas⁹. Tal ordenação provocou a distribuição e a desconcentração da produção pelo mundo;
- a globalização, iniciada na década de 1980, com a abertura econômica e o desenvolvimento tecnológico tem incentivado a concorrência entre os territórios, que buscam capturar investimentos. Em resposta, o local tem investido em fatores competitivos que possam afetar a micro e a macroeconomia;

⁹ Os sistemas produtivos da região do Vale do Silício na Califórnia, a Rota 128 em Massachusetts e os Distritos Industriais da Terceira Itália, Tecnopolos na Europa e no Japão.

- o surgimento de setores industriais de alta tecnologia que impulsionou a criação de ambiente inovador organizado em cadeias produtivas, com tais aglomerações fortalecendo os centros industriais de alta tecnologia e a formação de centro de formadores de mão de obra qualificada. O desenvolvimento desse setor vai alterar a relação de produção, de consumo e de trabalho em todo o mundo;
- a inovação associada ao desenvolvimento tecnológico é outro fator que corrobora o desenvolvimento industrial e a sobrevivência do mercado no mundo dito globalizado. Sendo assim, os ambientes baseados em novas tecnologias vêm sendo utilizados como propulsores do desenvolvimento econômico local e/ou regional. Isso porque as empresas estão cada vez mais inovando, diversificando e diferenciando seus produtos e os meios de produção, devido à concorrência e à abertura de mercado;
- a presença de infraestrutura física e a diversificação de fixos, como rodovias, portos, ferrovias, armazéns, aeroportos, redes de comunicação, facilitam a circulação de mercadoria e de informações dos diversos fluxos que estão envolvidos nas relações de produção e comercialização.

Vale destacar, ainda, que as mudanças da economia do fim da década de 1990, caracterizadas pela passagem de uma economia de base industrial para uma economia baseada no conhecimento, no serviço, no desenvolvimento tecnológico e na globalização econômica, impulsionariam a consolidação de uma Nova Economia.

Krugman (1991) considera a participação dos agentes locais um elemento de suma importância para o desenvolvimento da dinâmica regional ou territorial. Para o autor, os agentes locais (atores e protagonistas) desempenham papéis importantes e estão inseridos na organização de fatores internos de produção e na coordenação de processos acumulativos. Em conformidade com o exposto, Amaral Filho (2001, p. 267) afirma que “o modelo de desenvolvimento passa a ser estruturado a partir dos próprios atores locais, e não mais por meio do planejamento centralizado em forças puras de mercado”. Diante de tais posicionamentos, é possível perceber que a presença dos agentes locais tem assumido um papel significativo na economia e repercute diretamente no desenvolvimento da economia local.

Com base nas características apresentadas, pode-se afirmar que o território que possuir as características listadas se tornará um ambiente atrativo do ponto de vista econômico, uma vez que terá condições de agregar rendimentos externos e internos. Na discussão sobre a nova economia e o desenvolvimento territorial há uma valorização do território, sendo esse um

ambiente inovador ligado “a um coletivo de atores, bem como recursos humanos e materiais, e não se constitui em um universo fechado, ao contrário, ele está em permanente relação com o exterior” (AMARAL FILHO, 2002, p. 12). Por essa forma de pensar, os elementos internos do território, somados às forças externas, passaram a ter uma forte influência e importância na dinâmica regional e territorial.

Segundo Oliveira (2009), o conjunto de modificações apresentadas aprofundaram o caráter de especialização produtiva das regiões e das localidades que passaram a buscar novas formas de mobilizar seus recursos competitivos diante da crescente concorrência intranacional e internacional. De forma que tais mudanças passaram a redirecionar as estruturas e os projetos de desenvolvimentos para o local.

Nesse sentido, as mudanças estruturais ocorridas com os Estados nacionais e as atividades econômicas impuseram novos desafios quanto às formas de regulação e de planejamento nacional e regional. Assim, o planejamento e o desenvolvimento passaram de regional para territorial.

Frente às mudanças estruturais, a abordagem regional perdeu seu poder explicativo, na condição de referência teórica e conceitual, e tornou-se insuficiente como instrumento de planejamento normativo das ações práticas do Estado e dos agentes políticos e sociais. Em decorrência disso, a abordagem territorial emerge quando o conceito de território se torna fundamental para apreender a produção e uso do espaço geográfico, pois “se refere às relações de poder entre indivíduos, grupos sociais, instituições públicas e firmas privadas, que por sua vez, apresentam-se como principais atores no processo de produção do espaço” (CANDIOTTO, 2009, p. 323).

Sendo assim, a análise do território, ao vincular-se ao processo da globalização, passou a depender de decisões e iniciativas que são estabelecidas em função do território. Isso porque o território é entendido como nova unidade de referência para a atuação do Estado e para a regulação das políticas públicas destinadas ao desenvolvimento local/rural.

A abordagem territorial está, portanto, relacionada às mudanças socioeconômicas e político-institucionais do capitalismo em sua fase atual e aos efeitos da reestruturação dos processos produtivos, da descentralização das políticas públicas, da valorização da participação dos atores da sociedade civil e da redefinição do papel do poder público que redefiniu o planejamento regional. Segundo Boisier (1995), essa abordagem consiste em uma expressão ampla que inclui o desenvolvimento de micro localidades (lugar, cidade, comunidade, entre outros), de meso localidades e de macro localidades. Saquet (2007, p. 173) ressalta que:

[...] a abordagem territorial consubstancia-se numa das formas para se compreender a miríade de processos, redes, rearranjos, a heterogeneidade, contradições, os tempos e os territórios de maneira a complementar a (i)materialidade do mundo da vida.

Nesse contexto de mudanças, de organização e de atuação política, os aspectos humanos e coletivos devem ser incluídos, a fim de buscar maior autonomia e bem-estar para a sociedade. Para Saquet (2007, p. 176), o desenvolvimento territorial deve ser “centrado na construção de uma sociedade mais justa, que possa construir sua autonomia e se autogovernar, produzindo um novo território e novas territorialidades”. Isso porque o planejamento territorial deve estar voltado para as transformações sociais, culturais, econômicas, políticas e institucionais que ocorrem sobre o espaço a partir da ação dos indivíduos em seus respectivos territórios, por meio da territorialidade.

O desenvolvimento territorial não se restringe ao crescimento econômico, mas consiste na articulação de demandas econômicas, políticas e sociais. Fernández (2004) explica que o processo de desenvolvimento é sustentado pelo aspecto econômico e também pela capacidade coletiva em realizar ações comuns, existentes no território, com vistas à melhoria das condições de vida da população. Saquet (2007, p. 77) complementa afirmando que é “necessário construir outra forma de organização política, identificada localmente, vinculada às necessidades dos indivíduos, à autonomia de cada lugar e ligada a outras experiências de desenvolvimento”.

Nesse sentido, o território assume um *status* de espaço relacional que, por um lado, propicia formas de apropriação e dominação e, por outro, potencializa a geração de uma arena de debates e possibilidades. São estas mesmas relações que permitirão o surgimento de outras relações e tornam o território complexo. Portanto, vale ressaltar que a própria sociedade imprime suas manifestações no uso do território, por meio de diferentes técnicas em diferentes tempos.

A análise da territorialidade e das mudanças societárias são imprescindíveis para se perceber o desenvolvimento do território. Nessa perspectiva, Boisier (1997, p. 56) reitera que:

O desenvolvimento territorial baseia-se ainda em três objetivos: no aperfeiçoamento do território entendido não como um *container* e suporte físico de elementos naturais, mas como um sistema físico e social estruturalmente complexo, dinâmico e articulado; no aperfeiçoamento da sociedade ou comunidade que habita esse território; no aperfeiçoamento de cada pessoa, que pertence a essa comunidade e que habita esse território. Assim, percebe-se que o desenvolvimento territorial consiste na articulação dos atores na busca de atender também suas demandas sociais, potencializando tanto capitais tangíveis (aspectos econômicos do

desenvolvimento) quanto intangíveis (capacidade coletiva para realizar ações em comum).

Frente a esse processo, Candiottto (2009) afirma que o Estado, por ser o gestor das políticas públicas que podem fortalecer ou fragilizar determinados grupos sociais, se constitui como ator que tem fundamental importância na gestão e desenvolvimento do território. Contudo, é com base nas relações entre o Estado, as firmas, as organizações sociais e os próprios indivíduos que podemos refletir e entender sobre o processo dinâmico de produção dos territórios. Assim sendo, a dimensão territorial pode servir para analisar o desenvolvimento rural frente à diversificação dos processos produtivos que foram impulsionados pelo desenvolvimento e modernização das técnicas de produção que se expandiram pelo campo, dando a esse espaço novas atividades e relações de trabalho, caso da pluriatividade.

2.6 A Pluriatividade

A incorporação da tecnologia ao sistema produtivo capitalista que se desenvolveu no Pós-guerra e se intensificou nos anos de 1980 marcaria a agricultura com profundas mudanças no processo produtivo e também na forma de comercialização.

Devido à modernização decorrente na estrutura agrária no período, as transformações ocorridas nos países industrialmente avançados resultaram na redução do número de propriedades agrícolas e na diversificação das formas produtivas, em decorrência da especialização da produção e da integração do setor agrícola aos demais setores da economia, por meio dos *agrobusiness*.

A modernização da agricultura alterou as relações de trabalho no campo e também modificou a forma de organização da agricultura familiar. Seus efeitos repercutiram na dissociação de um ou mais membro da família no processo de produção agrícola. Assim, as atividades do campo passaram a não mais se restringir à atividade agrícola, uma vez que o núcleo familiar passou a combinar atividade extra-agrícola para compor sua renda. Para Schneider (1994, p. 8-9),

[...] o processo de modernização da agricultura difundido internacionalmente pelos USA implicou, ao mesmo tempo, na difusão de um modelo de agroindustrialização da agricultura, com a utilização de tecnologias mecânicas e agroquímicas e de inovação bio-genéticas [sic] conhecidas, em seu conjunto, com a Revolução Verde. As propriedades que a partir do pós-guerra passam a cultivar poucas variedades e de modo intensivo (como cereais, gado de corte, gado leiteiro, etc.) são designadas de produtores *full time*, onde o chefe da

unidade exerce exclusivamente o *méritier griculteur* e tem a agricultura como uma única fonte de renda.

E, em meio a esta situação, os pequenos agricultores, com baixa ou pouca infraestrutura técnico-produtiva, reduzido acesso ao crédito, com a renda abaixo da média, e propriedades localizadas em áreas desfavorecidas (terras marginais ou com pouca fertilidade) ou montanhas, passam a perceber nos empregos extra-agrícola uma estratégia de manutenção de sua renda e de reprodução do núcleo familiar.

A diversificação das atividades agrícolas ganhou nos Estados Unidos na década de 1970 a terminologia de *part-time farming* e *full time farming*; na França essa diversificação era chamada de *pluriactivité* e *monoactivité*. Entre o período de 1970 e 1975, os termos *part-time farming* e *pluriactivité* e *full time* e *monoactivité* eram considerados sinônimos, mas a partir da década de 1980 estudiosos como Fuller (1984), Newby (1980), Anjos (1995), Carneiro (1993), Neves (1995), Schneider (1995) e Silva (1990) negaram essa equivalência.

Schneider (2005, p. 81) explica que *part-time farming* e *full time farming* “refere-se à utilização do tempo de trabalho na propriedade por parte do indivíduo ou da família”, sendo que *part-time farming* refere-se à quantidade de turnos destinados à agricultura e *full time farming* é a dedicação integral do tempo à agricultura. Já os termos *pluriactivité* e *monoactivité* referem-se à combinação de atividades desenvolvidas na propriedade. Sendo a *pluriactivité* a “combinação de uma ou mais formas de renda ou inserção profissional dos membros da família” (SCHNEIDER, 2005, p. 81), e a *monoactivité* a dedicação de tempo integral do indivíduo ou da família no desenvolvimento de uma atividade agrícola.

As transformações que ocorreram no campo, nos anos de 1980, levaram os estudiosos das ciências sociais a investigar a disseminação do fenômeno da diversificação das atividades e fontes de renda dentro das propriedades rurais. Tal fenômeno ficou conhecido como pluriatividade.

No âmbito acadêmico e social, Schneider (1994) ao analisar os trabalhos de Fuller (1984) identifica três fatores que contribuíram para o reconhecimento da pluriatividade na década de 1980. O primeiro foi a busca conceitual da pluriatividade, uma vez que a noção de *part-time farming* era impreciso para definir a relação existente entre gestão, unidade familiar, trabalho e renda. O segundo foi o reconhecimento do fenômeno da pluriatividade pelos pesquisadores da Comunidade Econômica Europeia (CEE), atual UE, que identificaram e reconheceram nas unidades familiares a combinação de atividades agrícolas e outras atividades. E, por último, o terceiro fator foi a inserção da pluriatividade como tema de debate na reforma da Política Agrícola Comum (PAC), que reconhecia a crescente diversidade das ocupações do

mundo rural em decorrência da expansão técnica e científica advinda da inserção capitalista no campo.

Com base nas mudanças ocorridas na agricultura, a noção de pluriatividade passou a ser usada para compreender a multiplicidade de formas de trabalho que ocorrem dentro e fora da propriedade, bem como a emergência de novas atividades que foram acrescidas ao rural em adaptação à reestruturação produtiva da agricultura e do aparecimento de novas ruralidades. Sobre essa argumentação, é importante destacar que o fenômeno da pluriatividade pode referir-se tanto à combinação de atividades agrícolas quanto não agrícolas, conforme argumenta Schneider (2006, p. 5):

[...] Essa combinação permanente de atividades agrícolas e não agrícolas, em uma mesma família, é que caracteriza e define o fenômeno da pluriatividade, que tanto pode ser um recurso do qual a família faz uso para garantir a reprodução social do grupo ou do coletivo que lhe corresponde como também pode representar uma estratégia individual dos membros que constituem a unidade doméstica.

Atendendo às diversificações de atividades que ocorrem dentro e fora das propriedades, Fuller (1990, p. 367) argumenta que

[...] a pluriatividade permite desconceituar a propriedade como uma unidade de produção e reprodução, não exclusivamente baseada em atividades agrícolas. As propriedades são unidades que alocam trabalhos em diferentes atividades, além da agricultura. [...] A pluriatividade permite separar a alocação do trabalho dos membros da família de suas atividades principais, assim como permite separar o trabalho efetivo das rendas. A pluriatividade, portanto, refere-se a uma unidade produtiva multidimensional, onde se pratica a agricultura e outras atividades, tanto dentro como fora da propriedade, pelas quais são recebidas por diferentes tipos de remuneração e receitas.

A definição de Fuller (1990) parte da concepção clássica, presente na maioria dos estudos europeus, de que o fenômeno da pluriatividade resulta da articulação das atividades agrícolas com os demais ramos da economia (indústria, comércio, serviço, etc.). De forma que a integração das atividades agrícolas com outras atividades econômicas caracteriza a pluriatividade intersetorial.

Nesse contexto, Schneider (2006, p. 6) explica que a noção de pluriatividade inicialmente se desenvolve onde há interação dos agricultores com a divisão social do trabalho “através de sua inserção nos circuitos mercantis via processo de produção agropecuária ou mesmo pelas relações de trabalho assalariado”. Acrescentando que se trata da

[...] combinação das múltiplas inserções ocupacionais das pessoas que pertencem a uma mesma família. A emergência da pluriatividade ocorre em situação em que os membros que compõem as famílias domiciliadas nos espaços rurais combinam a atividade agrícola com outras formas de ocupação em atividades não agrícolas. Ou seja, a pluriatividade resulta da interação entre as decisões individuais e familiares com o contexto social e econômico em que estão inseridas (SCHNEIDER, 2006, p. 6).

Dessa maneira, conclui-se que a pluriatividade resulta da interação do agricultor familiar com o circuito mercantil e com o ambiente social e econômico externo e dessa interação com as características sociais prévias existentes no território. Isso faz com que a pluriatividade seja um “fenômeno heterogêneo e diversificado que está ligado, de um lado, às estratégias sociais e produtivas que vierem a ser adotadas pela família e por seus membros e, de outro, dependerá das características do contexto em que estiverem inseridas” (SCHNEIDER, 2005, p. 26).

Considerando que a pluriatividade é um fenômeno heterogêneo e sua especificidade parte de um contexto territorial e histórico, os espanhóis Sampedro Gellego (1996) e Etxerzarreta (1988) e também os brasileiros Canterato (2004) e Laurenti (2000) questionaram a existência da pluriatividade em regiões que dependem fortemente da agricultura, sem a respectiva integração intersetorial no meio rural. Atentos a esse questionamento e considerando as especificidades existentes no espaço rural, os autores apontam que mesmo nas regiões com ocupações predominantemente agrícolas pode ocorrer a pluriatividade, sendo essa denominada de pluriatividade agrária.

Nesses termos, a pluriatividade de base agrária ocorre dentro do setor agrário, no qual existe um desequilíbrio na concentração de terras e uma intensa diferenciação social e econômica entre os agricultores. Esse tipo de pluriatividade é comum em regiões onde predominam o cultivo voltado para a exportação, em que a própria unidade agrícola demanda a terceirização de serviços especializados para operar os equipamentos agrícolas modernizados. De forma que

[...] As atividades que caracterizam a pluriatividade de base agrária, com a venda de serviços de máquinas ou equipamentos agrícolas em período de plantio, colheita ou manejo, bem como atividades sazonais manuais de plantio, colheita ou manejo, representam “expressões” do espaço laboral da exploração agropecuária, pois sua realização se dá pelo uso de fatores, meios de produção e outros recursos existentes no próprio estabelecimento agropecuário (SCHNEIDER, 2006, p. 7).

As características da pluriatividade setorial e da pluriatividade agrária permitem compreender que há uma interação dos agricultores com o mercado, seja pela venda do trabalho

ou pela prestação de serviços. Com o acréscimo de que a diminuição da jornada de trabalho, favorecida pela incorporação das novas tecnologias, associada à busca pela reprodução e sobrevivência, por meio do trabalho em tempo parcial, possibilitou a liberação de membros da família ao exercício de outras atividades agrícolas, ou não, para o complemento da renda familiar, configurando essa forma de agricultura como uma categoria expressiva no meio rural.

Assim, a valorização do espaço rural e as transformações que têm ocorrido nas unidades familiares de produção, como a diminuição do tempo destinado às atividades agrícolas, a diminuição da renda agrícola e a busca de outras atividades para complementação da renda, acentuaram o retorno de pessoas oriundas do espaço urbano para o espaço rural, para se dedicarem a atividades agrícolas e não agrícolas em unidades familiares de produção pluriativas. Nesse sentido, Anjo (2003) aponta que a pluriatividade se remete a um fenômeno no qual os componentes de uma unidade familiar executam diversas atividades. Que tanto podem se desenvolver no interior como no exterior da propriedade, através da venda da força de trabalho familiar, da prestação de serviços, do turismo rural, do artesanato e de diversificação produtiva que, conjuntamente, impliquem o aproveitamento das potencialidades existentes na propriedade e/ou em seu entorno.

Dessa maneira, entende-se que a pluriatividade não é um fenômeno conjuntural, mas o resultado de um amplo processo de transformação da agricultura, que entrou em sincronia com a dinâmica da economia local e com a profunda reestruturação que atravessa o modo de produção capitalista. Assim, a noção de pluriatividade vem sendo utilizada para descrever o processo de diversificação que ocorre dentro e fora da propriedade, bem como para apontar a emergência de um conjunto de novas atividades que tomam lugar no meio rural.

De acordo com Schneider (1999, p. 367), “a pluriatividade permite (re)conceituar a propriedade como uma unidade de produção e reprodução, não exclusivamente baseada em atividades agrícolas. As propriedades pluriativas são unidades que alocam trabalho em diferentes atividades, além da agricultura familiar”. Dessa forma, muitas propriedades possuem mais fontes de renda do que locais de trabalho, obtendo diferentes tipos de remuneração.

Para Carneiro (2006), a noção de pluriatividade é adequada para se proceder nas análises da dinâmica agrícola, dentre outros fatores, devido à sazonalidade do trabalho agrícola não exigir trabalho em tempo integral, permitindo a combinação de atividades fora das propriedades rurais.

Na concepção de Graziano e Del Grossi (2002), o conceito de pluriatividade permite juntar as atividades agrícolas com outras atividades que gerem ganhos monetários e não monetários, independentemente de serem internos ou externos à exploração agrícola.

Portanto, há um consenso entre muitos autores de que a pluriatividade incorpora os conceitos de diversificação produtiva e de agricultura em tempo parcial, sendo consideradas todas as atividades exercidas por todos os membros dos domicílios, inclusive as ocupações por conta própria, o trabalho assalariado e não assalariado – realizado dentro e/ou fora das explorações agrícolas.

A diversificação das fontes de renda e a combinação de atividades agrícolas e não agrícolas possibilitam à população do meio rural elevar seu poder aquisitivo e, respectivamente, aumentar sua demanda por consumo. Assim, o crescimento das atividades não agrícolas no espaço rural não deve ser interpretado de forma apressada, como se significasse uma perda da importância da atividade propriamente agrícola. A diversificação produtiva ocorre em detrimento do crescimento da mercantilização econômica e social que emerge com a modernização da agricultura, da queda da renda agrícola, da dinâmica de mercado e das políticas públicas instituídas no território e da (re)estruturação da dinâmica familiar que passou se organizar de acordo aos fundamentos do capital social.

2.7 Pluriatividade e teoria social: sua relação com o capital social

Como foi abordado previamente, a pluriatividade incorpora conceitos de diversificação produtiva e de agricultura em tempo parcial, sendo consideradas atividades pluriativas todas as atividades exercidas por todos os membros dos domicílios, inclusive as ocupações por conta própria e o trabalho assalariado e não assalariado, realizado dentro e/ou fora da exploração agrícola. Nesse sentido é que surge o capital social como um elemento facilitador do desenvolvimento da pluriatividade.

Os fundamentos do capital social são a capacidade da organização social, a confiança, as normas e os sistemas que se estabelecem no âmbito familiar ou entre as comunidades existentes no local, de forma que, por meio de ações coordenadas, possa aumentar a eficiência da sociedade. Sendo assim, esta Tese está fundamentada no princípio de que o capital social é um dos elementos para o desenvolvimento da pluriatividade e do desenvolvimento local/rural.

Para Abramovay (2009, p. 87), “o capital social aparece então como instrumento para a solução dos dilemas de ações coletivas”; já que a reciprocidade entre os atores sociais gera desenvolvimento local, rompe com a política centralizadora e favorece ações cooperativas e autônomas. Quanto ao exposto, Muls (2008, p.13) acrescenta que

[...] o conceito de capital social nos ajuda a captar os mecanismos e os fatores extraeconômicos que contribuem para o desenvolvimento, instituindo a

importância dos fatores institucionais para a compreensão das relações econômicas. Para entender as razões pelas quais se deve trabalhar com o conceito de capital social é necessário admitir que existe alguma coisa além do Estado e do mercado como forma de coordenação dos agentes econômicos. Os teóricos do desenvolvimento devem admitir que existem outros atores sociais e institucionais (formais e informais) que se colocam como arranjos sociais intermediários entre o Estado e o mercado.

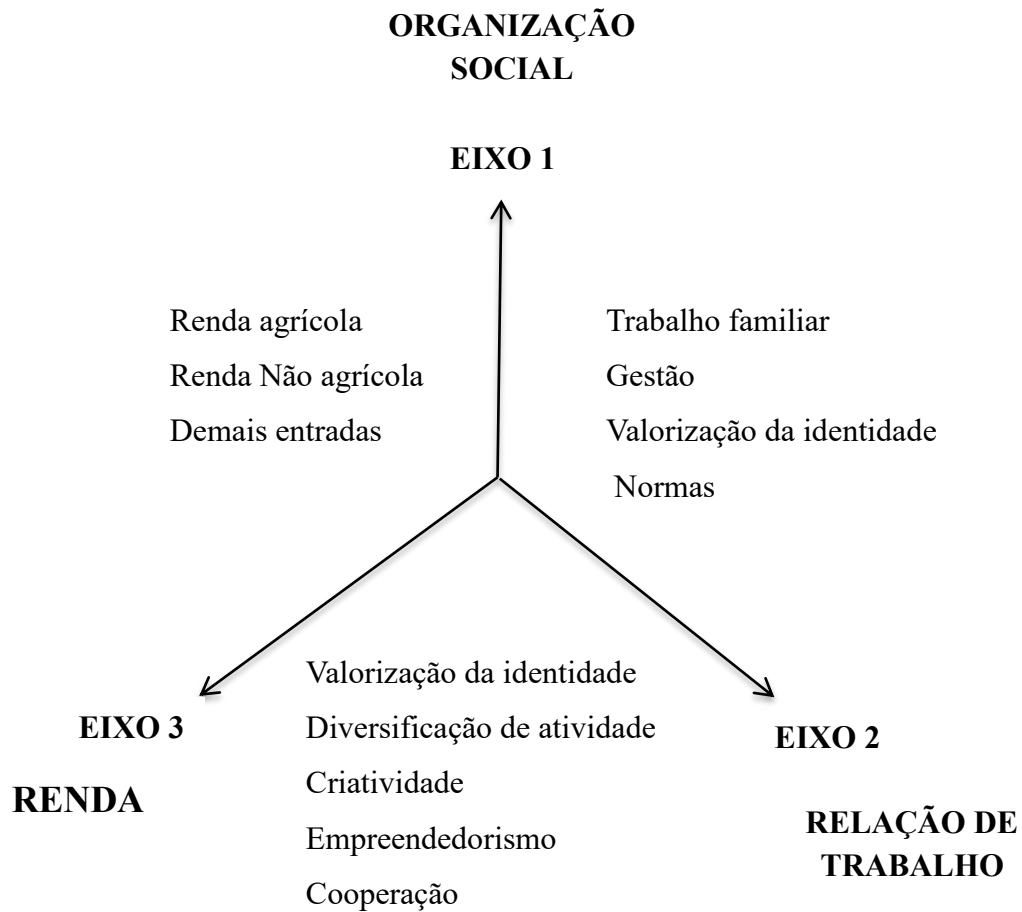
Sobre as argumentações em foco, Abramovay (2009) argumenta que a sociedade brasileira não tem destinado a devida atenção para a adesão do capital social ao desenvolvimento local/rural e enfatiza que “por maior que seja o poder de criação de trabalho assalariado em função das atividades dinâmicas [...] uma parte muito importante da geração de renda vai depender antes de tudo, do trabalho autônomo e familiar” (ABRAMOVAY, 2009, p. 105), caso da atividade pluriativa.

Na Tese, o capital social quando relacionado à pluriatividade torna-se um conceito estruturante e apresenta elementos que permitem analisar a vida cotidiana das famílias pluriativas. Para entender como a pluriatividade pode promover o desenvolvimento local/rural, é necessário articular elementos intrínsecos à pluriatividade ao capital social. Um dos elementos a ser considerado é o capital humano – as habilidades, os conhecimentos e a criatividade –, sendo essencial para o desenvolvimento da vida econômica, e, somado a isso, laços de confiança, de compromisso, e os vínculos de reciprocidade, cooperação e solidariedade que são capazes de estimular normas, contratos sociais e iniciativas pessoais para aumentar o desenvolvimento humano e econômico. Cassiolato e Lastres (2002, p. 12) apontam os benefícios econômicos de se estruturar em torno do capital social, ou seja:

- maior facilidade de compartilhamento de informação e conhecimentos, devido à relação de confiança, espírito cooperativo, referências socioculturais e objetivos comuns; melhor coordenação e coerência de ações, bem como maior estabilidade organizacional, devido a processos de tomada de decisões coletivas; maior conhecimento mútuo, ampliando a previsibilidade sobre o comportamento dos agentes, reduzindo a possibilidade de comportamentos oportunistas e propiciando um maior compromisso em relação ao grupo.

Nesse sentido, a explanação a seguir relaciona os aportes teóricos do capital social com a pluriatividade, e para isso leva-se em consideração a gestão, a propriedade e o trabalho familiar que são elementos que conceituam a pluriatividade. Para tanto, três eixos – a organização social, a relação de trabalho e a renda – foram definidos para explicar tal articulação. A Figura 5 ilustra e norteia a discussão sobre a pluriatividade e suas interfaces com o capital social.

Figura 5 – Elementos de Análise da Pluriatividade Organizados em Eixos



Fonte: Organizado pela autora, com base em Schneider (2006, p. 5-6).

Partindo do princípio de que a pluriatividade é usada para explicar “o processo de diversificação que ocorre dentro e fora da propriedade, bem como para apontar a emergência de um conjunto de novas atividades que tomam no meio rural” (SCHEIDER, 2003, p. 79). Assim, analisar a pluriatividade associada ao capital social é entender o sentido social, cultural, e econômico dessa atividade para as famílias que residem no campo e que se integraram a outras atividades ocupacionais além da agrícola como forma de garantir a reprodução da família e o aumento da renda familiar.

Como mencionado anteriormente, que a pluriatividade significa uma nova forma de ocupação das famílias residentes no rural, isto é, ocupações agrícolas atreladas a outras atividades que não sejam agrícolas. Schneider (2009) argumenta que a opção pela atividade não agrícola demonstra que os agricultores que habitam o rural têm se adaptado ao desenvolvimento do capitalismo no campo, bem como vêm interagido com as mudanças advindas da interação entre o rural e o urbano. Sobre isso, Schneider (2009, p. 97-98) ressalta que “ainda que se possa

afirmar que a pluriatividade é decorrente de fatores que são exógenos, como o mercado de trabalho não agrícola, ela é uma prática que depende das decisões dos indivíduos ou das famílias”. Schneider (2009, p. 240, destaques nossos) ainda esclarece que

[...] a pluriatividade não se constitui em fenômeno que decorre, exclusivamente, dos efeitos macroeconômicos do processo de desenvolvimento do capitalismo na agricultura. [...] Pelo contrário, a pluriatividade constitui-se como uma característica social formativa e permanente da estrutura agrária de determinadas regiões agrárias, afetando os mais diversos tipos de unidade produtiva, sejam elas modernizadas ou não, grandes ou pequenas. Mas ela depende, fundamentalmente, do modo como cada família interage com o ambiente social e econômico em que se encontra inserida.

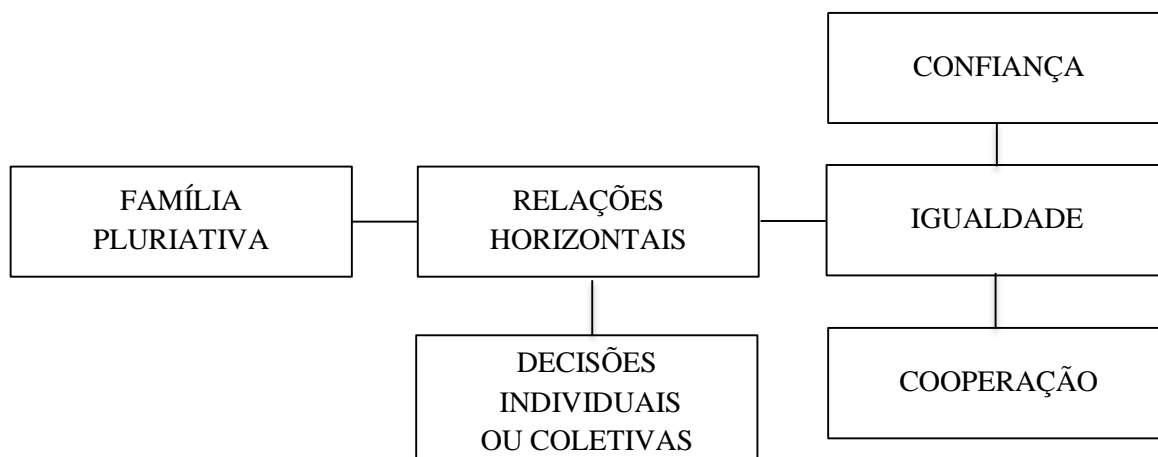
As famílias rurais, diante do contexto da globalização, do desenvolvimento tecnológico, do surgimento de novas ruralidades, do aparecimento de atividades não agrícolas e principalmente da redução da renda agrícola no campo, têm encontrado na pluriatividade uma alternativa para alcançar melhores condições de vida. Neste caso, entender a organização social da família ou da unidade familiar pode elucidar os mecanismos e as estratégias¹⁰ que os atores sociais têm usado para promover a reprodução familiar e o desenvolvimento local/rural.

A fim de construir uma explicação teórica sobre a organização social da família pluriativa, buscou-se respaldo nos pressupostos teóricos de Schneider (2006; 2009), Putnam (2002), Cassiolato e Lastres (2002) e Carneiro (1998). Desse modo, com base na teoria, foi possível desenvolver uma sistematização de conceitos essenciais de forma ilustrativa, conforme a Figura 5, e comentá-la.

No Eixo 1 da Figura 5 buscou-se esclarecer como a família pluriativa se organiza em torno dos elementos do capital social para alcançar seu desenvolvimento, e, para isso, foi organizado um esquema analítico, representado pela Figura 6, na tentativa de explicar os fundamentos da família pluriativa, o seu papel e a posição que ocupam no ambiente econômico e social em que estão inseridos.

¹⁰ Para Schneider (2009), estratégias são interpretadas como o resultado das escolhas, opções e decisões dos indivíduos em relação à família e da família em relação aos indivíduos. Vele destacar que as estratégias “não são casuais ou teleológicas, mas resultado da ação humana frente às contingências e situações objetivas” (SCHNEIDER, 2009, p. 115).

Figura 6 – Fundamentos Organizacionais das Famílias Pluriativas



Fonte: Organizado pela autora, com base em Schneider (2006) e Putnam (2002).

Primeiramente é necessário considerar que a organização familiar dos pluriativos não se encaixa num modelo clássico que define a família como sinônimo de uma propriedade = uma família = uma atividade = uma renda. A definição de família rural perpassa por um grupo social que mantém laços de parentesco e consanguinidade (filiação) e compartilha um mesmo espaço (não necessariamente a mesma residência) e possui em comum uma propriedade. Carneiro (1998) aponta que é na família que ocorre a produção e reprodução de valores, cujos significados ultrapassam a lógica de parentesco e da racionalidade doméstica. Para Carneiro (1998, p. 66),

[...] a família não deve ser entendida tão somente como um grupo estruturado segundo as condições históricas e culturais que o cercam. É necessário considerar também o conjunto de valores que orientam e dão sentido às práticas sociais no interior da família, já que ela agrega indivíduos de uma mesma rede de relações que inclui, como toda relação social, uma parte ideal, de pensamentos ou, se quisermos, de representação.

A família pluriativa, frente à reformulação e valorização do rural, encontrou no campo, com o aparecimento das atividades não agrícolas, estratégias ou alternativas para desenvolver projetos familiares baseados na relação de “confiança que é um elemento básico do capital social” (PUTNAM, 2002, p. 180). Desse modo, a unidade familiar tem incorporado o capital humano, o capital cultural e o capital criativo à dinâmica da família, uma vez que o núcleo familiar não é formado por uma estrutura rígida e cristalizada, como expôs Carneiro (1998).

No contexto do novo rural, a família pluriativa assume uma postura dinâmica apresentando uma capacidade de elaboração e organização de novas estratégias para se adaptar

às condições econômicas e sociais, a fim de que se possa manter e preservar sua identidade cultural, a agricultura.

No que refere à adaptação a uma nova dinâmica social, a família pluriativa tem usado como estratégia a interação entre seus membros, uma vez que “os laços de parentesco desempenham um papel especial na solução dos dilemas da ação coletiva” (PUTNAM, 2002, p. 184); desse modo, o pluriativo incorpora novos valores, cria novas percepções e práticas, adotando decisões tanto individuais quando coletivas para resolver situações que são inerentes ao ambiente familiar.

Outra característica da família pluriativa é a rede de relações horizontais. Essa é ordenada por um líder que, na maioria das vezes, é o chefe da família. No entanto, mesmo tendo um líder para administrar e coordenar as ações familiares, as relações de poder e de gestão existentes na unidade familiar possuem caráter horizontal, uma vez que a família pluriativa enquadra-se em uma estrutura aberta e flexível em que todos participam da tomada de decisão, favorecendo os laços de igualdade, confiança e cooperação.

Sobre o exposto, Cassiolato e Lastres (2002, p. 12) argumenta que a “interação dos diferentes atores sociais, engajados em uma combinação de competição e cooperação, com um alto nível de integração horizontal gera desenvolvimentos positivos do ponto de vista social, político e econômico”. Putnam (2002, p. 184) ainda completa afirmando que “a adesão das famílias aos fundamentos do capital social torna a unidade familiar mais propícia de gerar capital social em prol do seu desenvolvimento”.

Com base nas proposições teóricas e analíticas da pluriatividade e do capital social, a Tese parte do princípio de que o capital social pode desempenhar ou até mesmo tem desempenhado um papel catalisador de mudança social. Dessa forma, entender os elementos exposto no Eixo 2, que é a relação de trabalho da família pluriativa, permite indicar os benefícios do capital social à pluriatividade.

No Eixo 2 da Figura 5 é importante destacar que as famílias pluriativas estão atentas e se adaptando às novas relações de consumo e produção que emergiram no campo com a nova ruralidade e diversificação produtiva. Tais mudanças repercutiram no aparecimento da pluriatividade e da atividade rural não agrícola. Schneider (2006, p. 126) explica que

[...] as mudanças atualmente em curso parecem indicar que o desenvolvimento social e econômico do mundo rural passa por definições que apontam não apenas para a emergência de novas formas de obtenção de renda (essencialmente não agrícola) para os agricultores e os habitantes do espaço rural, mas talvez até mesmo uma nova via para sua inserção na divisão social de trabalho.

O desenvolvimento tecnológico, a reestruturação produtiva, a urbanização de áreas rurais, o aumento dos fluxos de circulação e comunicação, o desenvolvimento educacional da população rural, a interação intersetorial (trabalho ligado ao setor de serviço) e interespacial (campo e cidade), o uso sustentável dos territórios rurais desencadeou o crescimento de atividades auxiliares às atividades agrícolas, o que tem criado um novo mercado de trabalho no espaço rural.

O trabalho agrícola *stricto sensu* frente ao contexto apresentado no parágrafo anterior tem perdido lugar como a única atividade que se desenvolve no campo. A agricultura no período mais recente vem dividindo seu espaço com o trabalho pluriativo. Esse, por sua vez, integra as relações de emprego tanto rural quando urbano e se relaciona com distintos ramos de atividades. O trabalhador pluriativo desenvolve atividades nos setores ligados ao comércio e serviços, à construção, à indústria manufatureira, bem como ao próprio ramo agrícola. Schneider (2006, p. 237) conclui, então, que a combinação das múltiplas inserções ocupacionais das pessoas que “pertencem a uma mesma família a diversos ramos produtivos, tais como a indústria de transformação, da construção e da prestação de serviços de toda ordem, caracteriza o fenômeno da pluriatividade”.

Ademais, além de estar integrado aos exemplos citados, faz parte do trabalho pluriativo funções ligadas a ocupações não agrícolas do meio rural. Sobre as ocupações não agrícolas, Graziano da Silva (1997, p. 82) esclarece que

[...] o processo de urbanização do campo se daria através da expansão de novas atividades que pouco ou nada têm a ver com a produção agropecuária *stricto sensu*. Trata-se de novos tipos de ocupação, ligadas ao lazer e ao ócio (os pesque-pague e as chácaras seriam o seu melhor exemplo), as moradias secundárias da classe média urbana, área de preservação destinada ao ecoturismo (parques e estações ecológicas, sobretudo) e novas formas de emprego, como jardineiro, pedreiro, motorista, especialmente atividades ligadas à prestação de serviços.

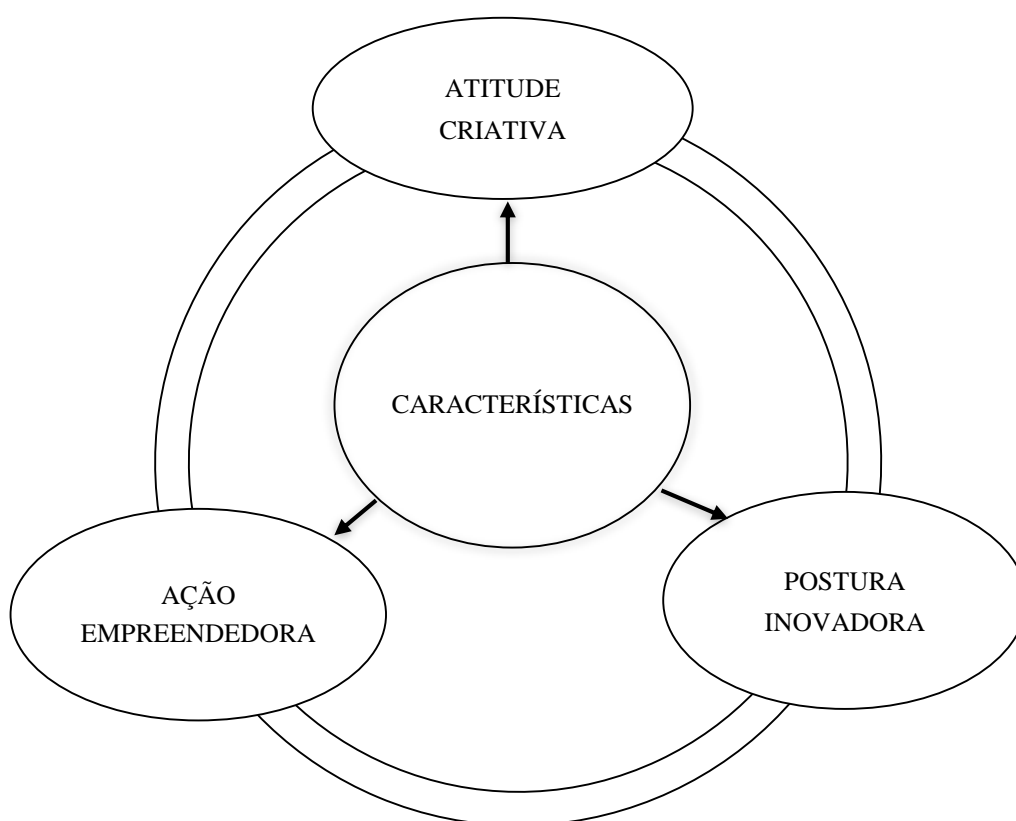
As nuances de novos trabalhos evidenciam que no campo, além de ter a “função de produção de alimentos e matéria-prima, o espaço rural também se constituiu em um lugar de moradia, de lazer, de identidade cultural, de relação com a natureza, etc.; enfim, um espaço multifuncional” (SCHNEIDER, 2009, p. 236).

Entende-se, assim, que o agricultor assumiu novas territorialidades e novas formas de trabalho frente à reestruturação do rural que surge como multifuncional, visto acompanhar a sociedade em seu tempo e em seu movimento. É mister questionar, quais seriam as

características do trabalho pluriativo, que tem o capital social como princípio estruturante frente à reestruturação do rural, que ganhou uma nova organização e dinâmica em decorrência do modo de produção capitalista.

Na tentativa de propor uma explicação teórica sobre a relação de trabalho da família pluriativa e o capital social foram traçadas as características do capital social inerentes ao trabalho pluriativo, conforme ilustra a Figura 7.

Figura 7 – Características do Capital Social Inerentes ao Trabalho Pluriativo



Fonte: Organizado pela autora, com base em Putnam (2002).

Com a nova organização e dinâmica que vem alterando as relações de trabalho no espaço rural, percebe-se que a trilogia – capital, trabalho e recursos naturais – não assegura mais o progresso e o desenvolvimento da família residente em territórios rurais. Cada vez mais, o conhecimento, a inovação e a tecnologia têm assumido papel estratégico no processo de desenvolvimento econômico local.

Frente a esse contexto, e entendendo que a família pluriativa está inserida no mercado

de trabalho, o trabalhador pluriativo assume uma postura criativa, inovadora e empreendedora para se adaptar a esse mercado de trabalho, bem como vem articulando esses saberes em prol do desenvolvimento familiar, uma vez que “a própria capacidade de aprendizado interativo pode ser vista como parte integrante do capital social” (CASSIOLATO e LASTRES, 2002, p. 15).

Ressalta-se que a capacidade de inovar e a atitude criativa dos atores sociais (os pluriativos) são fatores de extrema relevância no desenvolvimento econômico. Entretanto, o conhecimento em si não é suficiente para gerar ou garantir o sucesso de projetos familiares. É necessária a sua aplicação, tornando-o tangível, além disso, é imprescindível saber aplicá-lo em projetos coletivos, bem como saber usá-lo na busca de oportunidades com vistas a um retorno positivo para o local.

Conforme Cassiolato e Lastres (2002, p. 2), a ação empreendedora é indispensável porque o empreendedorismo “cria e desenvolve novos e pequenos negócios, tipicamente dirigidos por proprietários-gerentes ou empreendedores-proprietários, como forma alternativa de inclusão social, de geração de trabalho e renda no combate ao desemprego e à pobreza”.

Desse modo, relacionar o trabalho pluriativo à atitude criativa, à postura inovadora e à ação empreendedora é pensar que o pluriativo tem usado essas características como estratégias para promover o desenvolvimento local/rural. Uma vez que o pluriativo fundamenta suas ações nos laços de solidariedade e reciprocidade. Dessa forma, a estratégia adotada pela família tende a desenvolver um modelo que permita não só desenvolvimento, mas a sustentabilidade para o campo.

No que refere ao desenvolvimento do local/rural e à sustentabilidade, e para explicar o Eixo 03 da Figura 5, parte-se, aqui do princípio de que há a necessidade de se valorizar as condições locais e as práticas endógenas desenvolvidas pelas famílias pluriativas, visto que o universo de produção agrícola não se restringe unicamente à produção em grande escala. Diante disso, é necessário pensar um modelo de produção agrícola que valorize os saberes locais para que venha incentivar a elaboração de produtos com características culturais e regionais, visto que a utilização dos saberes locais no interior da unidade familiar fortalece as estratégias sociais e produtivas voltadas para a construção da autonomia e do capital criativo.

Quanto à reestruturação do espaço rural e as estratégias sociais das famílias para obter a renda, Schneider explica que os membros da família passam a se dedicar às atividades não agrícolas, embora permaneçam habitando no espaço rural. Dessa maneira, parcelas “crescentes das rendas das famílias rurais passam a não depender da atividade agrícola *stricto sensu*, processa-se nessas unidades uma separação entre a alocação da força de trabalho e do

patrimônio da família em relação à atividade agrícola” (SCHNEIDER, 2009, p. 121). Carneiro (2006, p. 182) ainda argumenta que:

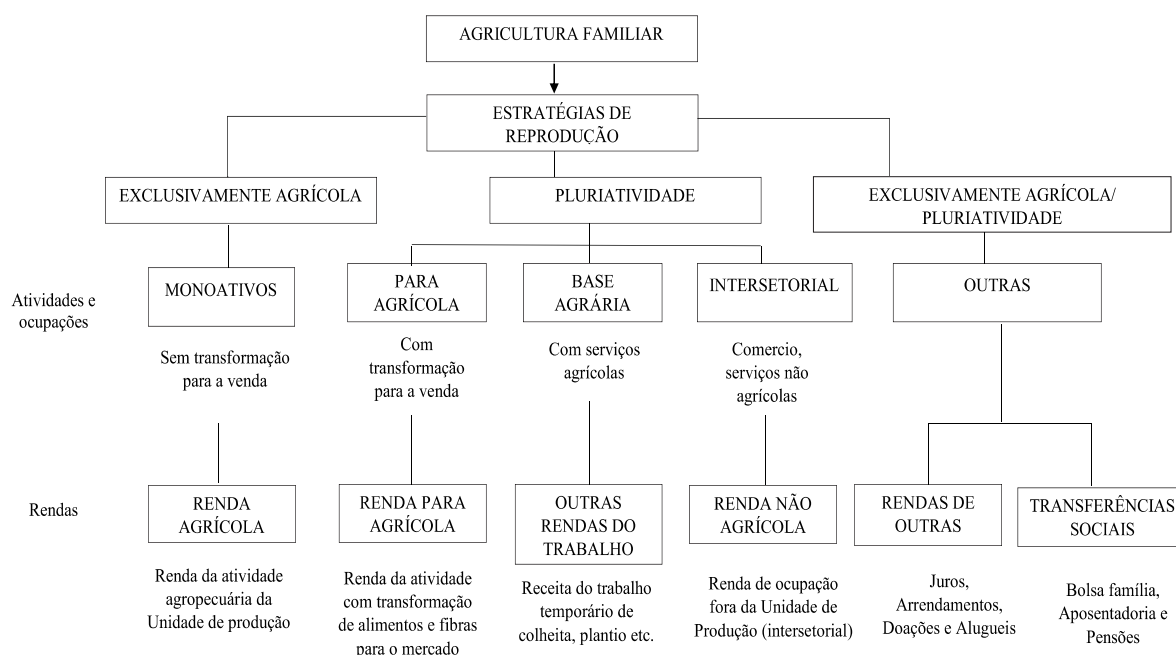
Rompe-se, assim, com a imagem do agricultor como *homo economicus*, movido exclusivamente por uma racionalidade econômica e passa-se a considerar a totalidade da vida social das famílias rurais que têm na agricultura uma de suas atividades. [...] Com isso justifica-se a remuneração, sob diversas formas, dos serviços prestados à sociedade.

A organização e a renda da família encontram-se associadas e vêm se diversificando de acordo com a multifuncionalidade dos espaços rurais. O uso multifuncional do rural vem sendo construído pelo fortalecimento de atividades agrícolas de base endógena e locais, pela valorização das manifestações culturais das comunidades rurais; pela dinâmica e integração econômica e sociocultural decorrente da interação do rural e urbano que demanda investimentos voltados para o lazer, o turismo rural, a construção de chácaras de recreação; a venda direta ao consumidor, com produtos de qualidades (os produtos orgânicos); e pela produção de produtos artesanais e organização de associações de produtores locais. Kageyama (2006, p. 245) ainda complementa, observando que

[...] a função populacional, que nos períodos de industrialização acelerada consiste em fornecer mão de obra para as cidades, agora inverteu-se, requerendo o desenvolvimento de infraestrutura, serviços e ofertas de emprego que assegurem a retenção da população nas áreas rurais; a função ambiental passa a receber mais atenção e demanda do meio rural para a criação e proteção de bens públicos e quase públicos, como paisagem, floresta e meio ambiente em geral.

Diante da multifuncionalidade do rural e sua relação com a pluriatividade, Carneiro (2006, p.183) alega que “a pluriatividade pode ser considerada uma dimensão da multifuncionalidade e que ambas são fenômenos recentes engendrados pelas novas configurações das relações campo-cidade e das novas articulações entre agricultura e sociedade”, dessa forma, o que se vê é a redução do peso das atividades agrícolas no emprego e na renda das famílias rurais, dando lugar a “empregos múltiplos” e fontes de renda diversificadas, como ilustra a Figura 8.

Figura 8 – Organograma de tipificação de renda da família pluriativa



Fonte: Organizado pela autora, com base em Schneider (2011, p. 206).

Com base nas informações apresentadas na Figura 8, fica claro que o pluriativo tem se adaptado à multifuncionalidade do campo, e a materialização dessa adaptação é constatada na diversificação da renda familiar que deve ser entendida como estratégia de reprodução dos agricultores. Schneider (2011) enumerou cinco tipos de rendas: renda agrícola, transferência social, rendas de outras fontes, outras fontes de renda e renda de atividades não agrícolas, e ainda explicou que a composição da renda da família, além de refletir os resultados da ocupação, é resultante dos rendimentos obtidos pela aposentadoria, pensão, juros, arrendamentos, doação e aluguéis.

Nesse sentido, esta Tese se baseia na hipótese de que a combinação da renda agrícola com a renda não agrícola pode representar uma alternativa para o desenvolvimento do local, uma vez que a renda não agrícola também é empregada na propriedade, garantindo a manutenção da atividade agrícola e o bem-estar social.

Desse modo, é importante destacar que o desenvolvimento local/rural pode ocorrer devido à cooperação existente entre os pluriativos e a comunidade local, pois os pluriativos são capazes de reverter os ganhos estabelecidos nas relações entre os municípios, freguesia e lugares em prol de sua propriedade ou unidade familiar. Sobre isso, Perondi (2011) e Schneider (2011, p. 205) argumentam que o desenvolvimento endógeno se explica pela própria capacidade

de “diversificação dos meios de vida. A criação de diversidade em processos sociais e econômicos reflete em fatores que pressionam e oportunizam à família a adaptação e diversificação de seu meio de vida e, por consequência, de seu meio rural, do local e da própria região”.

Sobre o exposto, pode-se afirmar que a combinação da renda agrícola com a não agrícola na unidade familiar indica a adaptação dos pluriativos aos mercados emergentes advindos da multifuncionalidade, e tal adaptação é resultado da capacidade inovadora e organizacional dos pluriativos que têm conseguido reverter elementos internos e externos da economia em favor de melhores condições de vida no campo.

Além de discorrer sobre os pressupostos teóricos que envolvem a Tese e sobre como deve-se entender a organização social, as relações de trabalho e a renda da família pluriativa no território, também foi organizado o Quadro 3, a seguir, com as principais vertentes teóricas que fundamentam este trabalho, para proporcionar ao leitor uma visão geral dos conceitos e como esses se aplicam à pesquisa.

Quadro 3 – Síntese das categorias e autores que sustentam a discussão teórica apresentada na Tese

Categoria(s)		Autor(es) e Obra(s)	Aplicação na pesquisa
Espaço	Território	RAFFESTIN, Claude. Por uma geografia do poder. SANTOS, M., Milton. A natureza do espaço. HAESBAERT, Rogério.	O território é abordado na pesquisa a partir das análises das relações de poder, das dinâmicas sociais, econômicas, políticas e culturais. Essa discussão envolve as territorialidades humanas e como o território pode ser usado/planejado em atividades recentes que a sociedade contemporânea vem estabelecendo em seus territórios, a exemplo da pluriatividade.
	Territorialidade	SAQUET, Marcos Aurélio. Abordagens e concepções sobre território. SACK, Robert. Human territoriality	A ideia de territorialidade defendida está ligada a prática como a sociedade utiliza o território, de como se organiza e dá significado ao lugar no contexto de um mundo globalizado.
	Desenvolvimento	SEN, Amartya Desenvolvimento como liberdade.	A ideia de desenvolvimento estabelecida não se restringe à materialidade, também está associada à presença elementos imateriais, como as particularidades da qualidade de vida que cada sujeito constrói para si.
	Desenvolvimento local	AMARAL FILHO, Jair do. Desenvolvimento Regional Endógeno em um Ambiente Federalista.	Os três tipos de desenvolvimentos (local/endógeno/territorial) são analisados de forma complementam. O primeiro refere-se à estruturação econômica de elementos internos e externos; o segundo está associado a ação local, ou seja, a capacidade gerada no local de reverter ou articular para o território elementos internos e externos; e o terceiro associa-se a capacidade de planejar e estruturar estrategicamente a ação local no território para gerenciar diferentes elementos. A concepção de desenvolvimento local/endógeno/territorial adotada está ancorada
	Desenvolvimento Endógeno		

	Desenvolvimento territorial	FERNÁNDEZ, Vítor Ramiro. <i>Densidad institucional, innovación colectiva y desarrollo de las cadenas de valor local</i> . Revista Redes.	na capacidade local de reverter elementos externos e internos e de articular estrategicamente tais fatores a favor do território. Desse modo, pensar no desenvolvimento local/rural, sendo o rural referência de localização no espaço local, é pensar em uma forma de desenvolvimento que pode ser estruturada a partir de atores locais e não por meio de planejamento centrado nas forças de mercado e no planejamento centralizado no Estado. Em outras palavras, essa tríade que tem como foco o desenvolvimento pleno das potencialidades e habilidades humanas da sociedade local.
Processo	Capital Social	PUTMAM, Robert D. Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna Abramovay, 2009.	A discussão do capital social é entendida como uma nova forma de organização social, cujas famílias estão se reestruturando internamente para lograr fins econômicos e melhores condições de vida.
	Planejamento	AMARAL FILHO, Jair do. O Nordeste que dá certo. ABRAMOVAY, Ricardo. 2009. O futuro das regiões rurais	Planejamento está relacionado a sua utilização na condição de instrumento de orientação das ações de intervenção no território.
	Governança	CASSIOLATO e LASTRES (2003). Glossário de Arranjos e Sistemas Produtivos e Inovativos Locais	A governança é abordada como processo democrático de descentralização e articulação dos poderes existente no planejamento.
	Cooperação	CASSIOLATO e LASTRES (2003). Glossário de Arranjos e Sistemas Produtivos e Inovativos Locais	A cooperação é analisada como um indicador do capital social.

Elementos de Desenvolvimento	Pluriatividade	SCHNEIDER, Sérgio. A pluriatividade na agricultura familiar.	Conjunto de atividade desenvolvidas por uma parte das famílias residentes no espaço rural, como forma de adaptação às mudanças que ocorreram no campo e como estratégia usada para combater a pobreza rural.
	Ruralidade	SCHNEIDER, Sérgio. Territórios, ruralidade e desenvolvimento. CARNEIRO, M. J. Ruralidade: novas identidades em construção.	A ruralidade é analisada como sendo o “novo”, ou seja, as transformações que ocorreram no campo que têm relação direta com a agricultura, a gestão e o trabalho.
	Reprodução Familiar	SCHNEIDER, Sérgio. A pluriatividade na Agricultura familiar	A reprodução familiar foi utilizada como forma de entender as novas relações de trabalho e de gestão familiar, e para identificar a(s) estratégia(s) que as famílias usam para melhorar suas condições de vida.

Fonte: Organizado pela autora, com base nos autores citados acima.

Após apresentar a base teórica da pesquisa, será discutido no próximo capítulo como as transformações do modo de produção capitalista repercutiram no território com: a urbanização e ruralidade; nas novas formas de trabalho e gestão familiar; as novas atividades, a exemplo da pluriatividade que surgiu com o novo rural. Além de abordar, como o planejamento regional deve ser pensado na perspectiva do desenvolvimento endógeno ou local.

CAPÍTULO III

3 O NOVO RURAL BRASILEIRO E A PLURIATIVIDADE

Uma vez destacada a relevância da pluriatividade e esclarecidos os conceitos-chave que a ela se ligam, além dos fatores que permitem sua existência e expansão, passa-se, então, a tratar da relação entre nova configuração rural e as atividades rurais agrícolas e não agrícolas, especialmente no território brasileiro.

Sendo assim, neste capítulo aborda-se o surgimento da pluriatividade na chamada nova ruralidade, isto é, na nova forma de organização do trabalho no meio rural. Para tanto, faz-se uma breve retrospectiva sobre a história desse novo rural e a pluriatividade, abordando, também, sua relação com a agricultura familiar, com destaque para as atividades agrícolas e não agrícolas coexistindo em um espaço. Nessa discussão, vale, ainda, ressaltar o delineamento do perfil dos estabelecimentos pluriativos brasileiros – como se organizam.

3.1 Nova ruralidade e a emergência da pluriatividade

O termo “rural”, até a metade do século XX, era costumeiramente “associado ao passado, ao rústico, ao idílico, à tradição, quando não ao irracional” (FAVARETO, 2006, p. 89), sendo totalmente dependente e subordinado à cidade. Concepção essa que influenciaria a discussão sobre o rural ao longo dos séculos. Na contemporaneidade, todavia, a análise da ruralidade, feita por estudiosos das diversas ciências, perpassa esse antigo consenso, superando as velhas ou as tradicionais concepções dicotômicas que definiam o rural como o oposto do urbano.

A cidade, que por sua vez representava um território de desenvolvimento, de serviços e de inovações, de monetarização, de mobilidade social, de concentração de mão de obra qualificada, a partir do século XVIII passou a fazer parte do imaginário da riqueza e do luxo; passando, no século XIX, a ser o local de mobilidade e de formação das massas, até chegar ao século XX como ambiente massificado e local predominantemente de estranhamento.

Desse modo, as análises sobre o “velho” e o “novo” rural são abordagens pertinentes e necessárias para se entender as novas territorialidades que foram acrescidas ao campo, bem como sua implicação no desenvolvimento local/rural e a sua relação com as atividades pluriativas.

Com base no que foi mencionado, um breve recorte histórico e teórico sobre a ruralidade fornecerá elementos para compreender a emergência de novas ruralidades nos dias atuais e sua ligação com as atividades agrícolas e não agrícolas.

Os trabalhos científicos sobre a dicotomia urbano-rural e as novas ruralidades tiveram início na Europa e posteriormente nos Estados Unidos, especificamente na primeira metade do século XX. Na década de 1970, a urbanização dos países do capitalismo avançado da Europa e dos Estados Unidos representaria um marco para o estudo de novas ruralidades. Também para superar a dicotomia existente entre o campo e a cidade, visto que

[...] a oposição entre cidade e campo cede lugar, do ponto de vista analítico, para o enfoque das relações entre cidade e campo e da unicidade e complementaridade compreendida por esse par dialético, podendo-se adotar, por conseguinte, a expressão cidade ↔ campo (SPÓSITO, 2009, p. 115).

Assim, a divisão social do trabalho e a relação de poder que sustentavam a divisão cidade-campo não separariam mais o campo da cidade, uma vez que ambos se integraram com o processo de globalização.

A interação cidade-campo foi evidenciada nas obras de Georges Duby (1970) e Julliard (1973). Suas publicações descreviam e ilustravam como as paisagens urbanas e rurais da Europa se metamorfosearam e se integraram. Assim, o cenário rural se confundia com o urbano e vice-versa. Portanto, é possível afirmar que “as transformações econômicas, o processo de modernização da produção e a crescente integração dos mercados levaram ao fim de um tipo específico de ruralidades, aquela que foi chamada por Mendras de “sociedade camponesa” (FAVARETO, 2006, p. 97).

No contexto apresentado sobre a ruralidade, é importante destacar que, a visão do atraso existente entre os territórios rurais e urbanos representa materializações de forma de vida e de mentalidade estabelecidas pela divisão social do trabalho. No entanto, essas materializações não se encaixam na atualidade, em virtude da heterogeneização das economias rurais advindas das vantagens locacionais e do dinamismo existente nos territórios rurais. Tais aspectos, somados à inserção do capital no campo, aumentaram a mobilidade e estreitaram os laços de integração entre os espaços rurais e os centros urbanos. Para Schneider (2009, p. 8).

[...] Atualmente, os estudiosos já não divergem quanto à existência de uma interação ativa e recíproca do rural com o urbano e vice-versa. Embora não exista um acordo em relação ao modo de classificar e definir o conteúdo e a extensão da ruralidade, há consenso de que os processos sociais, as dinâmicas econômicas (produtivas e tecnológicas) e os traços culturais que ocorrem nos

espaços rurais são fluídos, permeáveis, transpassados e de algum modo integrados à sociedade contemporânea. Portanto, aquela ideia de associar o rural ao atrasado, ao isolado ou a tradição e o urbano ao progresso, à integração e à modernidade perderam seu sentido.

Com base nos pressupostos até aqui apresentados e nas ilustrações descritivas feitas nos países de capitalismo avançado, é possível identificar que o estreitamento das relações entre cidade e campo implicaram o fim da velha ruralidade. Sobre esse processo, Lefebvre (1991, p. 68) argumenta que as aldeias se ruralizam perdendo a especificidade camponesa”, dando lugar à sociedade urbana.

Lefebvre (1991) criou, em 1970, a hipótese da completa urbanização. O argumento era o de que a sociedade que nascia e permanecia urbanizada dominava e absorvia a produção agrícola. Desse modo, a urbanização completa envolveria e dominaria o conjunto de esferas do mundo existente, com o destino dos espaços rurais se diluindo pelo desenvolvimento da sociedade urbana. Ou seja, o urbano indicaria uma sociedade em formação, na qual estaria incluído o rural (ou as atividades denominadas rurais). Lefebvre (1991, p. 69) descreve, ainda, como seria esse processo:

[...] Atualmente a relação campo-cidade se transforma, aspecto importante de uma mutação geral. [...] A vida urbana penetra na vida camponesa despojando-a de elementos tradicionais: artesanato, pequenos centros que desaparecem em proveitos de centros urbanos (comerciais e industriais, redes de distribuição, centros de decisões etc.). As aldeias se ruralizam perdendo a especificidade camponesa.

Em oposição à hipótese de Lefebvre, o geógrafo e sociólogo Bernas Kayser, em 1972, desenvolveu a tese do “renascimento rural” ou “*couter-urbanization*” baseado nos aspectos ecológicos, na descentralização da economia e na interiorização e diversificação de atividades no campo. Conforme Favareto (2006, p. 100),

[...] O renascimento teria em sua base o efeito do “enriquecimento do conjunto da sociedade”, passível de percepção através de fenômenos como a atração populacional, o crescimento de atividades não agrícolas, iniciativas de desenvolvimento local e uma mudança no perfil demográfico. Com isso, em vez de desaparecer, os campos pareciam renascer, agora integrados complementarmente às cidades.

Para Veiga (2004, p. 53):

O argumento central de Keyser é de que a alteração da tendência demográfica não deveria ser vista como um fenômeno superficial e passageiro. Para ele, algo que até poderia parecer acidental, ou localizado, se revela um verdadeiro fenômeno ‘societal’. O repovoamento, os modos de vida, a recomposição da sociedade em vilarejo (*villageoise*), as atividades não agrícolas, as políticas de ordenamento, a política de desenvolvimento local, e as práticas culturais estariam mostrando que a dimensão demográfica seria apenas um indicador do que estava ocorrendo nos países desenvolvidos: um renascimento rural.

Schneider (2009) argumenta que a tese de renascimento rural instigou os pesquisadores a refletirem sobre a noção de ruralidade e a atribuir um novo sentido a ela, uma vez que a ruralidade não poderia mais se limitar à definição empírica do rural e do urbano.

A distribuição da população pelo mundo e a forma de ocupação dos espaços artificializados, ou não, despertou nos pesquisadores do Serviço de Desenvolvimento Territorial da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) o interesse de classificar o território, visto que “apenas uma quarta parte da área global está mais artificializada pela urbanização e pelas formas mais intensivas de agropecuária” (VEIGA, 2004, p. 53).

Frente a esse contexto, a OCDE utilizou o território como referência para os estudos rurais, criando indicadores territoriais da ruralidade e outros ligados à demografia para comparar e definir o que é rural (população rural) e urbano (população urbana) entre os países membros.

A metodologia da OCDE definida como abordagem territorial trabalharia com duas escalas, a local e a regional. As noções comunidades rurais e comunidades urbanas foram definidas em escala local para distinguir o que é urbano e rural. Nessa escala, as comunidades rurais são aquelas com densidade populacional inferior a 150 habitantes/Km² e as comunidades urbanas são aquelas com densidade populacional superior a 150 habitantes/Km². Na escala regional as regiões seriam divididas em regiões essencialmente rurais, compostas por comunidades rurais acima de 50%; regiões relativamente rurais, compostas por comunidades rurais entre 15% e 50%; e regiões essencialmente urbanas em que as comunidades rurais forem inferiores a 15%.

Embora a metodologia da OCDE tenha sido aceita por diversos países, foi questionada por utilizar a demografia como um único critério para definir os territórios como urbanos ou rurais. Favareto (2006) e Schneider (2009) esclarecem que há entre os estudiosos do tema um consenso em utilizar e combinar “critérios estruturantes e funcionais, e cobrir aspectos relativos às dimensões econômicas, sociais, ambientais e demográficas” (FAVARETO, 2006, p. 111). Entretanto, vale ressaltar, que a abordagem territorial da OCDE avançou na organização dos

dados ao utilizar uma proposição que focaliza a base dos dados no território, possibilitando destacar as diferenças representativas de cada lugar. Assim, a abordagem territorial contribuiu com as proposições analíticas de Veiga para testar as hipóteses formuladas por Lefebvre e por Kayser.

As teorias sobre o desaparecimento e renascimento da ruralidade foram verificadas e refutadas por Veiga, por não se encaixarem no contexto atual da globalização e por não serem aplicadas às especificidades de cada território. Este fato levou Veiga (2004, p. 58) a propor uma nova hipótese, o nascimento da ruralidade, sob o argumento de que “o triunfo da urbanização engendra a valorização de uma ruralidade que não está renascendo, e sim nascendo”, já que a diversidade (de produtos, de atores e de atividades) e a natureza se apresentam como elementos da nova ruralidade. Ou seja,

[...] Nos últimos vinte anos tornou-se cada vez mais forte a atração pelos espaços rurais em todas as sociedades mais desenvolvidas. O nascimento da ruralidade é um fenômeno novo, que pouco tem a ver com as relações que as sociedades mantiveram no passado com tais territórios. É uma atração que resulta basicamente do vertiginoso aumento da mobilidade, com seu crescente leque de deslocamento, curtos ou longos, reais ou virtuais. A cidade e o campo se casaram: enquanto ela cuida de lazer e trabalho, ele oferece liberdade e beleza (VEIGA, 2004, p. 58).

Para Veiga, portanto, o rural não se limita à agricultura, por entender que as dinâmicas territoriais que ocorrem nesse espaço podem ser bastante úteis para a análise das sinergias existentes entre os agricultores e os setores terciários e secundários das economias locais. Com isso fica claro, que a nova ruralidade é “uma trama complexa envolvendo os campos e suas cidades, com destaque para a integração intersetorial da economia, e para a emergência da variável ambiental como elemento chave” (FAVARETO, 2006, p. 112).

Schneider (2009) explica que o próprio espaço rural estaria sendo mercantilizado e não usado apenas para a produção primária. “Nesta nova etapa, novas atividades, lideradas pelo turismo e pela valorização da paisagem e os bens não tangíveis do rural, tornam-se mercadorias de interesse de consumidores” (SCHNEIDER, 2009, p. 14).

Dessa maneira, as concepções de ruralidade apresentadas divergem quanto ao recorte de seu conteúdo e a aplicação deste ao tempo histórico, mas ambas destacam a articulação do rural com o urbano. No entanto, a concepção de ruralidade parte do princípio de que ela não pode ser entendida somente como complementariedade do rural-urbano e urbano-rural, uma vez que as instituições globais buscam redefinir a ruralidade a partir da adaptação dos espaços

rurais à reestruturação produtiva e da modernização da agricultura com vistas ao planejamento territorial e ao desenvolvimento do local/rural.

Abramovay (2000, p. 35) argumenta que “entender a ruralidade e sua relação com o rural e urbano é essencial para se estabelecer proposições e políticas adequadas, seja para o meio rural, seja para o meio urbano”.

Candiotto (2008, p. 231), ao comentar os fundamentos políticos que envolvem a nova ruralidade nos países de capitalismo avançado, afirma que

[...] vê essa ruralidade como um processo geral de revalorização do rural, revalorização que, por sua vez, vem sendo disseminada e incentivada por instituições globais, por meio de financiamentos e de políticas públicas (geralmente de cima para baixo). Essas instituições globais, como o Banco Mundial, BID, entre outras, comandadas pelos agentes hegemônicos do capital, defendem o discurso de revalorização do rural como elemento de redução da pobreza e da desigualdade social, porém têm como interesse a ampliação das relações capitalistas no campo por meio de novas atividades agrícolas e não agrícolas no espaço rural.

As transformações que atingiram o campo europeu no período pós-fordista – aumento da população agrícola, tecnificação, diversificação das atividades agrícolas e não agrícolas, desenvolvimento de atividades econômicas e culturais (artesanato, serviços, indústrias), espaço para lazer e reservas naturais e moradia – fizeram a União Europeia (UE) intensificar seus estudos sobre a nova ruralidade. Esses estudos analisavam o efeito da globalização no território local, a mobilidade e demais mudanças na força de trabalho e o perfil das políticas públicas destinadas à agricultura e ao urbano, a fim de propor um documento oficial com uma nova concepção de ruralidade, para propor diretrizes de planejamento territorial para os países de ruralidade avançada.

Nesse sentido, a “Declaração Cork” e o “*Workshop Post-industrial Rural Desenvolvimento: The role of Natural Resources in the Environment*” apresentaram os elementos característicos da nova ruralidade na década de 1990, sendo, então, adotados em todo o mundo. Em análise aos documentos citados, Veiga (2004) sistematizou os elementos característicos, apresentando o consenso básico de ruralidade, conforme o Quadro 4, a seguir.

Quadro 4 – Elementos característicos da ruralidade avançada

Características da ruralidade avançada	
1.	As zonas rurais, que englobam os locais de residência de um quarto da população europeia e de mais de um quinto da americana, e mais de 80% dos dois territórios, caracterizam-se por tecidos culturais, econômicos e sociais singulares, um extraordinário mosaico de atividades e uma grande variedade de paisagens (florestas e terras agrícolas, sítios naturais incólumes, aldeias e pequenas cidades, centros regionais, pequenas indústrias etc.).
2.	As zonas rurais, bem como os seus habitantes, formam uma autêntica riqueza para as suas regiões e países e podem ser bem competitivas.
3.	As maiores partes dos espaços rurais europeus e norte-americanos são constituídos por terras agrícolas e florestas que influenciam fortemente o caráter das paisagens.
4.	Dado que a agricultura certamente permanecerá como importantíssima interface entre sociedade e ambiente, os agricultores deverão cada vez mais desempenhar funções de gestores de muitos dos recursos naturais dos territórios rurais.
5.	Mas a agricultura e as florestas deixaram de desempenhar papel predominante nas economias nacionais. Com o declínio de seus pesos econômicos relativos, o desenvolvimento rural mais do que nunca deve envolver todos os setores socioeconômicos das zonas rurais.
6.	Como os cidadãos europeus e norte-americanos dão cada vez mais importância à qualidade de vida em geral, e em particular às questões relativas à saúde, segurança, desenvolvimento pessoal e lazer, as regiões ocuparão posições privilegiadas para satisfazer tais interesses, oferecendo ampla possibilidade de um autêntico desenvolvimento, moderno e de qualidade.
7.	As políticas agrícolas deverão se adaptar às novas realidades e desafios colocados, tanto pelos desejos e preferências dos consumidores, quanto pela evolução do comércio internacional. Principalmente uma adaptação que impulse a transição de um regime de sustentação de preços para um regime de apoios diretos.
8.	Os subsídios estabelecidos pelas respectivas políticas agrícolas vêm sendo crescentemente contestados. E já é ampla a aceitação de que apoios financeiros públicos devem ser cada vez mais condicionados a uma adequada gestão de recursos naturais, e a manutenção e reforço da biodiversidade e das paisagens culturais.
9.	As reformas das políticas agrícolas da primeira metade da década de 1990 conservam inconsistências, duplicações e alta complexidade jurídica, apesar de inegáveis avanços em termos de transparência e eficácia.
10.	Torna-se absolutamente necessário promover a capacidade local de desenvolvimento sustentável nas zonas rurais e, nomeadamente, iniciativas privadas e comunitárias bem integradas e mercados globais.

Fonte: Adaptado de Veiga (2004, p. 50).

A ruralidade propagada pelas instituições supranacionais, internacionais e nacionais, a exemplo da Política Agrícola Comum (PAC), da União Europeia (UE), de 1992 e do Programa Ligações entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural¹¹ (LEADER) de 1994, apontariam para a valorização das potencialidades locais e do planejamento dos territórios rurais com vistas ao desenvolvimento endógeno. Quanto ao desenvolvimento, Kageyama (2006, p. 243) explica que,

¹¹ O Programa LEADER, conforme Ortega (2008, p. 98), se baseia na “concepção de que o desenvolvimento rural tem de se pautar em novos modelos, que não podem ter como estrutura exclusivamente as atividades agropecuárias. Tais modelos, portanto, devem ser fundamentados nas realidades e potencialidades locais”.

[...]a redescoberta do desenvolvimento rural deu-se em função da necessidade de reorientação do protecionismo da Política Agrícola Europeia (PAC), que reconheceu, de um lado, os problemas criados pela agricultura intensiva e, de outro, a multifuncionalidade do espaço rural (funções produtivas, papel no equilíbrio ecológico e suporte às atividades de recreação e preservação da paisagem). A nova filosofia da Comissão Europeia partiu de algumas premissas que permitiram, no fim dos anos 80 e início dos 90, chegar aos ‘novos enfoques de desenvolvimento rural’.

Kageyama (2006, p. 243-244) também aponta as premissas que norteariam a nova filosofia da Comissão Europeia em relação desenvolvimento endógeno do rural:

- a) o reconhecimento de que a modernização agrícola incidirá sempre sobre o emprego no sentido de reduzi-lo, mas a poluição pode permanecer no seu local de origem praticando atividades não agrícolas;
- b) devido ao desemprego urbano, a população deve ser persuadida de abandonar o campo;
- c) o espaço rural perde função primordial produtiva, e outras passam a ser valorizadas (funções paisagística, turística e ecológica);
- d) a desagregação do meio rural não deve significar a falência da produção familiar, mas o fortalecimento por meio da diversificação das fontes de renda, da agregação de valor aos produtos aproveitando nichos de mercado e a conversão do agricultor em “empresário rural”;
- e) o reforço da pluriatividade, tanto sob a forma de atividades complementares dentro do próprio estabelecimento, como pela integração a outros setores econômicos (indústria e serviços).

Dessa forma, o novo rural, indicaria uma tendência locacional na distribuição de empregos e de atividades econômicas, sobretudo pluriativas que emergiriam da capacidade de certas áreas rurais para atraírem os potenciais empreendedores devido às características ambientais de residência. E, também, pelo dinamismo empreendedor voltado para mercados emergentes, cuja inovação, extrapolava as vantagens competitivas que resultavam nas condições de vida e de trabalho de forma mais amena.

Conforme Ortega (2008, p. 98), as políticas de desenvolvimento endógeno propostas para os territórios rurais teriam como principais objetivos

[...] permitir aos agentes e territórios rurais valorizar suas próprias potencialidades, contribuir para o desenvolvimento econômico e social e cultural do meio rural, suscitar um espírito de cooperação entre os municípios, freguesia e lugares, de modo a desempenhar solidariedade que reforcem o desenvolvimento da região, sensibilizar a população para a riqueza do patrimônio da região, responsabilizando-se pela sua preservação e valorização e criar hábitos de convívio local, favorecendo os contatos entre residentes e visitantes.

Nessa mesma linha de pensamento, Amaral Filho (2001, p. 62) afirma que no desenvolvimento endógeno dos territórios rurais

[...] a atração excedente proveniente de outras regiões, tem como resultado a ampliação do emprego, do produto e da renda do local ou da região. [...] seus fatores propulsores podem ser vistos tanto pela endogeneização da poupança, ou do excedente, como pela acumulação do conhecimento, das inovações e das competências tecnológicas, como repercussão sobre o crescimento da produtividade dos fatores.

Entretanto, vale ressaltar, a existência de uma segunda abordagem sobre a nova ruralidade, baseada nos valores sociais e na realidade empírica dos agentes endógenos. Tal abordagem é sustentada por autores brasileiros, como Moreira (2005), Maria José Carneiro (1998), Corrêa e Perruccini (2005), Alencar (2005), Rua (2005), Lima (2005), entre outros. Esses autores defendem que o conceito de ruralidade está vinculado a conteúdos simbólicos e a valores indetritários que provêm tanto “dos objetos técnicos característicos do urbano ou do rural, quanto dos valores subjetivos em relação ao que caracteriza o urbano e o rural” (CANDIOTTO; CORRÊA, 2008, p. 237). O Quadro 5 apresenta as concepções defendidas pelos autores mencionados.

Quadro 5 – Conceito de ruralidade fundamentado nos valores endógenos e socioculturais

Ano	Autor(es)	Conceitos de ruralidade
1998	Carneiro	A ruralidade é um processo dinâmico de constante reestruturação de elementos da cultura local, com base na incorporação de novos valores, hábitos e técnicas, decorrentes de novas relações cidade/campo.
2005	Moreira	A ruralidade são manifestações dos espaços rurais, traduzidas em política públicas, instituições, legislações, interesses, objetivos técnicos e identidades características do rural.
2005	Corrêa e Perruccini	A ruralidade pauta-se na reorganização dos processos produtivos próprios da lógica capitalista, assim a ruralidade é reelaborada por meio das inovações de processos e produtos gestados no urbano que apesar das mudanças nas atividades desenvolvidas no espaço rural não perde suas particularidades, guardando a especificidade de cada comunidade.
2005	Alencar	A ruralidade emerge das ordenações que vêm das cidades e se movem entre o entusiasmo pelo processo urbano industrial (o processo modernizador) e nostalgia do agrotradicional. A ruralidade como ideia de rural como natureza, e como espaço de vida mais saudável.
2005	Lima	Aponta a ruralidade em espaços urbanos, bem como elementos de urbanidade em espaços rurais.
2005	Rua	A ruralidade se manifesta na sociedade urbano-rural-industrial por bens simbólicos e materiais, e por práticas culturais que são conhecidas como próprias do mundo rural.

Fonte: Organizado pela autora, com base em Candiottto e Corrêa (2008, p. 233-237).

Portanto, o que ficou evidente na análise apresentada sobre a ruralidade é que a adaptação da agricultura às técnicas de produção capitalista, a aproximação dos espaços urbano e rural, a mobilidade entre esses espaços e os valores culturais e identitários contribuíram para o desenvolvimento das atividades pluriativas no território que foram acrescidas com o novo rural.

3.2 Novo rural brasileiro e sua relação com atividade pluriatividade

Em todo mundo, assim como no Brasil, de 1970 até 1990 ocorreu o deslocamento de um grande contingente de pessoas/trabalhadores do campo para as cidades, ocasionando um esvaziamento demográfico dos espaços rurais. Nesse período, o que se observava era a redução do emprego agrícola e a incapacidade das atividades urbanas em absorver a quantidade de trabalhadores vindos do campo. No entanto, o crescimento populacional do urbano, ocasionado pela migração rural-urbana, durante as décadas de 1970 e 1980, teve sua redução com a urbanização dos espaços rurais e o crescimento da atividade não agrícola. De acordo com Silva, J. G. (1999, p. 37),

[...] nos anos 60 e 70, contingente expressivo de trabalhadores rurais havia se descolado do campo para a periferia das cidades, urbanizando assim grande parte da força de trabalho agrícola que antes residia nas fazendas. E que nos anos 80, ao contrário, não só esse fluxo havia sido substancialmente reduzido, como estava ocorrendo uma verdadeira “urbanização do campo brasileiro” através de crescimento de ocupações não agrícola no meio rural. [...]. E, em 1990, de cada cinco pessoas residentes no meio rural, apenas duas estavam ocupadas em atividades agropecuárias. As outras três tinham empregos em atividades não agrícolas, principalmente em indústria de transformação (agroindústrias), prestação de serviços pessoais, construção civil, comércio e prestação de serviços sociais, embora continuassem a residir no meio rural.

Mais tarde, esse cenário, apontava para a necessidade de se “integrarem atividades agrícolas e não agrícolas por meio do crescimento agrícola simultâneo aos investimentos em infraestrutura física e social que permitissem a geração de atividades e empregos rurais e não agrícolas” (SILVA, J. G., 1999, p. 36). É importante destacar que, nesse período o Brasil atravessava uma recessão urbana industrial, tempo que

coincide nos anos de 90 com uma crise agrícola sem similar no pós-guerra, fruto da queda da demanda interna por alimentos e matérias primas de origem agrícola, altos níveis de endividamentos dos pequenos e médios produtores e

desestímulo ao setor exportador em função da abertura indiscriminada das importações, inclusive de produtos subsidiados nos países de origem, e de defasagem cambial da nova moeda brasileira, o real. E, dada a contínua queda dos preços das nossas principais *commodities* agropecuárias, a renda agrícola gerada era cada vez mais insuficiente para sustentar a família rural em condições dignas de vida (SILVA, J. G., 1999, p. 36).

Na contemporaneidade, as transformações econômicas, políticas, sociais, científicas e tecnológicas que atingiram o campo no final da década de 1980 e início da década de 1990 fizeram com que emergisse no espaço rural brasileiro uma nova configuração econômica e demográfica. Em 2013, ao analisar as transformações do espaço rural decorrentes desse período, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) reconheceu que a agricultura brasileira passou por mudanças e essas vêm alterando os traços de suas características histórica, socioeconômica e espacial. Além disso, o IPEA constatou que está havendo valorização do segmento da agricultura familiar, da diversificação das atividades rurais, do crescimento da agricultura de base ecológica e do aumento de práticas conservacionistas. Para entender tais mudanças, é necessário fazer uma breve contextualização dos elementos estruturantes que impulsionaram e caracterizaram o novo rural brasileiro.

Esse novo rural foi se configurando conforme o avanço da modernização conservadora¹² da agricultura, que estimularia a redução da diferença entre rural e urbano, “e especificamente no que refere ao mercado de trabalho devido ao crescimento da população ocupada em atividades não agrícolas” (SCHNEIDER, 2010, p. 521). Consolidavam-se nesse período as transformações no modelo de produção, organização e divisão social do trabalho, no âmbito familiar. Com tais transformações, a família passaria por uma reestruturação com a intensificação das relações mercantis entre agricultura e comércio advindos do renascimento e da modernização rural. Sobre o renascimento do novo rural brasileiro na década de 1990, Silva, J.G. (1999, p. 1) acrescenta que

o meio rural brasileiro se urbanizou nas duas últimas décadas, com o resultado do processo de industrialização da agricultura, de um lado, e, de outro, do transbordamento do mundo urbano naquele espaço que tradicionalmente era definido como rural. Como resultado do duplo processo de transformação, a agricultura – que antes podia ser caracterizada como setor produtivo relativamente autárquico, com mercado de trabalho e equilíbrio internos próprios – integrou-se no restante da economia a ponto de não poder ser separada dos setores que lhe fornecem insumo e/ou compram seus produtos.

¹² A modernização conservadora se substancia em: transformações na base técnica produtiva; intensificação nas relações capital-trabalho; constituição e consolidação dos complexos agroindustriais e cadeias agroalimentares; manutenção e fortalecimento do modelo agrícola conservador e excludente, assentado na produção de *commodities* e na grande propriedade rural.

A expressão “novo rural brasileiro”¹³, surgida na década de 1990, segundo Silva, J.G. (1999, p. ix) inicialmente era determinada a partir de quatro subconjuntos, definidos no Quadro 6 que redefiniriam a atividade rural no país e serviriam de base para se analisar as novas formas de vida, trabalho e renda que foram acrescentadas ao campo.

Quadro 6 – Subconjuntos que caracterizam o novo rural brasileiro (SILVA, J.G. 1999)

Subconjuntos	Características dos Subconjuntos
A	Uma agropecuária moderna, baseada em <i>commodities</i> e intimamente ligada às agroindustriais, que vem sendo chamada de o <i>agrobusiness</i> brasileiro.
B	Um conjunto de atividades de subsistência que gira em torno da agricultura rudimentar e da criação de pequenos animais, que visa primordialmente manter relativa superpopulação no meio rural e um exército de trabalhadores rurais sem-terra, sem emprego fixo e sem qualificação.
C	Um conjunto de atividades não agrícolas, ligado à moradia, ao lazer e a várias atividades industriais e de prestação de serviços.
D	Um conjunto de novas atividades agropecuárias, localizadas em nichos específicos de mercados.

Fonte: Adaptado de SILVA, J.G. (1999, p. 9).

No Quadro 6, os subconjuntos C e D indicam que no Brasil, assim como nos países de capitalismo avançado, houve o renascimento do rural por causa da aproximação do campo com a cidade. Essa integração decorreu da inovação dos setores de comunicação e de transporte que, ao eliminar as barreiras do espaço-tempo, interligaram os fluxos existentes entre o rural e o urbano e passaram a integrar economias rurais isoladas do sistema globalizado. Além das vias de circulação e do desenvolvimento do sistema de comunicação, a presença de variados fixos no espaço rural favoreceria a interiorização e dinamizaria o campo com a oferta de serviços que antes eram restritos ao urbano. Silva, J. G. (1999, p. 32) também argumenta que “a extensão da rede urbana no interior dos estados ao levar para essas áreas infraestrutura, por mínima que seja, desde água, saneamento, eletricidade comunicação em geral, acaba por beneficiar as áreas rurais próximas” e, desse modo, alteraria a vida da população rural.

Além do mais, é preciso destacar que por causa dessa mudança houve o reconhecimento e a valorização de atividades tipicamente rurais/agrícolas que antes não representavam peso econômico. Sobre o exposto, Silva, J. G. (1999, p. ix-x) aponta que

¹³ A expressão “novo rural” foi colocada entre aspas pelo autor por referir-se as atividades seculares.

[...] muitas atividades, na verdade, são seculares no país, mas não tinha, até recentemente, importância como atividades econômicas. Eram atividades de “fundo de quintal”, *hobbies* pessoais ou pequenos negócios agropecuários intensivos (piscicultura, horticultura, floricultura, floricultura de mesa, criação de pequenos animais, etc.), que foram se transformando em importantes alternativas de emprego e renda no meio rural nos anos mais recentes. Essas atividades, antes pouco valorizadas e dispersas, passaram a integrar verdadeiras cadeias produtivas, envolvendo, na maioria dos casos, não apenas transformações agroindustriais, mas também serviços pessoais e produtivos relativamente complexos e sofisticados nos ramos de distribuição, comunicação e embalagens, em busca de nichos de mercado muito específicos. Tal valorização também ocorre nas atividades rurais não agrícolas derivadas da crescente urbanização do meio rural (moradia, turismo, lazer e prestação de serviços) e com as atividades decorrentes da preservação do meio ambiente.

O novo modelo de regulação da economia mundial, chamado por alguns autores de pós-fordista, fundamentou as mudanças advindas do desenvolvimento técnico e da tecnologia. Com isso, as categorias campo-rural/cidade-urbano têm sido constantemente analisadas pelas Ciências Sociais, em especial pela Geografia, com o intuito de caracterizar e explicar essas categorias frente às transformações sociais da contemporaneidade.

Nesse contexto, na virada do século XX para o século XXI, a sociedade passou a assumir novos padrões de vida, devido à mercantilização e homogeneização das relações e dos espaços cidade/campo, o que provocaria uma ressignificação do rural em função das novas formas de produção e de trabalho que foram acrescidas e revalorizadas no campo.

Rosa e Ferreira (2006, p. 190), ao analisar as teorias de Silva, J. G. (1999), reafirma as proposições do autor, argumentando também que

[...] a diversificação das atividades no meio rural configuraria o “novo rural”. Nesse “novo rural”, local do exercício de novas funções, marcado pela intensificação da técnica e modernização das atividades econômicas. [...] Tal processo resultaria em uma nova configuração econômica e social, na qual as especificidades do campo e da cidade, bem como de suas populações diminuiriam na mesma intensidade em que o campo se tornasse um local pluriativo.

A respeito desse novo cenário que combina atividade agrícola e não agrícola, Schneider (2009) explica que com o fenômeno do novo rural brasileiro há emergência das atividades não agrícolas no meio rural e o principal elemento que se privilegiaria com essa “nova caracterização do rural seria o aparecimento das famílias pluriativas, que combinam vários tipos de atividades e ocupações em uma mesma unidade familiar ou estabelecimento, fazendo com

que os seus membros possuam vários tipos de inserção profissional” (SCHNEIDER, 2009, p. 140-141).

Assim, a combinação da atividade agrícola com ocupações secundárias marcaria a ampliação do serviço doméstico realizado por trabalhadores residentes no meio rural. Tal tendência passou a ser denominada pelo IBGE, em 1992, como trabalhado doméstico. No Brasil, a partir da década de 1990, cresceu o número de pessoas que possuem a agricultura como atividade principal combinada com outras atividades. A Tabela 1 ilustra esse quantitativo.

Tabela 1 – Principais setores das ocupações secundárias das pessoas que têm na agricultura a sua atividade principal no Brasil – 1990

Trabalho secundário	Mil pessoas	%	Tx. cr. 92/95
Agrícola	603	64,4	3,5
Não agrícola	334	35,6	3,1
Comércio alimentos	56	6,0	-4,9
Construção	47	5,0	13,6
Restaurante	23	2,4	6,1
Comércio ambulante	22	2,3	17,6
Adm. municipal	16	1,7	28,8
Outros	171	18,3	0,6
Total	937	100,0	3,3

Fonte: Adaptado de SILVA, J. G. (1999, p. 50).

Conforme demonstra a Tabela 1, 937 mil pessoas combinavam a atividade agrícola com a atividade não agrícola, destas apenas pouco mais de um terço, 334 mil, declarou estar ocupada em atividades não agrícolas, e a maioria, 603 mil, declarou ter ocupações secundárias também ligadas à agricultura. Em análise desse quantitativo, Silva, J. G. (1999, p. 48) aponta três fatores que podem ter relação direta com a consolidação desse tipo de trabalho, são eles:

I- a dificuldade crescente da inserção da mulher no mercado de trabalho agrícola, onde os atributos ligados à resistência física ainda são muito importantes para a força de trabalho agrícola não qualificada;

II - o crescimento de moradias de altas rendas nas zonas rurais, seja como chácara de fim de semana, seja como condomínio de alto padrão para as famílias que procuram qualidade de vida melhor que a proporcionada pelos grandes aglomerados urbanos;

III - o crescimento da população de baixa renda que trabalha em áreas urbanas, mas reside na zona rural em função das facilidades que encontram para conseguir terrenos mais baratos e da ausência de restrições legais para a construção.

De acordo com a evolução dos tipos de ocupações, apresentada na Tabela 1, observa-se que a partir da década de 1990 a atividade agrícola não caracterizava mais a dinâmica do meio rural brasileiro. A alteração na atividade ocupacional da população rural de atividades agrícolas para atividades não agrícolas indica que a população residente no campo buscou outras monetarizações e o predomínio do trabalho doméstico é justificado pela exigência de um baixo nível de qualificação profissional e pela presença de fixos que se instalaram no espaço rural. Sobre a discussão apresentada, Schneider (2009, p. 148) argumenta que

Frente à queda generalizada do emprego não agrícola, pode-se afirmar que o crescimento das atividades não agrícolas no meio rural está se configurando como um fenômeno absolutamente relevante não apenas para promover o desenvolvimento econômico e bem-estar social das populações rurais, mas, também, para a própria interpretação analítica das transformações agrárias contemporâneas.

A argumentação instiga o estudo do espaço rural brasileiro para além da questão agrária, pois o campo é um espaço complexo que imprime no cenário atual nova forma de produção e organização socioespacial que é marcada pela dinâmica familiar daqueles que cultivam a terra e ao mesmo tempo têm buscado outras fontes de renda para garantir a reprodução familiar, bem como o seu bem-estar.

Diante das transformações apresentadas no início desta seção sobre a nova realidade do rural brasileiro, cabe analisar esse espaço associado à pluriatividade, uma vez que a [...] agricultura como atividade produtiva não deixou de ser parte integrante do mundo rural mas em algumas regiões vem diminuindo sua importância na geração de postos de trabalho” (FERRARI, 2003, p. 16).

As argumentações apresentadas expõem que a dinâmica da agricultura familiar no novo rural vem sendo condicionada e determinada por outras atividades praticadas na unidade de produção, passando a ser cada vez mais percebida como uma das dimensões que se estabelece entre sociedade e o espaço, entre o homem e natureza.

3.3 Pluriatividade e agricultura familiar

O debate acadêmico e teórico sobre a pluriatividade se associa à valorização da agricultura familiar e a multifuncionalidade do campo. No Brasil, a discussão sobre a agricultura familiar ocorreu tardiamente se comparada com os estudos dos países avançados. No entanto, a agricultura familiar vem assumindo lugar de destaque entre os estudiosos das

Ciências Sociais e, recentemente, pelos geógrafos, a fim de promover sua legitimação social e política diante do mundo rural, visto que está relacionada a políticas públicas de desenvolvimento regional.

A expressão agricultura familiar apareceria em projeção nacional no final da década de 1980, e sua emergência ganharia força no início da década de 1990, quando os movimentos sociais ligados à Central Única dos Trabalhadores (CUT) reivindicavam um conjunto de medidas em defesa dos pequenos produtores e trabalhadores rurais diante da integração comercial e econômica dos países formados pelo Mercosul. Schneider (2009, p. 34) esclarece que

[...] o processo de integração dos países da região do cone sul da América Latina iniciou-se ainda no final da década de 1990, e culminou com assinatura do Tratado de Assunção, em 1991. A partir desse tratado, foram estabelecidos vários acordos multilaterais, com o objetivo de ampliar a integração econômica e comercial entre o Brasil, a Argentina, o Uruguai e o Paraguai. Em razão das feições aparentemente excludente desse processo, pois a real participação das organizações de pequenos agricultores estava virtualmente vedada, a expressão agricultura familiar surge como uma noção de convergência e unificadora dos interesses dos pequenos proprietários rurais que se julgavam não apenas preteridos politicamente da integração, mas afetados economicamente, uma vez que a abertura comercial ameaçava determinados setores da agricultura brasileira em razão das diferenças de competitividade de seus produtos.

É importante destacar que a mobilização política dos movimentos sindicais ocorrida no país na primeira metade dos anos de 1990 reconheceria a expressão agricultura familiar como categoria política, visto que “a luta pelo crédito, por melhoria de preços, por formas de comercialização diferenciada, pela implementação da regulação constitucional da previdência social rural, por proteção contra a desregulamentação e a abertura comercial” (SCHNEIDER, 2010, p. 515), estabelecidas no acordo do Mercosul, fizeram com que a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), se juntassem a outros movimentos emergentes, como o Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais (DNTR) ligado à CUT, a fim de estabelecer e traçar novos rumos políticos para agricultura familiar.

Embora o movimento fosse fragmentado e de pouca repercussão política na época, constituiu um marco decisório em defesa dos interesses do agricultor familiar, e também para consolidar o conceito de agricultura familiar no âmbito político, social e acadêmico. Ademais, é preciso destacar que

[...] formou-se, portanto, uma nova categoria política que passou a agregar um conjunto de pequenos proprietários rurais, os assentados, os arrendatários e os agricultores integrados às agroindústrias, entre outros. Através da noção de agricultura familiar, esses agricultores passaram a constituir uma nova identidade política e a orientar, de maneira distinta, as lutas sociais do movimento sindical rural, tal como expresso nos documentos mais recentes dessas entidades.

A partir da unificação do discurso político, os sindicatos e movimentos sociais do campo passaram a se identificar com a noção de agricultura familiar que, na verdade, congregava uma miríade de categorias sociais unificadas sob uma mesma denominação. [...] Além disso, a legitimação crescente da noção de agricultura familiar junto aos movimentos sociais também pode ser atribuída ao próprio enfraquecimento de outras que eram usadas até então, como a de ‘trabalhador rural’ ou ‘pequenos proprietários’ (SCHNEIDER, 2009, p. 34).

Diante disso, a expressão “agricultor familiar” passou a ser adotada pelos movimentos sociais como categoria síntese “capaz de oferecer guarida a um conjunto de categorias sociais como os assentados, arrendatário, parceiro, integrados à agroindústria” (SCHNEIDER, 2009, p. 36). Desse modo, a expressão “agricultor familiar” se consolidou no cenário político e social brasileiro quando o Estado criou o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), em 1996, com a proposta de “vislumbrar o compromisso cada vez mais sólido do Estado com uma categoria social considerada específica e que necessitava de políticas públicas diferenciadas” (SCHNEIDER, 2010, p. 515).

Assim, seguindo as diretrizes do relatório FAO/INCRA, que propunha uma nova estratégia para o desenvolvimento rural no Brasil, o Estado, por meio do PRONAF, passou a destinar parte do Orçamento Geral da União à agricultura familiar por meio de um sistema de linha de crédito¹⁴. Dessa forma, as políticas para agricultura familiar representariam outro marco a favor do reconhecimento da agricultura familiar no país.

No campo acadêmico, as discussões sobre a agricultura familiar tiveram maior impulso a partir da década de 1990, com o aparecimento de novas proposições teóricas que iam de encontro à teoria de análise marxista clássica, que se respaldava na teoria econômica camponesa de Chayanov. Tal corrente partilhava “a ideia de que a relação dos produtores com o capital ocorria de forma subordinada e discordava da ideia de que os camponeses possuem uma racionalidade particular ou caracterizavam-se por algum tipo de especificidade” (SCHNEIDER, 2009, p. 36).

¹⁴ O acesso ao Pronaf inicia-se na discussão da família sobre a necessidade do crédito, seja ele para o custeio da safra ou atividade agroindustrial, seja para o investimento em máquinas, equipamentos ou infraestrutura de produção e serviços agropecuários ou não agropecuários (BRASIL, 2013).

No entanto, ao verificar que a agricultura familiar é uma forma social reconhecida pelos países de capitalismo avançado, no meio acadêmico autores como Schneider (2003, 2009; 2010), Veiga (2004), Abramovay (2000), Lamarche (1993), Carneiro (2006) e Kageyama (1998) deram novos rumos analíticos aos estudos sobre agricultura familiar e, posteriormente, sobre a pluriatividade, partindo do princípio de que a agricultura familiar, bem como a pluriatividade, estão inseridas num modelo que envolve a gestão e o trabalho desenvolvido pelo grupo familiar. Os autores nacionais e internacionais têm buscado conceituar e definir suas características com base na sociologia weberiana. Ferrari (2003, p. 8) destacou seis características da agricultura familiar: i) gestão pelo proprietário; ii) trabalho fundamentalmente familiar; iii) responsáveis pela exploração ligada por laços de parentesco; iv) capital pertencente à família; v) transparência de patrimônio entre geração no seio da família; e vi) os membros da família vivem na unidade de produção.

Na tentativa de definir diretrizes para um modelo de desenvolvimento sustentável e para conceituar a agricultura familiar, na década de 1990, uma pesquisa feita pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) e pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) estabeleceu três características norteadoras para caracterizar a agricultura familiar: i) a gestão da unidade produtiva (os investimentos nela realizados) é feita por indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento; ii) a maior parte do trabalho é igualmente fornecida pelos membros da família; iii) a propriedade dos meios de produção (nem sempre a terra) pertence à família e é em seu interior que realiza sua transição (INCRA, 1994, p. 4).

Outra proposição teórica para conceituar a agricultura familiar foi desenvolvida por Abramovay, em 1997. O autor reconheceria a necessidade de considerar os elementos endógenos que fazem parte da estrutura e funcionamento da família. Dessa forma, o autor procurou estabelecer uma definição objetiva da agricultura familiar, definindo como “aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho vêm de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue e casamento” (ABAMOVAY, 1997, p. 73).

Com base na exposição acima e nas discussões teóricas dos atores supracitados, os atributos como a gestão, a propriedade e o trabalho familiar compõem os elementos que definem a agricultura familiar e a atividade pluriativa.

Nesse sentido, para entender a relação existente entre agricultura familiar e o capital social Ferrari (2003, p. 9) enfatiza que a agricultura familiar é

[...] muito mais que segmento econômico e social claramente definido, a agricultura familiar fundamenta-se em valores cuja natureza pode ser formulada com razoável grau de universalidade. O apoio que recebe vem das consequências que seu desenvolvimento pode propiciar: melhores condições de vida, desenvolvimento sustentável, luta contra a pobreza. Mais do que incorporar atributos cuja natureza envolva a adesão a valores éticos e morais, a agricultura familiar é vista como o setor social capaz de contrabalançar a tendência tão própria a nossa sociedade, de desvalorizar o meio rural como lugar que é possível construir melhores condições de vida. Os valores que agricultura familiar incorpora não são os particulares da tradição, do folclore, da pureza do campo contra a corrupção das cidades, mas antes da ‘cidadania’. Faz parte de seus valores a primazia do desenvolvimento e do poder locais, com a participação direta dos cidadãos nos negócios públicos. O fortalecimento da agricultura familiar torna-se assim um meio de construir a ‘cidadania’ no campo.

No contexto da adesão de elementos endógenos da agricultura familiar, Ferrari (2003), analisando os dados do Banco Mundial sobre os países de desenvolvimento avançado, conclui que o crescimento de 64% desses países está ligado ao capital social e ao capital humano, isso porque, nesses países, a presença da agricultura pautada no capital social condicionou as pressões sociais para que a oferta de serviços básicos ligados à educação, à saúde e ao lazer; a criação de infraestrutura ligada ao transporte, às telecomunicações, ao abastecimento e ao fornecimento de energia, e outros fixos que antes eram restrito à cidade fossem destinados ao campo. Desse modo, o capital social existente entre os agricultores familiares – atores sociais – tem gerado no campo um elemento de desenvolvimento. Nesse sentido, Abramovay (1997, p.72) argumenta que

a agricultura familiar envolve não só o aspecto produtivo mas também uma estratégia de desenvolvimento descentralizado e voltado à ocupação equilibrada do território, as unidades familiares apresentam um trunfo decisivo: elas podem ser a base de formação de uma sociedade civil no meio rural, daquilo que aparece frequentemente como termos antagônicos: a cidade no campo.

Além disso, Abramovay (2003) também acredita que a valorização da agricultura familiar e o reconhecimento de seu potencial como dinamizador das economias favorece o desenvolvimento da economia local. Isso ocorre quando o agricultor familiar – o pluriativo – dono de seu meio de produção consegue manter a sua reprodução devido a sua capacidade inovadora, empreendedora e pela existência da cooperação entre seus membros. Desse modo, a agricultura familiar tende a se adaptar e a atender às demandas flexíveis de mercado que exigem aprendizagem coletiva por conhecimento tácito. Sobre essa argumentação, Abramovay (2003, p. 84) afirma que “esse conhecimento acaba se difundido por meio de rede de

sociabilidade (amizade, vizinhança, compadrio) e afeta todo o sistema produtivo local, o que gera formas de inovação por aprendizagem coletiva e uma competitividade que reflete em níveis territoriais”.

Dessa forma, segundo as proposições analíticas de Abramovay (1997), as unidades familiares, ou seja, o agricultor familiar, podem ser a base de formação do desenvolvimento descentralizado, em que o rural “torna-se palco da vida política e associativa e organização locais que emerge dinamizando a vida municipal e estabelecendo novas relações entre o rural e urbano” (FERRARI, 2003, p. 15).

A agricultura familiar encontra-se hoje diante de uma nova realidade frente à emergência da valorização do local, das novas formas de trabalho, da democratização e descentralização das formas de poder e da multifuncionalidade do campo. No Brasil, o fortalecimento de políticas públicas destinadas ao campo, que reconhecem a diversificação da economia rural/local, faz parte, desde 2002, das propostas que estão sendo discutidas entre o governo e a comunidade junto ao Ministério de Desenvolvimento Agrário para definir o Plano Nacional de Desenvolvimento Rural (PNDR). Nesse sentido, é importante destacar que, o PNDR visa ao fortalecimento do tecido social e à redução da pobreza e da exclusão rural, a fim de estabelecer no cenário brasileiro um projeto de desenvolvimento socialmente articulado aos interesses e às necessidades do povo que está se inserindo em ocupações agrícolas e não agrícolas.

3.3.1 Pluriatividade e as ocupações agrícolas e não agrícolas

Analisar o novo rural brasileiro é pensar no campo e na cidade como um *continuum*, onde os modos de vida do campo e da cidade se metamorfoseiam não havendo mudanças significativas na organização espacial, territorial, social e cultural de ambos. O desenvolvimento das tecnologias, o aumento dos ritmos de circulação campo-cidade e a mobilidade de trabalho fizeram com que surgisse no campo novas perspectivas de trabalho para a população residente em ambos os espaços. Quanto a isso, Elias (2006, p. 292-293) argumenta que

[...] no período técnico-científico-internacional, as cidades se multiplicaram no Brasil e passaram a desempenhar muitas novas funções, transformando-se em lugares de todas as formas de cooperação erigida pela produção agrícola e industrial associadas aos sistemas agroindustriais. [...] Mas, não é apenas a cidade que tem força para receber e emitir numerosos e variados fluxos. Devemos citar, também, algumas das atividades realizadas no campo, que

podem necessariamente ser agropecuárias, como é o caso das agroindustriais, visto que parte considerável destas se localizam no campo, junto à produção de suas matérias primas. Essas agroindústrias têm o poder de criar muitas novas relações sobre o território, transformando radicalmente as tradicionais relações cidade-campo, fazendo com que esse passe a emitir e receber uma grande quantidade de fluxo de matéria e de informação de várias naturezas e complexidades.

Para caracterizar as transformações que resultaram no novo rural brasileiro e auxiliar na análise da Tese, será utilizada a base de dados obtida através das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílio (PNADs-IBGE), partindo das tabulações realizadas no âmbito do Projeto Urbano entre os anos de 1981 e 1999 que mostra a evolução da PEA rural e agrícola e o desenvolvimento das atividades não agrícolas. Além dessas fontes, foram utilizados dados do Relatório do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), feita com base no Censo Agropecuário de 2006, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2009, que tem como enfoque principal a pluriatividade e os plurirrendimentos dos estabelecimentos agropecuários do Brasil.

De acordo com os dados apresentados na Tabela 2, percebe-se que houve uma redução da ocupação da População Economicamente Ativa (PEA) rural em atividades agrícolas, ao mesmo tempo em que cresceu o número das ocupações em atividades não agrícolas. Conforme ilustra a tabela, na segunda metade dos anos de 1980 o crescimento da PEA não agrícola foi maior que a PEA agrícola, demonstrando que no campo se consolidavam nesse período novas relações de trabalho.

Tabela 2 – PEA ocupada segundo o domicílio e atividade: Brasil - 1981, 1986 e 1990

	PEA (mil pessoas)			Taxa de crescimento (% a.a)		
	1981	1986	1990	1981/86	1986/90	1981/90
Urbana	31.669	40.266	43.351	4,9	1,9	3,6
Rural	13.797	15.170	16.321	1,9	1,8	1,9
Agrícola	13.300	14.331	13.998	1,5	0,6	0,6
Não agrícola	32.165	41.1,5	45.676	5,0	2,7	4,0
Total	45.465	55,436	59.673	4,0	1,9	31,0

Fonte: SILVA, J. G. (1999, p. 10).

As taxas apresentadas na Tabela 2 demonstram que houve uma redução da população domiciliada no espaço rural e uma redução da ocupação da População Economicamente Ativa (PEA) rural em atividades agrícolas, ao mesmo tempo em que cresceram as ocupações em atividades não agrícolas. Isto revela, por um lado, os impasses da modernização conservadora e do modo agrícola assentado na produção familiar integrada aos complexos agroindustriais e, por outro, que o espaço rural não é apenas de produção agrícola, mas é, acima de tudo, um novo modo de vida e de trabalho da família, que não se restringe ao uso e exploração exclusiva do solo. Sobre o exposto, Silva, J. G. (1999, p. 9-10) ratifica-o, afirmando que

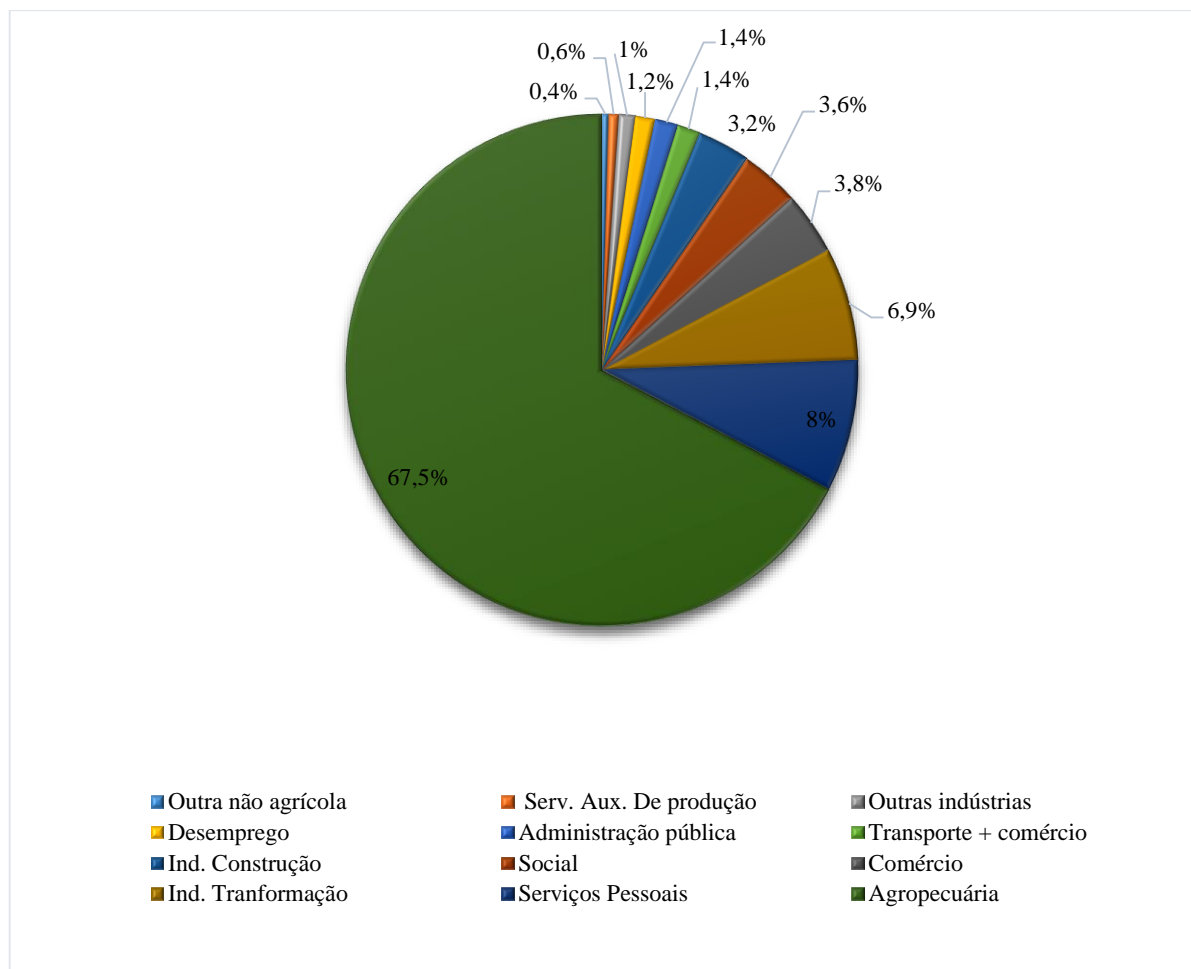
[...] o meio rural brasileiro não pode ser analisado apenas como conjunto de atividades agropecuárias e agroindustriais, pois ganhou novas funções. O aparecimento (e a expansão) dessas novas atividades rurais – agrícolas e não agrícolas altamente intensivas e de pequenas escalas – tem propiciado outras oportunidades para muitos produtores que não podem ser chamados de agricultores familiares, uma vez que a maioria dos membros da família está ocupada em outras atividades não agrícolas e/ou urbanas.

Ao analisar as taxas apresentadas na Tabela 2, sobre a redução da população domiciliada no espaço rural e ocupadas em atividades agrícola, Schneider (2009, p. 143-144) explica que:

O que provocaria essa transformação no mercado de trabalho rural brasileiro seria o processo de aprofundamento da modernização técnico-produtiva da agricultura no período recente. O entendimento é de que o processo tecnológico e a integração crescente dos processos produtivos agropecuários com os diferentes setores da economia acabam alterando o perfil dos produtores agrícolas e estimulando o aparecimento de novas camadas no espaço rural, muitas delas sem nenhum tipo de ligação com a produção agrícola. [...] Há também outras razões apontadas como responsáveis pela emergência das atividades não agrícolas no meio rural brasileiro. Uma delas refere-se ao processo de descentralização e interiorização de determinados tipos de indústrias.

A diversificação das atividades das famílias de agricultores em atividades agrícolas e não agrícolas pode ser vista no Gráfico 1. Os dados apresentados mostram a distribuição da PEA rural segundo o ramo de atividade econômica no território brasileiro na década de 1990: destaca-se que nesse período 32,5% da população estava ocupada em atividades não agrícolas com destaque para os serviços pessoais e agroindustriais.

Gráfico 1 – Distribuição da PEA rural segundo o ramo de atividade econômica: Brasil - 1990



Fonte: Adaptado de SILVA, J. G. (1999, p. 12).

Nota-se, portanto, o crescimento das famílias com domicílio rural ocupadas na indústria de transformação, no comércio, nos serviços tanto pessoais como nos auxiliares da produção e públicos, isso porque foram estabelecidas novas relações entre o campo e a cidade. A inter-relação das atividades rurais e urbanas e vice-versa, é responsável pelo crescimento das receitas das famílias rurais, uma vez que a renda agrícola é insuficiente para sustentar a família. Ao analisar as sistematizações do Projeto Rurbano e os dados de PNAD de 1990, Schneider (2009, p. 144) argumenta que os

[...] estudos indicam estar em curso um processo de alteração das características do mercado de trabalho rural e de ocupação da força de trabalho residente nessas áreas, aliada a uma rápida diminuição das pessoas ocupadas em atividades agrícolas. Entre os ramos de atividades que mais têm atraído os trabalhadores no meio rural do Brasil estão: a prestação de serviços, a indústria da transformação e da construção, seguidos do comércio de mercadorias, transporte e da construção e ramo social.

Para visualizar como esse percentual está dividido entre as regiões brasileiras, a Tabela 3 apresenta a decomposição da PEA rural pelos principais setores de atividade econômica.

Tabela 3 – Distribuição da PEA rural segundo o ramo de atividade econômica: Regiões, 1990 (exceto a região Norte)

Nº	Ramo de atividade	CO	NE	SE	SU
1	Agropecuária	62,0	71,8	58,5	73,1
2	Ind. Transformação	5,9	6,1	9,2	6,5
3	Ind. Construção	3,0	2,8	4,8	2,3
4	Outras indústrias	1,9	0,9	0,9	1,1
5	Comércio	5,2	4,1	3,8	2,7
6	Serviços Pessoais	10,8	6,0	13,0	6,8
7	Serv. aux. produção	1,3	0,4	0,9	0,3
8	Transporte + comércio	2,0	1,1	1,8	1,5
9	Social	4,9	4,2	3,3	2,6
10	Administração pública	1,9	1,4	1,3	1,5
11	Outras não agrícola	0,3	0,2	0,8	0,5
12	Desemprego	0,9	1,0	1,7	1,1
Total		100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: SILVA, J. G. (1999, p. 9-10).

Nessa perspectiva, a diversificação das atividades apresentada na Tabela 3, significa que a divisão social do trabalho está ligada a três fatores. Primeiramente, observa-se que os quatro primeiros ramos de atividade estão relacionados à proliferação da indústria, melhor dizendo, à agroindústria no meio rural. Em segundo lugar, os ramos de 5 a 10 estão relacionados à crescente urbanização do meio rural; em terceiro lugar, representado pelo ramo 11, refere-se ao desenvolvimento de atividades não agrícolas que vêm se desenvolvendo no meio rural. Sobre a discussão em leque dos dois últimos ramos, Silva (1999, p. 17) propõe que

o uso menos intensivo do solo, de água e de recursos naturais tem favorecido novo tipo de povoamento rural, antes desconhecido num país que se caracterizava por grandes conglomerados urbanos.[...] A emergência do conjunto de atividades intensivas (como olericultura, fruticultura de mesa, piscicultura, criação de pequenos animais como rã, canários, aves exóticas) cujos produtores – muitos dos quais de origem urbana – buscam “nichos de mercado” específicos para a sua inserção, como forma alternativa de

complementar a renda familiar. A atual crise agrícola – que se traduz basicamente por uma queda dos preços das principais *commodities*, como suco de laranja, café grão, e do valor dos imóveis rurais – impôs limites à expansão das tradicionais atividades agropecuárias. Nesse contexto, ganham importância essas “novas atividades rurais” altamente intensivas e de pequena escala, propiciando novas oportunidades para o conjunto de pequenos produtores que já não podem chamar de agricultores ou pecuaristas; e que muitas vezes não são produtores familiares, uma vez que a maioria dos membros da família está ocupada em outras atividades não agrícola e/ou urbana.

O Quadro 7 apresenta os tipos de ocupações nas quais as famílias rurais estão se inserindo, podendo estar ligadas a atividades estritamente agrícolas ou urbanas e também a ambas, como está representado na primeira coluna.

Quadro 7 – Tipos de ocupação que compõem a renda da PEA rural

Ramo de Atividade Relacionado	Ocupação
Agroindústria (Atividade pluriativa de base agrícola)	Produtor agropecuário Trabalhador agropecuário Tratorista Administrador agropecuário Outros prof. Agropecuários Trab. Agroindústria Empresário não agropecuário Mecânico
Urbanos	Mecânico Metalúrgico
Urbano/ Rural (Atividade pluriativa intersetorial)	Trab. na construção Motorista Trab. Escritório Trab. vestiário Trab. agroindústria Trab. comércio Trab. serviços de asseio e vigilante Trab. hotel/bar/restaurante Empr. doméstico Mecânico Metalúrgico Professor Jardineiro Trabalhador braçal s/definição (chapa) Técnico 2º Grau + Superior
Rural (Atividade pluriativa para agrícola)	Agricultura Artesão

Fonte: Organizado pela autora, com base em SILVA, J. G. (1999, p. 14).

Conforme exposto no Quadro 7, as famílias rurais estão se inserindo em ocupações agrícolas e não agrícolas e na maioria das vezes estão combinando as receitas dessas atividades

para compor a renda familiar. Segundo Silva, J. G. (1999), isso leva o agricultor – o pluriativo – a combinar a atividade agrícola à atividade não agrícola, devido à facilidade de poder compartilhar tais atividades. Dessa forma, Silva, J. G. (1999, p. 9) aponta que

[...] milhares de profissionais liberais urbanos, atraídos pelas facilidades decorrentes dos novos serviços disponíveis para apoio das atividades agropecuárias, passaram a olhar os campos como oportunidades para negócios. E, pela primeira vez, que milhares de agricultores por conta própria e até mesmo trabalhadores rurais assalariados não especializados buscam formas de prestação de serviços tipicamente urbanas.

Ainda conforme Silva, J. G. (1999, p. 11), os motivos relacionados a essa nova tendência de trabalho, bem como o que sustentaria essa relação de trabalho, seria o crescimento de serviços

governamentais nas zonas rurais, especialmente serviços de assistência técnica à produção e à preservação de doenças, acompanhado de substancial melhoria da infraestrutura social (escolas, hospitais, ambulatórios, etc.) e da rede previdenciária, mudou o estilo de vida dos agricultores. Tornou possível, em muitos lugares antes estritamente agrícolas, a construção de casas de campo para lazer da população urbana mais próxima e a vinda de turistas, especialmente para pessoas aposentadas.

Como isso, pode-se prever a queda nos rendimentos dos pequenos agricultores em função da redução dos preços dos principais *commodities* agrícolas no mundo e a redução de mão de obra devido aos constantes avanços tecnológicos, assim como a reorganização da agricultura, é responsável pelo processo de transformação do meio rural brasileiro e pelo surgimento de novas atividades, caso da agricultura em tempo parcial, *part-time farming* e da pluriatividade.

No Brasil, a modernização da agricultura e a nova ruralidade estimularam o fenômeno da pluriatividade. Nesse contexto, algumas famílias passaram a se inserir nos demais setores da economia (indústria, comércio, serviços) e a ter uma nova forma de organização social ao adotar redes de relacionamentos baseados em laços de cooperação e solidariedade. A presença desses elementos entre as famílias, além de promover o capital social, facilita a reprodução do agricultor e estimula a diversificação de atividades. Silva, J. G. (1999, p. 104) argumenta que

a pluriatividade é resultante consequência de esforços de diversificação dos pequenos produtores para se inserirem nos novos mercados locais que se abrem. E não podem ser consideradas parte do processo de proletarianização que resulta da decadência da propriedade familiar, mas sim uma etapa de

diferenciação social e econômica das famílias agrícolas, que já não consegue se reproduzir apenas nos espaços do novo rural que está sendo construído a partir de bens não tangíveis antes ignorados.

Diante desse contexto, uma série de atividades foi valorizada no campo, algumas se derivam da base agrícola, como é o caso da floricultura, da criação de aves exóticas, da horticultura e outras que nada têm a ver com a base agrícola, como é o caso dos pesque-pague, do turismo rural, do condomínio de alto padrão.

Sobre o processo de geração de novas atividades no meio rural brasileiro, Silva, J. G. (1999, p. 104-105) elenca duas características em comum:

A primeira refere-se ao fato de que elas se originaram ou de “importações” de outros países ou de atividades que antes não eram comerciais, isto é, tinha apenas o valor de uso e não valor de troca. É o caso, por exemplo, do produtor que procura ‘cobrir as despesas’ através do *hobby* de criar cenários ou plantar cactus, para depois perceber que daí pode surgir nova atividade rentável. Em ambos os casos, o importante é que se criam novos espaços de reprodução do capital no meio rural brasileiro, muitas vezes revigorando regiões e/ou atividades tradicionais que se mostravam decadentes. A segunda característica comum é que as ‘novas’ atividades, quando se transformam em atividades comerciais, já nascem como parte de uma cadeia produtiva altamente especializada e integrada ao um complexo sistema de serviços que delimitam nichos específicos. Na maioria das vezes, além da costumeira transformação agroindustrial do produto agropecuário, soma-se a rede de serviços pessoais e produtivos, que estreitam o caminho entre as preferências (socialmente condicionadas) do consumidor e o produtor rural.

Essas características permitem considerar que as famílias rurais – pluriativas – são dependentes não apenas do capital associado ao mercado agrícola, mas a múltiplas atividades de seus membros.

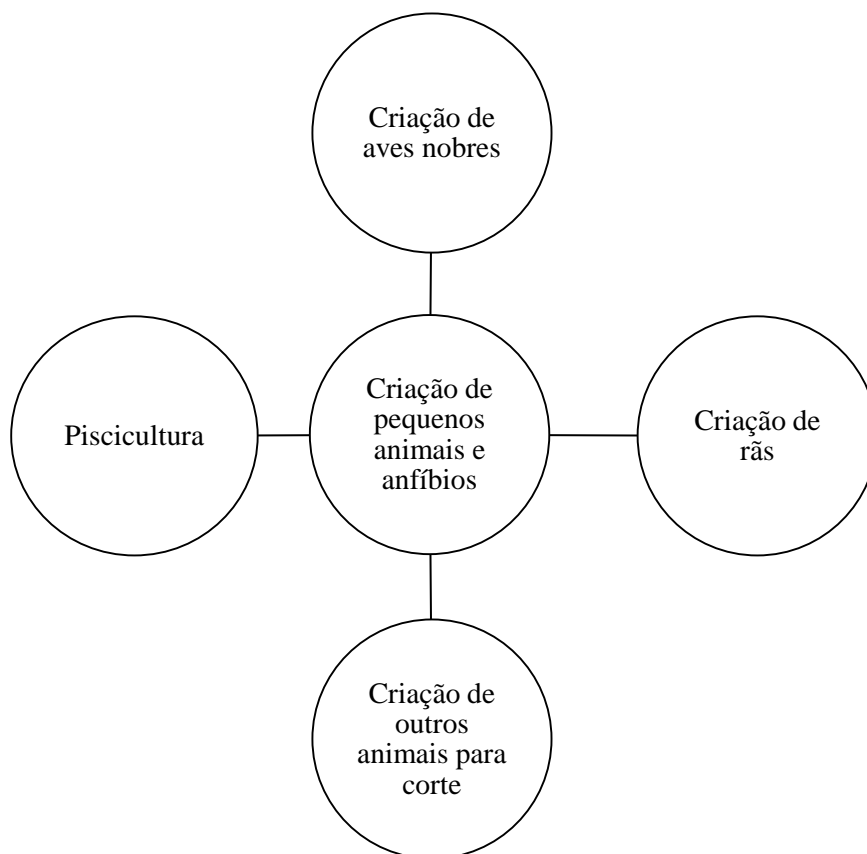
No fim década de 1980 e início da década de 1990, ao analisar as novas atividades agrícolas e não agrícolas, Silva, J. G. (1999) mapeou várias atividades que estavam sendo valorizadas no espaço rural brasileiro, como demonstram as Figuras 9, 10 e 11 que se seguem. Vale destacar que várias dessas atividades passaram a integrar verdadeiras cadeias produtivas, envolvendo desde a fase de transformação até a prestação de serviços, distribuição, comunicação e embalagem.

As Figuras 9 e 10 demonstram os tipos de atividades que estão ligadas à pluriatividade para-agrícola¹⁵ cuja evolução ocorreu com base em atividades tradicionais ou camponesas. Desse modo, pode-se dizer que as atividades ligadas à pluriatividade para-agrícola estão

¹⁵ A pluriatividade para-agrícola ocorre com a transformação e o beneficiamento ou do processamento artesanal de matéria-prima existente no local, sendo esse destinado à comercialização.

associadas à atitude inovadora, empreendedora e ao conhecimento tácito das famílias pluriativas que souberam utilizar e transformar elementos/produtos tradicionais da sua cultura em um novo produto.

Figura 9 – Novas atividades ligadas à pluriatividade para-agrícola (criação de pequenos animais e anfíbios)



Fonte: Organizado pela autora, com base em SILVA, J. G. (1999, p. 93-95).

Com base nos estudos realizados por Silva, J. G. (1999, p. 93-102) e a fim de caracterizar a pluriatividade no novo rural brasileiro, são apresentadas as principais características das atividades ligadas a pluriatividade para-agrícola, conforme a Figura 9, e a repercussão econômica dessas atividades.

- Piscicultura – essa atividade está ligada à criação de peixe em cativeiro e aos pesque-pague que são destinados ao lazer da classe média urbana e estão instalados em chácaras de recreação. Quanto ao pesque-pague, há uma estimativa de que exista mais de dez mil em todo Brasil e a maior concentração dessa atividade está no estado

de São Paulo; em relação à pesca em cativeiro, existem cooperativas envolvidas na comercialização desse produto;

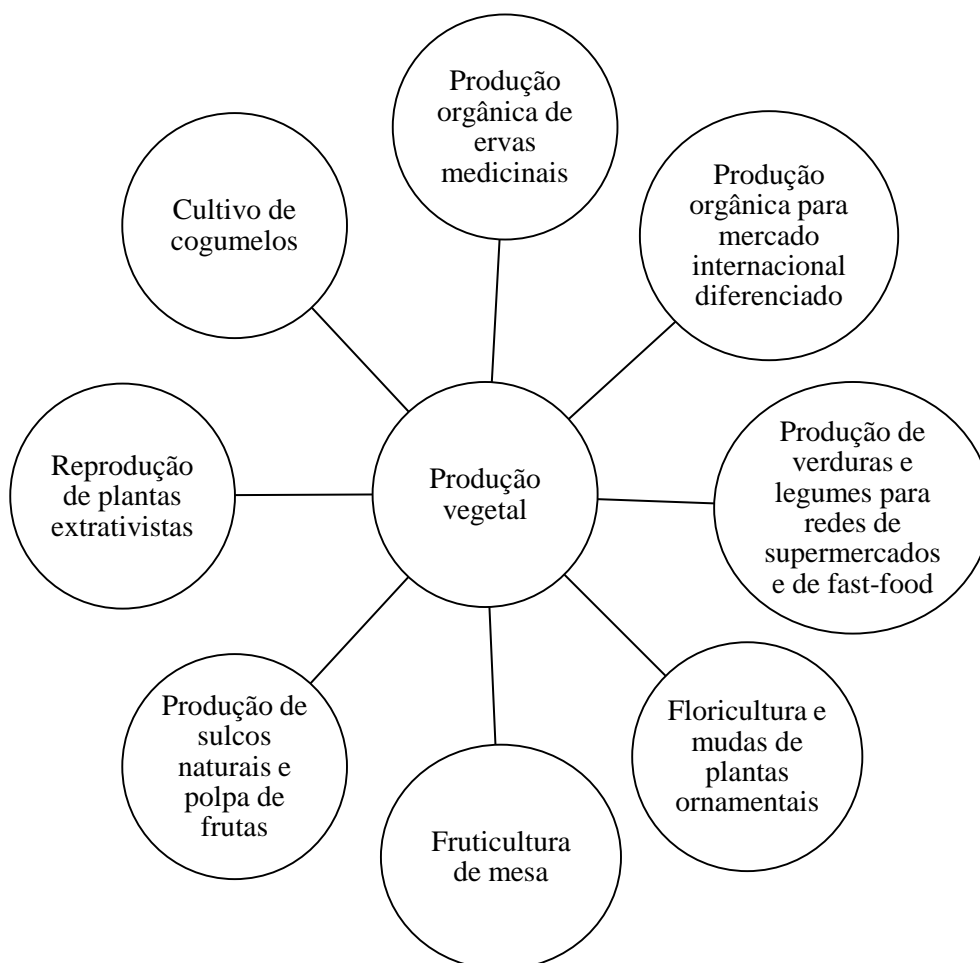
- Criação de aves nobres – a criação de aves nobres exóticas, como faisões, perdizes, avestruz e codornas gigantes francesas e também de gansos, patos, galinha da angola, pavão, pássaros de canto e de porte, passaram a representar um negócio lucrativo e está sendo desenvolvido em todas as regiões brasileiras;
- Criação de rãs – o Brasil é líder mundial na produção de rãs em cativeiro, e a região Sul domina a produção nacional;
- Criação de outros animais para corte – embora seja difícil a quantificação dessas atividades no Brasil, também devem ser citadas as criações de camarão de água doce, capivara, jacaré-de-papo-amarelo, javalis, além de vários outros produtos de origem animal. Essas criações são destinadas aos restaurantes do país e do exterior.

Além da produção de pequenos animais e anfíbios, o agricultor pluriativo também se especializou na produção de ervas e plantas orgânicas e medicinais, plantas ornamentais, entre outros, como mostra a Figura 10, a seguir.

A produção orgânica, por sua própria natureza, se adequa à pequena propriedade rural, e, com frequência, esses produtores se organizam em cooperativas para comercializar seus produtos. Sua produção é viável tanto em pequena, média e larga escala, visto que o mercado consumidor atende a distintas demandas. Além disso, vale ressaltar que cresce o número de feiras de produtos orgânicos onde o produtor vende direto ao consumidor, essa organização permite o contato direto com o mercado consumidor que está crescendo a cada dia nos grandes centros. Os produtos orgânicos vêm, cada vez mais, ganhando evidência e espaço no mercado, porque a agricultura orgânica obedece a um sistema de produção que exclui o uso de agrotóxicos e fertilizantes sintéticos.

No Brasil, no ano 2000, havia 4.500 produtores certificados. O Estado líder em certificação era o Paraná com 2.400 produtores, seguido pelo Rio Grande do Sul e São Paulo (ambos com 800). Nesse sentido, as principais atividades ligadas à pluriatividade para-agrícola e base agrícola se concentram na produção orgânica de ervas medicinais – essa atividade foi impulsionada pela indústria farmacêutica. Nas pequenas propriedades, além produzirem ervas para serem vendidas no comércio local – feiras, restaurantes e supermercados – existe também a fabricação de temperos e condimentos.

Figura 10 – Novas atividades ligadas à pluriatividade para-agrícola e base agrícola (produção vegetal)



Fonte: Organizado pela autora, com base em SILVA, J. G. (1999, p. 93-95).

A produção orgânica para mercado internacional diferenciado é caracterizada por uma atividade que se refere à comercialização de especiarias locais, como: óleo de dendê do Pará, café dos cerrados mineiro e paulista, óleo de babaçu e soja isentas de agrotóxico etc. Suas principais características são:

- Produção de verduras e legumes para as redes de supermercados – atualmente tem sido comum entre os pequenos agricultores de todo país o cultivo de legumes em estufas (plasticultura) e/ou pelo método de hidroponia. Estes produtos têm como consumidor as redes de supermercados e restaurantes;
- Floricultura e mudas de plantas ornamentais – esta atividade possui um mercado em expansão. A floricultura, além de propiciar melhor rendimento para os agricultores e seus familiares, exige a contratação de muita mão de obra. Para atender a essa demanda

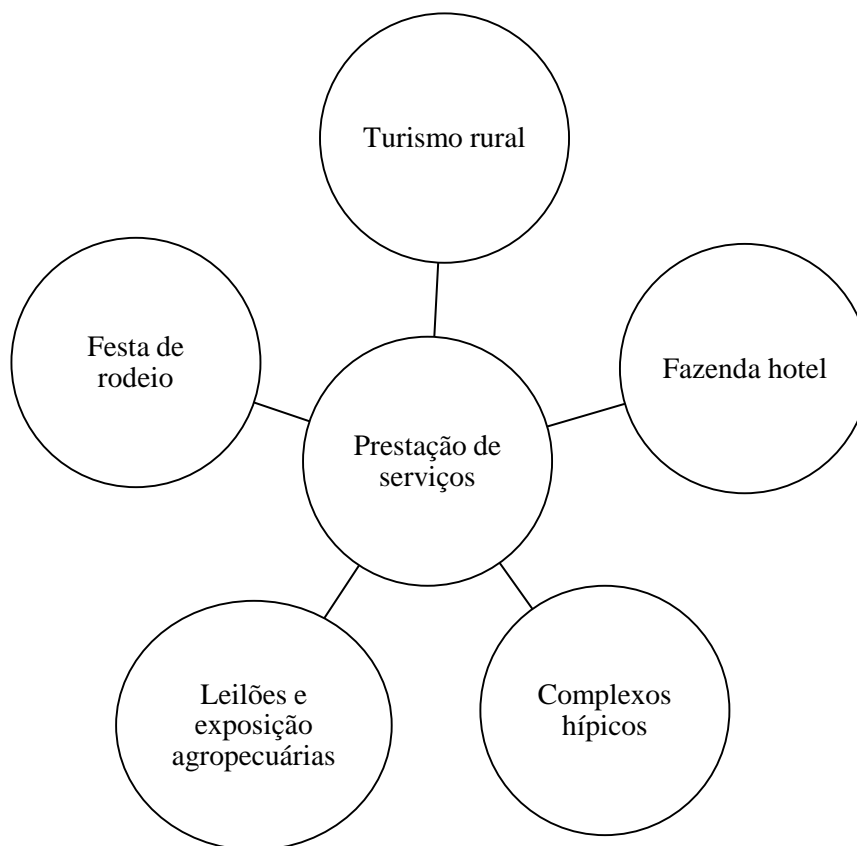
e ao aumento da produtividade, as famílias de agricultores têm se organizado em cooperativas. Essa realidade é vivida em todo país, mas a região Sul tem se destacado;

- Fruticultura de mesa – com o bom desempenho da fruticultura o produto *in natura* tem sido beneficiado e transformado em suco e compota industrializados. A fruticultura. Além de ter um bom desenvolvimento no estado de São Paulo, também se desenvolve na região Centro-Oeste, na região Sul no Paraná e no Nordeste nos estados da Bahia, Ceará, Rio Grande do Norte e Sergipe;
- Produção de sucos e polpa de fruta congelada – a produção de polpa de frutas regionais tornou uma atividade rentável para as famílias de agricultores visto que o consumo de polpas faz parte do hábito alimentar dos brasileiros. Essa atividade é desenvolvida em todo país;
- Reprodução de plantas extrativistas – o palmito, a palmeira da Amazônia e a pupunha são os melhores exemplos de plantas extrativistas e são cultivadas tanto por grupos empresariais, como o Palmito Jussara, quanto por cooperativas e produtores independentes;
- Cultivo de cogumelos – os cogumelos são cultivados tanto por grupos empresariais quanto por cooperativas e produtores independentes e têm o mercado consumidor garantido nos grandes centros urbanos.

Após a caracterização das atividades, foi possível constatar que as atividades ligadas à produção vegetal também podem ser classificadas como pluriativas de base agrária, visto que se situam “dentro do próprio setor agropecuário e são decorrentes da demanda crescente por serviços e atividades resultantes do processo de modernização da agricultura, implicando na subcontratação de aluguel de máquinas e equipamentos e contratação de serviços auxiliares” (IPEA, 2013, p. 25).

Assim, além das atividades pluriativas mencionadas, há no espaço rural brasileiro a expansão da pluriatividade intersetorial como mostra a Figura 11. A articulação da agricultura com os demais setores da economia – indústria, comércio, serviços – tem sido responsável pela nova forma de trabalho da família pluriativa. Conforme demonstra a figura a seguir, a pluriatividade de base intersetorial ligada à agricultura e à prestação de serviço pode se manifestar também de outras maneiras.

Figura 11 – Novas atividades ligadas à pluriativa intersetorial (prestação de serviços)



Fonte: Organizado pela autora, com base em SILVA, J. G. (1999, p. 93-95).

Quanto à caracterização e repercussão das pluriatividades de base intersetorial ligadas à agricultura, elas são assim apresentadas:

- Turismo rural – um importante fator de indução do crescimento de atividades não agrícolas no meio rural tem sido o aproveitamento para lazer de pequenas e médias represas e de grandes lagos das usinas hidrelétricas. Tais empreendimentos têm sido apontados como vetores de desenvolvimento econômico em todo Brasil onde esses fixos estão localizados, devido às perspectivas de gerar novos empregos nos municípios de perfil eminentemente agrícola e ligado ao turismo rural e ecológico;
- Fazenda hotel – a combinação da atividade agrícola com a hotelaria tem representado uma fonte de renda extra para os produtores e trabalhadores que se envolvem em ambas as atividades; além disso, essas atividades têm contribuído com a permanência do homem no campo, uma vez que surgem no meio agrícola novas atividades, como guias de passeio ou turístico, pessoas especializadas que orientam

e identificam a flora e fauna local e prestam serviços diversificados ligados à manutenção e funcionamento do hotel;

- Complexos hípico – este tipo de atividade tem surgido pela constatação de que os negócios ligados ao hipismo são extremamente rentáveis, uma vez que o empreendimento além da estrutura do centro hípico conta com toda infraestrutura de um hotel que demanda grande quantidade de mão de obra;
- Leilões e exposições agropecuários – para que os leilões e as exposições sejam realizados, há grande participação de pessoas envolvidas com o(s) evento(s), e na grande maioria das vezes a mão de obra especializada são trabalhadores que estão diretamente ligados ao local de origem do animal;
- Festa de rodeio – com esse tipo de evento há revitalização de atividades tradicionais como o artesanato (produção de tapetes, redes, chapéus, flores secas, rapaduras e outros doces típicos etc.), as feiras e as festas populares. Tais atividades, primordialmente apenas de caráter religioso, de lazer e geradoras de valores de uso, tendem a ser cada vez mais organizadas comercialmente e estão constituindo importantes fontes de trabalho e de renda nos pequenos municípios no interior do país.

Com base no que foi exposto, é importante destacar que além de trabalhar nas atividades descritas, as famílias pluriativas muitas vezes assumem uma postura autônoma quanto à produção, comercialização e prestação de serviços que vão desempenhar. As potencialidades endógenas – o local, saberes populares, o uso/manipulação das especiarias regionais, manifestações culturais – existentes em todo território nacional têm sido muitas vezes aproveitadas pelas famílias pluriativas e transformadas em fonte produtora de renda. Sobre a criação de novas atividades, o conhecimento é o ponto capital. Radomsky (2011, p. 247) afirma que “é preciso adaptar, inovar, apropriar, construir sistemas que não se ajustam a saberes excessivamente padronizados”. A diversidade e a multifuncionalidade do campo demonstram que é preciso valorizar e adaptar os conhecimentos locais e tradicionais a outras formas de organização e experiência.

A Tabela 4 mostra a distribuição dos ramos de atividades que encontramos no campo brasileiro nos estabelecimentos pluriativos.

Tabela 4 – Estabelecimentos pluriativos no Brasil, por agricultura familiar e não familiar, segundo o tipo de atividade

Variáveis	Agricultura familiar		Agricultura não familiar	
	Número de estabelecimentos	Proporção (%)	Número de estabelecimentos	Proporção (%)
Atividades agropecuárias	674.249	45,2	140.1323	33,5
Atividades não agropecuárias	774.909	52,0	262.260	62,6
Atividades agropecuárias e não agropecuárias	41.922	2,8	16.467	3,9
Total	1.491.080	100,0	419.050	100,0

Fonte: IPEA (2013, p. 27).

Conforme os dados apresentados na Tabela 4, nos 54,8% dos estabelecimentos pluriativos de agricultura familiar os produtores e/ou alguns dos membros da família realizam atividades agropecuárias, visto que nos 52% dos estabelecimentos deles realizam apenas atividades não agropecuárias e em 2,8% realizam tanto a atividade não agropecuária como a agropecuária. Mas há um grupo de estabelecimentos que realiza atividade fora do estabelecimento, porém dentro do setor agropecuário, como as atividades ligadas a processos de subcontratação ou terceirização na prestação de serviços auxiliares – a exemplo dos setores de máquinas e equipamentos –, ou então em ocupações agrícolas assalariadas fora do estabelecimento, como em plantio, ou mesmo em beneficiamento, transporte e comercialização de produtos advindos da produção agropecuária.

No que se refere ao pluriativo voltado à agricultura não familiar, 66,5% pode ser considerado pluriativo intersetorial, uma vez que 62,2% realiza apenas atividade não agropecuária e 3,9% realiza atividade não agropecuária e atividade agropecuária. E há, também, 33,5% daqueles que realizam atividades fora do estabelecimento, mas ligada ao setor agropecuário, ou seja, são os estabelecimentos pluriativos de base agrária.

Portanto, com base nas informações das tabelas e dos gráficos apresentados nas seções 3.3.1 e 3.3.2, foi possível caracterizar o papel da atividade pluriativa no novo rural brasileiro e, além disso, identificar as estratégias das famílias pluriativas frente à modernização da agricultura e as transformações decorrentes do sistema capitalista.

3.4 Perfil dos estabelecimentos agropecuários e pluriativos no Brasil

Nesta seção será apresentado quantitativamente o universo de estabelecimentos pluriativos e não pluriativos em relação ao total. Também será feita a distinção de estabelecimentos de agricultura familiar e não familiar, e, desses, será traçado o perfil dos

pluriativos e das unidades de produção. A sistematização apresentada por tabelas e gráficos servirá de base para entendermos a dinâmica da pluriatividade do território Brasileiro, bem como poderá se fazer um comparativo com a realidade vivida na região Nordeste e na Bahia.

De acordo com os dados fornecidos pelo Censo Agropecuário de 2006, foram recenseados 5.175.489 estabelecimentos agropecuários em todo Brasil em 2006, desse total 37% (1.910.131) são pluriativos, o que indica o crescimento e a consolidação da pluriatividade no território nacional a partir da década de 1990, como demonstra a Tabela 5.

Tabela 5 – Estabelecimento agropecuário no Brasil: pluriativos e não pluriativos

Não pluriativos		Pluriativos		Total	
Número de estabelecimentos	Proporção (%)	Número de Estabelecimentos	Proporção (%)	Número de estabelecimentos	Proporção (%)
3.265.358	63,0	1.910.131	37,0	5.175.489	100,0

Fonte: IPEA (2013, p. 26).

No Brasil, as unidades pluriativas podem estar ligadas à agricultura familiar ou não, como indica a Tabela 6. Dentro do universo de estabelecimentos agropecuários existentes no Brasil, 4.367.902, o que representa 84,4%, podem ser classificados como pertencentes à agricultura familiar e 807.587, que representa 15,6%, pertencem à agricultura não familiar.

Tabela 6 – Estabelecimentos totais e pluriativos no Brasil, na agricultura familiar e não familiar

Variáveis	Agricultura familiar		Agricultura não familiar	
	Número de estabelecimentos	Proporção (%)	Número de estabelecimentos	Proporção (%)
Total	4.367.902	100,0	807.587	100,0
Pluriativos	1.491.080	34,1	419,051	51,9

Fonte: IPEA (2013, p. 27).

Como se pode observar, entre os estabelecimentos de agricultura não familiar 51,9% são pluriativos, o que representa um número superior quando comparado com os estabelecimentos de agricultura familiar que representam apenas 34,1%. Esse quantitativo revela a expansão da pluriatividade, visto que essa atividade estava ligada à agricultura familiar. Sobre o crescimento de pluriatividades em estabelecimentos de agricultura não familiar, o IPEA (2013, p. 13) levantou algumas hipóteses que explicam esse fenômeno, ou seja:

Diante da falta de estudos e pesquisas específicas sobre as características da pluriatividade em estabelecimentos não familiares, é possível apelar ao senso

comum para buscar alguma explicação para a sua grande ocorrência e afirmar que muitos estabelecimentos não familiares são, de fato, unidades de produção cuja propriedade pertence a profissionais de outras atividades econômicas, como as liberais (médicos, dentistas, advogados etc.), que lá residem e trabalham nas imediações urbanas – o que vem se tornando bastante típico em cidades pequenas ou médias. Outra hipótese a ser mais bem estudada é a existência de profissionais das ciências agrárias, como agrônomos, veterinários, zootecnistas, entre outros, que são também proprietários de estabelecimentos rurais, mas que exploram a unidade em regime de economia familiar. Há ainda a possibilidade de que destes estabelecimentos não familiares sejam, na verdade, sítios ou chácaras utilizando ao mesmo tempo para lazer e residência, não constituindo especificamente uma unidade de produção agropecuária.

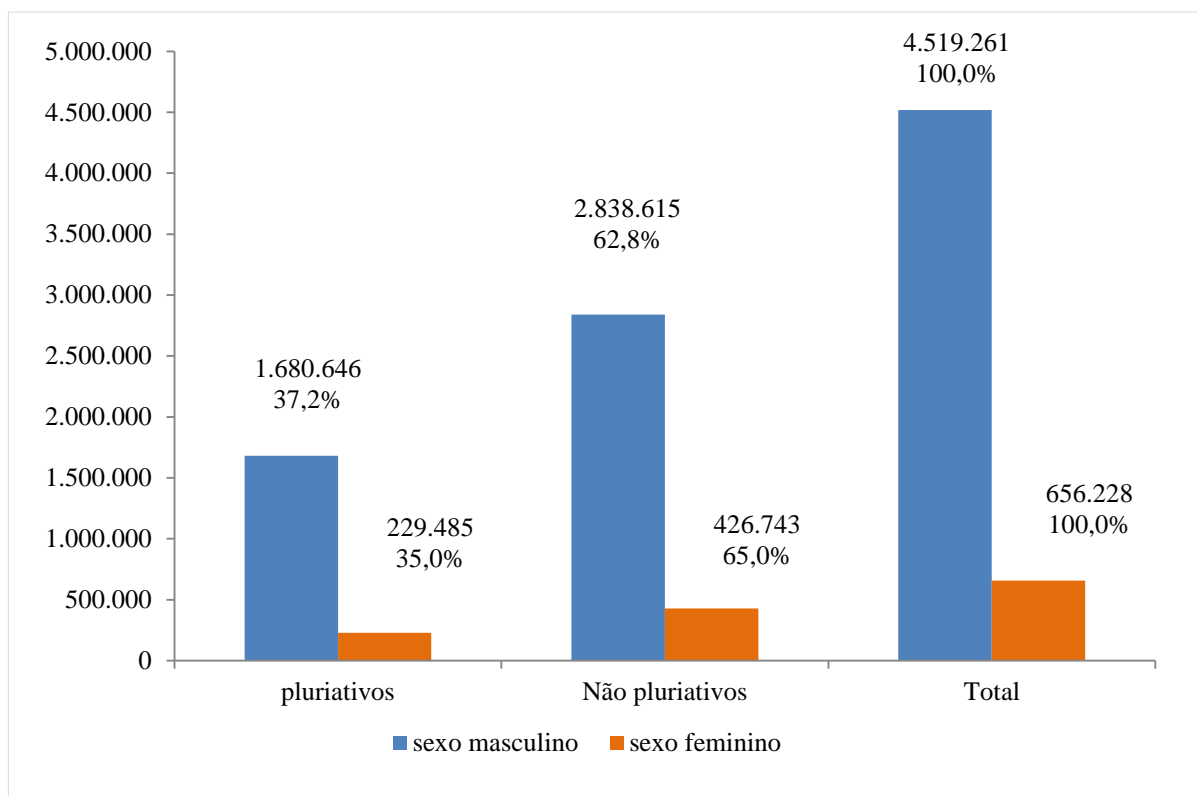
Inicialmente o que se pode constatar é que, apesar da variada gama de possibilidades práticas da pluriatividade em estabelecimentos agropecuários não familiares, o que este fenômeno evidencia é mais uma faceta da heterogeneidade e diversidade do espaço rural brasileiro e das novas ruralidades emergentes. Além de tudo isso, deve-se considerar que o desenvolvimento da pluriatividade ligado à agricultura não familiar pode estar relacionado à atitude empreendedora e criativa que combina atividades alternativas à agricultura em busca do desenvolvimento socioeconômico.

Outro elemento que pode contribuir para a análise das unidades pluriativas são as características dos produtores responsáveis pela direção dos estabelecimentos, visto que a pluriatividade perpassa pela unidade familiar e que nessas unidades as decisões são tomadas de maneira horizontal, mesmo estando numa sociedade patriarcal. Desse modo, é imprescindível quantificar os gestores dos estabelecimentos pluriativos de acordo com o sexo (masculino ou feminino).

No que refere ao entendimento da agricultura familiar e da pluriatividade, Chayanov (1974) sugere a importância de se investigar a organização da família como núcleo definidor da capacidade de trabalho. Ou seja, o que define a quantidade de trabalho existente para suprir as necessidades do grupo é a composição (número de homens e mulheres) e o desenvolvimento (idade dos membros) da família. Sendo assim, compreender a divisão de atividades entre os membros do grupo familiar conforme o sexo e idade possibilita analisar as relações de gênero na família e na sociedade e entender as estratégias das famílias para manterem a sua reprodução ao longo das gerações.

Nesse sentido, no Brasil, do total de 5.175.489 estabelecimentos agropecuários que foram pesquisados, 4.519.265, o que representa 87,32%, são dirigidos por homens e 656.228, o que representa 12,68%, são dirigidos por mulheres, como mostra o Gráfico 2.

Gráfico 2 – Sexo dos dirigentes os estabelecimentos pluriativos e não pluriativos no Brasil - 2006



Fonte: IPEA (2013, p. 31).

O Gráfico 2 mostra a proporção entre os estabelecimentos pluriativos e não pluriativos e sua relação com o total. Observa-se que entre os estabelecimentos predomina a administração masculina; ao passo que entre os estabelecimentos dirigidos por mulheres 229.485 são pluriativos (35,0%) e 656.228 (65%) não são pluriativos.

Sobre os dados, é importante esclarecer que, historicamente, a participação do trabalho feminino na agricultura familiar sempre foi subestimada pelo peso ideológico de que cabe à mulher o papel de mãe e esposa, tendo suas tarefas definidas como “ajuda” e complemento às atividades desenvolvidas pelo homem. Essa realidade é representada no Gráfico 2, que evidencia a grande diferença na participação de cada um dos sexos na administração das unidades produtivas. Sobre esse contexto, Medeiros e Ribeiro (2003, p. 4) argumentam que

[...] a divisão social do trabalho condiciona formas diferenciadas de inserção social para homens e mulheres, existindo uma identificação cultural entre atividades e papéis para cada um dos sexos. Às mulheres correspondem atividades de reprodução social da família; aos homens corresponde a função de provedor das necessidades materiais do grupo. Numa sociedade onde prevalecem a ordem mercantil e a cultura patriarcal definidora dos papéis de gênero, a identidade feminina supõe uma posição subordinada e dependente em relação ao homem, obedecendo à hierarquia de poder estabelecida.

No entanto, mesmo no contexto de uma família patriarcal, é preciso destacar que as mulheres são

[...] as encarregadas do trabalho de produção e acumulação do capital social, através da tecedura e do fortalecimento das redes de parentesco e de apoio mútuo, de informações, numa visão que permanece naturalizada e essencialista das mulheres ‘naturalmente’ inclinadas ao papel de cuidadoras, ou à realização do chamado ‘trabalho emocional’ ou ‘trabalho afetivo’ (BILAC, 2006, p. 61).

Para analisar o papel da mulher na sociedade atual é preciso entender a função de cada membro no interior da unidade familiar uma vez que

[...] as famílias reais não são organismos absolutamente funcionais, formados por papéis de sexo e de geração complementares que se combinam harmonicamente para garantir que o todo (a família) persista. Famílias reais são configurações complexas de relações de gênero e de geração, envolvendo poder, interesses pessoais opostos e também, mas não apenas, grande dose de solidariedade, expressa em obrigações e direitos recíprocos, porém nem sempre simétricos e na mesma quantidade. Alguns membros terão mais direitos e outros mais obrigações, e nesta distribuição está contida uma distribuição de poder (BILAC, 2006, p. 61).

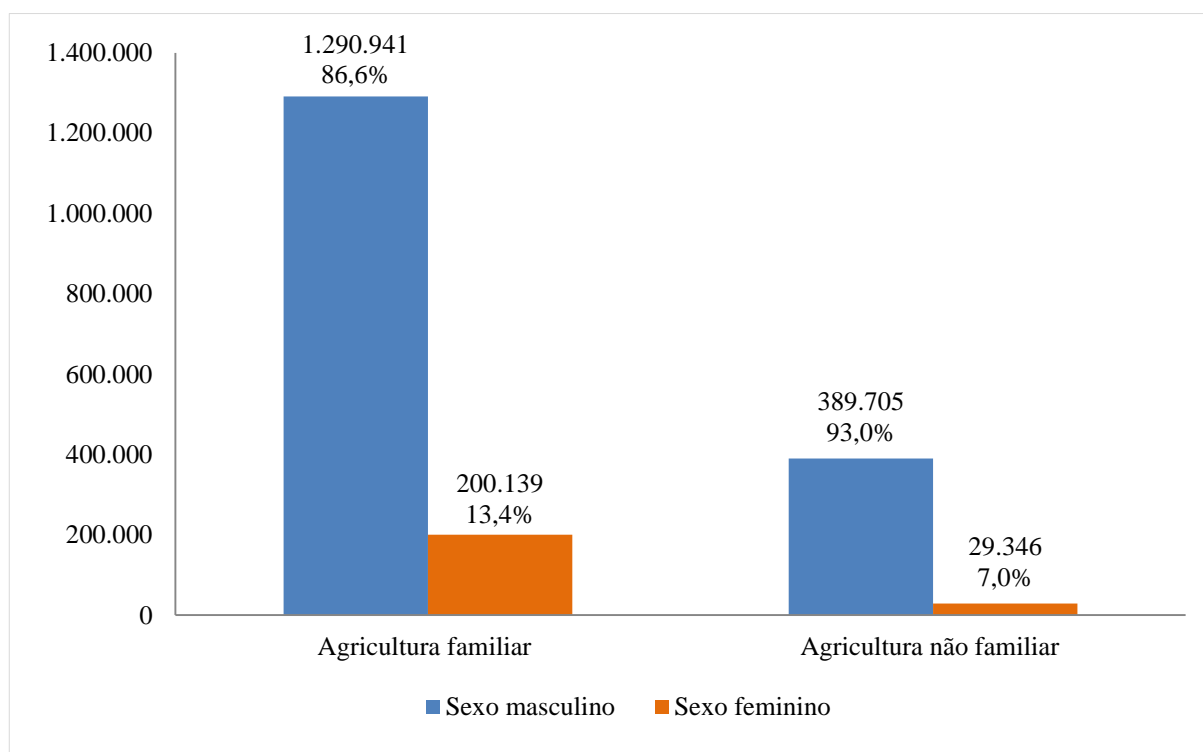
Mesmo fazendo parte de uma sociedade patriarcal, a mulher, atualmente, tem assumido novos papéis em decorrência de mudanças históricas que atingiram a instituição familiar. Sobre essas mudanças, Itaborá (2003, p. 157) argumenta que “nas últimas décadas, o crescimento da taxa de atividade das mulheres vem sendo acompanhado de outras estatísticas favoráveis à qualidade de vida feminina, como a redução da fecundidade e o aumento na esperança de vida e no nível educacional das mulheres”. Tais transformações vêm sendo interpretadas como um processo de empoderamento pelo qual a secular submissão feminina estaria sendo substituída por condições sociais mais igualitárias entre homens e mulheres. Partindo do princípio de que a unidade familiar pluriativa está alicerçada no capital social, a mulher pluriativa assume em seu meio uma postura criativa, inovadora, empreendedora, sabendo articular ao seu favor os laços de cooperação e relações de reciprocidade e como ator(a) social “dispõem da capacidade de influenciar opiniões, conquistar demandas e legítimas suas práticas”, mesmo que seja em um contexto hostil (MENEZES e MALAGOLI, 2011, p. 54).

Quanto às estratégias para a direção ou gestão pluriativa no contexto no capital social, Bilac (2006, p. 61) declara que:

As estratégias familiares dos domicílios de chefia feminina são distintas e podem permitir a compensação dos diferenciais de renda pela mobilização da rede de parentesco, seja formando estruturas familiares complexas em um mesmo domicílio, seja mantendo fortes vínculos com parentes e, assim, estabelecendo redes de solidariedade entre domicílios.

No Brasil, houve um aumento da participação feminina na administração da agricultura familiar em relação à agricultura não familiar, conforme demonstra o Gráfico 3.

Gráfico 3 – Participação masculina e feminina na direção dos estabelecimentos pluriativos no Brasil, na agricultura familiar e não familiar - 2006



Fonte: IPEA (2013, p. 32).

Na primeira categoria, a razão entre a participação masculina e a feminina na direção dos estabelecimentos é de 86,6% para 13,4% respectivamente, ao passo que na segunda categoria esta razão é de 93% para 7%. Isso permite afirmar que na agricultura familiar há uma maior propensão das mulheres na gestão dos estabelecimentos pluriativos. Segundo o IPEA (2013, p. 32),

[...] a explicação para isso talvez esteja no fato de que os homens, sobretudo na região Nordeste, frequentemente trabalhem em atividades não agrícolas temporárias e permanentes fora do estabelecimento agropecuário, ou inclusive

migram para outras regiões do país, principalmente para o Sudeste, o que faz com que a esposa seja responsável pelas atividades produtivas. Em seu primeiro trabalho sobre a pluriatividade, Schneider (1994) indicou que este fenômeno da permanência das esposas na produção agrícola pode ser designado de ‘feminização do trabalho rural’, em uma referência às mudanças na posição e no papel das relações de gênero ocasionadas pela pluriatividade.

A análise dos dados do Gráfico 3 permite supor que as redes de cooperação existentes entre as famílias pluriativas da agricultura familiar, bem como os princípios do capital social, podem justificar o maior número de mulheres na direção das unidades pluriativas. Além da hipótese anterior, conforme o cenário apresentado, também há de se considerar que, a participação do trabalho feminino tem aumentado e novos papéis estão sendo acrescidos à mulher na contemporaneidade.

Desse modo, a mulher pluriativa, ao se tornar empreendedora e ao assumir lideranças, torna-se protagonista de uma construção social baseada em laços de solidariedade e horizontalidade, essa relação propicia o desenvolvimento endógeno por meio do aproveitamento das oportunidades e capacidades locais. Assim, a participação da mulher na gestão da unidade pluriativa, mesmo que pequena, demonstra que as famílias pluriativa têm vencido o preconceito de uma sociedade patriarcal e que tal adaptação é uma estratégia de reprodução social.

Como fora dito previamente, a diferença etária das famílias é outra característica importante para compreender as formas de manifestação do fenômeno da pluriatividade. No Brasil, conforme demonstra a Tabela 7, metade dos produtores encontra-se na faixa etária representada pelos adultos jovens e adultos, pois 24,6% destes se encontram na classe de idade de 35 anos a menos de 45 anos e 29,9%, na classe de idade de 45 anos a menos de 55 anos. Dos produtores, 18,5% concentram-se na classe até 35 anos e podem ser considerados jovens. A maior parte dos produtores compreende a classe que vai de 35 anos a 55 anos ou mais, os que podem ser considerados adultos.

Tabela 7 – Classes de idade dos produtores dos estabelecimentos pluriativos no Brasil, na agricultura familiar e não familiar

Variáveis	Agricultura familiar		Agricultura não familiar		Total	
	Número de produtores	Proporção (%)	Número de produtores	Proporção (%)	Número de produtores	Proporção (%)
Menos de 25 anos	52.352	3,5	13.933	3,5	66.285	3,5
De 25 anos a menos de 35 anos	22.204	14,9	64.003	15,3	286.207	15,0
De 35 anos a menos de 45 anos	360.636	24,2	108.769	26,0	469.405	24,6
De 45 anos a menos de 55 anos	378.900	25,4	115.174	27,5	494.074	25,9
De 55 anos a menos de 65 anos	284.992	19,1	74.364	17,7	359.356	18,8
De 65 anos e mais	191.996	12,9	42.808	10,2	234.804	12,3
Total	1.491.080	100,0	491.051	100,0	1,910.131	100,0

Fonte: IPEA (2013, p. 37).

Como ilustra a Tabela 7, a maior parte dos pluriativos são jovens e adultos. Esse percentual pode ser justificado pelas transformações ocorridas no campo a partir da década de 1980, isto é, a diversificação de serviços, o aparecimento de novos fixos, as novas ruralidades decorrente de novas funções que o campo passou a ter em virtude da aproximação do campo com a cidade, da criação de políticas públicas que valorizam a agricultura familiar e incentivam a pluriatividade; trata-se de mudanças que afetaram a vida no campo e fizeram com que o homem se fixasse em suas unidades familiares. Frente a esse processo, Silva, J. G. (1997, p. 43) também acrescenta que

[...] o meio rural brasileiro se urbanizou nas duas últimas décadas, como resultado do processo de industrialização da agricultura, de um lado, e, de outro, do transbordamento do mundo urbano naquele espaço que tradicionalmente era definido como rural. Como resultado desse duplo processo de transformação, a agricultura – que antes podia ser caracterizada como um setor produtivo relativamente autárquico, com seu próprio mercado de trabalho e equilíbrio interno – se integrou no restante da economia a ponto de não mais poder ser separada dos setores que lhe fornecem insumos e/ou compram seus produtos.

Além do mais, os dados sinalizam o fim do êxodo rural vivido no país na década de 1970, período marcado pela migração campo-cidade, e mostra que o agricultor está se adaptando às novas mudanças.

Outra dimensão importante é o nível de escolaridade dos seus membros. No Brasil, há uma grande concentração do grupo dos produtores que possuem apenas o ensino fundamental incompleto (42,4%) e, secundariamente, uma concentração dentro do grupo dos não alfabetizados e sem instrução (33,7%), conforme mostra a Tabela 8.

Tabela 8 – Nível de instrução dos produtores dos estabelecimentos pluriativos e não pluriativos do Brasil - 2006

Variáveis	Agricultura familiar		Agricultura não familiar		Total	
	Número de produtores	Proporção (%)	Número de produtores	Proporção (%)	Número de produtores	Proporção (%)
Ensino superior	97.790	5,1	47.844	1,5	154.634	2,8
Ensino médio	168.125	8,8	141.709	4,3	309.834	6,0
Ensino técnico agrícola	33.617	1,8	36.023	1,1	69.640	1,3
Ensino fundamental completo	185.646	9,7	250.935	7,7	436.581	8,4
Ensino fundamental incompleto	782.644	41,0	1.409.383	43,2	2.192.027	42,4
Adultos em processo de alfabetização	79.847	4,2	195.468	6,0	275.315	5,3
Não alfabetizados	562.462	29,4	1.184.143	36,3	1.746.605	33,7
Total	1.910.131	100,0	3.265.505	100,0	5.175.636	100,0

Fonte: IPEA (2013, p. 40).

Os 23,9% restantes distribuem-se entre as outras categorias, com uma porcentagem relativa considerável dentro do grupo dos que possuem ensino fundamental completo (8,4%) e uma porcentagem baixíssima dentro do grupo dos que possuem ensino superior (2,8%).

Dessa forma, ao confrontar os produtores pluriativos e os não pluriativos, observa-se que há uma condição levemente mais avançada entre os primeiros. Entre os produtores de

estabelecimentos pluriativos, 5,1% possuem ensino superior e 8,8% possuem ensino médio, enquanto entre os produtores de estabelecimentos não pluriativos apenas 1,5% deles possuem ensino superior e 4,3% possuem ensino médio. Entre os pluriativos é um pouco maior a concentração nos grupos dos que possuem apenas ensino fundamental incompleto (43,2% contra 4,1%), dos adultos em processo de alfabetização (6,0% contra 4,2%) e dos não alfabetizados e sem instrução (36,3% contra 29,4%). Sobre a questão da escolaridade, o IPEA (2013, p. 40) apresenta a seguinte análise:

Estes estudos de caso mostram que uma das características mais salientes dos pluriativos é um grau de escolarização superior quando comparados aos demais. Na verdade, talvez o mais correto seria afirmar a causalidade inversa, porque em vez de a pluriatividade gerar maior escolaridade, o mais coerente é que o contrário seja verdadeiro, uma vez que é a escolaridade mais elevada que permite aos indivíduos e aos estabelecimentos agropecuários tornarem-se pluriativos.

Os dados do Censo Agropecuário 2006 indicam uma tendência para o conjunto dos estabelecimentos agropecuários do Brasil que já é corrente na Europa, nos Estados Unidos e em outros países em maior nível de desenvolvimento. Quanto mais o grau de escolaridade dos agricultores aumenta, maiores são as chances de pelo menos parte dos membros das famílias buscar ocupações fora do estabelecimento, não necessariamente por razões econômicas e financeiras, mas por estes membros buscarem ocupações que satisfazem a um estilo de vida ou mesmo como uma estratégia de cada um dos membros de ter remuneração que faça frente à sazonalidade dos rendimentos agropecuários.

Outro fator importante para caracterizar os estabelecimentos agropecuários do Brasil é a estrutura fundiária, mostrada pelo Censo Agropecuário 2006. Conforme ilustra a Tabela 9, a seguir, os 1.910.131 estabelecimentos pluriativos do Brasil representam 37% do total dos estabelecimentos agropecuários, e os seus 126.327.476 ha de área em conjunto representam 38,3% da área total dos estabelecimentos do país. Ou seja, a princípio não se pode dizer que há uma correlação entre pluriatividade e área de estabelecimentos, pois a proporção entre as duas variáveis é bastante equilibrada. Contudo, quando se analisa apenas o universo dos estabelecimentos pluriativos por grupo de área, nas categorias de agricultura familiar e de agricultura não familiar, percebe-se algumas informações interessantes.

Os dados apresentados na Tabela 9 mostram que entre esse total de 126.327.476 estabelecimentos pluriativos, a agricultura familiar representa 78,1% e possui 19,85% da terra.

Tabela 9 – Grupo de área dos estabelecimentos pluriativos no Brasil, por número de estabelecimento e tamanho na agricultura familiar e agricultura não familiar - 2006

Variáveis	Agricultura familiar			
	Número de estabelecimento		Tamanho	
	Quantidade	Proporção (%)	Área (ha)	Proporção (%)
Maior de 0 ha menos de 5 hab.	639.940	42,9	1.122.55	4,5
Maior de 5 ha a menos de 20 hab.	411.161	27,6	4.359.196	17,4
Maior de 20 ha a menos de 100 ha	320.712	21,5	13.130,762	52,4
Maior de 100ha a menos de 500 ha	43,322	2,9	6.335.285	25,3
Maior de 500 ha a menos de 2.500 ha	66	0,0	66.373	0,3
Maior de 2.500 ha e mais	6	0,0	66.373	0,3
Produtor sem área	75,873	5,1	-	-
Total	1.491.080	100,0	25.071.702	100,0
Variáveis	Agricultura não familiar			
	Número de estabelecimento		Tamanho	
	Quantidade	Proporção (%)	Área (ha)	Proporção (%)
Maior de 0 ha a mesmo de 5 hab.	98.502	23,5	184.006	0,2
Maior de 5 ha a menos de 20 hab.	76.155	18,2	826.264	0,8
Maior de 20 ha a menos de 100 ha	98.155	23,4	4.857.104	4,8
Maior de 100 ha a menos de 500 ha	96.508	23,0	22.848.013	22,6
Maior de 500 ha a menos de 2.500 ha	34.694	8,3	34.382.454	34,0
Maior de 2.500 ha e mais	5.854	1,4	38.157.933	37,7
Produtor sem área	9.172	2,2	-	-
Total	419.040	100,0	101.255.774	100,0

Fonte: Adaptada de IPEA (2013, p. 45).

Sendo assim, os dados demonstram que sob o ponto de vista da estrutura fundiária é possível perceber que existe uma enorme diferenciação dentro da própria categoria da

agricultura familiar. Há uma grande presença de estabelecimentos no estrato de 0 ha a menos de 5 ha, que concentra 42,9% da área total desta categoria. Para os 21,5% dos estabelecimentos que estão no estrato de 20 ha a menos de 50 ha, pertencem 52,4% da área total da agricultura familiar. De igual modo, chama a atenção um pequeno grupo de estabelecimentos considerados de agricultura familiar que se encontram no estrato de 100 ha a menos de 500 ha, representando apenas 2,9% dos estabelecimentos desta categoria, mas que possui a impressionante proporção de 23,3% da área total (Tabela 9).

Sobre a agricultura não familiar, que representa 21,9% do total de estabelecimentos pluriativos no Brasil, ela abrange mais de 80% da terra. Dentro dessa categoria há um grupo que se situa no estrato de 0 ha a menos de 5 ha – maior grupo da categoria –, que representa 23,5% dos estabelecimentos, mas possui apenas 0,2% da terra. O grupo situado entre o estrato de 5 ha a menos de 20 ha representa 18,2% dos estabelecimentos, mas possui apenas 0,8% da terra.

Os dados apresentados – tamanho das propriedades, idade, sexo e nível de instrução dos produtores, a gestão masculina e feminina –, sobre a estabelecimentos pluriativos e não pluriativos no Brasil contribuem com a sua caracterização. No entanto, para ter uma visão aproximada da dinâmica da pluriatividade no território nordestino e baiano, é necessário entender a relação entre o contexto histórico das políticas públicas de estímulo ao desenvolvimento regional e a pluriatividade.

CAPÍTULO IV

4 A PLURIATIVIDADE NO NORDESTE: O CONTEXTO HISTÓRICO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS

Após discutir sobre o modo como se apresenta a pluriatividade no território brasileiro, com base na perspectiva de um novo rural que se apresenta, procede-se, portanto, à observação da pluriatividade no território nordestino, restringindo um pouco mais o foco da pesquisa, com abordagem do contexto histórico da região e com destaque para as políticas públicas que favorecem o desenvolvimento local/rural.

Dessa maneira, no presente capítulo apresentam-se aspectos de cunho político (políticas públicas), principalmente no que se refere à descentralização da política brasileira, permitindo maior autonomia local, estimulando o desenvolvimento local/rural, com afastamento do planejamento “desde cima” e aproximação do “desde baixo”. Ademais, abordam-se, também, as transformações ocorridas nesse espaço, as vantagens da pluriatividade no novo rural baiano e uma análise das políticas e projetos voltados para essa realidade, visto que ampliações e melhorias representam uma demanda social.

4.1 Descentralização da política brasileira, e a valorização da governança nas ações do Estado

Os dados apresentados no capítulo três evidenciam que o conjunto de atividades agrícolas e não agrícolas corresponde, cada vez mais, à nova demanda do meio rural brasileiro; e, dessa forma, o espaço rural tem oferecido no espaço local-regional a possibilidade de combinar postos de trabalho de pequenas e médias empresas. Com base no exposto, a Tese, também, compartilha a ideia de que é preciso incentivar políticas públicas descentralizadas que valorizem as potencialidades do território, para que essas possam promover e consolidar o capital social das famílias pluriativas e combater a pobreza rural.

Entendendo que o território “não é uma realidade geográfica, mas uma realidade humana, social, cultural e histórica, sendo resultado de uma construção social” (GAZELLA et al., 2009, p. 39), e o que cria o território é o sistema de atores, nada mais correto seria pensar o desenvolvimento local a partir da criação de uma rede de instituições presentes no local, ou seja, “delegar a gestão territorial aos atores locais – sociedade civil, representantes políticos e de ONG, empresariado, etc. – tendo como objetivo dinamizar o capital social do território” (GAZELLA et al., 2009, p. 36).

Sobre a discussão em tela, Muller (1995, p. 246) esclarece que

[...] a integração da produção agrárias nas relações socioeconômicas do complexo agroindustrial de um lado e nas relações comunitárias locais-regionais de outro, abre a oportunidade de encaminhar – não resolve de uma vez – os problemas existentes pelos processos herdados e pelos problemas potenciais oriundos da nova e mais radical modernização do agribusiness. A realização dessas oportunidades requer incentivos econômicos e culturais e políticas inovadoras, que busquem novas formas de gestão pública.

No Brasil, a herança histórica dos grandes latifúndios, a concentração da terra e o poder político dos seus proprietários que ditavam e normatizavam o que deveria ser feito no espaço rural, bem como a modernização conservadora, expulsaram do campo para as cidades o agricultor. No entanto, para colocar um fim no *apartheid* social é preciso buscar novas formas de pôr em prática a política agrária brasileira.

Assim sendo, é possível afirmar que a consolidação de políticas públicas que tenham como princípios a descentralização e a horizontalidade poderá contribuir com mudanças significativas no espaço rural, visto que o rural brasileiro apresenta regiões carentes e distantes de condições básicas de sobrevivência¹⁶ encontradas especialmente na cidade.

A superação da dicotomia campo-cidade, fundada na crença do campo como atrasado e da cidade como desenvolvida, foi o alvo das primeiras políticas públicas agrícolas para revitalizar e estabelecer condições para que o campo se desenvolva. A Tabela 10, a seguir, demonstra a disparidade entre o campo e a cidade até a década de 1990 e evidencia também a necessidade de instalar novos fixos no espaço rural.

¹⁶ Silva (1999, p.107) explica que “a grande maioria dos pobres residentes nas zonas rurais brasileiras – e de modo especial o Nordeste – ainda não tem acesso a bens públicos fundamentais como energia elétrica, saúde, educação e até mesmo água potável”.

Tabela 10 – Domicílios particulares permanentes que têm acesso a alguns serviços e bens básicos e taxa de analfabetismo (%): Brasil e Nordeste - 1996

Item/Bem	Brasil		Nordeste	
	Urbano	Rural	Urbano	Rural
Esgotamento sanitário	96,1	62,0	88,4	39,7
Coleta de lixo	87,5	12,0	72,9	7,3
Iluminação elétrica	98,7	66,9	97,4	52,3
Telefone	30,3	4,5	20,0	2,2
Filtro de água	61,5	43,3	64,0	41,8
Geladeira	86,4	43,2	69,5	22,0
Rádio	91,9	83,9	86,5	78,1
Televisão	91,3	54,3	83,7	38,5
Analfabetos 10 anos ou +	10,0	29,3	12,2	42,3

Fonte: Adaptado de Silva, J. G. (1999, p. 108).

Nesse sentido, essas políticas têm com um de seus principais objetivos superar a ideia de que “a cidade leva tudo para ela e o explode numa dimensão nunca vista: junto à concentração urbana e ao êxodo rural que produz a extensão do tecido urbano e a subordinação completa do agrário ao urbano” (SOBARZO, 2006, p. 56). Portanto, criar condições para que o homem do campo se fixe propriedade rural seria um dos primeiros objetivos das políticas públicas de desenvolvimento regional voltado para o espaço agrário.

No início da década de 1990, as políticas públicas agrárias que incentivaram o desenvolvimento e a manutenção do espaço rural brasileiro visavam equipar o campo com condições equivalentes às da cidade, a fim de conter o êxodo rural e promover uma nova dinâmica econômica nos territórios rurais. Silva, J. G. (1999, p. 122) acrescenta que as políticas eram direcionadas basicamente para “reduzir o isolamento das populações rurais (melhoria do sistema de transporte e de comunicação) e melhorar as suas condições de vida (habitação, saúde, etc.) e de qualificação (ensino básico e técnico)”, tais mudanças provocariam no espaço local uma dinâmica econômica que partiria das diferentes territorialidades existentes no rural.

Além da tentativa de equipar o campo com as mesmas estruturas básicas presentes no urbano, a valorização do local – o saber, o fazer, o criar – e a inserção dos agricultores em novos segmentos ligados à indústria e ao comércio, bem como a valorização ambiental, representariam o alvo de novas políticas públicas para promover o desenvolvimento local/rural.

Apresentadas as intenções das políticas públicas agrárias para a valorização do espaço rural brasileiro a partir da década de 1990, o trabalho também tem a intenção de esclarecer que as políticas de desenvolvimento regional destinada ao espaço agrário brasileiro compartilham das mesmas ideias defendidas pelos países de industrialização avançada.

A substituição do modelo tradicional de produção por uma organização produtiva mais flexível e especializada ganha adeptos no cenário mundial quando as trajetórias da Terceira Itália, centradas no conceito de capital social, regras de reciprocidade e normas cívicas, conseguem explicar o seu desenvolvimento em relação ao Sul do país. Gazella et al. (2009, p. 36) explica que:

No campo dos estudos rurais a trajetória italiana adquiriu estatuto de quase paradigma. A primeira razão para isso foi por ser interpretada como processo de industrialização difusa, na qual os espaços rurais deixam, de forma geral, de ser predominantemente agrícolas para evoluírem em um modelo de desenvolvimento regional, estruturado por uma rede urbana de pequenas e médias cidades especializada na produção de bens de serviços específicos. Os espaços rurais nesse estilo são espaços sociais plurissetoriais estruturados por redes produtivas, familiares, profissionais e etc. A segunda razão para destacar essa experiência reside na possibilidade de extrair desse caso específico argumentos que justificam novas estratégias de desenvolvimento rural. Sendo a tradição de agricultura familiar um dos fatores da bem sucedida [*sic*] trajetória italiana, estudiosos e formuladores de políticas encontram razões para legitimar a transformação das ações públicas, e justificar mudanças na concepção dos instrumentos de promoção rural. Com efeito, o desenvolvimento rural se dissocia da busca de economia de escala decorrente do aumento da produtividade agrícola, e se aproxima de uma concepção que valoriza a construção de economias de escopo direcionadas para satisfazer uma demanda atenta a qualidade de bens de serviços ofertados.

Nessa perspectiva, Silva, J. G. (1999) também aborda as ideias da Política Agrícola Comum da Comunidade Europeia, que influenciaram as políticas públicas brasileiras. Em suas palavras:

Os países desenvolvidos vêm dando passos importantes no sentido de criar novos instrumentos que visem a sustentação da renda das famílias rurais desvinculados das políticas agrícolas, bem como introduzir outros objetivos além da autossuficiência alimentar. Nesse sentido, a reforma de 1992 da Política Agrícola Comum da Comunidade Europeia representou um significativo avanço para tratar seus agricultores de maneira mais abrangente, indo além da ótica meramente produtiva. A eleição da preservação do território no sentido amplo (ecológico e social) e do reflorestamento com diretrizes centrais representou a possibilidade concreta de reduzir a proteção via preços que determina o caráter eminentemente produtivista das políticas públicas da Comunidade (SILVA, J. G., 1999, p. 125).

A superação do rural como espaço exclusivo de produção agrícola foi alvo das políticas públicas tanto do cenário internacional quando nacional. Silva, J. G. esclarece que

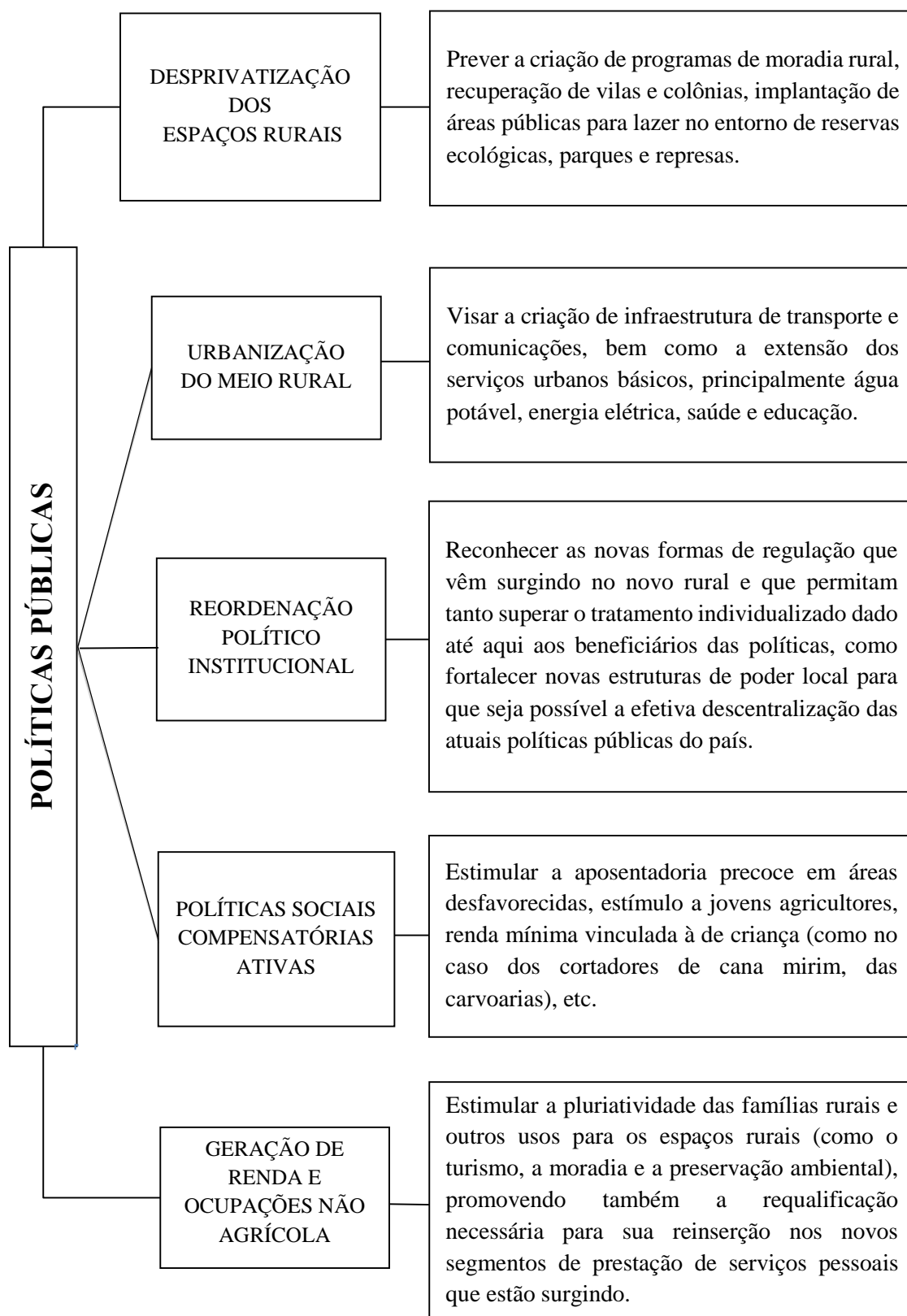
[...] as *novas políticas* vão no sentido de estimular a *pluriatividade das famílias rurais*, a diversificação das unidades de produção para atividades não agrícolas, e a substituição dos subsídios aos preços dos produtos agrícolas por pagamentos compensatórios direto dos pequenos agricultores de regiões desfavorecidas (SILVA, J. G., 1999, p. 125).

Para completar a argumentação anterior, é importante destacar que

[...] o mundo rural vem sendo valorizado cada vez mais como produtor de “bens tangíveis”. Ou seja, além de um espaço de preservação ambiental, o rural começa a ser visto pelos formuladores de políticas públicas também como oportunidade de gerar novas formas de ocupação e renda para segmentos da população que aí vivem (SILVA, J. G., 1999, p. 122).

Com base nas argumentações anteriores, sobre estruturar o território com infraestrutura e colocar em prática a descentralização política, Silva, J. G. (1999, p. 123) identificou cinco políticas públicas, são elas: (i) desprivatização dos espaços rurais; (ii) urbanização do meio rural; (iii) geração de renda e ocupações não agrícola; (iv) políticas sociais compensatórias ativas; e (v) reordenação político institucional, consideradas fundamentais para promover o desenvolvimento do novo rural brasileiro. A Figura 12 apresenta a sistematização dessas políticas, destacando que elas visam consolidar um novo perfil para o espaço rural como práticas pluriativas.

Figura 12 – Políticas públicas fundamentais para o desenvolvimento do espaço rural brasileiro, proposições de Silva, J. G. (1999)



Fonte: Organizado pela autora, com base em Silva, J. G. (1999, p. 124).

Conforme o esquema da Figura 12, as políticas de desprivatização dos espaços rurais e a urbanização do meio rural foram ações projetadas no intuito de criar vilas e povoados como forma de impedir o esvaziamento do campo. Além desse objetivo, promover a alfabetização e melhorar a qualificação profissional das famílias rurais e estimular atividades econômicas ligadas à dinâmica local também representam nesse trabalho elementos fundamentais para promover o desenvolvimento do local/rural e consolidar as práticas pluriativas.

Silva, J. G. (1999) elenca algumas experiências bem-sucedidas que tiveram repercussão no país até a década de 1990. São exemplos dessas experiências: a Escola Família Agrícola que constrói a sua própria pedagogia e, além disso, a participação dos atores sociais como administradores da escola; há também a formulação de programas de tecnologia que utilizam os recursos naturais de cada região na construção rural e para criar sistema de saneamento. Dentre outros programas, também é possível destacar o projeto Vilas Rurais do Paraná; o Programa de Saúde da Família e os Consórcios Intermunicipais de Saúde de Minas Gerais; o Grupo Integração de Risco do Pará; o Programa de Agente Comunitário da Saúde; e o Projeto Segurança e Saúde do Trabalho Rural de São Paulo.

Quanto às políticas de geração de renda e ocupações não agrícola, políticas sociais compensatórias ativas e reordenação político institucional, o autor afirma que são fundamentais para estimular a atividade não agrícola e a pluriatividade em todo território brasileiro.

No entanto, a Tese analisa como as proposições teóricas de Silva, J. G. (1999) têm-se incorporado às políticas públicas – atuais – que emergem num modelo democrático-liberal caracterizado pelos movimentos simultâneos de reforma de Estado e abertura econômica, cujas consequências modificaram o quadro da formulação das políticas públicas brasileiras.

A necessidade de novas diretrizes nas políticas públicas no que refere ao planejamento agrário, supõe um reordenamento institucional até então não implementado no Brasil até a década de 1980. Como a democratização dessas políticas perpassa a necessidade de uma política descentralizada que envolva a participação das esferas municipais, estaduais e federal, as questões que envolvem o rural brasileiro e as questões ambientais pressupõem a formulação de políticas públicas que sejam instituídas “de baixo para cima”, sendo essas o fruto do consenso de representantes nos distintos níveis de atuação.

A abordagem da descentralização política do Brasil se ancora em ações locais, por isso a noção do território é privilegiada como *locus* espacial e socioeconômico. Nesse sentido, de acordo com Bonnal e Maluf (2009, p. 82-83):

A descentralização envolveu a criação de espaços públicos ou arenas sociais nas quais a presença de novos atores (movimentos e organizações sociais), de fora do sistema político tradicional, ampliou o campo da política e contribuiu para definir as relações entre o Estado e sociedade civil. A dialética desse processo é explicada pelos autores pela “confluência perversa” entre o projeto neoliberal e um projeto democratizante e participativo que emerge das crises dos regimes autoritários. No caso brasileiro, a descentralização e a desconcentração administrativa consideram os municípios o seu “local” por excelência, nos quais a cultura democrática defronta-se com a presença de oligarquias tradicionais nelas arraigadas.

É preciso elucidar que até a década de 1970 o setor público agrícola tinha sua administração restrita à oligarquia agrária e à Presidência da República. Nesse período, “os arranjos institucionais entre o público e privado, então predominantes, assumia a forma de comunidades de políticas fechadas e oficialmente reconhecidas, baseada em relações estreitas entre as burocracias governamentais e grupos patronais específicos sob o domínio estatal” (BONNAL e MALUF, 2009, p. 77).

Esse cenário se alteraria na segunda metade da década de 1980 com o fim dos governos militares e com a transição democrática. A formulação das políticas agrárias passou por um processo de mudanças decorrente de dois fatores: o primeiro foi o processo de reforma do Estado que proporcionou a participação de atores sociais na vida política e social e o segundo foi decorrente de mudanças no aparelho do Estado que limitava sua capacidade autônoma de definir e implantar políticas públicas que favorecessem a atores restritos¹⁷.

Decorrente dessas mudanças, cinco conjuntos de atores institucionais passaram a participar do processo de elaboração das políticas públicas: (i) atores governamentais; (ii) congresso nacional; (iii) *agribusiness*, grandes e médios produtores e suas associações; (iv) agricultores familiares, trabalhadores rurais, sem terra e suas organizações; (v) outras forças, como bancos e importadores.

Assim, com base nos argumentos anteriores, os planos do governo revelam que o Estado passou não de forma linear de “ator principal do planejamento e fiscalizador da ortodoxia orçamentária, numa lógica de Estado mínimo, para ator indutor de desenvolvimento mediante parcerias com o setor privado e o diálogo com os movimentos sociais” (BONNAL e MALUF, 2009, p. 84).

Segundo Bonnal e Maluf (2009, p. 80-81), como resultado desse contexto há na política de Estado a “emergência da noção de governança, a qual pode ser entendida como processo de

¹⁷ Os atores restritos devem ser entendidos como uma rede clientelista, que em alguns casos se beneficiavam de favores e situações de corrupção.

coordenação de atores, grupos sociais e instituições com vistas a realizar objetivos definidos e discutidos coletivamente”. Com relação à noção de governança os autores explicam que

[...] é recomendado a redução da estrutura estatal e a criação de uma rede de instituições presentes localmente, com a finalidade de delegar a gestão territorial aos agentes locais – sociedade civil, representantes políticos, ONG, empresariado, etc. – e dinamizar, desse modo, o chamado capital social territorial, ou seja, as interações sociais, políticas e econômicas singulares a cada território (BONNAL e MALUF, 2009, p. 81).

É nesse contexto de mudança que se dará a emergência da agricultura familiar como categoria sociopolítica, cujo objeto de ações e políticas específicas, bem como a questão ambiental, foram incorporados às políticas públicas sob a ótica do desenvolvimento sustentável.

Em virtude dessa reformulação política, o planejamento regional é pensado numa perspectiva local ou territorial e, dessa forma, o desenvolvimento territorial passa a constituir objeto de ações das políticas públicas; em outras palavras, há a “emergência da preocupação com a sustentabilidade no debate sobre o desenvolvimento, a qual incita os Estados a incluir, cada vez mais, as dimensões ambientais e sociais em estratégias de desenvolvimento econômico” (BONNAL e MALUF, 2009, p. 81).

Nesse âmbito, a pluriatividade deve ser analisada como uma consequência das transformações que ocorreram no campo com as novas ruralidades e multifuncionalidade do espaço rural. A expansão da atividade pluriativa também deve ser entendida como uma das consequências da interiorização do desenvolvimento que foi impulsionado pelas políticas públicas de desenvolvimento territorial que entraram em vigor com o Plano Plurianual (PPA) 2004-2007, visando a “incorporação da perspectiva de reequilibragem social e territorial com base em políticas específicas e voltadas para a pobreza e a estagnação das regiões vulneráveis, significando a reintrodução da preocupação do desenvolvimento diferenciado” (BONNAL e MALUF, 2009, p. 86).

Em outras palavras, a estratégia do PPA tem com pretensão retomar o desenvolvimento do país sem perder de vista a equidade social, e para isso conta com políticas públicas e programas que objetivam mobilizar a sociedade brasileira em torno da superação da fome e da miséria. Nesse sentido, as atuais políticas públicas territoriais iniciadas com o Governo Lula buscam a interiorização do desenvolvimento e têm como princípio a subsidiariedade¹⁸. Além

¹⁸ A subsidiariedade é um princípio de administração pública ou privada que considera que a decisão deve ser tomada pelo centro de decisão que conheça melhor o problema e a maneira de solucioná-lo e tem mais interesse na resolução dos problemas.

do mais, os programas do PPA obedecem a cinco lógicas, sendo elas: (i) dinamização das atividades econômicas; (ii) implementação de infraestrutura física; (iii) gestão de recursos naturais; (iv) construção e/ou produção de identidades; (v) aperfeiçoamento da governança. Essas lógicas estão inseridas em cinco dimensões: (i) econômica; (ii) social; (iii) ambiental; (iv) regional; (v) democrática.

As dimensões do PPA reconhecem que o enfrentamento das desigualdades sociais requer a execução de uma política de desenvolvimento regional que vise à coesão social e econômica, de modo que “proponha a substituição do processo assimétrico de desenvolvimento socioeconômico pelo desenvolvimento solidário entre as regiões, potencializando as vantagens da diversidade cultural, natural e social” (BONNAL e MALUF, 2009, p. 90) e, para isso, os Arranjos Produtivos Locais (APLs) seriam o instrumento de desconcentração espacial da produção e valorização dos recursos dispersos e os usos dos territórios – rurais – devem estar inseridos no âmbito das políticas de inclusão social, a fim de possibilitar a fixação das famílias no campo e a geração de trabalho e renda.

Para analisar as políticas públicas que têm como enfoque o desenvolvimento local/rural e a relação dessas políticas com a pluriatividade, é preciso considerar que “a agricultura familiar promove uma ocupação mais equilibrada do território nacional e por meio de sua multifuncionalidade e da pluriatividade integra diferentes contribuições ao território e diferentes atividades econômicas” (BONNAL e MALUF, 2009, p. 90). Isso porque, como já foi dito em seções anteriores, o espaço rural adquiriu um novo papel perante a sociedade, já que os atores sociais deixaram de ser apenas fornecedores de produtos primários e passaram a ser responsáveis pela multifuncionalidade da produção que tem sido incorporada à inclusão social e conservação ambiental.

Segundo analistas políticos e economistas, o enfoque territorial dos programas de apoio à agricultura familiar pode ser classificado como parte de uma política pública descentralizada porque reflete a lógica da governança e compõe um dos movimentos “de cima para baixo” do enfoque territorial, ao lado dos determinantes “de baixo para cima”. Buainain (2003, p. 324) argumenta que “o fortalecimento e desenvolvimento da agricultura familiar requer, pois, a integração das políticas macroeconômica, agrícola e de desenvolvimento rural, de forma a reduzir os atritos e aumentar a convergência e sinergia entre os diversos níveis de intervenção do setor público”.

Sendo assim, as argumentações apresentadas por Silva, J. G. (1999) nos parágrafos anteriores e as proposições teóricas que foram sistematizadas na Figura 12 quando comparadas às políticas públicas atuais permitem constatar que essas têm atendido ao que autor destacou

como fundamental para o desenvolvimento do espaço rural brasileiro. Para explicar a relação teórica proposta por Silva, J. G. (1999) e as ações das políticas públicas atuais, é necessário apresentar como se estrutura o planejamento regional e as políticas públicas voltadas para o território brasileiro, espaço agrário.

Inicialmente as ações do planejamento regional estão organizadas em cinco ministérios e alguns de seus programas se destacam no que refere ao enfoque do desenvolvimento territorial e o apoio à agricultura familiar. Bonnal e Maluf (2009, p. 93) esclarece que:

O Ministério de Desenvolvimento Agrário (Pronaf e PDTSTR) e o Ministério do Meio Ambiente (Proambiente a Agenda 21) concentram boa parte de suas políticas de apoio à agricultura familiar e as relativas ao meio ambiente. O programa de arranjos produtivos locais do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio tem como foco a dinamização de atividades econômicas. O Ministério de Integração Nacional, cujo programa de desenvolvimento nacional é centrado na dinamização econômica e na infraestrutura, incumbiu-se também da coordenação das várias políticas sociais no Brasil requer mencionar a Estratégia Fome Zero, capitaneada pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), englobando programas diversos.

Dentre as políticas de desenvolvimento regional que formulam estratégias para promover o desenvolvimento dos territórios, bem como o equilíbrio socioeconômico, três políticas públicas – Políticas setoriais diferenciadas de apoio à agricultura familiar, Políticas de dinamização de atividades econômicas, Política Nacional de Ordenamento Territorial (PNOT) – ganham destaque por apresentar relação direta com o enfoque territorial, execução de política descentralizada pautada na sinergia dos atores locais e o fortalecimento da agricultura familiar. Na subseção seguinte são identificados e apresentados os objetivos de tais políticas e de seus respectivos programas.

4.1.1 Políticas públicas de estímulo ao desenvolvimento local/rural

As Políticas setoriais diferenciadas de apoio à agricultura familiar fazem parte de um conjunto de ações que tem como objetivo o fortalecimento da agricultura familiar juntamente com políticas de geração de novas oportunidades de empregos rurais não agrícolas.

Inicialmente, optou-se por discorrer sobre programas – políticas públicas – que têm relação direta com a agricultura familiar, a diversificação das atividades de quem vive no campo e com o desenvolvimento local, tais como: Programa de apoio creditício à agricultura familiar, Programa de desenvolvimento dos territórios rurais, Programa de desenvolvimento sustentável,

Programa de segurança alimentar e Programa de desenvolvimento territorial, e na sequência identificar e apresentar as políticas vinculados a esses os programas.

O **Programa de apoio creditício à agricultura familiar** tem como principal meio de execução do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) que financia projetos individuais ou coletivos, com o objetivo de gerar renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária. O programa possui baixas taxas de juros dos financiamentos rurais, seja para o custeio da safra ou atividade agroindustrial, seja para o investimento em máquinas, equipamentos ou infraestrutura de produção e serviços agropecuários ou não agropecuários.

O **Programa de desenvolvimento dos territórios rurais** tem como objetivo¹⁹ promover e apoiar iniciativas das institucionalidades representativas dos territórios rurais que objetivem o incremento sustentável nos níveis de qualidade de vida da população rural (BRASIL, 2004, p. 2). Esse programa surgiu em 2004 com a perspectiva de enfrentar o problema do acesso às políticas agrícolas clássicas, incorporando os enfoques da pluriatividade e da multifuncionalidade em regiões onde a situação agrícola era socialmente complexa.

O **Programa de desenvolvimento sustentável**, em linhas gerais, procura prever a reterritorialização dos ambientes naturais realizada pelos atores sociais locais com a introdução de práticas econômicas de forma equilibrada.

O **Programa de segurança alimentar e desenvolvimento territorial**, numa perspectiva de desenvolvimento territorial rural, inclui também o Programa Fome Zero, hoje nomeado como Estratégia Fome Zero, lançado pelo governo Lula como estratégia de enfrentamento da fome e de promoção da segurança alimentar e nutricional. Em linhas gerais, a política de segurança alimentar no âmbito da proposta do Programa Fome Zero, em sua fase inicial, envolvia ao mesmo tempo: (i) uma política de implementação de ações e políticas específicas de segurança alimentar; (ii) uma política articuladora de iniciativas de competência de outras pastas, de outras esferas de governo e instituições da sociedade civil, na área social; (iii) uma gestão participativa; visando tornar as comunidades protagonistas de sua própria emancipação. Essa perspectiva está presente no programa de instalação de dos Consórcios de

¹⁹ Os objetivos específicos buscam: a) O fortalecimento das Redes Sociais de Cooperação dos territórios rurais, especialmente daqueles que atuam em representação dos agricultores familiares, dos assentados da reforma agrária e de outras populações rurais tradicionais; b) O planejamento e o fortalecimento da Gestão social dos territórios tendo por referência os critérios do desenvolvimento sustentável, a autonomia e a participação social; c) Iniciativas territoriais que contribuam para a dinamização e diversificação das economias territoriais tendo por referências a valorização dos recursos territoriais, a competitividade territorial, o crescimento e a distribuição da renda com o incremento de empregos; d) A articulação de políticas públicas, com vistas à redução das desigualdades sociais e regionais e a geração de riquezas com equidade social (BRASIL, 2004, p. 2).

Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (CONSADs). Segundo documentos oficiais do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome e com base nas análises de Ortega (2007, p. 285), no campo das ações territoriais o CONSADs constituiu-se numa estratégia de cooperação entre o poder público e a sociedade civil, voltados para o fomento, para o apoio logístico e para a canalização de recursos para as iniciativas territoriais, projetos e ações estruturantes, visando à geração de emprego e renda com a garantia de segurança alimentar e desenvolvimento local. A concepção dos CONSADs está, portanto, em grande parte, assentada na noção de desenvolvimento local, tendo como ação norteadora a busca da segurança alimentar, que seria alcançada não só mediante políticas e ações compensatórias, mas também por meio de uma dinamização econômica dos territórios atendidos.

De acordo com as informações disponibilizadas nos sites dos ministérios brasileiros, os programas supracitados consistem num conjunto de mais de 30 programas implementados pelo ou com o apoio do governo federal. No Quadro 8 estão sistematizados os demais programas ligados aos já mencionados.

Quadro 8 – Programas que interferem na qualidade de vida dos brasileiros

Programas	OBJETIVO	PÚBLICO-ALVO
Bolsa Família	Combater a fome e incentivar a segurança alimentar e nutricional; promover acessos das famílias carentes à rede de serviços públicos, como educação e saúde; apoiar o desenvolvimento da família pobre e em situação de extrema pobreza; combater a pobreza e desigualdade; unir os diversos órgãos públicos para auxiliar famílias pobres a superarem essas condições.	Composto por dois grupos: 1) famílias em situação de extrema pobreza, com renda mensal per capita até R\$ 50,00; 2) famílias pobres e extremamente pobres com crianças e jovens entre 0 e 16 incompletos (Grupo 1 e 2), com renda mensal até de R\$ 100,00 per capita. Inicialmente, serão atendidas pelo Programa as famílias que já estão no Cadastro.
Garantia-Safra (GS)	Garantir condições mínimas de sobrevivência aos agricultores familiares de municípios sistematicamente sujeitos à perda de safra em razão do fenômeno de estiagem ou excesso hídrico, situados na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE.	Agricultores familiares que plantam entre 0,6 a 10 hectares de arroz, feijão, milho e mandioca, não irrigados e que tenham uma renda bruta familiar mensal de até um salário mínimo e meio, excluindo a aposentadoria rural.
Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)	Fortalecer as atividades desenvolvidas pelo produtor familiar, de forma a integrá-lo à cadeia de agronegócios, proporcionando-lhe aumento de renda e agregando valor ao produto e à propriedade, mediante a modernização do sistema produtivo,	Agricultores familiares que tenham renda bruta familiar, nos últimos 12 meses, inferior a cento e dez mil reais, possuam área do estabelecimento inferior a quatro módulos fiscais, que trabalhem na terra em condições de proprietário, posseiro, arrendatário, parceiro ou concessionário

	valorização do produtor rural e a profissionalização dos produtores familiares.	(assentado) do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), residente na propriedade rural ou local próximo, e que tenham, no máximo, dois empregos, sendo a mão de obra prioritariamente familiar.
Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)	Permitir que os agricultores familiares armazenem seus produtos para que sejam comercializados no momento propício a preços mais justos; promover a inclusão social no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar.	Agricultores familiares; assentados da reforma agrária, comunidades indígenas e demais povos e comunidades tradicionais ou empreendimentos de aptidão ao Pronaf.
Programas Nacionais de Alimentação Escolar (PNAE)	Suprir parcialmente as necessidades nutricionais dos alunos beneficiários, através da oferta de, no mínimo, uma refeição diária, visando atender aos requisitos nutricionais referentes ao período em que este se encontra na escola.	Pré-Escolares e escolares do Ensino Fundamental da Rede Pública (Municipal, Estadual e Federal), creches e entidades filantrópicas que ofereçam ensino regular e que estejam cadastradas junto à Secretaria de Estado da Educação, no Conselho Nacional de Assistência Social e constante no Censo Escolar realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) no ano anterior ao do atendimento.
Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR)	Possibilitar ao agricultor familiar, trabalhador rural e comunidades tradicionais o acesso à moradia digna no campo, seja construindo uma nova casa ou reformando/ampliando/concluindo uma existente.	Pessoas físicas, agricultores familiares, com renda familiar bruta anual entre R\$ 120,00 e R\$ 10.000,00, que comprovem enquadramento no PRONAF (Grupo “A-Crédito Fundiário”, “B”, “C” ou “V”) mediante apresentação de Declaração de aptidão ao PRONAF-DAP.
Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC)	Melhorar a vida das famílias que vivem na Região Semiárida do Brasil, garantindo o acesso à água de qualidade através do armazenamento da água da chuva em cisternas construídas com placas de cimento ao lado de cada casa.	Famílias de baixa renda da zona rural de municípios do semiárido brasileiro, que não contam com fonte de água ou meio suficientemente adequado de armazená-la. Engrossam a lista também as famílias que possuam renda per capita familiar de até meio salário mínimo ou, no caso dos idosos, renda total da família de até três salários mínimos, devendo ser priorizadas aquelas enquadradas nos critérios de elegibilidade do Programa Bolsa Família (PBF).

Fonte: Adaptado de <<http://www.brasil.gov.br>>.

Os programas vinculados a esse conjunto de políticas têm uma distribuição espacial bem determinada, dado o fato de que há regiões onde predominam as atividades agrícolas e rurais não agrícolas derivadas da agricultura e regiões onde claramente a dinâmica econômica nos espaços rurais não é mais determinada pelas atividades agrícolas. Com base no contexto apresentado, estão em evidência as Políticas de dinamização de atividades econômicas que enfatizam sua atuação de apoio ao desenvolvimento das regiões brasileiras por meio da Política

de Dinamização Regional (PDR), focada na redução das desigualdades regionais e sociais de renda. A PDR dispõe de condições especiais para operações feitas no âmbito de linhas de financiamento dos produtos que apoiem investimentos localizados nos municípios incentivados ou nas regiões Norte e Nordeste do Brasil. Podem se beneficiar da PDR empreendimentos e projetos localizados nos seguintes municípios:

- Microrregiões incentivadas classificadas como de baixa renda estagnada, baixa renda dinâmica, média renda inferior estagnada, média renda inferior dinâmica, média renda superior estagnada, média renda superior dinâmica, conforme o critérios da PDR, inspirados na metodologia da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), implementada pelo Ministério da Integração (MI);
- Municípios das regiões Norte e Nordeste (área de atuação da Sudene) que sejam classificados como alta renda terão as mesmas condições que as microrregiões incentivadas enquadradas como média renda superior dinâmica;
- Conjunto de municípios de menor nível de renda integrantes das 49 aglomerações urbanas identificadas pelo Projeto de Pesquisa, Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil, elaborado pelo IPEA, IBGE e NESUR (IE-UNICAMP), localizadas no entorno de um município de alta renda.

A **Política de Apoio aos Projeto Arranjos Produtivos Locais** teve sua inclusão formalizada pelo governo federal nos Planos Plurianuais desde 2000, no Plano Nacional de Ciência Tecnologia e Inovação em 2007-2010 e na Política de Desenvolvimento Produtivo em 2008-2013, entre outros. Como resultado, há mais de uma década, ações de apoio a atividades produtivas com foco no território passaram a ser organizadas a partir da noção de APLs. Em todo o país, iniciativas públicas do governo federal, dos estados e municípios, além dos esforços privados, pautam-se na abordagem de arranjos produtivos, com destaque, também, para a atuação dos bancos, públicos e privados, que reconhecem a importância da disponibilização de crédito em APLs.

Consolidou-se, assim, a percepção de que conceitos restritos, modelos únicos, taxonomias e metodologias descontextualizadas e mapeamentos baseados em indicadores econômicos convencionais não captam a realidade do país e consideram apenas partes dos sistemas de produção e inovação. Tais considerações vêm estimulando o desenho de modelos de desenvolvimento mais abrangentes e adequados às especificidades e heterogeneidade, e que

valorizem as questões regional, social, cultural, ambiental, tecnológica, organizacional e de inovação, próprias ao caso brasileiro.

As atividades de planejamento regional são desempenhadas pelo Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais com foco na implantação da estratégia integrada do Governo Federal e das instituições parceiras no apoio ao desenvolvimento de arranjos produtivos locais em todo o território nacional, tornando-os mais competitivos e sustentados quanto às suas dinâmicas econômica, tecnológica, social e ambiental.

A **Política Nacional de Ordenamento Territorial** que trata da construção da Política Nacional de Ordenamento Territorial (PNOT) que se dá em cenário de mudança de sentido das políticas territoriais do Estado brasileiro. A construção da PNOT no Brasil inicia-se somente quinze anos após a promulgação da Constituição de 1988, em 2003, desde então novos sentidos de políticas territoriais contemporâneas inserem-se em cenários de globalização, reformas do Estado territorial e de incertezas de paradigmas das políticas públicas após a crise e o fim do Estado Desenvolvimentista.

Então em 2003, foi atribuída ao Ministério da Integração Nacional a competência compartilhada com o Ministério da Defesa para organizar as políticas de desenvolvimento regional e de ordenamento territorial do Brasil. Dentro do ministério a Secretaria do Desenvolvimento Regional (SDR) está encarregada das formulações dessas políticas que têm a missão de contribuir para a redução das desigualdades regionais e promover a ativação dos potenciais do território em diferentes escalas: nacional, macrorregiões, microrregiões e intraurbano. Rückert (2007, p. 742) propõe o seguinte:

Entende-se que política territorial se configura pelo conjunto de enfoques estratégicos, a médio e longo prazo, assim como pelas correspondentes formulações de atuação, dirigidas a intervir sobre o território, a fim de que assumam as formas que sejam adequadas ao conjunto dos interesses que controlam o poder político. Entende-se também que as políticas territoriais extrapolam a noção dos planos regionais de desenvolvimento. Elas abrangem toda e qualquer atividade que implique, simultaneamente, uma dada concepção do espaço nacional; uma estratégia de intervenção ao nível da estrutura territorial bem como mecanismos concretos que sejam capazes de viabilizar estas políticas.

De acordo com as sistematizações teóricas apresentadas no capítulo um, o planejamento estratégico se redefine quando a categoria território – as diferentes escalas e a multifuncionalidade do território – substitui a região e passa a ser incorporada às estratégias de planejamento regional, ou seja, como o Estado pensa/organiza/planeja o território. A conceituação teórica dessa categoria é complexa, por isso, entender como o Estado concebe o

território pode contribuir com a análise que envolve a formulação da PNOT. No documento oficial²⁰ do PNOT o território é definido como:

[...] espaço da prática. Por um lado é o produto da prática espacial: inclui a apropriação efetiva ou simbólica de um espaço, implica na noção de limite – componente de qualquer prática – manifestando a intenção de poder sobre uma porção precisa do espaço. Por outro lado, é também um produto usado, vivido pelos atores, utilizado como meio para sua prática. A territorialidade humana é uma relação com o espaço que tenta afetar, influenciar ou controlar ações através do controle do território. É a face vivida e materializada do poder (BRASIL, 2006, p. 13).

Ressalta-se que com este conceito reconhece-se a multidimensionalidade do poder em todas as escalas geográficas, o que não exclui a do território nacional e, hoje, os supranacionais. Segundo Brasil (2006, p. 23), “a PNOT representa uma preocupação com a retomada do território como quadro ativo de integração do arcabouço produtivo, social e ambiental”.

Diante das tendências e limitações vigentes, a construção de uma política de ordenamento do território configura-se, acima de tudo, como um enorme desafio. Em um quadro de fortes disputas por recursos limitados, o papel regulador do Estado e a capacidade de governança, como articulação de atores e ações, passam a ter importância estratégica na política brasileira.

No entanto, é preciso considerar que na história política do Brasil é recente o cenário de uma política descentralizada que envolve a participação dos atores sociais nas tomadas de decisões, bem como a formulação de políticas públicas voltadas para a valorização do local. A consolidação do desenvolvimento endógeno representa hoje a estratégia mais viável e eficiente para se conseguir o desenvolvimento socialmente equilibrado. Também é necessário destacar que o cenário político e o administrativo vivido no Brasil até o fim da década de 1980 possuía relações centralizadoras e postura verticalizada que excluía a participação social, cabendo exclusivamente ao Estado a função de planejar e executar as políticas públicas destinadas ao território.

Nas próximas seções serão apresentadas as estratégias da política centralizadora do Nordeste brasileiro, além das condições que impulsionariam a superação desse modelo.

²⁰ Subsídios para a definição da Política Nacional de Ordenação do Território – PNOT (Versão preliminar).

4.2 As primeiras estratégias de desenvolvimento regional no Nordeste: o distanciamento do planejamento descentralizado

A política de planejamento territorial do Nordeste, inicialmente, perpassa a análise do uso e da apropriação do espaço. Esse planejamento materializa-se no território, buscando novas territorialidades, admitindo laços de produção e de organização do espaço, com vistas à ação de estratégias políticas e econômicas, que emergem da necessidade de que o Nordeste promova seu crescimento econômico e modernize sua estrutura produtiva (agrária e industrial) frente às necessidades capitalistas desenvolvidas no país.

O território nordestino está associado diretamente à ação e ao planejamento do Estado, que define “medidas de políticas que afetam a economia nacional e a distribuição territorial de renda” (EGLER, 2006, p. 209). Assim, no fim dos anos de 1950, o Estado criaria o I Plano de Desenvolvimento do Nordeste, estabelecendo uma política de industrialização e de modernização fundamentada no protecionismo estatal.

O desenvolvimento regional constitui-se na busca por territórios dinâmicos e propícios para a territorialização do capitalismo industrial no país, sob o forte discurso de integração regional e de superação do atraso. Inicialmente as primeiras políticas públicas implantadas no Nordeste distanciaram-se do sentido real, que é a preocupação com o bem-estar da população, e passaram a legitimar a atuação da oligarquia agrária nordestina, quando essa captura o Estado e o usa com vistas às suas próprias finalidades.

Nesse sentido, o atraso e a pobreza nordestina, denunciados pelo discurso ideológico, são agravados no campo, quando não se propõe uma política agrária no intuito de melhorar as condições do agricultor e quando o planejamento é traçado buscando a expansão industrial e agrícola conforme o modelo do agrobusiness.

Segundo Carvalho (1988), a política de desenvolvimento do Nordeste foi estabelecida no sentido de integrar a economia regional à nacional, e esta à economia mundial. Assim, o planejamento regional fora desenvolvido para alterar a estrutura agrária, visando à modernização da agricultura e da estrutura industrial, com a formação de um sistema integrado que favoreça a expansão da indústria. Fica claro, dessa forma, que até a década de 1980 a organização do Nordeste baseava-se numa política conservadora que não tinha nenhuma preocupação com o agricultor familiar e muito menos estimulava a multifuncionalidade da agricultura familiar, bem como o desenvolvimento da pluriatividade.

4.2.1 Plano de desenvolvimento regional centrado no modelo centralizador

O contexto de seca do semiárido nordestino sempre representou um alvo de políticas públicas e de planos de desenvolvimento regional, com vistas à ampliação do mercado nacional. Sobre a imagem da seca, o governo brasileiro, no início da década de 1940, traçava novos ideais de aproveitamentos econômicos para o território nordestino. Com base na ideologia de que as regiões Norte e Nordeste representavam o atraso e o Sul e o Sudeste o progresso, o perfil do Nordeste foi traçado e justificado por uma perspectiva determinista, como a região do atraso e da seca. A ideologia dominante disseminava a visão do Nordeste como sendo o da fome, de improdutividade, de severas perdas econômicas e de grandes transtornos sociais, além da migração e da desagregação familiar.

Pedrão (2004) argumenta que a ideia de região/território inerte da economia nacional se opõe à verdadeira face do Nordeste. Em sua análise, o Nordeste é uma região que agrega diversos tipos de dinamismo, tendo uma participação ampla na economia mundial. O autor explica que a imagem produzida do Nordeste revela uma região muito simples, atrasada, capaz de produzir apenas algumas matérias-primas exportáveis, tais como: cacau, algodão, sisal, babaçu, fibras e óleos. Os fatores que reforçam o dinamismo econômico da região em questão não foram considerados, tais como: a importância do açúcar na economia brasileira, o papel de exportador de alimentos para o Brasil, a existência de fonte de recursos pesqueiros e sua participação na formação de capital na economia brasileira e na formação do mercado de trabalho.

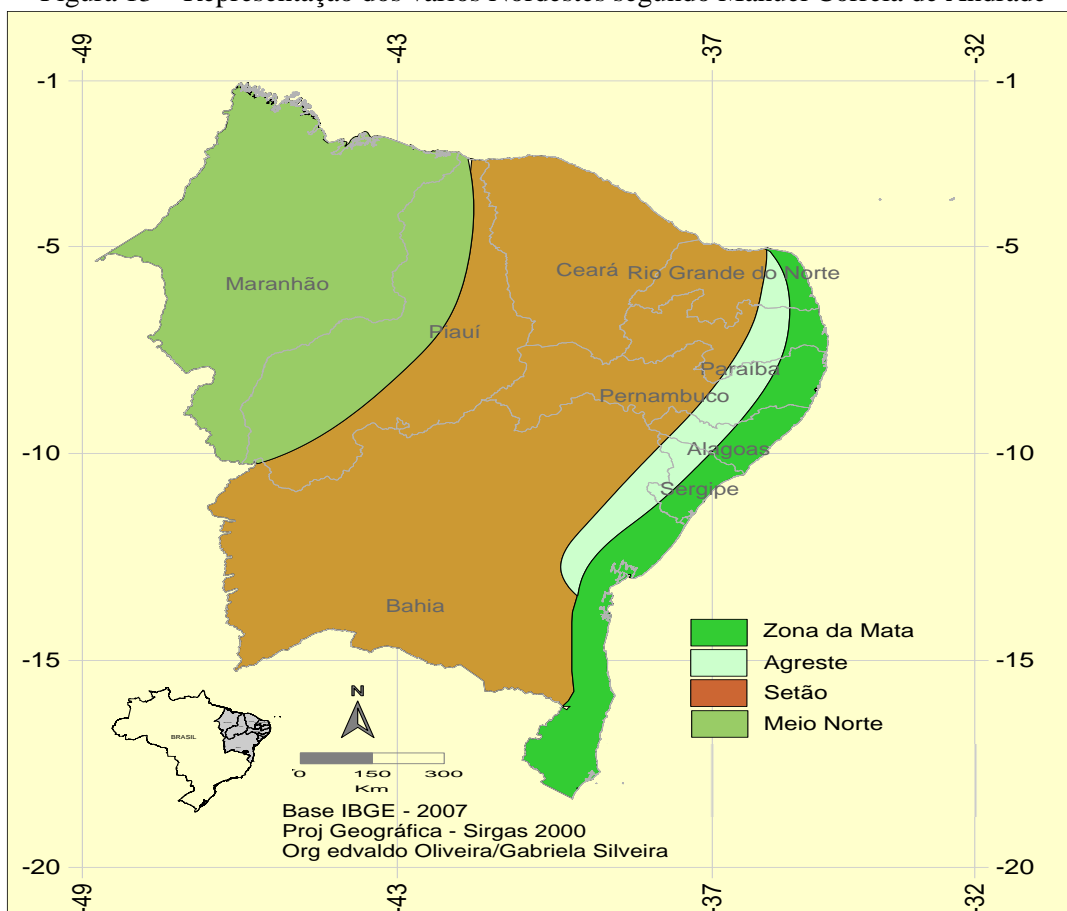
A visão do Estado sobre o Nordeste limitava-se a uma economia que correspondia apenas a 16,5% da renda nacional (IBGE, 1950), na qual o setor primário era o que mais se desenvolvia, contrapondo-se ao Sul e ao Sudeste do país, que se apoiava no desenvolvimento dos setores secundários e terciários.

A diversidade interna do Nordeste foi negada. Os vários Nordestes²¹, Zona da Mata, Agreste, Sertão e Meio Norte (representado pelo mapa da Figura 13, a seguir) e suas peculiaridades econômicas, como descritas por Castro (1980), tornar-se-iam um único Nordeste: o agrário, do autoconsumo²², sem infraestrutura, que não expressava força econômica para o país.

²⁰ Os vários Nordestes são evidenciados por Manuel Correia de Andrade em *A terra e o Homem no Nordeste*. O autor explica a função econômica de cada parte do território nordestino, destacando a importância das culturas desenvolvidas no território, relacionando-as com diversidade climática.

²¹ A agricultura do Nordeste não se restringia aos grandes *plantation* da cana-de-açúcar, do algodão e da pecuária extensiva. Paralelo à monocultura, existe a agricultura de autoconsumo, cultivada pelo agricultor. Desenvolveu-se, também, por toda a região, o cultivo de frutas e de alimentos de diferentes gêneros e a produção de produtos

Figura 13 – Representação dos vários Nordeste segundo Manuel Correia de Andrade



Fonte: Andrade, M. C. (2005, p. 319) /Produzido pela autora e Edvaldo Oliveira.

Quanto à população nordestina, esta encontrava-se dispersa, no interior da região, apresentando maior contingente populacional em áreas litorâneas, onde há predominância do cultivo da cana-de-açúcar. A porção interiorana representa área de baixa densidade demográfica. Nessa área, o desenvolvimento da policultura e a produção de algodão, de sisal, de cacau e a criação de gado atendiam aos interesses das indústrias têxteis e à demanda do comércio internacional. Assim, vê-se que “a economia nordestina se constituiu tendo por centros motores determinadas atividades básicas de exportação” (CASTRO, 1980, p. 145).

As grandes cidades nordestinas, distribuídas ao longo do litoral, representavam centros de atividades comerciais e administrativas, os quais sofriam com o inchaço urbano decorrente do êxodo rural. Esse processo favoreceu o aparecimento de problemas urbanos, somados também à falta de investimentos públicos em obras de infraestrutura urbana (habitação, saneamento básico, saúde, educação, transporte coletivo, lazer e abastecimento).

artesanais, que, além de atender ao hábito de consumo regional, foram expandidos aos hábitos de outras regiões do país.

A falta de tais condições propiciou a expansão das favelas, formadas pelas pessoas que migraram do interior para a capital. Sobre isso, Castro (1980, p. 144) afirma que “a reduzida capacidade de absorção (adicional) de mão de obra pela agricultura canavieira (disposta ao longo do litoral oriental) determinou o movimento de êxodo rural que, não justificado pela situação econômica das cidades, desde há muito se traduziu no conhecido fenômeno da “inchação” urbana”.

A infraestrutura do Nordeste, até meados das décadas de 1950 e 1960, avaliada por Castro (1980), era considerada insuficiente e inferior ao do Centro-Sul do país, pela presença de sérios problemas de escoamento devido à precariedade do sistema de infraestrutura (rodovias, ferrovias, portos) e de energia, que tornavam o Nordeste desarticulado e pouco integrado às demais regiões brasileiras. O autor esclarece que não existia uma integração entre o arquipélago²³ nordestino e o Centro-Sul, e nem interconexões litorâneas com o sertão e entre o Nordeste ocidental e a região para a Amazônia.

Segundo Castro (1980), as indústrias têxteis, de alimentos e de óleos vegetais contavam somente com a mão de obra local, a qual era barata e abundante, uma vez que a indústria da região possuía inferioridade tecnológica e administrativa²⁴, além de seus sítios industriais estarem espacialmente dispersos, distantes dos grandes centros industriais, impossibilitando o desenvolvimento industrial do Nordeste.

Ainda na ótica de Castro (1980), a economia nordestina era dependente das relações comerciais e internacionais, por consequência sofria com as flutuações da política cambial do pós-guerra. Outro fator que teve relação direta na economia foi a seca prolongada de 1951-1953, que tornou crítica a situação regional. As exportações nordestinas apresentavam *déficit* na balança comercial, e a agricultura de subsistência sofria com a seca. Esses fatores impulsionariam para o Centro-Sul o aumento da migração da população nordestina e a transferência de capital privado, propiciando um cenário favorável de rentabilidade. A drenagem dos recursos nordestinos para o Sul e para o Sudeste do país era sustentada pela imagem da incapacidade produtiva, competitiva, e pela seca. Associada a esses fatores, a política da região favorecia tal situação, uma vez que a oligarquia dominante “enquanto se apropriava da imagem da pobreza, participava ativamente do bloco de poder do Estado”

²³ O Nordeste do século XX, apresentado por Antônio Barros de Castro, era visto como um *hinterland*, ou arquipélago, essa comparação foi feita porque existiam distintas áreas de produção agrícola que estavam distribuídas aleatoriamente pelo interior da região.

²⁴ A incapacidade administrativa do nordestino é outro fator ideológico de subordinação, como aponta Durval Muniz de Albuquerque em sua obra a “Invenção do Nordeste”. No discurso, os nordestinos eram limitados a serem fazendeiros (ignorantes e desprovidos de qualquer conhecimento comercial), enquanto os burgueses do Sul e do Sudeste representariam grandes empresários.

(CASTRO, 1992, p. 60). O enfoque de “desequilíbrio regional” apareceria com vistas à necessidade de uma política de planejamento regional para o Nordeste.

A principal causa do atraso do Nordeste, segundo Oliveira (2003, p. 21), “residia na arcaica estrutura agrária, que produzia simultaneamente excedente populacional que migravam para o Centro-Sul e uma economia extremamente vulnerável no Polígono da Seca”. A respectiva porção do território que compreende o Polígono da Seca está representada pela Figura 14.

Figura 14 – Área do Polígono da Seca



Fonte: IBGE//Produzido pela autora e Edvaldo Oliveira.

O cenário ideologicamente imposto pela disparidade regional entre o Norte e o Sul do país foi estratégico para o processo de industrialização da economia brasileira no final da década

de 1940. O capital industrial buscava no Brasil maior integração entre os mercados mundiais do sistema capitalista. Dentro dessa lógica, o Nordeste e os países subdesenvolvidos da América Latina faziam parte dos interesses da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), que buscava a internacionalização de países com economias subdesenvolvidas, dependentes do capital internacional, apontando a industrialização como solução de problemas internos. Tendo em vista o desenvolvimento da industrialização, era necessário extinguir os vestígios da economia colonial.

Após a Segunda Guerra Mundial, o capitalismo buscava novos caminhos para se territorializar, atendendo à lógica da globalização, que visa à integração de todos os mercados ao sistema capitalista. A fim de atender a essa lógica, os países e/ou regiões de economias subdesenvolvidas foram estimulados(as) a industrializarem-se. Com a proposta de desenvolvimento regional dos países da América Latina e, sobretudo, com a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), o Nordeste brasileiro, no fim da década de 1950, estava centrado numa política intervencionista que se baseava na teoria da “causação circular e cumulativa”, proposta por Myrdal (1957), que defendia a intervenção do Estado para conter as forças de mercado e atenuar os níveis de desigualdade regional.

Egler (2006) enfatiza que a política intervencionista de criação da SUDENE teve fundamentos com base na teoria de desenvolvimento regional, abordada por Myrdal, em meados de 1950 e, mais tarde, na década de 1970. Assim, o Brasil seria o país da América Latina que mais levaria a sério a concepção perrouxiana dos “polos de crescimento”. A teoria de Perroux foi usada como instrumento para promover a integração econômica dos mercados nacionais. Para isso, o Estado controlaria o planejamento do território nacional, incentivando forças motrizes que atuariam em conjunto com o mercado internacional.

A organização do território pelo Estado representou elemento necessário para a adoção de uma política de planejamento regional e/ou territorial voltada para a expansão do capital industrial no Brasil, a qual foi facilitada pela integração do mercado externo, através de investimentos diretos e do crescimento do mercado interno.

Assim, com o objetivo de promover o desenvolvimento da região Nordeste, que era atingida pelas constantes secas e pela escassez de recursos estáveis, o governo Getúlio Vargas vislumbrou a necessidade de criação de uma entidade financeira de âmbito regional, capaz de estruturar a economia e de atenuar os danos causados pela seca de 1951. Em 17 de julho de 1952, através da Lei nº. 1649 foi criado o Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB), com o objetivo de implantar uma nova mentalidade empresarial e governamental na região.

Mais tarde, em 1956, no governo Kubitschek, seria criado o Plano de Metas, com uma verdadeira Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste, o qual visava à recuperação da economia nordestina. Para atender aos propósitos desse Plano, além do Banco do Nordeste, foi criado, em 14 de dezembro de 1956, o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), que funcionaria sob a direção do representante do Banco junto ao Conselho de Desenvolvimento da Presidência da República. Esse órgão foi transformado no Conselho de Desenvolvimento do Nordeste (CODENO), e teve um papel decisivo na criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), em 15 de dezembro de 1959, através da Lei nº 4.692.

O projeto de criação da SUDENE teria respaldo no relatório-diagnóstico feito pelo GTDN, que indicou como meta a redução da agricultura de subsistência e a incorporação das famílias à economia de mercado, sendo fundamentais para a redução da pobreza na região. No tocante às condições naturais, o relatório concluiu que o Nordeste precisaria se industrializar, pois essa era a alternativa que se apresentava aos países e regiões com escassez em recursos naturais. Conforme Oliveira (1985, p. 26), a criação da SUDENE:

Foi centrada na divisão regional do trabalho e nas suas mutações, sob o controle hegemônico da produção capitalista no Brasil. [...] A criação da SUDENE, pelo exame do desenvolvimento desigual inter-regional, da desigualdade de caráter e de ritmos dos conflitos sociais nas diversas regiões que polarizavam e expressavam as contradições da expansão capitalista no Brasil, pelo exame dos diferenciais de acumulação global em todo o país, e finalmente pela investigação do que é uma região num contexto nacional hegemonicamente controlado pelos setores mais avançados da produção capitalista.

Segundo Conceição e Rocha (2009), o planejamento econômico proposto para o Nordeste baseou-se na política de desenvolvimento industrial e tecnológico, visto que a industrialização era a alternativa utilizada para buscar o crescimento econômico e a formação da sociedade industrial. Para isso, as políticas públicas estariam centradas na substituição da sociedade tradicional (atrasada) pela sociedade avançada (moderna).

Oliveira (2003) enfatiza que a relação entre o atrasado e o moderno é circunstância indispensável para que o capitalismo se desenvolva. Em outras palavras, o Nordeste agrário-exportador “atrasado”, fruto das necessidades mercantilistas, deveria agora se adequar à nova demanda do capitalismo industrial, passando a ser o Nordeste industrial “moderno”.

Nessa conjuntura, o planejamento, via desenvolvimento regional, empregaria esforços no sentido de superar o quadro ideologicamente imposto, o do atraso. O Estado intervencionista,

juntamente com o capital industrial, procuraria articular e integrar o território, criando condições e infraestrutura²⁵ para que o país se industrialize e se urbanize. Para que isso ocorresse, a SUDENE representaria uma alternativa na transformação desse cenário, facilitando a reprodução e a expansão das empresas, no Nordeste, por meio de políticas direcionadas ao setor industrial. Oliveira (1985) contextualiza que seus Planos Diretores tinham subsídios que favoreciam a criação de empresas de capital misto, formada pelo Estado e pelo capital privado nacional. As políticas públicas desenvolvidas no Brasil não visaram à melhoria da qualidade de vida do povo brasileiro, sobretudo a do nordestino. Elas favoreceram simplesmente a reprodução do capital industrial. Assim, o período de 1930-1960 “ficou caracterizado como uma fase de modernização do aparelho do Estado e também de incentivo à modernização econômica com financiamento à indústria nacional” (FERNANDES, 2007, p. 218).

Entendendo que as “políticas públicas depois de desenhadas e formuladas, desdobram-se em planos, programas, projetos” (SOUZA, 2006, p. 26), ficou claro que o Estado adotou um planejamento voltado para atender ao modelo de industrialização imposto pela sociedade capitalista, negando um planejamento coerente às necessidades do território nordestino. O projeto de integração nacional adotou uma política distributiva, na qual “as decisões tomadas pelo governo desconsideraram a questão dos recursos limitados, gerando impactos mais individuais do que universais, ao privilegiar certos grupos sociais ou regiões, em detrimento do todo” (SOUZA, 2006a, p. 28).

4.3 Descentralização política e econômica: condição estruturante para o desenvolvimento da pluriatividade no estado baiano

Como foi exposto na seção anterior, a política de desenvolvimento regional do Nordeste brasileiro, *a priori*, consolidou-se sob o *slogan* da seca, da miséria, do desemprego e dos intensos fluxos migratórios. O Nordeste sofreu com o forte processo de migração, no sentido campo-cidade, face à falta de uma política adequada de combate à seca e de um planejamento econômico voltado para sua realidade.

As políticas públicas de base conservadora buscavam a superação do modelo tradicional através da modernização técnica da base produtiva via inserção da tecnologia na agricultura, além do fortalecimento do mercado interno e a consolidação dos complexos industriais e do

²⁵ O Estado como produtor do Nordeste melhorou a infraestrutura, construindo rodovias por todo o interior nordestino, onde iam ser instaladas as empresas.

capitalismo industrial. O modelo descrito acentuou as desigualdades sociais entre as distintas categorias de produtores rurais. Ferrari (2003, p. 45) argumenta que

o desenvolvimento rural não foi alcançado e o padrão tecnológico adotado e as políticas implementadas impactaram negativamente sobre viáveis-chave conformadora do bem-estar do meio rural como a democratização do acesso à terra, a preservação dos recursos naturais, o perfil de distribuição de renda setorial e intersetorial, levando a uma intensificação do processo de capitalização e de êxodo, bem como a deterioração da qualidade de vida da grande maioria da população rural.

As implicações da modernização conservadora e a política centralizadora do Estado provocaram a rejeição por parte dos produtores agrícolas de pequeno porte. O aumento da dependência tecnológica, o elevado nível de degradação ambiental, a ampliação da pobreza e da dependência financeira, a generalização do desemprego rural e a falta de democracia fizeram emergir entre pesquisadores, estudiosos das Ciências Sociais, agricultores e os demais atores sociais o consenso sobre a necessidade de encontrar alternativas capazes de favorecer a valorização da produção agrícola familiar e direcionar essa produção para um novo processo de produtividade sustentável e solidário. Conforme Souza (2011, p. 335),

[...] a busca por alternativas contra a modernização encontrou profundos bloqueios: parte provinda do governo, parte provinda dos intelectuais. A solução imediata estava no uso da agricultura sustentável e nas novas redes de relações de trabalhos centradas nas comunidades rurais solidárias, das quais deveria emergir um novo e eficiente modelo adaptado à realidade do agricultor familiar brasileiro, isto é, a reação ideal para a superação da dependência, exclusão e impactos sócio-ambientais *[sic]* [...]. Surge, assim, o direcionamento para o processo produtivo baseado no enfoque agroecológico e pluriativo capaz de opor-se aos anseios dos defensores do processo contínuo de modernização do campo brasileiro.

Um contexto de mudanças surge com a necessidade de se repensar o processo produtivo do campo e de buscar novas alternativas para a reprodução familiar. Daí a importância que esta Tese dá à dinâmica das famílias com as novas formas de organização do trabalho familiar e as tomadas de decisões do núcleo familiar. Tais aspectos remetem a pensar no capital social associado à pluriatividade como uma nova forma de organização agrícola, uma vez que a atividade pluriativa vem se configurando em estratégia de desenvolvimento e reprodução social no campo.

Segundo Schneider (2003; 2009) e Silva, J.G. (2003), a pluriatividade deve ser entendida como uma forma de adaptação da agricultura familiar aos novos contextos sociais

advindos do processo de modernização da agricultura e que tem como consequência a permanência das famílias no espaço rural.

Conforme Abramovay (2003), em territórios carentes como o nordestino, as redes de sociabilidade quando desenvolvem atividades pluriativas conseguem viabilizar a reprodução familiar e também podem contribuir com a diminuição da pobreza rural. Couto Filho (2007) e Amaral Filho (2010) explicam que as rendas das famílias rurais dependem da combinação de receitas obtidas na produção agrícola e de rendas não agrícolas, como pensões, aluguéis, aposentadorias, prestação de serviços e outros, e, muitas vezes, as famílias têm revertido essas receitas em estratégia da dinâmica familiar que vão gerar renda extra, essas estratégias estão ligadas, na maioria das vezes, à pluriatividade para-agrícola.

Couto Filho (2007, p. 22) acrescenta que na Bahia, assim como no Nordeste, a agricultura familiar “desenvolveu-se de forma completamente diferente daquela das regiões Sul e Sudeste do país. A formação da renda das famílias no Nordeste, por exemplo, não resulta somente da agricultura – como na maioria das famílias do Sul e do Sudeste –, mas também de outros rendimentos”, como percentuais de salários vindos dos trabalhos desenvolvidos nas cidades, que foi identificada no capítulo anterior como pluriatividade intersetorial.

No entanto, é preciso esclarecer que o agricultor familiar, especificamente, o nordestino, até a década de 1980, sofreu com a formulação de políticas públicas que beneficiavam somente a elite agrária brasileira. Esses cansados e revoltados com a política agrícola deste país, que não provia melhores condições de trabalho e apoio à agricultura, os pequenos proprietários rurais e os representantes das oposições agrárias do Brasil – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), Central Única de Trabalhadores (CUT) e Comissão Pastoral da Terra (CPT) – tornaram públicas as demandas de seus grupos sociais, e buscaram se afirmar como atores protagonistas da/na formulação de políticas públicas de Estado. O caráter dessas organizações era de abandono das antigas medidas assistencialistas, passando a assumir uma atuação política ativa na luta pelos direitos dos trabalhadores rurais.

Almeida (1999) argumenta que as ações coletivas dos atores sociais se apoiavam no ideal de construir uma agricultura alternativa ou diferente do que propunha a modernização agrícola, ou seja, que a organização das novas tecnologias fosse adaptada às necessidades da agricultura familiar, uma vez que a modernização conservadora garante o lucro a poucos em detrimento de muitos. A autora ainda esclarece que os “atores e os grupos sociais, os indivíduos, estão também à procura da solidariedade, de identidade, de autonomia, de

democracia, de bens, contrariamente a outros mais reais que não são calculáveis e mensuráveis” (ALMEIDA, 1999, p. 22).

Em suma, os atores sociais buscam um modelo de desenvolvimento²⁶ econômico que “favoreça um perfil de distribuição de renda suficiente para gerar bem-estar e satisfação social” a todos os indivíduos (AMARAL FILHO, 2010, p. 333), e uma das alternativas para atingir esse objetivo pode estar presente no território, caso da potencialidade local.

4.4 Vantagens competitivas locais do semiárido: possibilidades de desenvolvimento

Para que a agricultura familiar e a pluriatividade possam se consolidar no Nordeste, em particular no território baiano, é preciso incentivar e colocar em prática políticas públicas que visem a melhorias nos níveis de emprego e de renda, que estimule a reprodução social, o nível educacional, a sustentabilidade ambiental e a participação dos atores sociais nas tomadas de decisões. Conforme Arruda (2010, p. 60), em “contraposição ao ideário desenvolvimentista dos anos de 1950, o atual padrão de desenvolvimento defendido hoje pauta-se pela indissociabilidade entre progresso econômico, justiça social e sustentabilidade”.

Nesse sentido, a cultura dominante do modelo conservador que atingiu o pequeno produtor só pode ser superada com o fortalecimento da agricultura familiar e com a introdução de novas dinâmicas, a exemplo da pluriatividade e da atividade não agrícola. Para construir um cenário de mudanças no Nordeste e no território baiano, as políticas públicas destinadas ao local devem resgatar a diversidade e a potencialidade regional.

Arruda (2010, p. 70) afirma que o semiárido é um “celeiro de recursos capaz de impactar positivamente o desenvolvimento do país como um todo”, e dessa maneira, o bioma caatinga, não deve ser associado apenas aos fatores climáticos, uma vez que a capacidade técnica e o desenvolvimento científico e tecnológico quando associados à vontade política tornam-se soberanos para as questões ambientais. Arruda (2010, p. 63) também argumenta que

a fragilidade das delimitações do semiárido, inclusive dos esforços mais aprimorados e que reconhecem a sua diversidade, reside justamente na abstração de aspectos econômicos, socioculturais e políticos. Sociedades não

²⁶ Amaral Filho ainda explica de acordo com a essa definição que “[...] o crescimento econômico não pode ser confundido com desenvolvimento econômico, ou seja, não podem ser considerados como sinônimos. Havendo dúvidas, o melhor caminho para evitar tal confusão é adotar a diferença feita por Furtado (1984) e Sen (2000), os quais colocam que, enquanto o crescimento está associado à acumulação de capital e às combinações técnicas de produção, desenvolvimento vincula-se ao universo de valores éticos e morais. Crescimento significa, portanto, variação física do produto realizada a partir de diferenças arranjos e combinações técnicas de fatores produção, com vista para a eficiência, enquanto desenvolvimento é o resultado daquilo que os indivíduos e a sociedade cultivam como valores éticos e morais, que influenciam sobre a equidade” (AMARAL FILHO, 2010, p. 333-334).

têm suas características definidas apenas pelo ambiente natural. Práticas econômicas, forma de organização social e política influenciam diretamente as condições de vida de suas populações e a viabilidade de iniciativas para o seu crescimento. A própria vastidão espacial do semiárido, que abriga áreas com atributos variados, diferentes microclimas e grandes zonas de transição, compromete as análises que se limitam ao enfoque climático, entendido como uma espécie de “fatalidade” que condenaria o semiárido a uma “natural” subordinação às demais regiões do país.

Contrariamente a essa ideia, podemos constatar, sob diversos aspectos que, da colônia à atualidade, ao semiárido couberam papéis relevantes, definidos pela divisão espacial do trabalho, comprovando que o desenvolvimento brasileiro não pode prescindir da contribuição multifacetária da zona em questão, com destaque para a produção de riquezas e sua inserção na economia mundial.

Como demonstrou Andrade (2005), ao descrever as potencialidades das sub-regiões²⁷ do semiárido, o território nordestino, bem como o baiano, apresenta cenários dinâmicos e com possibilidades econômicas que podem ser utilizadas para promover o desenvolvimento local. A dinâmica econômica desses territórios foi marcada pelos fluxos adicionais de renda derivada de instituição e extensão das aposentadorias do INSS ao meio rural, das transferências do Fundo de Participação dos Estados (FPE) e do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), entretanto, é importante destacar que a economia da região não ficou e não deve ficar limitada aos fluxos adicionais vindos do governo.

Carvalho (2011) esclarece que esses recursos apoiaram a reestruturação de novas atividades econômicas de famílias que estão ligadas ao capital social, e “em particular nas áreas onde a criatividade passou a vencer as atitudes contemplativas do não fazer nada enquanto as chuvas não chegam” (CARVALHO, 2011, p. 166). Essas atividades foram estruturadas em função do melhor aproveitamento das possibilidades locais, desencadeadas em decorrência da atuação de organizações sociais que começam a induzir iniciativas cuja implementação depende fortemente dos esforços de diferentes comunidades.

Outras atividades de base local surgiram da interação do rural com o urbano. Tais atividades – chamadas de pequenos negócios não agrícolas – começaram a ser praticadas no semiárido baiano inicialmente com feições rurbanas. Além das atividades não agrícolas, a pluriatividade faz parte dessa interação e a cada dia vem se consolidando como uma alternativa relevante que gera emprego e renda. Carvalho (2011, p. 168, destaques do autor) esclarece que:

Tais atividades foram incluídas no rol de atividades denominadas de novo rural. Como tal, caracterizam-se em três grupos de atividades: as da agropecuária moderna, baseada em *commodities* e intimamente ligada às agroindústrias; a não agrícola, ligada à moradia, ao lazer e a várias atividades

²⁷ As Sub-regiões são: Mata, Agreste, Sertão e Meio-norte.

industriais e de prestação de serviços; e as novas atividades agropecuárias, localizadas em nichos especiais de mercado.[...] Muitas dessas atividades, antes pouco valorizadas e dispersas, passaram a integrar verdadeiras **cadeias produtivas**, assim como novos **arranjos produtivos**, envolvendo transformações agroindustriais e serviços pessoais e produtos relativamente complexos e sofisticados nos ramos de distribuição, comunicação e embalagem.

O autor ainda acrescenta que essas atividades – não agrícolas e as pluriativas – foram pautadas na inovação, na criatividade e numa nova forma de organização social. O autor evidencia que a nova forma de trabalho ligado ao capital social vem sendo colocada em prática principalmente em áreas de sequeiro, e dessa maneira reconhece que o capital social pode estimular formas mais dinâmicas de trabalho.

Nesse sentido, a pluriatividade e a atividade não agrícola têm sido identificadas como atividades que geram renda ao valorizar a cultura e o saber local. Por ter essa característica, tais atividades estão sendo inseridas em programas de desenvolvimento sustentável, a exemplo do Plano de desenvolvimento Sustentável do Seridó do Rio Grande do Norte, e também em diversas cidades do Nordeste e especialmente da Bahia.

Com base nos estudos de Carvalho (2011, p. 169), o Quadro 9 indica a área de abrangência da pluriatividade e da atividade não agrícola e suas cadeias produtivas.

Quadro 9 – Pluriatividade e atividade não agrícola no Rio Grande do Norte, Alagoas, Sergipe e Bahia

Localização	Cadeias Produtivas	Produtos
Rio Grande do Norte	Pesca	Redes de pescar.
	Couro	Artefatos de couro (vestimentas de modo geral) e produtos agropecuários.
	Leite	Queijo-mussarela, queijo-coalho, nata, manteiga, manteiga de garrafa.
	Carne	Carne de sol, carne de charque, embutidos.
Alagoas, Sergipe e Bahia	Renda	Variados tipos de toalhas, cochas, panos de prato, roupas.
	Madeira	Elementos decorativos, móveis.
	Leite	Queijo-mussarela, queijo-coalho, queijo-branco, nata, manteiga, manteiga de garrafa.
	Carne	Carne de sol, carne de charque, embutidos.
	Doce	Compotas de frutas da terra, doces cristalizados e desidratados, geleias.
	Mandioca	Farinha, biscoitos caseiros, bolos e doces.

Fonte: Adaptado de Carvalho (2011, p. 169).

Carvalho (2011) também demonstra que outros ramos de atividades ligados à atividade não agrícola e pluriatividade têm sido desenvolvidos em outras localidades do semiárido, a

exemplo de Sobral (no Ceará); Jardim do Seridó (no Rio grande do Norte); Brejo da Madre de Deus e Afogados da Ingazeira (em Pernambuco); Campina Grande (Paraíba); Feira de Santana (na Bahia) trata-se de atividades rurbanas que incluem pequenas fábricas de confecções ligadas à produção de roupas, bonés e calçados. Das interfaces rurbanas destacam-se também pelo território atividades ligadas ao turismo ecológico e rural, diversas formas de artesanato e negócios pautados na música e na cultura popular.

Conforme o exposto, fica claro que o uso das potencialidades existentes no local, a criatividade e a organização social e cultural das famílias ao propor e desenvolver atividades empreendedoras têm repercutido positivamente na economia familiar, uma vez que tais atividades representam renda extra. Como a criatividade está associada à capacidade de criar e inventar, a família pluriativa que também é criativa vem buscando uma nova forma de vencer obstáculos ou aproveitar uma oportunidade de mercado.

No entanto, é mister destacar que além da ação familiar é necessário combinar oportunidades com ações concretas que envolvam a participação de atores sociais no planejamento estratégico destinado ao local. Sobre ação estratégica, Carvalho (2011, p. 171) indica que o aproveitamento das “potencialidades econômicas e das oportunidades de investimentos passa por esse tipo de articulação, que será tanto mais eficiente e mais sólida se for a base da informação e o conhecimento disponíveis para a formulação não só de planos, como de programas e projetos de desenvolvimentos”.

Diante disso, é importante ressaltar que para os diferentes segmentos da sociedade a pluriatividade é um instrumento que fortalece a agricultura familiar e que promove o desenvolvimento endógeno dos espaços rurais, que será necessário contar com a intervenção e atuação do Estado na formulação e proposição de políticas públicas específicas, cujo objetivo seja o desenvolvimento do local/rural via esse instrumento.

Sobre as considerações acima, Nascimento (2005, p. 92) esclarece que a pluriatividade “pode surgir espontaneamente como resultado da combinação²⁸ de fatores externos²⁹ e internos ao ambiente familiar. Entretanto, ela só prospera – ou seja, tende a crescer – se tiver por trás o suporte das políticas públicas, evitando o declínio do número de pequenos produtores”. Desse modo, para que a pluriatividade exiba trajetória ascendente, ela deve ser, primeiramente,

²⁸ Saco dos Anjos (2003) e Kageyama (1998) sugerem que é importante considerar a combinação de fatores externos e internos ao ambiente familiar para explicar a especificidade da pluriatividade em diferentes regiões.

²⁹ Mattei (1999) e Souza (2000) ressaltam a importância das transformações no ambiente externo sobre as decisões familiares por diversificarem atividades.

compreendida e aceita socialmente como instrumento de transformação do mundo rural e, portanto, deve ser pensada e estimulada de forma consciente.

4.5 As transformações do rural baiano e a sua relação com a pluriatividade e o capital social

Como foi dito anteriormente o mundo rural em muitas regiões do planeta está passando por grandes transformações, que vão desde mudanças nos fluxos migratórios até o aparecimento de novas atividades econômicas ligadas ao desenvolvimento da tecnologia e a aproximação dos espaços urbanos.

Os territórios rurais, assim como o rural baiano, vêm assumindo uma nova identidade e funcionalidade com a reterritorialização que foi imposta pela homogeneização do sistema capitalista. Tais mudanças têm como carro-chefe um novo ator social, o agricultor em tempo parcial (*part-time farmer*), que surge em decorrência da queda dos rendimentos médios do agricultor e da disponibilização da mão de obra agrícola.

No estado da Bahia, conforme indicam os dados PNAD/IBGE em 2010, há aproximadamente 43% da população ocupada em áreas rurais, o que representa maior contingente de pessoas ocupadas no meio rural do país. Esse número é explicado pela herança colonial (presença do minifúndio) e pelo processo de industrialização tardia. Diante das heranças históricas, o rural baiano se configura, hoje, com propriedades de pequenas proporções, distinguindo-se do restante do Nordeste.

O fato das propriedades baianas serem pequenas tornam-nas insuficientes para manter a sustento de toda família, e, por esse motivo, os agricultores têm somado à renda familiar entradas não agrícolas. Couto Filho (2007, p. 54) esclarece que, assim como nas regiões mais desenvolvidas, a “Bahia tem seu agricultor em tempo parcial em busca de uma renda complementar. Neste Estado, entretanto, a mão de obra disponível não é resultado das tecnologias desempregadoras da modernização agrícola, mas, sim, do superpovoamento das pequenas propriedades”.

Atualmente é impossível avaliar quantitativamente o peso do desenvolvimento das atividades não agrícolas no meio rural do território baiano, pois não existem tabulações e dados específicos sobre o estudo em questão, e, para comprovar as proposições teóricas levantadas nesta Tese, o trabalho conta com dados secundários, conforme foi explicado no capítulo anterior.

Ao analisar a Tabela 11 trata da população ocupada na Bahia, observa-se que tanto a população rural quanto a população urbana têm crescido, o que indica que o êxodo rural tem sido contido, visto que a população rural cresceu 1,6 ao ano nos últimos em três anos, e como não houve o decréscimo da população rural, pode-se supor que o agricultor tem buscado novas alternativas para se reproduzir.

A proposição de que o território baiano está se tornando pluriativo é reafirmada quando a taxa de crescimento da atividade não agrícola é de 3,4 ao ano, esse dado indica que o crescimento da atividade agrícola é inferior ao da atividade não agrícola. Considerando que a maior parte da população habita o espaço rural, é possível afirmar que os agricultores têm somado a atividade agrícola à atividade não agrícola, e essa combinação o torna pluriativo.

Tabela 11 – Bahia - População ocupada, segundo situação do domicílio e atividade (1992-1995)

	1992	1995	tx cr. aa 1992-1995
População urbana	2.802.020	4.165.268	4,1
População rural	2.363.309	2.476.907	1,6
Atividade Agrícola	2.457.009	2.545.417	1,2
Atividade não agrícola	2.708.320	3.096.758	4,6
Total	5.165.329	5.642.172	3,0

Fonte: Adaptado de COUTO, Filho (2007, p. 50).

O quantitativo exposto na Tabela 11 aponta que na maioria das vezes os agricultores além de trabalhar em sua propriedade também prestam serviços temporários na agricultura, bem como na prestação de serviços ligados ao setor público e desenvolvem atividades autônomas ligadas a diversos tipos de serviços. Couto Filho (2007, p. 51) esclarece que:

Por falta de dados, ainda não podemos afirmar que o mundo rural baiano não é mais essencialmente agrário, mas é possível dizer que é crescente o número de agricultores em tempo parcial e que, provavelmente, eles não estão apenas produzindo riquezas na lavoura; estão, também, criando outro tipo de riqueza, baseadas em bens e serviços que nem sempre são voltados para a agricultura.

Sobre a relação de empregos não agrícola em regiões pobres, Silva, J. G. (1997, p. 75) argumenta que

[...] a criação de empregos não agrícolas nas zonas rurais é a única estratégia possível capaz de, simultaneamente, reter essa população rural pobre nos seus atuais locais de moradia e, ao mesmo tempo, elevar o seu nível de renda. Não é por outra razão que importantes instituições internacionais vêm insistindo na proposta de se tomar a ideia de desenvolvimento rural impulsionando-se um conjunto de atividades que gerem novas ocupações (não necessariamente

empregos) que propiciem maior nível de renda às pessoas residentes no meio rural.

Tais argumentações se completam com as proposições de Abramovay (2003), quando o autor afirma que o grande desafio do planejamento para os territórios rurais é pensar a lógica do balcão, a qual deve ser entendida como uma reivindicação direta dos atores sociais que apresentam as demandas listadas de sua localidade ao poder público. Dessa maneira, cada “região pode propor projetos que afirmam sua identidade, suas ambições e sua capacidade de construir o futuro” (ABRAMOVAY, 2003, p. 14).

Nesse contexto, não é simples a tarefa de incorporar a participação ao cotidiano das ações de governo na escala regional, ajudando a viabilizar a formulação de políticas regionais “mais próximas do jogo real das sociedades locais e mais articuladas entre os diversos níveis do poder público”. Essa tarefa torna-se ainda mais difícil quando essa incorporação requer um esforço prévio de organização e de criação de novas instituições, como parece ser necessário para que seja promovida a participação em escala regional (ABRAMOVAY, 2003, p. 14).

Quanto à participação popular em práticas administrativas, Bandeira (1999, p. 74) ainda reitera que:

[...] não é simples a tarefa de incorporar a participação ao cotidiano das ações de governo na escala regional, ajudando a viabilizar a formulação de políticas regionais mais próximas do jogo real das sociedades locais e mais articuladas entre os diversos níveis do poder público. Essa tarefa torna-se ainda mais difícil quando essa incorporação requer um esforço prévio de organização e de criação de novas instituições, como parece ser necessário para que seja promovida a participação em escala regional.

As proposições do autor destacam que o capital social dos territórios deve ser pensado ou utilizado para propor o desenvolvimento rural. Nesse sentido, Abramovay (2003, p. 14) esclarece ainda que:

Uma das mais importantes descobertas da economia, nos últimos anos, foi que, além do trabalho, dos recursos materiais e do conhecimento, a própria organização social é uma fonte decisiva de geração de riquezas. O segredo está no fortalecimento dos vínculos localizados que permitem a ampliação da confiança e, portanto, o alargamento do próprio círculo dos atores sociais.

Com relação à forma de organização e a gestão familiar dos atores sociais, cresce cada vez mais o número de famílias rurais que se tornam pluriativas ao utilizarem as vantagens

locacionais do saber popular e das novas ruralidades em prol do seu desenvolvimento. A Tabela 12 mostra o crescimento da pluriatividade e a evolução da renda familiar no território baiano.

Tabela 12 – Bahia - Evolução da renda média das famílias rurais segundo o local de domicílio
(R\$ set. 1997) - 1992-1997

Tipo de família	1992	1993	1995	1996	1997	Tx.cresc.aa 1992-1997
Empregadora com mais de dois empregos	919,64	1897,94	2832,41	2161,51	3105,47	21,9
Agrícola	1198,63	1293,21	-	530,26	1452,79	-
Pluriativo	401,80	324,50	1185,17	455,80	1194,60	23,0
Não agrícola	907,67	2680,57	3436,14	3797,79	12306,31	50,8
Empregadora com até dois empregos	406,24	601,80	844,52	721,27	606,26	6,6
Agrícola	374,98	645,27	686,65	594,55	609,39	7,1
Pluriativo	621,49	543,84	824,46	710,85	667,61	4,1
Não agrícola	593,60	-	2109,15	1731,99	552,50	-
Conta própria	243,27	270,08	319,53	309,07	289,89	3,9
Agrícola	221,17	268,25	303,40	263,44	237,70	1,4
Pluriativo	336,96	301,57	371,90	429,10	404,82	6,0
Não agrícola	230,49	220,88	310,97	382,79	454,61	15,8
Não ocupados na semana	154,38	181,39	201,60	171,80	164,26	0,9
Rural Total	217,54	241,40	292,97	280,05	270,14	4,9

Fonte: Adaptado de COUTO, Filho (2007, p. 56).

No período de 1992-1997, no grupo de família Empregadora com mais de dois empregos, observa-se um aumento significativo das rendas exclusivamente não agrícolas e pluriativas, com taxa de crescimento respectivamente de 50,8% e 23,0% ao ano.

A mesma tendência pode ser observada nas famílias do tipo Conta própria com 6,0%, porém o índice de crescimento foi de menor intensidade nos diferentes tipos de família Empregadora, já que as rendas não agrícolas tiveram um crescimento correspondente a 15,8% ao ano, enquanto as rendas dos pluriativos cresceram 6,0% ao ano. Portanto, esse indicativo aponta a evolução das rendas das famílias rurais e a crescente ocupação em atividades pluriativas e não agrícolas.

A Tabela 13 mostra os ramos de atividades em que os pluriativos baianos estão se inserindo.

Tabela 13 – Bahia - População ocupada na zona rural, segundo área e o segundo o local de domicílio
(R\$ set. 1997) - 1992-1997

Área	Ramo de atividade	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1992/1998 (%aa)
Metropolitana		28	29	43	25	27	28	-1,1
	Agrícola	11	5	10	4	7	5	-8,5
	Não agrícola	17	24	32	21	20	23	2,2
Não Metropol.		2.067	2,183	2090	1853	2161	2209	0,2
	Agrícola	1.762	1,824	1745	1508	1800	1758	-0,6
	Não agrícola	305	359	345	345	361	451	4,3
	Ind. Transformação	58	62	67	53	70	62	1,0
	Ind. Construção	49	46	49	56	44	99	8,0
	Outras Ativ. Industriais	14	17	19	16	10	32	4,9
	Com. de Mercadoria	55	52	56	71	45	57	0,1
	Prestação de Serviços	60	76	70	64	89	84	4,7
	Serviços Auxiliares	4	9	-	6	7	17	-
	Transp. Comunicação	12	11	12	16	17	19	9,0
	Serviços Sociais	45	53	52	47	50	48	0,3
	Administração Pública	6	31	14	15	24	23	12,7
	Outras Atividades	-	-	3	-	4	11	-
Total		2,095	2212	1168	1879	2188	2236	2,6
	Agrícola	1,773	1829	1755	1512	1808	1763	-0,7
	Não agrícola	322	383	377	367	381	474	4,2**

Fonte: Adaptado de COUTO, Filho (2007, p. 63).

A ocupação em atividade rural não agrícola cresce com uma taxa de 4,2% ao ano, excluindo a área metropolitana em que a taxa passa a ser de 4,3% ao ano. No total de 2,2% ao ano a região metropolitana detém dos ocupados 1,2% do crescimento do meio rural baiano, isso significa que essa dinâmica não é ditada pelos entornos das regiões metropolitanas, mas, sim, pelas áreas essencialmente rurais.

Vale ressaltar que o crescimento da população em atividades rurais não agrícolas é muito significativo, pois representa quase o dobro do crescimento verificado nesta atividade de zona urbana de 2,4% ao ano, além de ter garantido pelo menos um leve crescimento de 0,2% ao ano da ocupação total do meio rural. Esse fenômeno muda o quadro da ocupação no meio rural baiano. Couto Filho (2007, p. 62) em análise dos dados PNAD/IBGE ainda evidencia que “em 1992 os ocupados em atividades rurais não agrícolas representavam 15% do total de ocupação do meio rural. Em 1998 esse percentual subiu para 21%”.

Observando os ramos das atividades rurais não agrícolas da Tabela 13, destacam-se com principais ocupadores, em ordem decrescente, a indústria da construção, a prestação de serviços, a indústria de transformação e o comércio de mercadorias. Entretanto, alguns deles vêm crescendo muito menos que outros e tendem a perder espaço na estrutura de ocupação da mão de obra rural. É o caso da indústria de construção, fortemente atingida pela crise provocada pelas secas e pela expansão do comércio de mercadoria que, cada vez mais, vem sendo realizado nas zonas urbanas, mais especificamente em redes de supermercados.

Além das atividades descritas, também merece destaque o crescimento de ocupações relacionadas à administração pública, atividades de transporte e de comunicação, entre outras atividades industriais que mantêm relação como meio rural.

Após verificar a diversificação de ocupações que atingiu o campo baiano, é importante ressaltar que com a recomposição da atividade rural o Estado precisa destinar atenção especial ao agricultor familiar que vem se reproduzindo com estratégias pluriativas; por isso, é importante estabelecer políticas de desenvolvimento que mantenham a população ocupada no campo e que ao mesmo tempo auxiliem e incentivem a ascensão de atividades rurais não agrícolas e pluriativas. E para que isso aconteça, Abramovay (2003, p. 59) argumenta que:

A mudança deste cenário exige duas modificações básicas na sistemática atual de trabalho. Em primeiro lugar, que o Plano de Desenvolvimento Rural não seja concebido na esfera estrita de um município, mas insiram-se em um horizonte estratégico de caráter regional. Além disso, é fundamental que a escolha dos municípios beneficiados com recursos públicos tenha por base não apenas critérios quantitativos em que se privilegiam as localidades menores e mais pobres, mas critérios qualitativos onde a consciência dos projetos e seu caráter inovador sejam fortemente estimulados.

Nesse cenário de proposições teóricas que visam programas e projetos, deslumbrando o desenvolvimento local/rural, a pluriatividade para alguns teóricos do exterior e do Brasil, como Echeverría (2001), Berdegú et al. (2001), Schneider, (2003) e Graziano da Silva, J. G. (1999), é evidenciada como atividade que poderia indicar soluções ou encaminhamentos para muitos desafios, conforme apresentam-se no Quadro 10, a seguir.

Quadro 10 – Como a pluriatividade poderia indicar soluções ou encaminhamentos para o desenvolvimento local/rural na Bahia

Desafios	Soluções ou encaminhamentos
Elevar a renda familiar no meio rural	A pluriatividade pode ser considerada uma estratégia de diversificação e combinação de várias fontes de renda, sendo facilmente observável que as famílias com rendimentos não agrícolas possuem, no geral, uma renda total mais elevada que aquelas que exclusivamente dependentes da renda agrícola.
Estabilizar a renda em face da sazonalidade dos ingressos na agricultura	Devido aos condicionantes decorrentes da zonalidade das colheitas e mesmo dos imprevistos e imponderáveis da agricultura relacionados ao clima, pragas, variações de preços e etc., o acesso às vendas advindas de atividades não agrícolas garante maior estabilidade e periodicidade nos ganhos dos agricultores, favorecendo o acesso a créditos e reduzindo a vulnerabilidade da família.
Estratégia de diversificação das fontes de ingresso	A pluriatividade amplia a oportunidade de ganhos e o portfólio de possibilidades e alternativas que podem ser acionadas pelas famílias de agricultores. Neste sentido, famílias pluriativas tendem a ter melhores condições de enfrentar crises ou imprevistos do que aqueles que dependem exclusivamente de uma única fonte de renda.
Contribuir na geração de emprego no espaço rural	Em território onde se verifica a presença maior da pluriatividade parece haver mais facilidade na alocação da força de trabalho das famílias rurais segundo o interesse dos próprios membros e as possibilidades ofertadas pelo mercado de trabalho. Cria-se, portanto, em nível local uma interação no mercado de trabalho agrícola e não agrícola que acaba afetando positivamente a dinâmica da economia.
Reduzir as migrações campo-cidade	Potencialmente, a pluriatividade representa uma forma de gerar oportunidades de emprego e ocupação para os membros da família de agricultores, especialmente as esposas de agricultores e filhos(as) jovens, que muitas vezes encontram-se subempregados nas unidades produtivas (ou devido ao seu pequeno tamanho, escala de produção, etc. ou mesmo à incorporação crescente do progresso técnico, o que acaba dispensando a força de trabalho).
Estimular os mercados locais e desenvolver os territórios rurais	Em locais onde a agricultura familiar se torna pluriativa a divisão social do trabalho tende a se incrementar. Devido à complexificação e diversificação que é gerada em nível local e territorial, cria-se um círculo virtuoso de ativação econômica que incrementa a produção e circulação de mercadoria e, por consequência, a ampliação das oportunidades de emprego. Como resultado, conclui-se que a pluriatividade tem um papel fundamental no estímulo às economias locais via diversificação do tecido social.
	Estudos sobre os impactos microsociológicos têm demonstrado que as famílias que combinam mais de uma forma de ocupação

Contribuir para estimular mudanças nas relações de poder e gênero	conhecem alterações nas relações de poder, gênero e de hierarquia familiar a partir do momento em que algum dos seus membros passam a ter rendimentos e ocupações fora da propriedade. Neste sentido, os estudos indicam que a pluriatividade pode ser considerada um fator que assemelha as características entre as famílias que residem nos espaços rurais com as urbanas.
Modificar o sentido da terra e do rural	Em famílias pluriativas, é comum se relativizar o sentido exclusivamente produtivo da terra, que deixa de ser vista apenas como um fator de produção e passa a ter um sentido patrimonial à medida que cresce sua função como local de moradia da família e não como unidade de produção. Consequentemente, modifica-se também o sentido do espaço rural para os que ali habitam. Assim, a pluriatividade pode ter um significado importante para alterar as concepções que associam, equivocadamente, como sinônimos o espaço rural e a atividade agrícola <i>tout court</i> .

Fonte: Adaptado de Schneider (2005, p. 32-33).

O planejamento, quando ocorre da forma indicada pelo autor, reconhece o meio rural como espaço de atividades variadas, reunindo pela multiplicidade e pela multifuncionalidade de atores sociais que fazem do rural não apenas um lugar onde saem produtos agrícolas, mas um lugar de inovação e de manifestações identitárias vindas da combinação de habilidades e recursos intangíveis.

A próxima seção apresenta como as políticas públicas e programas de desenvolvimento local/rural do território baiano guardam relação com a multifuncionalidade de seus atores e está aberta a alguns princípios democráticos.

4.5.1 Políticas públicas e programas de desenvolvimento local/rural

A Bahia tem, hoje, apresentado significativas experiências ao propor e executar projetos de políticas públicas voltados para o desenvolvimento regional com base no planejamento de “cima para baixo”. Tais projetos visam à definição de espaços a partir de indicadores econômicos ou características geoambientais e a construção de planos de desenvolvimentos que abarcam a demanda local.

Em análise dos projetos e programas do governo baiano, a Bahia possui o perfil de uma política descentralizada e horizontalizada pelo território, e sofre influência direta dos organismos internacionais que difundem os ideais de desenvolvimento participativo e atrelam as políticas de desenvolvimento regional ao planejamento territorial. Tal ideologia é aplicada nos países de capitalismo avançado e vem sendo copiada por vários países, como é o caso do Brasil.

Sobre a horizontalidade e descentralização política encontradas nos programas e projetos baianos, Couto Filho (2007, p. 146) evidencia que:

Os espaços regionais ou territoriais são entendidos como uma construção territorial, orientada de “baixo para cima”. As políticas de desenvolvimento regional, por sua vez, com o intuito de ajustar-se à nova realidade, buscam incorporar em suas ações conceitos e procedimentos que, mais uma vez, entende-se que são frutos das discussões relativas à formação e desenvolvimento do território.

Existem hoje na Bahia diversos programas de desenvolvimento que visam ao desenvolvimento regional e que são executados por órgãos federais e estaduais, esses programas não chegam a definir uma política única, mas, sim, uma proliferação de programas desarticulados que atendem a públicos diferenciados e com objetivos distintos. No entanto, vale ressaltar que a maior parte desses projetos visa promover o capital social com vistas ao desenvolvimento local.

Segundo dados da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR), o governo do estado da Bahia vem se empenhando em combater a pobreza em comunidades rurais, priorizando o fortalecimento da agricultura familiar, a economia solidária, a comercialização, a territorialização, a segurança hídrica, a convivência com a seca e o gerenciamento sustentável do meio ambiente.

Dessa forma, o governo tem feito esses incentivos a fim de estimular as potencialidades regionais, a formação de associações e cooperativas que investem em atividades e produtos capazes de gerar efetivamente emprego e renda, e, também, tem estimulado o desenvolvimento de diversas cadeias produtivas.

O governo baiano, segundo a CAR, para pôr em prática suas ações, tem firmado contratos com organismos financeiros internacionais; além disso, realiza parcerias com o Governo Federal, que através de contratos de repasse celebra convênios e termos de cooperação técnica com secretarias estaduais; além de executar emendas parlamentares. Isso porque a descentralização política é o elemento principal para o desenvolvimento local, assim, para atender às demandas das comunidades, a CAR firma convênios e contratos com associações comunitárias e cooperativas. Os projetos listados no Quadro 11 ilustram as ações do governo pelo território baiano.

Quadro 11 – Bahia: Programas desenvolvidos com vista ao desenvolvimento local/rural e a pluriatividade

PROGRAMAS	CARACTERÍSTICAS E OBJETIVOS
Bahia Produtiva	<p>Promover o desenvolvimento rural sustentável com o fortalecimento da agricultura familiar e economia popular, baseado nos princípios da agroecologia, infraestrutura socioprodutiva, inserção nos mercados e segurança alimentar e hídrica. O projeto visa melhoria das condições de vida de milhares de famílias baianas, através de um constante diálogo entre a sociedade civil e poder público.</p> <p>O Bahia Produtiva é resultado de um acordo entre os governos federal e estadual, por intermédio da CAR, empresa da Secretaria do Desenvolvimento e Integração Regional (SEDIR), e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento ou Mundial (BIRD) e integra uma estratégia do governo estadual para redução das desigualdades e superação da pobreza em todo o estado.</p>
Programa Produzir	<p>O programa integrou uma proposta mais ampla de combate à pobreza rural implementada pelo Banco Mundial e governos estaduais da região Nordeste do país e foi executado no Estado da Bahia desde 1996. Com o objetivo de reduzir as desigualdades regionais, criar emprego e renda e melhorar a vida das populações mais pobres, o programa financiou projetos comunitários nas áreas social, de infraestrutura e produção.</p> <p>Suas ações envolveram 840 projetos nas áreas de infraestrutura, de apoio à Educação e Cultura, Saúde e Saneamento e projetos de Geração de Emprego e Renda, dentre os quais podem ser destacados a implantação de sistemas de abastecimento de água, a construção de pontes, melhorias sanitárias, módulos de feira, casas de farinha, unidades de beneficiamento de leite, aquisição de tratores com implementos e a construção de cisternas domiciliares.</p> <p>O Produzir tem um conjunto de estratégias que busca incluir socioprodutivamente, pelo trabalho decente, até 2015, pessoas em situação de pobreza e com potencial de trabalho na Bahia, com vistas à sua emancipação.</p>
Gente de Valor	<p>O projeto priorizava a participação direta de homens e mulheres do campo na decisão e escolha das ações a serem implementadas em suas comunidades. Vem sendo executado pela SEDIR através da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR). E tem como meta:</p> <ul style="list-style-type: none"> * Melhorar as condições de vida da população rural pobre do semiárido; * Promover o processo de desenvolvimento social, cultural, produtivo e econômico ambientalmente sustentável; * Criar condições efetivas de participação e empoderamento da população pobre do semiárido; * Assegurar a participação do jovem e a equidade de gênero e de raça/etnia;

	<ul style="list-style-type: none"> * Possibilitar uma intervenção competitiva nos mercados de organização dos pequenos agricultores (cooperativas, microempresas, etc.); * Assegurar uma articulação entre o setor público e setor privado para potencializar os impactos das ações do projeto; * Planejamento participativo com perspectiva de desenvolvimento territorial e cadeias produtivas; * Fortalecer a herança cultural e a identidade da população do semiárido; * Atuação integrada em consonância com prioridades do Governo Federal e do Governo do Estado para a redução da pobreza e o desenvolvimento regional.
Vida Melhor	O Programa Vida Melhor, do Governo da Bahia, é um conjunto de estratégias que busca incluir socioprodutivamente, pelo trabalho decente, até 2015, pessoas em situação de pobreza e com potencial de trabalho na Bahia, com vistas à sua emancipação. E para isso promove ações especificamente direcionadas para os empreendimentos dessa economia dos setores populares e solidários, apoiando os produtores individuais, familiares ou associados, tanto nos espaços urbanos como nos rurais.
Água para Todos	O programa Água para Todos foi criado no âmbito do Plano Brasil sem Miséria e tem como objetivo geral promover a universalização do acesso à água em áreas rurais para o consumo humano e para a produção agrícola e alimentar, visando o pleno desenvolvimento humano e a segurança alimentar e nutricional de famílias em situação de vulnerabilidade social. Para isso, o governo estadual, através da CAR, firmou parceria com o Ministério da Integração Nacional visando, inicialmente, a implantação de 12 mil cisternas a fim de garantir a universalização do acesso à água em nove municípios baianos.

Fonte: Adaptado de <<http://www.car.ba.gov.br/programa/bahia-produtiva>>.

Os programas visualizados no Quadro 11 evidenciam que o estado baiano avançou na formulação de programas de desenvolvimento regional, pois traçaram projetos de abrangência local que estimulam as potencialidades do território. Quanto às características e os objetivos listados, é possível perceber que suas ações buscam a participação ampla e efetiva da sociedade civil. Tal fato demonstra que não cabe ao Estado ser o único formulador de programas e projetos, mas ele deve construir por meio desses instrumentos uma sociedade mais dinâmica, justa e democrática.

Entre os programas listados ganha destaque o Gente de valor, em virtude de possuir ações ligadas ao estímulo do capital social. Nos seus objetivos foi possível perceber que a identidade regional foi valorizada e resgatada como elemento propulsor de desenvolvimento.

Nesse contexto, é importante destacar que identidade regional, assim como o capital social, não deve ser entendida como algo que simplesmente existe devido a uma determinada conjugação de fatores e circunstâncias, mas, sim, como algo que é construído historicamente. Ela surge como resultado de processos políticos, sociais e culturais, que fazem que os habitantes de um determinado território consolidem a percepção do fato de que, apesar das diferenças e divergências que possam ter, também têm fortes afinidades e muitos interesses em comum.

Frente às ações do Estado é importante relembrar que a tradição político-administrativa brasileira é fortemente caracterizada pela centralização do poder decisório e pelo formalismo burocrático. Por esses e por outros motivos, a incorporação mais efetiva de práticas participativas às atividades do setor público exigirá profundas mudanças na cultura organizacional predominante na administração pública do país.

Quanto à pluriatividade, não há nos programas objetivos específicos que estimulem essa atividade pelo território baiano, entretanto, há características que são tangíveis para a prática pluriativa, por exemplo: (i) o constante diálogo entre a sociedade civil e poder público; (ii) o financiamento de projetos comunitários; (iii) o apoio e criação de condições efetivas de participação e empoderamento da população pobre do semiárido; (iv) a intervenção competitiva nos mercados de organização dos pequenos agricultores (cooperativas, microempresas etc.); (v) o planejamento participativo com perspectiva de desenvolvimento territorial e cadeias produtivas; (vi) e ações que fortalecem a herança cultural e a identidade da população do semiárido.

Os aspectos mencionados fortalecem a unidade familiar e a sinergia entre famílias de agricultores, fortalecendo, assim, as ações e estratégias pluriativas pelos Território de Identidade da Bahia.

CAPÍTULO V

5 TERRITÓRIO DE IDENTIDADE DO SUDOESTE BAIANO: DESCENTRALIZAÇÃO POLÍTICA E AS REDES DE COOPERAÇÃO

O Território de Identidade do Sudoeste Baiano apresenta características bastante específicas, ou seja, sua nova regionalização, o modo como se relacionam a pluriatividade e o desenvolvimento com o sistema de cooperação e o capital social. Nesse sentido, existem nessa região características físicas e ambientais que permitem o desenvolvimento das atividades e, especialmente, contribuem com a diversificação dos tipos de pluriatividade presentes no território.

Nessa perspectiva, com base em indicadores que confirmam a presença de capital social nessa região, são ressaltadas, neste capítulo, a inter-relação com o sistema de cooperação e o capital social, e como exemplos de como a descentralização da política local está sendo colocada em prática para combater a pobreza rural e incentivar a pluriatividade.

5.1 A nova regionalização e características do Território de Identidade do Sudoeste Baiano

A recente divisão do Estado brasileiro pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em territórios de identidade alterou o padrão de regionalização do país. Os novos territórios de identidade não foram criados a partir de dados tradicionalmente determinantes, tais como limites e jurisdições. Segundo Brasil (2005), o território de identidade constitui uma nova forma de planejamento para as políticas públicas, visto que as desigualdades regionais brasileiras constituem um enorme obstáculo ao desenvolvimento do país. Desigualdades que criaram dificuldade para o Estado quanto à influência no planejamento do desenvolvimento de suas regiões, resultando no aprofundamento de índices das próprias desigualdades, potencializando os transtornos sociais e acirrando os movimentos regionais desfavoráveis ao desenvolvimento sustentável do país.

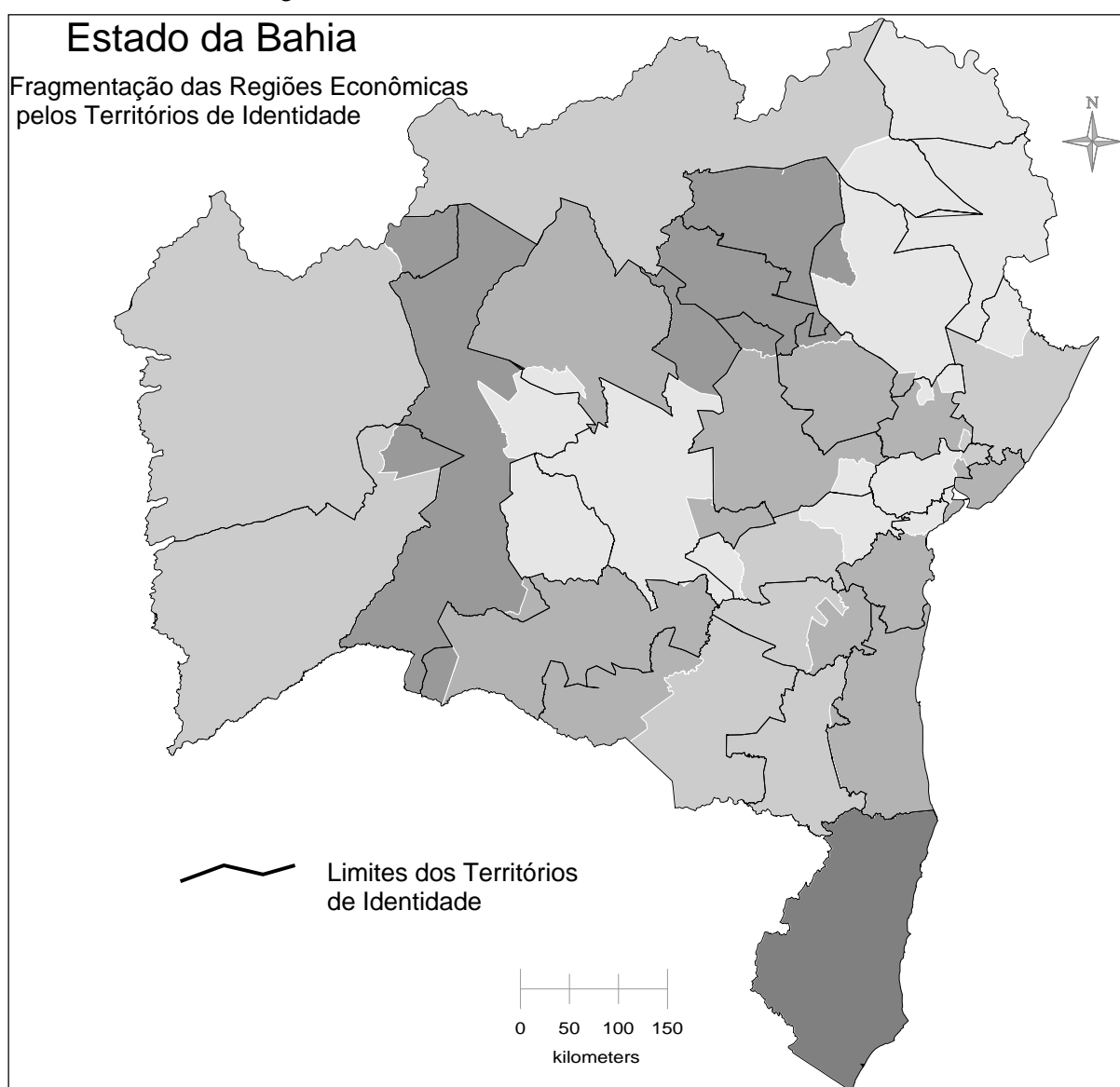
A abordagem territorial do desenvolvimento rural no Brasil teve início com a política social do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, por meio de instrumento de intervenção que objetivava o desenvolvimento econômico e social.

Assim, a redefinição da regionalização por meio do território de identidade, estabelecida recentemente pelo Projeto Plurianual de 2010, tem sua origem no Plano de metas do Governo

de Jucelino Kubitschek (JK) na década de 1950. Para pôr em prática essa redefinição, foi criada em 2003 a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) pelo governo federal sob coordenação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) que implantou o Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PDSTR) em articulação com outros órgãos federais, estaduais e municipais. Beltrão e Sayago (2010, p. 136-137) ainda explicita que:

Com esse contexto de uma nova regionalização, o Governo da Bahia dividiu o Estado em de 26 territórios de identidade (Figura 15, a seguir), fundamentando-se nas especificidades dos arranjos sociais e locais de cada região.

Figura 15 – Territórios de Identidade do Estado da Bahia



Fonte: Oliveira, E. (2011, p. 96).

A partir dessa nova regionalização, o Estado baiano passou a organizar suas ações de desenvolvimento de acordo com as demandas e as características locais e em conformidade com as propostas sobre aspectos econômicos, sociais e culturais discutidos e apresentados pela sociedade civil organizada de cada localidade. Segundo a SEI (2014), os territórios de identidade têm viabilizado a implementação de novas políticas públicas no Estado, tais como:

1. criação de condições efetivas de participação e empoderamento da população pobre dos municípios, possibilitando uma intervenção competitiva nos mercados de organização dos pequenos agricultores, por meio de cooperativas e microempresas.
2. desenvolvimento ambiental;
3. formação profissional e capacitação para o trabalho, fortalecimento das organizações comunitárias, das produções, inserção dos jovens nos mercados de trabalho urbano e rural;
4. investimentos em infraestrutura básica (instalação de energia solar e elétrica, construção de pequenas pontes e sanitários residenciais, apoio às microempresas rurais e à agricultura familiar, de forma a garantir segurança alimentar e incremento de renda ao pequeno produtor);
5. melhoria das condições de vida da população rural pobre do semiárido;
6. promoção do processo de desenvolvimento social, cultural, produtivo, econômico e ambientalmente sustentável;
7. valorização da cultura local e da identidade regional.

Com base no que foi traçado nos programas, percebe-se que o território de identidade assume dois focos, o identitário e o planejamento econômico. No primeiro foco há a valorização simbólica das manifestações culturais dos atores sociais e de suas territorialidades. O sentido identitário dá ao território uma característica singular e dinâmica, valorizando os aspectos característicos de cada localidade e de seus respectivos atores. No segundo foco, o território como planejamento, passa a ser “internalizado como variável nas políticas de intervenção nas relações sociais e econômicas e constitui os nomeados Territórios de Planejamento que muito recentemente foram concebidos como ferramenta estratégica do planejamento do desenvolvimento” (VARGAS, 2011, p. 101).

Além da valorização do local, outro aspecto que está associado ao Território de Identidade é a descentralização nas tomadas de decisões. Oliveira (2011, p. 95) argumenta que esse novo processo de regionalização via território de identidade

mostra que pela primeira vez se tem uma forma participativa de implementação de um processo de regionalização, bem como a presença de um gestor local do modelo implantado, com investimento para cada território, demonstra uma forma de regionalização ‘fora dos gabinetes’.

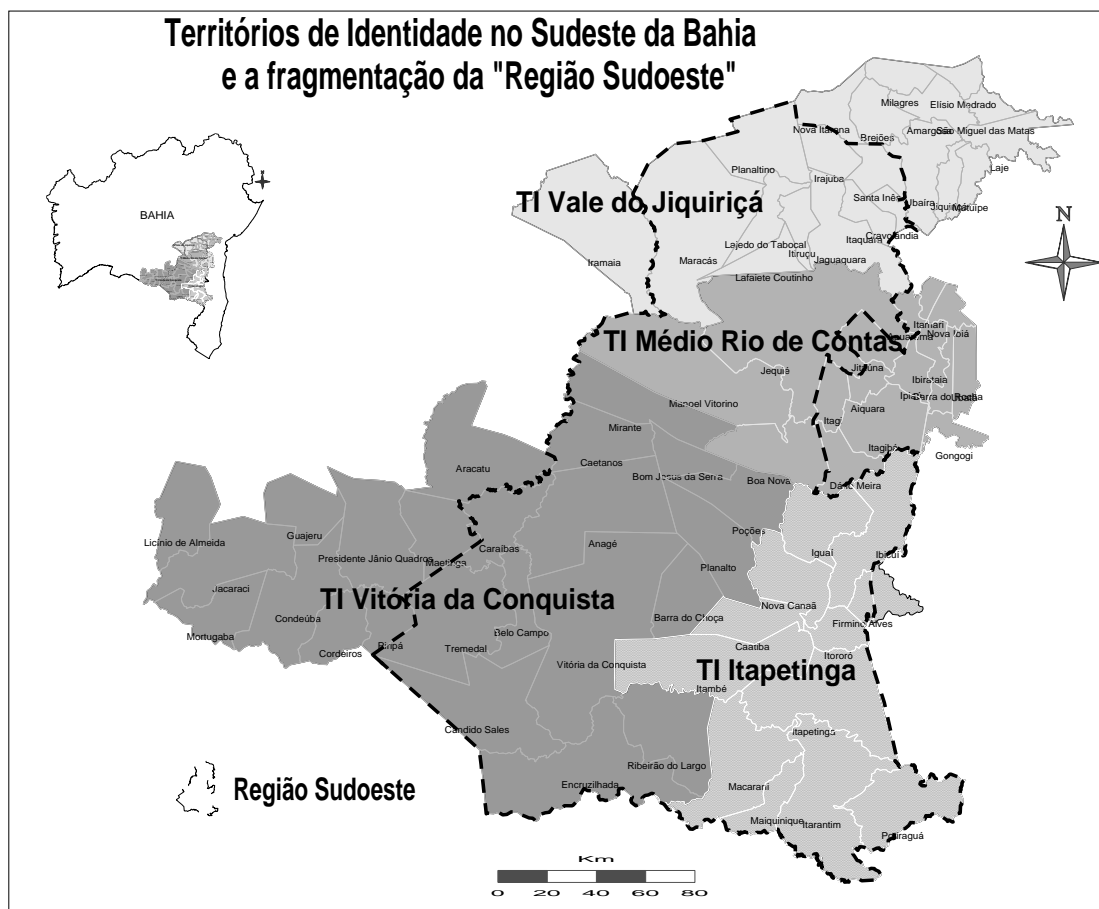
Nessa forma de regionalização o Estado concebe o território a partir da relação de poder formada por todos os níveis da estrutura social e não somente por ele próprio. Haja vista que em uma sociedade democrática o planejamento evidencia a necessidade de descentralização das políticas públicas, com a distribuição de competências e atribuições aos espaços e atores locais.

Com base nessa concepção de território, tem-se maior clareza e melhor entendimento de que no território ocorrem “relações sociais e, nelas, as relações sócio-culturais [*sic*] exercidas pelos indivíduos, pelos grupos e pelas sociedades que produzem o território por diversas formas de expressão, de gestão, de domínio, de apropriação, de identidade, de pertencimento, etc.” (VARGAS, 2011, p.100).

Essas resumidas observações foram feitas para se fundamentar a dinâmica do Território de Identidade do Sudoeste da Bahia e a respectiva inter-relação da pluriatividade regional com a urbanidade e a ruralidade dos municípios que compõem esse território.

A ordenação territorial e o processo de regionalização da região Sudoeste da Bahia, conforme exposto por Oliveira (2011), após análise dos critérios do governo federal e estadual, implicou a fragmentação dessa região em quatro áreas de abrangência, como demonstra a Figura 16. Ou seja, quatro territórios de identidade: ao norte o Território do Vale do Jequiçá e o Território Médio Rio de Contas; e ao sul o Território de Vitória da Conquista e o Território de Itapetinga.

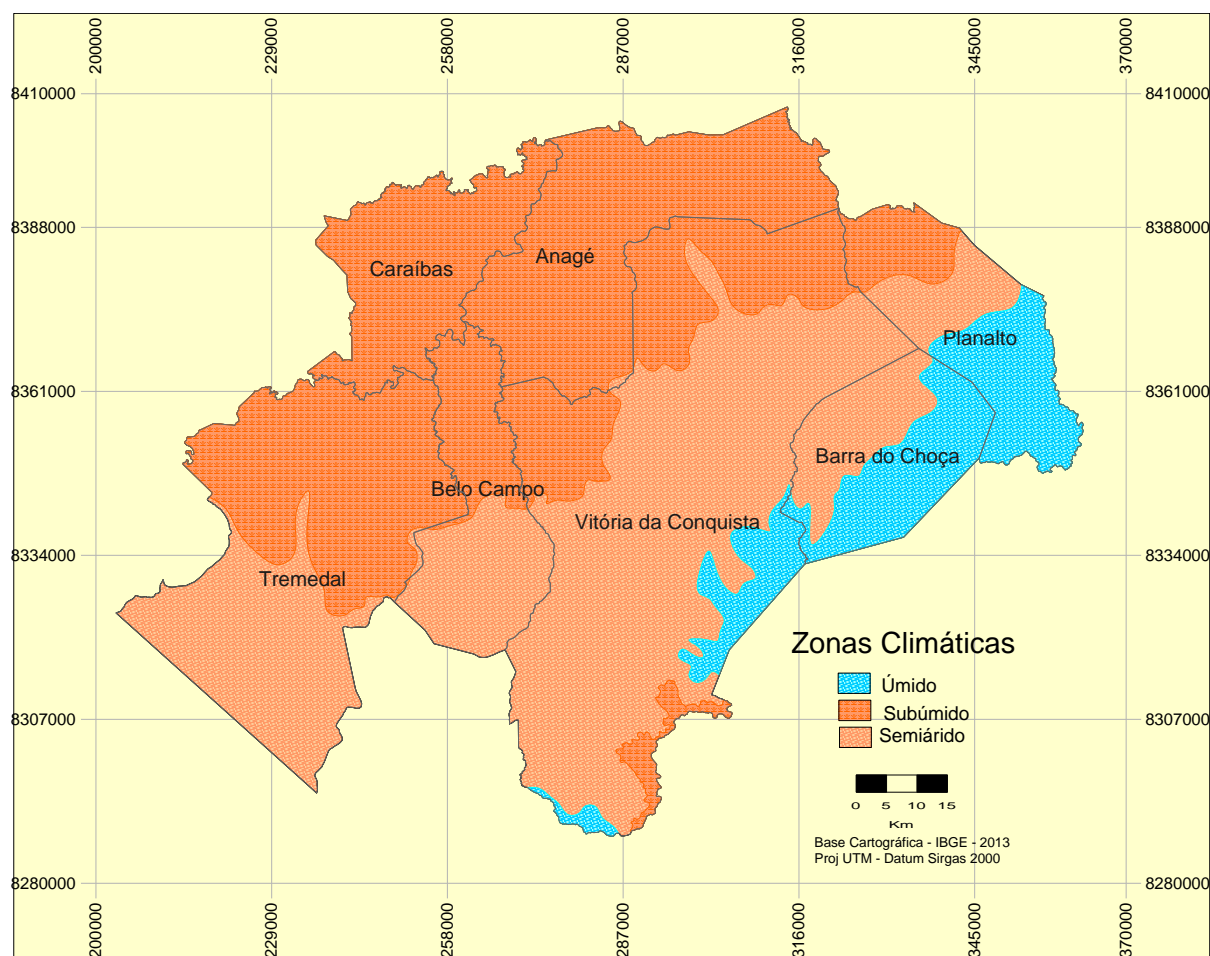
Figura 16 –Territórios de Identidade no Sudoeste da Bahia e a fragmentação da “Região Sudoeste”



Fonte: Oliveira, E. (2011, p. 98).

A fragmentação da região Sudoeste em quatro territórios de identidade foi feita pelo governo federal sem levar em conta os aspectos físicos. O Território de Vitória da Conquista, após a nova regionalização, é composto por vinte e quatro municípios; desses, nove formam o recorte do Planalto da Conquista onde predomina o clima subúmido e o latossolo, os demais municípios estão localizados na bacia do Rio Gavião em uma área de clima semiárido onde predominam temperaturas elevadas e escassez da chuva. O mapa da Figura 17 apresenta os tipos de domínios climáticos ocorrentes na região.

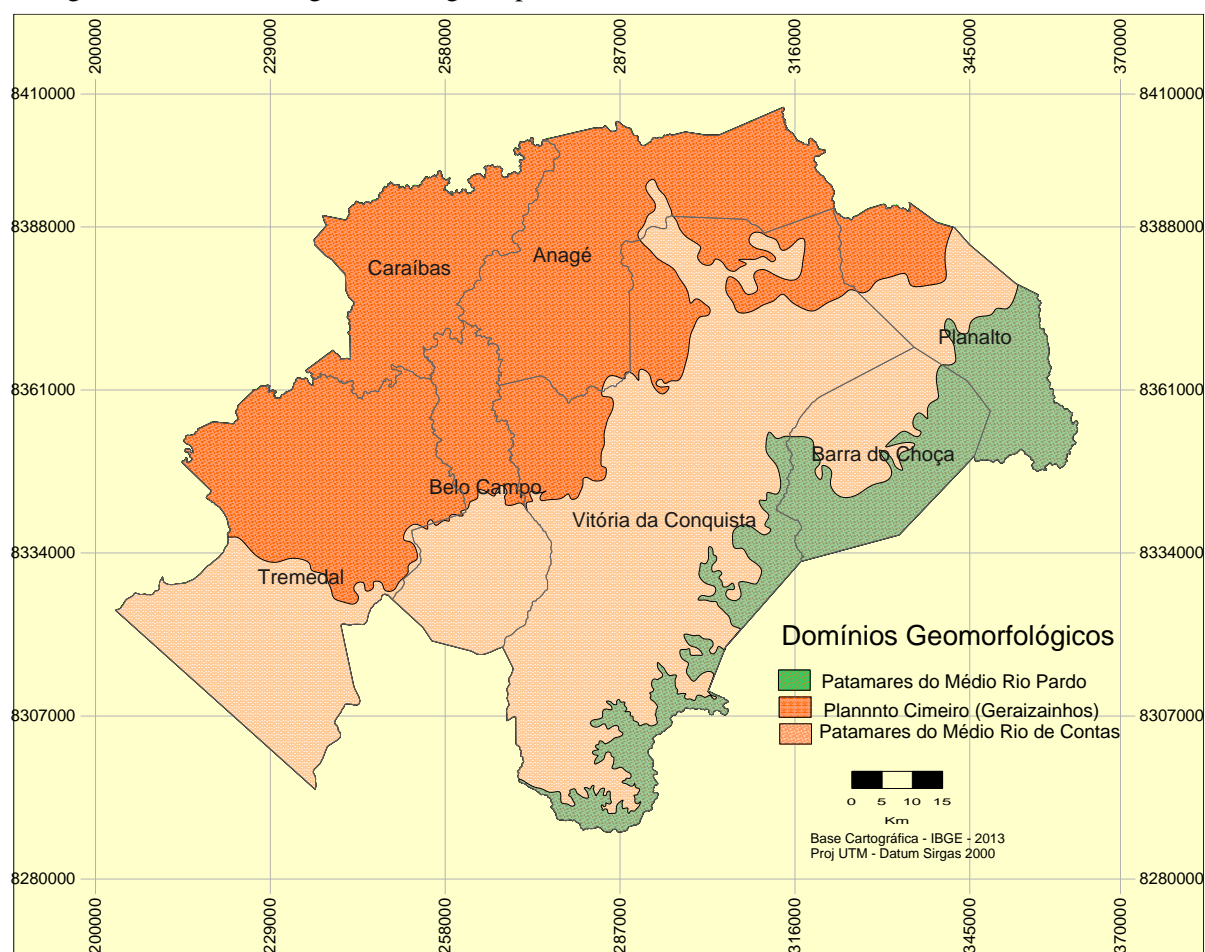
Figura 17 – Domínios climáticos presente no Território de Identidade do Sudoeste Baiano



Fonte: IBGE//Produzido por Edvaldo Oliveira.

As características físicas aqui mencionadas e especificadas nas seções do capítulo VI ganham destaque porque os municípios que compõem a pesquisa – Anagé, Barra do Choça, Belo Campo, Caraíbas, Tremedal, Planalto e Vitória da Conquista –, apesar de pertencerem ao mesmo território, possuem características físicas (ambientais, morfológicas e climáticas) distintas. As diferentes zonas climáticas e os domínios geomorfológicos representados pelas figuras 17 e 18 implicam diferentes culturas e técnicas de apropriação da natureza e de transformação do espaço, ou seja, tipos diferentes de atividade pluriativa.

Figura 18 – Domínios geomorfológicos presentes no Território de Identidade do Sudoeste Baiano



Fonte: IBGE//Produzido por Edvaldo Oliveira.

Em análise do contexto exposto, Oliveira (2011) argumenta que tais diferenças acarretam políticas públicas distintas para o território, a fim de atender à necessidade de cada município, uma vez que as políticas públicas implantadas não priorizam a questão climática nem a inter-relação desses municípios com a cidade-polo (Vitória da Conquista).

Figura 19 – Identificação das localidades pesquisadas no Território de Identidade do Sudoeste Baiano



Fonte: Pesquisa de campo 2015/ Produzido por Edvaldo Oliveira.

Enfim, a discussão de Território de Identidade, aqui contextualizada, será retomada como instrumento legal e legítimo para se analisar a nova política de desenvolvimento regional do Território de Identidade do Sudoeste Baiano, na Bahia, levando em consideração a governança solidária, a descentralização política, a formação de redes de cooperação e as distintas formas de pluriatividade encontrada em trinta e sete localidades dos sete municípios pesquisados, como demonstra a Figura 19, acima.

5.2 Inter-relação do sistema de cooperação com o capital social

No Território de Identidade do Sudoeste Baiano as cooperativa e associações têm captado recursos e ações das políticas públicas de Estado para melhorar as condições de vida de seus associados, bem como para ampliar e dinamizar as redes de convivência social que estimulam o desenvolvimento local. Dessa maneira, a rede de cooperação assume estratégias

tanto de crescimento econômico quando de mudança social, pois tais organizações corroboram o exercício da democracia e da cidadania quando os associados estabelecem entre si relações de solidariedade, confiança e participação ativa no território em que vivem.

O resultado dessas relações sinérgicas pressupõe a superação de variados tipos de limitações presentes no território, como o fomento à micro e pequenos empreendimentos, o aumento da confiança dos atores em sua própria capacidade organizacional, o fortalecimento da governança e o estímulo a projetos coletivos, com equidade, destinados à demanda local. Sobre o exposto, Abramovay (2003, p. 92) reitera que o projeto de desenvolvimento para o local deve atender a cinco requisitos: (i) a mobilização dos atores em torno de uma ideia guia; (ii) contar com o apoio desses atores não apenas na execução, mas na própria elaboração do projeto; (iii) definir um projeto que seja orientado ao desenvolvimento das atividades de um território; (iv) realizar projetos em tempo definidos; (v) criar uma entidade gerenciadora que expresse o interesse de seus protagonistas.

Para colocar em prática projetos de desenvolvimento endógeno com tais características, supõe-se que os pluriativos se enxerguem como “um novo sujeito coletivo do desenvolvimento, que vai exprimir a capacidade de articulação entre as forças dinâmicas de uma região” (ABRAMOVAY, 2003, p. 92), já que as relações políticas, econômicas e sociais em que estavam inseridos ancoravam-se na ditadura de projetos descendentes e verticalizados, e nas relações de poder político baseadas no clientelismo e na subordinação do trabalhador. Abramovay (2003, p. 96) esclarece que

a manutenção dos esquemas convencionais de clientela, favorecimento e retribuição por meio de votos é um dos principais obstáculos à elaboração e execução de qualquer tipo de projeto de desenvolvimento. Mas, ao mesmo tempo, a sobrevivência de muitos prefeitos e líderes locais está baseada exatamente na força deste tipo de relação política.

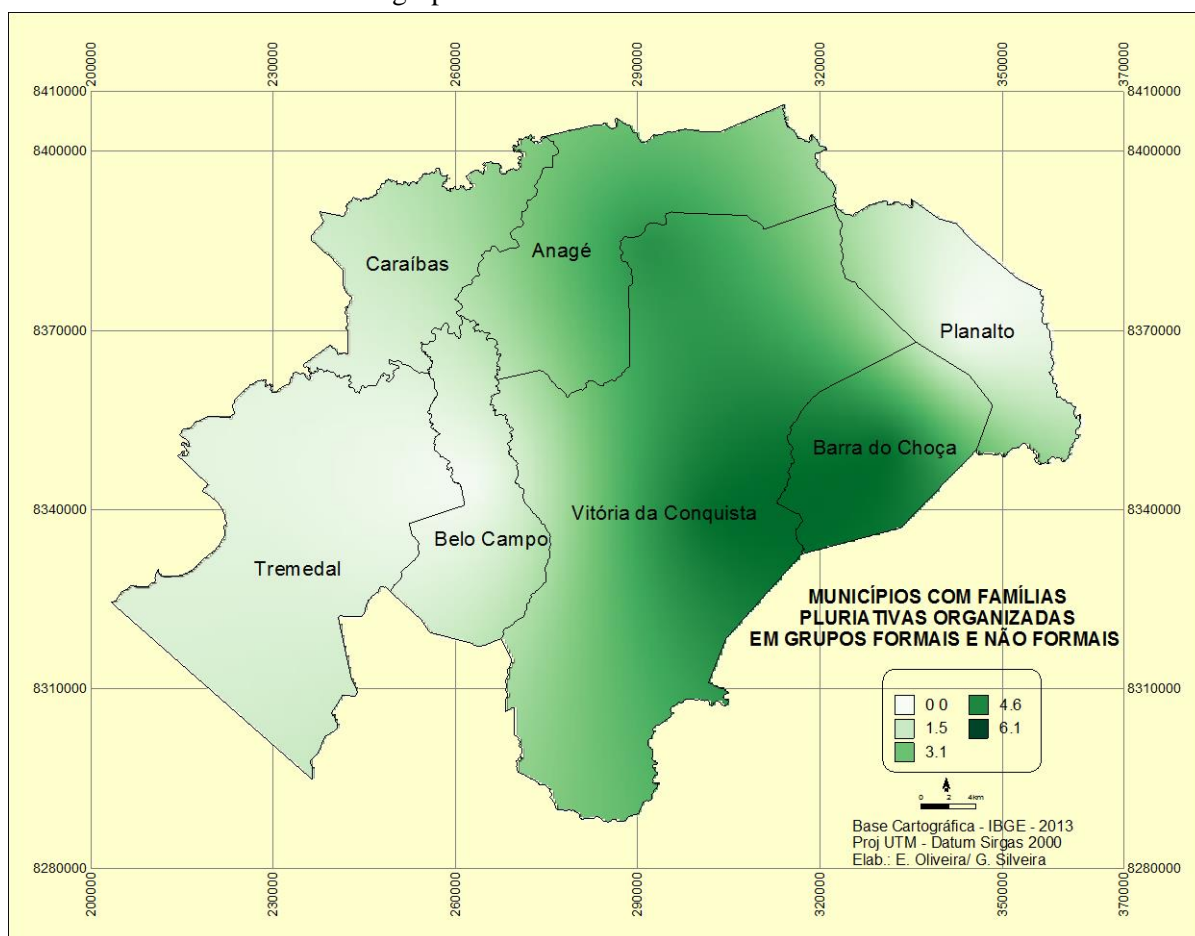
A formação de redes de cooperação e o capital social das famílias no território local foram estabelecidos com a intenção de romper com as práticas políticas de subordinação, e com vistas a construir um território justo, frente à nova ruralidade e multifuncionalidades dos seus atores. A materialização dessa ideia, nos municípios, ganha forma com as associações, cooperativas e sindicatos de trabalhadores rurais, que no cotidiano representam uma nova forma de organização inspirada em estratégias de convivência social (modo de organização da vida econômica e societária).

Em todo o território pesquisado constatou-se a existência de grupos estruturados que adotaram práticas associativistas e cooperativistas com vistas ao desenvolvimento local, cujo

princípio ideológico e político fundamenta-se na melhoria da qualidade de vida, na teoria do desenvolvimento endógeno e na descentralização política, uma vez que esses atores têm buscado articular a capacidade endógena ou a participação dos atores locais à capacidade de reverter elementos externos ao território em prol do local.

Para mobilizar o potencial endógeno, parte dos pluriativos estão organizados em cooperativas e associações, e também estão articulados com os movimentos sociais, pois entendem que o associativismo é um instrumento de luta que proporciona aos pluriativos o fortalecimento da consciência social e a elevação do nível de renda e de participação coletiva. O mapa da Figura 20, demonstra os municípios que têm o maior número de famílias pluriativas envolvidas e articuladas com cooperativas e associações, e também com algum movimento social.

Figura 20 – Municípios do Território de Identidade do Sudoeste Baiano com famílias organizadas em grupos formais e não formais - 2015

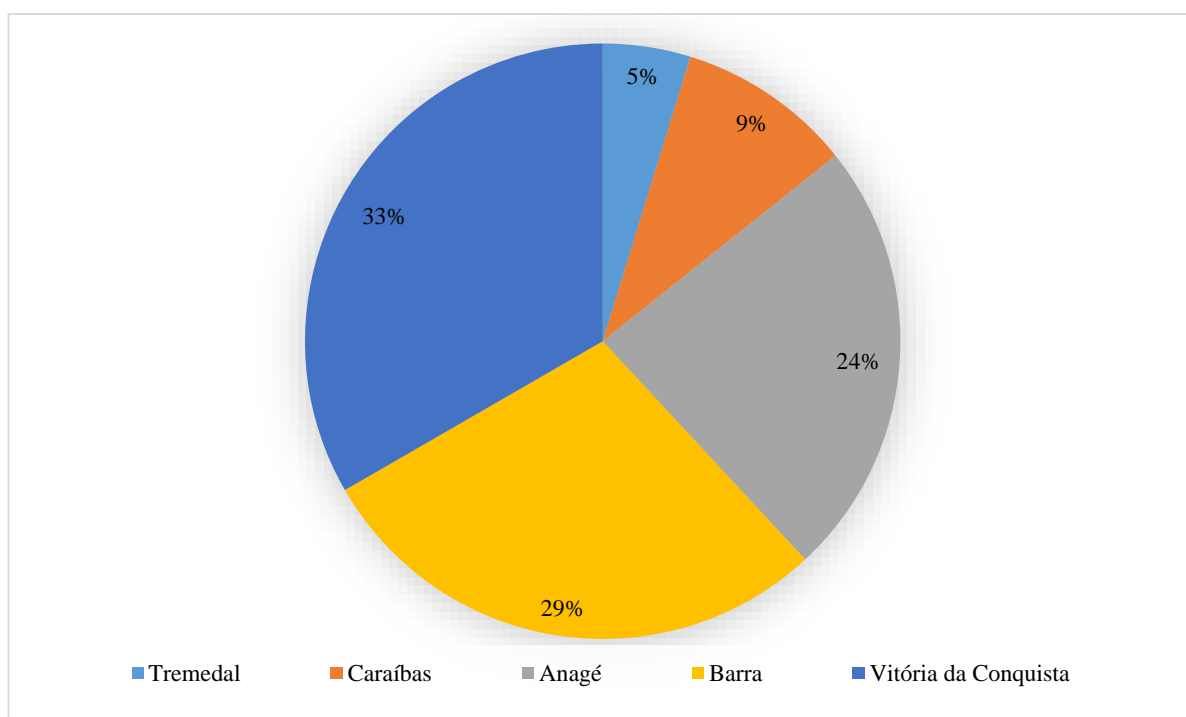


Fonte: Pesquisa de campo 2015/ Produzido por Edvaldo Oliveira.

Conforme demonstra a Figura 20, na maior parte do território pesquisado há famílias participantes de grupos formalmente organizados ou não, de modo que 57% das unidades

familiares afirmaram que se reúnem regularmente em sindicatos, grupos religiosos, movimentos políticos, associações de moradores, associação de produtores, grupos esportivos, associação de pais e mestres, cooperativas, dentre outros. Enquanto 43% dos pluriativos declaram que não participam de movimento social formal. Essas informações foram separadas, quantificadas por municípios e apresentadas no Gráfico 4.

Gráfico 4 – Participação dos pluriativos em redes e grupos formais e não formais



Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Conforme o Gráfico 4, a participação dos pluriativos em redes de cooperação é maior nos municípios de Anagé, Vitória da Conquista e Barra do Choça, representando 86% do total. Destaca-se que somente os dois últimos municípios têm 62% de pluriativos envolvidos em rede de cooperação. Esta realidade é justificada pela presença dos movimentos sociais, sindicais e eclesialístico de base, a exemplo do Partido dos Trabalhadores (PT), Movimento do Sem Terra (MST), Central Única dos Trabalhadores (CUT), Comissão Pastoral da Terra (CPT) e outros grupos e entidades organizados, que vêm atuando nestes municípios e em toda a região desde o início da década de 1980, contra a exploração e subordinação dos agricultores que, durante décadas, estiveram expostos, de forma passiva, às políticas de planejamento centralizadoras.

O Quadro 12 demonstra como os pluriativos estão se organizando coletivamente nos sete municípios, quanto à participação em redes e grupos formais e não formais.

Quadro 12 – Grupos formais e não formais aos quais os pluriativos pertencem³⁰

Municípios	Tipos de redes e grupos formais e não formais aos quais os pluriativos estão associados
Anagé	Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Associação Comunitária de Trabalhadores Rurais de Anagé, Cooperativa Mista de Pequenos Agricultores do Sudoeste da Bahia (COOPASUB)
Barra do Choça	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barra do Choça, Cooperativas, Movimento Católico, MST, COOPASUB
Belo Campo	COOPASUB, Associação dos Pequenos Agricultores de Belo Campo
Caraíbas	Sindicato dos Trabalhadores Rurais, COOPASUB
Planalto	Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Associação dos Pequenos Agricultores de Planalto, COOPASUB
Tremedal	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de tremedal, COOPASUB
Vitória da Conquista	MST, Sindicato dos Trabalhadores Rural de Vitória da Conquista, COOPASUB, Associação de Bairros, Movimento Católico e Evangélico de Vitória da Conquista, Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Quanto às cooperativas e os sindicatos apresentados no Quadro 12, 60% foram fundados por membros da comunidade e 40% por lideranças que se articularam com a comunidade local. Com relação à participação e adesão dos pluriativos, 60% aderiram às cooperativas e aos sindicatos voluntariamente e 40% foram convidados pela militância local. Eles possuem a missão de estimular as bases de decisões desses atores, além de tentarem promover o desenvolvimento local por meio da ação coletiva e da valorização dos elementos endógenos.

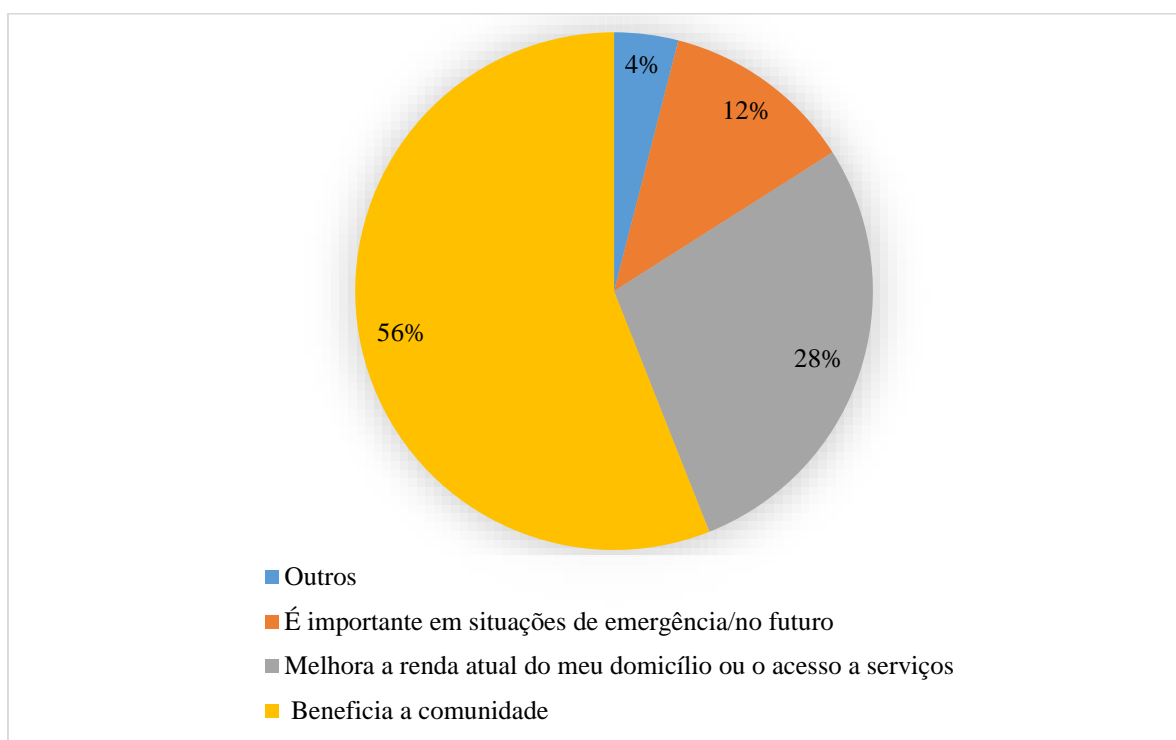
Com base nessas proposições, fica evidente que, para os movimentos sociais, a participação popular é um dos fatores de fundamental importância na tomada de decisão sobre ações que possam ou não beneficiar esses sujeitos. O Gráfico 5 apresenta a opinião dos pluriativos a respeito da importância das cooperativas e dos sindicatos para os atores que delas participam.

Nesse sentido, a participação coletiva e o ideal de unir forças para alcançar resultados comuns a todos foi expresso por 56% dos pluriativos entrevistados. Esse dado demonstra que os atores pesquisados têm a consciência de que a ação coletiva pode transformar o seu contexto de vida, uma vez que os sindicatos buscam valorizar o agricultor e o seu saber, “para que eles permaneçam na terra”, já que “o campo tem mudado e hoje o agricultor tem outra mentalidade”

³⁰ As informações presentes no quadro se baseiam nas informações orais/verbais – entrevistas – concedidas pelos pluriativos participantes da pesquisa, em 2015.

(Secretário de Agricultura de Barra do Choça em 2015). Outro dado relevante, com 28% de afirmação, refere-se ao acréscimo da renda familiar proveniente da capacidade de organização social das famílias, que passaram a trabalhar num sistema de cooperação, e do acesso a serviços e cursos de capacitação profissional promovidos pelas prefeituras em parceria com os sindicatos, cooperativas e governo estadual.

Gráfico 5 – A importância das cooperativas e dos sindicatos para os pluriativos



Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

A fim de corroborar os dados representados no Gráfico 5, apresentado anteriormente, as afirmações demonstram como essas relações ocorrem no dia a dia, conforme os pluriativos:

Estamos trabalhando com associação, o que é muito bom! Lá trabalhamos em grupo, trocamos experiências e adquirimos ideias novas (Pluriativo de Anagé)

Com ajudada da associação, conseguimos fazer vários cursos de capacitação (Pluriativo de Anagé)

Como somos associados à Associação de Produtores Rurais de Anagé, conseguimos comercializar nosso produto por preço justo (Pluriativo de Anagé)³¹.

³¹ As informações em destaque (recuadas ou aspeadas) ao longo da Tese se baseiam nas informações orais/verbais – entrevistas – concedidas pelos pluriativos participantes da pesquisa, em 2015.

Assim, de acordo com os relatos, mesmo não tendo a mesma finalidade, as associações completam as ações das cooperativas e, muitas vezes, até extrapolam a sua finalidade, uma vez que tem assumido o papel que compete às cooperativas, já que as associações têm por finalidade promover a assistência social, educacional, cultural, representação política e defesa de interesses de classes, enquanto as cooperativas têm finalidade essencialmente econômica, sendo seu principal objetivo viabilizar os negócios dos associados junto ao mercado.

O uso do território, ou a ação da política de desenvolvimento territorial, para a melhoria da qualidade de vida de seus atores parte do princípio de que o território é um espaço “adaptado às condições dadas às necessidades de uma comunidade”, como explicou Raffestin (1980) no Capítulo II desta Tese. Sendo assim, cabe ao Estado organizar e planejar suas ações no território em consonância com as demandas de seus atores, já que a busca pelo desenvolvimento endógeno se consolida com a participação de mecanismos exógenos, caso dos esforços governamentais, em compartilhar com os atores locais as decisões sobre o território. Desse modo, o Estado assume uma postura que vai de encontro ao modelo de governo conservador que legitima a acumulação de riquezas para uma minoria.

No período atual, em que os territórios locais e globais se metamorfosearam se articularam em rede, o Estado na contemporaneidade tem o desafio de (re)formular sua política para atender à complexidade do espaço atual. Em resposta a essa nova realidade, a abordagem territorial ou planejamento territorial redefine sua escala analítica e estratégica de macro para micro, com vista à inclusão no planejamento das particularidades de cada lugar, uma vez que reconhecemos que os fatores econômicos se articulam com as territorialidades presentes em cada território.

Outro fato que estimulou as ações democráticas no meio rural foi o modelo de regionalização criado pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), que dividiu os estados em Território de Identidade, cujas ações de planejamento regional deixaram de ser microrregionais e passaram a ser territoriais. A intenção dessa nova regionalização para os territórios rurais³² baianos foi colocar em prática projetos que “colaborassem com a promoção do desenvolvimento econômico e social dos Territórios de Identidade da Bahia, em consonância com os programas dos governos federal, estadual e municipal”, conforme Lei nº 13.214 (SEPLAN, 2012).

³² Costa et al. (2010, p.132) explicam que a abordagem territorial “é de certa forma normativa, fruto de experiências já realizadas em diversos países, como Espanha, México e Equador, e que no Brasil se materializaria no primeiro mandato do presidente Lula da Silva no desenvolvimento de ações voltadas para o mundo rural”.

No Território de Identidade do Sudoeste Baiano assim como nos demais, foi criado um Colegiado Territorial que reúne oito representantes por município. Nesse colegiado, para que as especificidades de cada município sejam atendidas, as demandas de cada localidade são apresentadas, discutidas e articuladas a projetos compensatórios e estruturantes direcionados à comunidade, caso dos municípios de Planalto e Barra do Choça, onde foram realizados trabalhos voltados à organização social, assistência técnica e consultorias. Já nos municípios de Anagé, Belo Campo, Caraíbas, Tremedal e Vitória da Conquista os trabalhos foram direcionados para captar às políticas públicas de fortalecimento da agricultura familiar, assistência técnica a agricultores que desenvolvem atividade agrícola e não agrícola e para a formação de cooperativas familiares.

Sobre a ação dos colegiados e sua relação com elementos endógenos, Costa et al. (2010, p.132) apontam que no Brasil

[...] evidencia-se um conjunto de institucionalidades sob o marco de princípios conhecidos com a participação direta da sociedade, empoderamento dos atores sociais dentro do arranjo e da possibilidade da governança materializada na gestão social dos territórios. Ou seja, a diversidade e a complexidade das realidades territoriais unificaram-se pelo arranjo a partir da constituição dos Colegiados Territoriais, com força operativa das instâncias internas e do cumprimento dos princípios institucionais. Desse lado, articular diretrizes, estabelecer dimensões e alcance das ações, da importância do controle social, da constituição do planejamento, coordenação, direção e principalmente execução; sintonizado com a realidade concreta do território e dos procedimentos evidenciados a partir da diversidade representativa dos atores sociais envolvidos no processo; naturalmente contribuirá na dinâmica da institucionalidade no arranjo e do alcance material e operacional dessa estrutura descentralizada sobre o território em si.

Sobre a análise apresentada, pode-se constatar que a formação de grupos formais e não formais no Território de Identidade do Sudoeste Baiano demonstra que seus atores estão se articulando para alcançar melhores níveis de desenvolvimento social e econômico. As experiências que serão apresentadas nas próximas seções demonstram como as relações sinérgicas estão sendo estruturadas para combater a pobreza rural e melhorar a qualidade de vida dos pluriativos.

5.3 Redes de cooperação que estimulam o desenvolvimento local /rural

O estado baiano, para viabilizar o aumento da renda familiar e a competitividade dos agricultores no mercado, tem incentivado a formação de associações e cooperativas desde a

década de 1990, uma vez que o foco do planejamento territorial³³ também é voltado para a organização social e ascensão econômica do agricultor familiar. Uma das primeiras ações esteve ligada ao Projeto de Desenvolvimento Comunitário da Região do Rio Gavião (Pró-Gavião), lançado na região³⁴ em 1997 pela Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR), com recurso do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola.

O Pró-Gavião foi elaborado pelo governo do Estado da Bahia na perspectiva de melhorar as condições de vida no campo, por meio do incentivo às atividades agrícolas e não agrícolas, do apoio à comercialização dos produtos locais e da formulação de projetos locais que “definiu uma proposta de organização rural que originou a formação de quatro cooperativas” (JUNIOR VALDOMIRO e BRITO, 2013, p. 133) e um núcleo administrativo, a Central de Cooperativas da Região do Vale do Rio Gavião.

Outras cooperativas, como a Cooperativa dos Produtores Derivado da Cana-de-açúcar da Região do Rio Gavião (COODECAN), Cooperativa dos Produtores de Mel da Região do Rio Gavião (COOPMEL), Cooperativa dos Produtores Derivado da Mandioca da Região do Rio Gavião (COOPERMAN) e Cooperativa dos Produtores Derivado de Leite da Região do Rio Gavião (COODELEITE), giram em torno das cadeias produtivas da cana-de-açúcar, mel, mandioca e leite. Tais cooperativas tiveram origem em 2005 na segunda fase do Pró-Gavião, período em que o projeto visava fortalecer no local a “proposição de um modelo coletivo de negócios sob forma central [...] que teve como prospecção a modernização e adequação dos microempreendimentos rurais, agroindústria de base familiar e fortalecimento das cooperativas” (JUNIOR VALDOMIRO e BRITO, 2013, p. 133).

Nesse mesmo ano, a Fundação Banco do Brasil, em parceria com o Programa Fome Zero do Governo Federal, investiu R\$ 5.865.787,38 na cadeia produtiva da mandioca da região do rio Gavião com a missão de fortalecer a agricultura familiar, melhorar o nível de organização das comunidades, disseminar e fortalecer a Economia Solidária e dar autonomia às comunidades dos meios de produção, beneficiamento e comercialização. Para colocar em prática a última missão, foi formada a Cooperativa Mista de Pequenos Agricultores do Sudoeste da Bahia (COOPASUB) que contou com a participação de agricultores familiares de dezoito³⁵ municípios do Território de Identidade do Sudoeste da Bahia.

³³ O planejamento territorial discutido na perspectiva do planejamento regional.

³⁴ Os municípios pertencentes ao Território de Identidade de Vitória da Conquista são: Anagé, Belo Campo, Caraíbas, Condeúba, Cordeiros, Guajeru, Jacaraci, Licínio de Almeida, Maetinga, Mortugaba, Piripá, Presidente Jânio Quadros e Tremedal.

³⁵ Anagé, Aracatu, Barra do Choça, Belo Campo, Boa Nova, Bom Jesus da Serra, Cândido Sales, Caraíbas, Condeúba, Encruzilhada, Mirante, Nova Canaã, Planalto, Piripá, Poções, Ribeirão do Largo, Tremedal e Vitória da Conquista.

A cooperativa é resultado do anseio dos agricultores e de lideranças comunitárias, mas foi com apoio dos movimentos sociais, das lideranças políticas e das parcerias firmadas com o Governo Federal que foi fundada a COOPASUB. O relato do presidente da COOPASUB confirma como a rede cooperação e descentralização política pode interferir positivamente no local:

Para formar uma cooperativa nós já tínhamos feito algumas discussões com organizações de trabalhadores, sindicatos, movimentos de trabalhadores rurais, MST e associações, mas sentíamos as limitações de nos articular sozinhos. Nós precisávamos estar articulados com a organização geral para impulsionar a nossa demanda.

Em 2005, tivemos o primeiro contato com o pessoal do Banco do Brasil, que veio apresentar um projeto que estava sendo desenvolvido em parceria com o Governo Federal. O Banco do Brasil estava estimulando a formação de cadeias produtivas da região. Inicialmente, a mandioca foi identificada como o único produto em comum dos dezoito municípios para formar a cadeia produtiva.

A cooperativa foi a junção de um projeto idealizado pelos agricultores, mais o projeto de financiamento do Governo Federal. Assim, em maio de 2005 foi fundada a COOPASUB. Para formar a cooperativa trabalhamos com questionário, fizemos diagnóstico ambiental, foi organizado três seminários em cada município, foi aplicada entrevistas com mil produtores investigando o que deveria ser feito para melhorar a produção, o beneficiamento e a comercialização dos produtos da agricultura familiar, entre eles a mandioca. Foi investigado também que tipo de organização deveria ser feita, associação ou um central. Em resposta ao levantamento dos dados, 89% dos entrevistados acharam melhor fundar uma cooperativa regional.

No começo foram treze municípios parceiros e 104 cooperados, hoje, a cooperativa conta com a participação de dezoito municípios e 2306 cooperados produzindo e fornecendo a raiz de mandioca de suas terras (Presidente da COOPASUB).

Para dinamizar e potencializar as ações da COOPASUB por todo território, bem como garantir o beneficiamento e a comercialização de toda produção da cadeia produtiva da mandioca, foi instalada, em 2011, a fábrica de beneficiamento, como ilustra a Figura 21, a seguir. Quanto a isso, assim relata o presidente da COOPASUB:

A instalação da fábrica em 26 de setembro de 2011 foi resultado de uma parceria firmada com o Governo Federal e o Governo Estadual. O projeto da fábrica é de 2003, período que tivemos uma grande crise no setor de mandioca com o aumento do preço nessa data e também em 2005. Diante da dificuldade que passamos, tivemos que pensar em alguma coisa para equilibrar o preço. Surgiu, então, a necessidade de ter um fábrica que processasse a mandioca e embalasse a farinha produzida em grande quantidade. Hoje esse complexo tem a capacidade de processar 100 toneladas de mandioca por dia e 25 toneladas

de fécula, isso tudo equivale a 10 caminhões de mandioca que são processados por dia (Presidente da COOPASUB).

Figura 21 – Vitória da Conquista: Painel fotográfico da com imagens da COOPASUB em 2015



Fonte: Pesquisa de campo, 2015/Foto da autora.

A instalação desse complexo no distrito de Inhobim em Vitória da Conquista contou com vários estudos, como “o levantamento socioambiental da cadeia produtiva da mandioca, a logística que envolve as vantagens competitivas locais, exemplos da proximidade com o centro urbano de Vitória da Conquista, localização estratégica, presença da BR 116, oferta de água e energia elétrica no local” (presidente da COOPASUB). Além desses estudos, o recurso

financeiro vindo das políticas públicas foi determinante para a construção da fábrica da COOPASUB. A sistematização das informações, que estão organizadas na Tabela 14, demonstra passo a passo como foi o planejamento e a execução desse empreendimento com recursos da Fundação Banco do Brasil (R\$ 4.405.626,58) e do Governo Federal (R\$ 1.406.168,80).

Tabela 14 – Investimentos da Fundação Banco do Brasil e do Governo Federal na cadeia produtiva da mandioca - 2011

Investimentos	Ano	Valor (R\$)
Diagnóstico socioeconômico e ambiental da cadeia produtiva	2005	151.360,00
Assistência técnica a agricultores familiares	2005	410.000,00
Perfuração e revestimento de poços	2006	14.000,00
Elaboração modelos arquitetônicos	2006	13.000,00
Assistência técnica e apoio à gestão	2006	460.149,00
Transferência, ajuste, validação de tecnologias e outras despesas	2007	851.131,58
Construção da fecularia e novas tecnologias	2008	2.505.800,00
Aquisição de 7 tratores agrícolas, 37 equipamentos	2005	960.325,00
Reforma e aquisição de equipamentos	2006	499.843,80
Total		5.865.787,38

Fonte: Organizado pela autora, com base no arquivo COOPASUB, 2015.

A unidade industrial da COOPASUB é a primeira fábrica de fécula de mandioca autogerida do país, e representa para coordenadores e cooperados uma estratégia de inclusão produtiva, que visa melhoria da qualidade de vida das comunidades que estão inseridas nesse contexto, por meio da oferta de trabalho e renda. Desse modo, para dar viabilidade a esse propósito, bem como gerir esse empreendimento com os tais princípios, o presidente da COOPASUB relata que a administração foi estruturada tendo a participação e presença dos cooperados nos cargos administrativos.

Na cooperativa existe uma assembleia geral, abaixo da assembleia está o Conselho de Núcleo de Produtores e, na sequência, temos o Conselho Administrativo – composto por treze pessoas. Há também o Conselho Fiscal, o Conselho de Ética e a Diretoria Executiva – composto por quatro pessoas, presidente, diretor comercial, tesoureiro e diretor administrativo.

Nas localidades, para orientar a organização das tarefas junto à comunidade, há equipes que prestam apoio aos agricultores, os chamados agentes de desenvolvimento rural sustentável. Existe também, na comunidade, a Coordenação dos Grupos de Produtores, que tem a função de coordenar a produção local. O coordenador da produção e os demais cargos administrativos

foram escolhidos pelos cooperados em assembleia, conforme informações do Presidente da COOPASUB.

No que se refere às relações de trabalho e gestão, a COOPASUB enquadra-se numa “proposta de trabalho autogestionário e tem como característica a recuperação de laços de solidariedade ainda dentro do processo produtivo, por meio da transparência da gestão, divisão de poder e dos ganhos e participação ativa dos sócio-trabalhadores” (BENINI, et al., 2009, p. 88).

Destaca-se que, também em 2005, no município de Barra do Choça foi criada a Cooperativa Mista dos Pequenos Cafeicultores de Café de Barra do Choça e Região LTDA (COOPERBAC), com o objetivo de “fomentar a organização dos agricultores familiares do município para melhorar a qualidade e a comercialização dos seus produtos e dar uma melhor qualidade de vida ao produtor rural” (JUNIOR VALDOMIRO; BRITO, 2013, p. 134). A diretoria da COOPERBAC afirma que

a criação da cooperativa surgiu da necessidade de ter um poder de compra e venda com maior margem de lucro. Para que através da cooperativa conseguisse comprar grandes volumes e vender todos os produtos que são produzidos pelos cooperados. Hoje agrega-se valor à saca de café com uma margem de lucro maior que o valor de mercado, sem contar do lucro que tem com a industrialização do café (Diretoria da COOPERBAC).

Dessa forma, a logística e comercialização de toda produção cafeeira de seus cooperados é feita pela COOPERBAC (Figura 22), que possui uma gestão estruturada em setores administrativos e fiscalização. Nessa estrutura gestacional, a Assembleia Geral dos cooperados é o órgão máximo da cooperativa, e tem o poder de indicar

os membros que compõe a administração geral. Os cargos são eleitos/indicados pelos cooperados para representar sua localidade. Seguindo essa lógica, a Diretoria Executiva é formada por um representante de Barra Nova, o presidente é de Lagoa Verde, o diretor financeiro é de Boa Vista e o Conselho Fiscal é composto por representantes de outras localidades (Membro da COOPERBAC).

Figura 22 – Barra do Choça: Fachada da COOPERBAC - 2015



Fonte: Pesquisa de campo, 2015/Foto da autora.

A cooperativa é responsável pela gestão da produção agrícola de mais 160 famílias, e tem se organizado para industrializar e comercializar de forma competitiva os produtos da cooperativa (Figura 23) especificamente o café. De acordo com a coordenação da COOPERBAC, “sem a industrialização própria fica difícil competir. O café local não está vendendo muito porque não se tem o produto beneficiado em larga escala. Às vezes, tem município que quer comprar 10 mil quilos de café e a venda não pode ser feita, porque existe a dependência de terceiros para torrar o café”.

Figura 23 – Barra do Choça: Produtos da agricultura familiar industrializados pela COOPERBAC



Fonte: Pesquisa de campo, 2015/Foto da autora.

Diante da dificuldade exposta, a COOPERBAC tem se organizado estrategicamente para dinamizar e industrializar a matéria-prima das unidades produtoras, e conta o capital humano e social dos cooperados, bem como a governança e a descentralização política para instalar a primeira indústria de beneficiamento de café em Barra do Choça. Nessa perspectiva, a coordenação da cooperativa assim afirma:

Hoje o nosso maior projeto é a indústria de café. A COOPERBAC com o apoio e financiamento do governo do Estado da Bahia em parceria com a prefeitura de Barra do Choça conseguiu aprovar um projeto de uma indústria de beneficiamento para Barra do Choça. O projeto da cooperativa já foi aprovado e parte da verba que foi destinada à construção do empreendimento está na conta da cooperativa. O local onde será construída a unidade foi doado pela prefeitura e o projeto com toda infraestrutura da indústria está pronto. A indústria terá máquinas para beneficiar, torrar, moer e embalar o café, e contará com um caminhão para fazer as entregas. A cooperativa vai entrar com a matéria-prima, a mão de obra e a administração. A equipe da cooperativa é formada por pessoas direitas, honestas e que têm compromisso, pois sabemos que a fábrica é o futuro para todos nós, porque temos participação no lucro (Diretoria da COOPERBAC).

Além de financiar as instalações de fixos, indústrias e fábricas, a política de Estado de desenvolvimento local/rural destinada ao Território de Identidade do Sudoeste Baiano ganha nova espacialidade, planejamento e interseção com a adesão dos cooperados no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)³⁶, Compra Direta, desenvolvido em parceria com a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) que passou a ter recurso do MDA para sua operacionalização. O programa objetiva incentivar a agricultura familiar e promover o acesso à alimentação para pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, por meio de compras governamentais de alimentos, o que fortalece circuitos locais e regionais e também redes de comercialização do agricultor familiar por meio da aquisição de produtos agrícolas que ocorre através da parceria firmada entre PAA/CONAB e o Programa de Alimentação Escolar (PNAE). Brasil (2012, p. 5), esclarece como ocorre a adesão do agricultor nesses programas:

os beneficiários fornecedores podem participar do PAA individualmente ou em parceria por meio de suas cooperativas ou outras instituições formalmente constituídas como pessoa jurídica de direito privado. O PAA é

³⁶ O PAA foi instituído pelo Art. 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, no âmbito do Programa Fome Zero e foi regulamentado pelo Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012.

operacionalizado por estados, Distrito Federal e municípios e, ainda, pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).

Os depoimentos esclarecem como o PAA tem sido colocado em prática no local:

A prefeitura não tem recurso para a agricultura, tem o suporte e é isso que temos dado. Trabalhamos para dar o suporte ao agricultor, divulgando o que eles precisam. Temos o PAA por onde sai toda produção de hortaliças, nós compramos das localidades e repassamos para a merenda escolar. Temos mais de dezesseis instituições que recebem essas hortaliças, só não podemos comprar o que vem de outro município (Secretário de Agricultura de Caraíbas).

O PAA facilita a venda do agricultor e estimula a diversificação da produção. A prefeitura tem muitas famílias cadastradas no PAA. A secretaria de Educação do município recebe todo dia um carro cheio de produtos. (Secretário de Agricultura de Vitória da Conquista).

Temos parceria com o PAA e PNAE par comercializar a produção local (Sindicato de Tremedal)

Hoje eu diria que tudo é comercializado, alface, aipim, abacate, banana, chuchu, café (Diretoria da COOPERBAC em Barra do Choça).

Comercializamos da mandioca até o biscoito, a cenoura, a beterraba (Diretoria da COOPASUB em Vitória da Conquista).

Conforme o exposto, cooperativas, sindicatos e prefeituras tiveram a produção agrícola de seus cooperados e munícipes comprada pelo PAA e repassada a instituições de ensino e de caridade. A produção da agricultura familiar também é estimulada pelas cooperativas do Vale do rio Gavião (COOPERMAN, COODELEITE, COOPERCANA, COOPMEL) que comercializa todos produtos de seus cooperados, além de suas cadeias produtivas (mandioca, leite, cana-de-açúcar e mel).

Com base na análise funcional das cooperativas e nas entrevistas realizadas com as secretarias de agricultura, sindicatos, associações e membros de movimentos sociais ligados a essas organizações e instituições dos sete municípios pesquisados, evidencia-se que os projetos citados que estão sendo desenvolvidos por todo o território atendem aos princípios de um projeto de desenvolvimento endógeno, conforme defende Abramovay (2003), citado no início dessa seção. Observa-se, também, que a política de planejamento está mais próxima da demanda local e, conseqüentemente, dos sujeitos e de suas territorialidades. Por esse motivo, e por viabilizar a comercialização da produção agrícola, foram estabelecidas parcerias com órgãos públicos cujos objetivos são: garantir o apoio financeiro para industrializar e

comercializar a produção agrícola, promover a capacitação e qualificação dos atores envolvidos com as cooperativas, além de desenvolver ações que fortalecem a rede de participação social; assim, as cooperativas do Território de Identidade do Sudoeste Baiano agregaram mais de 10.000 cooperados.

Portanto, as cooperativas e associações citadas são exemplos de como os pluriativos e os agricultores familiares têm se organizado, e também representam um exemplo de como a política de desenvolvimento regional tem repercutido no local. Outros elementos – as iniciativas de descentralização política e a formação de redes de cooperação e reciprocidade – presentes no território, também têm contribuído positivamente para que se consolide o capital social entre as famílias pluriativas.

5.4 Descentralização da política local e o capital social

Além de projetos de desenvolvimento territorial que estimulam o desenvolvimento das cadeias produtivas no Território de Identidade do Sudoeste Baiano as organizações e as instituições governamentais têm tentado formular e desenvolver projetos com base nas demandas locais e também têm estimulado a participação popular nas decisões e no planejamento das ações, já que a descentralização no nível de decisão envolve a participação da sociedade nas dimensões, econômica, social e político-administrativa.

Conforme as entrevistas e questionários, 100% das instituições admitem estarem desenvolvendo um governo participativo com práticas democráticas e descentralizadoras. A maioria das Prefeituras ressaltou que nos últimos anos a gestão pública está voltada para a agricultura familiar, “o modo que as pessoas utilizam a terra, como se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar” (HAESBAERT, 2005, p. 6776). Os gestores relatam que essas parcerias são feitas da seguinte forma:

A prefeitura busca a aproximação com o agricultor fazendo reuniões, divulgando seus projetos e fazendo o cadastramento do agricultor (Secretário de Agricultura de Caraíbas).

Nossas ações partem das famílias; os projetos que estamos desenvolvendo partem da necessidade local. Consolidamos a parceria com as comunidades nas reuniões do Governo Participativo. Nesses encontros, cada localidade apresenta sua demanda, e é daí que surgem os projetos que estão sendo desenvolvidos pela prefeitura (Secretário de Agricultura de Vitória da Conquista).

Gosto de ir ao campo, pisar na lama no dia chuvoso e não ficar aqui na secretaria. Gosto de ver e ouvir os problemas que o agricultor enfrenta no dia

a dia. Vamos para o campo sim, porque o agricultor não se importa se está chovendo ou não, ele quer saber se a sua necessidade vai ser atendida (Secretário de Agricultura de Barra do Choça).

Como foi constatado por Rocha (2011), Alcântara (2007), Macêdo (2009), Maia (2012) e Matta (2007), em seus estudos, durante muitas décadas predominou, em toda região, uma política centralizadora distante das necessidades do território e de seus atores. O Território de Identidade do Sudoeste Baiano, além de ser marcado pela hostilidade ambiental, as políticas de desenvolvimento regional e de combate aos danos da seca foram muitas vezes capturadas pela elite dominante para legitimar, no território local, a manutenção do coronelismo e a prática do clientelismo.

O Território de Identidade do Sudoeste Baiano encontra-se em fase de transição e renovação da gestão pública. A prática do coronelismo e do voto de cabresto, que se apoiava numa “Geografia da fome”³⁷, perde suas forças frente aos novos paradigmas da gestão pública e caminha para uma gestão pautada em modelos descentralizados. Bacelar (2009, p. 78) esclarece que

o clientelismo constitui-se numa relação política de dependência, em que uma pessoa recebe de outra a proteção em troca do apoio político. É em geral ligado ao “coronelismo”, que alimenta a cadeia vertical de subordinações e favores pela qual se exerce o clientelismo. Essa relação de dominação compromete o capital social e humano, enfraquecendo as relações horizontais, diminuindo a capacidade de colaboração dos indivíduos e ampliando a competição por mais recursos exógenos, e que não gera riquezas locais. Mantém a verticalização da esfera pública e “modelos de regulação autocráticos”, constituindo um empecilho à democratização da sociedade.

No entanto, a nova forma de regionalização, planejamento e gestão dos territórios inclui a participação popular na definição de estratégias e soluções e projetos para o local. Como afirma Bacelar (2009, p. 20), “a articulação só ‘por cima’ não é suficiente. Para promover o desenvolvimento territorial, não podemos nos omitir de criar nos territórios uma capacidade de planejamento participativo local, crucial para iniciar uma interação entre o nível local e os demais níveis do poder”. Kleba (2009, p. 737) reitera que

a forma como os sujeitos fazem suas escolhas tem relação estrita com a capacidade de participação, mas também com a distribuição do poder nesses espaços. Assim, é preciso recriar formas de lidar com objeto institucional se quisermos transformar relações de poder autoritárias em relações mais horizontais que levem ao empoderamento dos atores.

³⁷ O termo de Josué de Castro foi usado para fazer analogia aos coronéis do Nordeste (gestores públicos) que usavam e usam da pobreza e da miséria de alguns e da seca para se manter no poder.

Para mudar o quadro de subordinação e pobreza rural, além dos elementos que envolvem o planejamento descentralizado, cabe aos atores reforçar os laços de cooperação e reciprocidade, estimular a prática da ação coletiva e, acima de tudo, ter a consciência de seu papel na sociedade atual.

Nesse contexto, sobre a participação popular e democratização das políticas públicas, os secretários de Agricultura de Barra do Choça e Anagé enfatizam que:

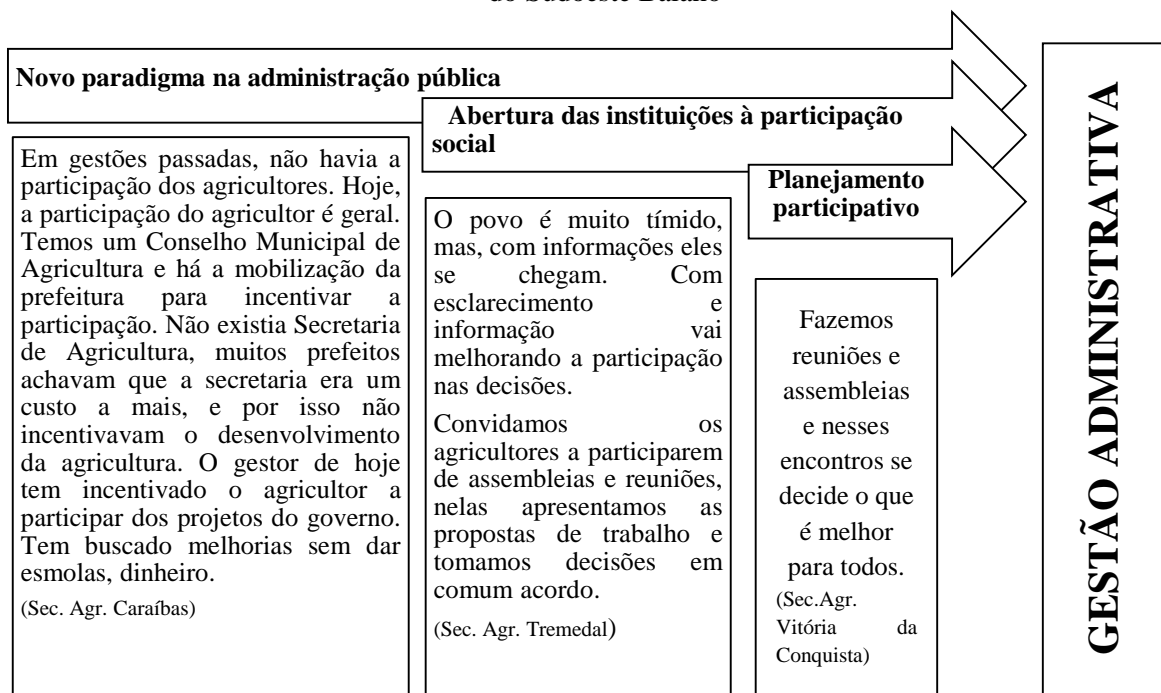
O povo tem que estar preparado, porque lutamos para que essas pessoas tenham liberdade. Elas precisam ter sensibilidade e saber o que vão fazer com isso, e tem muita gente que não sabe. É o que eu digo, – no tempo da escravidão houve o decreto que aboliu o regime, mas o pessoal ia para onde? Muitos preferiram ficar por não ter alternativa. Temos que dar alternativas para eles seguirem. As pessoas que mais participam das ações promovidas pela secretaria do município, associações e cooperativas são aquelas que são mais beneficiadas (Secretário de Agricultura de Barra do Choça).

A política da secretaria mudou. A secretaria em parceria com o Movimento de Pequenos Agricultores, o MPA, tem estimulado o agricultor familiar a participar de todos os programas do governo federal, como também dos projetos que desenvolvemos pela prefeitura (Secretário de Agricultura de Anagé).

Nas instituições públicas pesquisadas, a governança inicialmente parte da valorização da identidade de seus atores. Ou seja, da valorização das ideias advindas dos relatos daqueles que nasceram, cresceram e que participam da construção de seu lugar não somente mediante sua força de trabalho, mas, também, por meio da ação de todos os atores, a fim de propor soluções e executar tarefas que beneficiem o coletivo.

Além da abertura para uma gestão democrática e o fortalecimento de iniciativas de construção coletiva, é preciso consolidar e fortalecer os laços de empoderamento do segmento social, pois cabe a esses atores cobrar do prefeito, do governador e do presidente a responsabilidade de gestão do que é público. Os depoimentos apresentados na Figura 24 indicam que os gestores municipais têm assumido uma postura flexível e democrática quando comparadas às gestões anteriores.

Figura 24 – Elementos da Gestão Democrática encontrados nos município do Território de Identidade do Sudoeste Baiano



Fonte: Organizado pela autora com base na pesquisa de campo, 2015.

No Brasil, especificamente no Nordeste, as políticas públicas de planejamento foram pautadas no modelo verticalizador, cujas ações implantadas no território foram desarticuladas da realidade local. No entanto, a partir de 2003, com a valorização do segmento social e com o projeto de descentralização das políticas públicas, o que se propõe teoricamente para o período atual é um modelo de planejamento e gestão baseados na relação dialética e dialógica que abre espaço para a participação da comunidade, no intuito de opinar e atuar como sujeitos do processo de gestão, que na prática ocorre na dimensão local, ou seja, no(s) município(s)/território(s).

Conforme as entrevistas, as prefeituras têm desenvolvido vários projetos pertinentes à realidade local, na tentativa de fortalecer a agricultura familiar e incentivar a pluriatividade para-agrícola. Com base nos depoimentos coletados nas Secretarias de Agricultura e sindicatos da região, existem projetos que estão sendo desenvolvidos nos municípios, estes foram sistematizados no Quadro 13, a seguir.

Quadro 13 – Projetos de apoio à sustentabilidade e à agricultura familiar desenvolvidos em Anagé, Barra do Choça, Belo Campo, Caraíbas, Planalto, Tremedal e Vitória da Conquista - 2015³⁸

Municípios	Projetos desenvolvidos nos municípios
Anagé	Projeto Umbu Gigante, Ovinocultura, Horta Comunitária, Banco de Sementes Crioulas, Fábrica de Biscoito, Produção de Mel, Produção de Fumo, Feira Popular da Agricultura Familiar
Barra do Choça	Projetos de Apoio à Leiteira, Produção de Hortaliças, Projeto Umbu Gigante, Feira Popular da Agricultura Familiar
Belo Campo	Projeto Umbu Gigante
Caraíbas	Produção de Hortaliças, Manga, Piscicultura, Produção de Mel, Projeto Umbu Gigante, Feira Popular da Agricultura Familiar
Planalto	Projetos de Apoio à Pecuária Leiteira, Projeto Umbu Gigante, Feira Popular da Agricultura Familiar
Tremedal	Os projetos ainda estão sendo implantados com o programa Garantia Safra ³⁹ , Projeto Umbu Gigante, Feira Popular da Agricultura Familiar, Projeto de beneficiamento do leite
Vitória da Conquista	Projetos Produtos Orgânicos, Umbu Gigante, Barraginha, Produção de Biscoito, Usina de Beneficiamento de Café, Fábrica de Tempero, Beneficiamento de Barro, Feira Popular da Agricultura Familiar, Hortas Comunitárias

Fonte: Organizado pela autora com base na pesquisa de campo, 2015.

Dentre os projetos sistematizados no Quadro 13, quatro deles se destacam pela gestão descentralizada de política agrícola e social que está sendo colocada em prática por meio de redes sociais que foram estabelecidas entre os governos federal, estadual e municipal; empresas; universidades; organizações não governamentais; associações e entidades de classe e a comunidade. Dessa rede de relações sinérgicas surgiram projetos de desenvolvimento local (Projeto Umbu Gigante, Projeto Feira Popular, Projeto Hortas Comunitárias e o Projeto da Fábrica de Tempero) que objetivam apoiar e estimular a agricultura sustentável, a pluriatividade para-agrícola e ações que gerem emprego e renda para as famílias envolvidas com essas práticas. De acordo com a Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista (PMVC), a instituição também promove a articulação dos diversos segmentos da sociedade, para formular políticas

³⁸ As informações presentes no quadro se baseiam nas informações orais – entrevistas – concedidas pelos pluriativos participantes da pesquisa, em 2015.

³⁹ O programa foi criado pela Lei 10.420 de 10 de abril de 2002, e está vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), com o objetivo de garantir condições mínimas de sobrevivência aos agricultores familiares de municípios sistematicamente sujeitos à perda de safra em razão do fenômeno de estiagem. Informações disponíveis em: <<http://www.seagri.ba.gov.br/content/programa-garantia-safra-0>>.

de interesse comum que estimulem a ação empreendedora, criativa, e que reforce os laços de cooperação entre as famílias, a exemplo do Projeto Feira Popular (Figura 25).

Figura 25 – Vitória da Conquista: Feira Livre do Bairro Alto Maron em 2015



Fonte: Pesquisa de campo, 2015 / Foto da autora.

Conforme o secretário de agricultura de Vitória da Conquista, o Projeto Feira Popular objetiva fortalecer a agricultura familiar no município, promover o desenvolvimento local e garantir a segurança alimentar e nutricional através da comercialização e da produção local, além de estimular a produção orgânica e facilitar a comercialização dos produtos. Para isso, os agricultores estão participando de oficinas de formação, cujos temas enfocam o Direito Humano à Alimentação Adequada, Segurança Alimentar e Nutricional, Economia Popular Solidária e cursos de capacitação profissional, como Manipulação de Alimentos, Empreendedorismo e Gestão de Negócios, além de receber informações sobre ações de fortalecimento da agricultura familiar, dentre outros assuntos.

Em Vitória da Conquista, a Feira Popular⁴⁰ está localizada no interior da própria Feira Livre do Bairro Alto Maron representada pela Figura 25. É um projeto do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) realizado em parceria com a Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista (PMVC). Conta com o apoio técnico da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) e dos Serviços Brasileiros de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE).

O Projeto Umbu Gigante desenvolvido em todo município de Vitória da Conquista e região teve origem na Fazenda Experimental Pedra Mole, localizada na região do Ribeirão, Distrito do Bate Pé, e desde 2006 é mantida pela PMVC em parceria com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e conta com o apoio da UESB. O local é um laboratório de Técnica de Enxertia; nesse sentido, há no local aproximadamente 700 umbuzeiros⁴¹, e entre esses existe uma variedade de mais de 30 tipos de umbu gigante (Figura 26).

Figura 26 – Umbu Gigante



Fonte: Pesquisa de campo, 2015/Foto da autora.

⁴⁰ O projeto Feira Popular tem sido desenvolvido em vários municípios do território brasileiro.

⁴¹ O umbuzeiro é também conhecido como imbuzeiro (nome científico: *Spondias tuberosa*). O seu fruto é o umbu ou imbu. A palavra que lhe deu esse nome é o “ymbu”, de origem tupi-guarani, que significa “árvore que dá de beber”, uma referência a sua característica de armazenamento de água, especialmente da raiz, qualidade necessária para sobrevivência nos longos períodos de seca no seu habitat natural, a Caatinga. Disponível em: <<http://www.cerratinga.org.br/umbu/>>.

O projeto tem como objetivo inicial estimular e ampliar a produção de umbu gigante, pois, com o fortalecimento dessa cultura em todos os municípios do Território Identidade do Sudoeste Baiano será possível implementar na região mais uma cadeia produtiva, ou seja, a do umbu gigante. Para atingir esse objetivo, o projeto está sendo desenvolvidos em vários municípios, inclusive nos municípios em estudo

O tamanho incomum⁴² (Figura 26) dos frutos oferece ao agricultor a possibilidade de obter lucros com a transformação e comercialização dos produtos quando beneficiados, pois a matéria-prima pode ser transformada em polpa de fruta para sucos, licor, doces em calda, compotas e tabletes, geleias, bolos, sorvetes e também pode ser reutilizado em mais de 100 itens que vão da culinária à indústria farmacêutica.

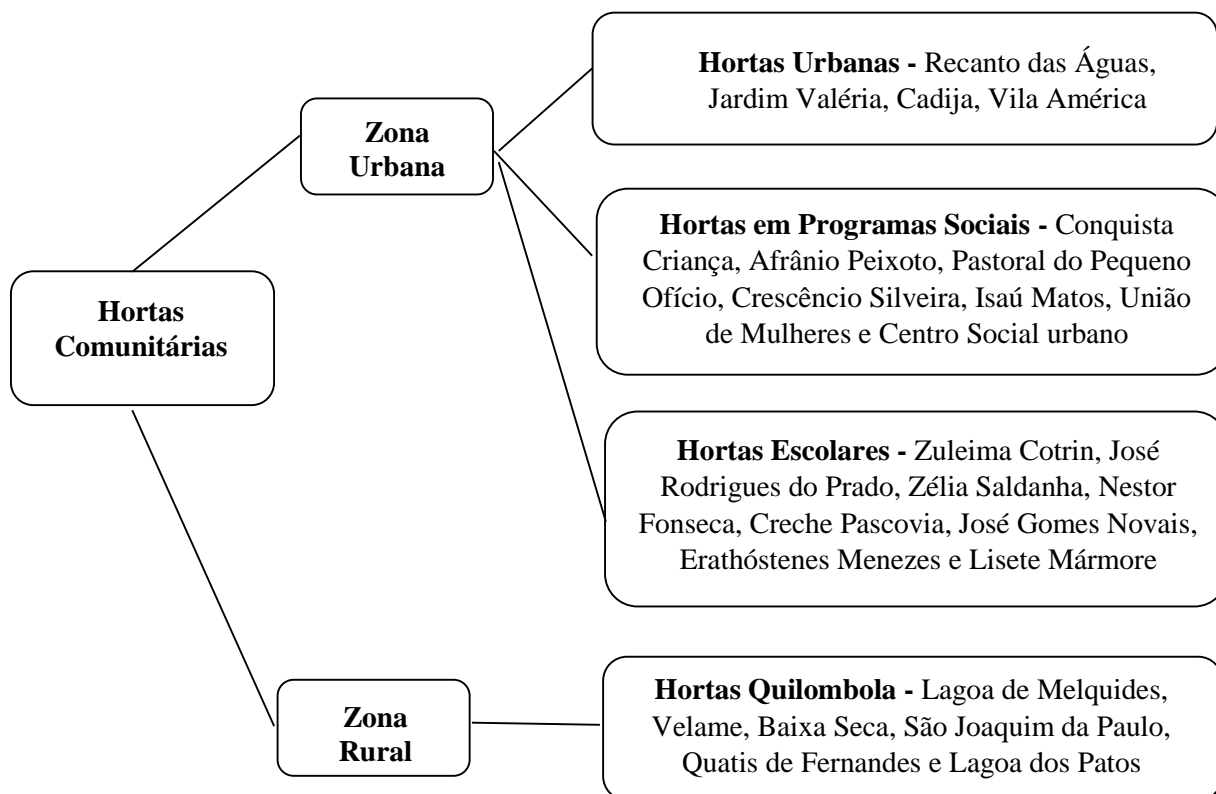
Diante das alternativas de beneficiamento do fruto, a a Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista (PMVC) desenvolve um “trabalho com as mulheres em regime familiar, para produzir e vender para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) derivados do umbu” (Secretário de Agricultura de Vitória da Conquista).

O Projeto Horta Comunitária tem o objetivo de garantir a segurança alimentar de famílias em risco social, bem como oferecer aos homens, mulheres e jovens técnicas de manejo e cultivo do solo. Segundo informações obtidas da Secretaria de Agricultura de Vitória da Conquista, o projeto faz parte das ações do Programa Segurança Alimentar e Nutricional do Governo Municipal que recebe financiamento do Programa Fome Zero. A primeira ação do projeto foi implantada em 2005 em localidades da zona rural e urbana do município de Vitória da Conquista com três modalidades diferentes para atender aos bairros carentes, às comunidades quilombolas e aos programas sociais do município, e em 2008 foi implantada a ação Hortas Escolares.

A Figura 27, a seguir, apresenta uma esquematização do projeto de hortas comunitárias desenvolvido em Vitória da Conquista, por meio da PMVC.

⁴² Com o melhoramento genético a fruta do umbuzeiro pode chegar a até 140 gramas e possuir mais polpa e doçura que o umbu comum que pesa 20 gramas.

Figura 27 – Projeto de Hortas Comunitárias desenvolvido pela PMVC



Fonte: Organizado pela autora, com base em Maia (2012, p. 233).

No entanto, o projeto Horta Comunitária teve implicações tanto positivas quanto negativas. Maia (2012, p. 233), em análise desse projeto, constatou que

[...] as hortas funcionam como áreas terapêuticas, reeducação alimentar, educação ambiental e como laboratório para a educação de forma geral, apresentando, como vantagens, alimentação saudável para estudantes, terapia, reciclagem de materiais, melhoria na renda, entre outros. Ou seja, elas têm apresentado vários resultados positivos. Um fator importante com relação às hortas escolares é que seus produtos são totalmente agroecológicos; não utilizam, em hipótese alguma, agrotóxicos e nem fertilizantes químicos.

No entanto, algumas hortas comunitárias têm apresentado problemas com a falta de água, inviabilidade técnica e, principalmente, desavenças entre os agricultores locais.

Sobre o exposto, Maia (2012, p. 233) esclarece:

Quanto ao problema de falta de água, a prefeitura já providenciou, para algumas hortas, poços artesianos, cisternas de produção, dentre outras alternativas. No caso da inviabilidade técnica, tornou impossível a implantação de hortas em algumas localidades. As desavenças entre os produtores têm sido resolvidas de comum acordo em cada situação apresentada.

No que tange às desavenças, é lamentável que todos não consigam estabelecer entre si relações mútuas de cooperação e reciprocidade. No entanto, os atores que estão envolvidos com o projeto da Fábrica de Tempero da Lagoa das Flores (Figura 28) estabeleceram entre si relação oposta à que foi encontrada nos projetos de Hortas Comunitárias.

Figura 28 – Vitória da Conquista: Projeto da Fábrica de Tempero da Lagoa das Flores



Fonte: Pesquisa de campo, 2015/ Foto da autora.

O Projeto da Fábrica de Tempero implantado na localidade de Lagoa das Flores em Vitória da Conquista tem como objetivo beneficiar cerca de 120 famílias que trabalham com produção e venda de hortaliças e flores, por meio do beneficiamento do excedente da produção que será transformado em uma nova fonte de renda. O equipamento foi construído pela PMVC com ajuda da Empresa Municipal de Urbanização (EMURC), com recurso do Ministério do Desenvolvimento Agrário. A obra faz parte de convênio firmado entre o PMVC e o Governo Federal, e tem parcerias com Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA) e Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE).

Ressalta-se que a Fábrica de Tempero de Lagoa das Flores foi idealizada por alguns agricultores que cultivam hortaliças e flores nessa localidade e em localidades vizinhas. O líder comunitário da Lagoa das Flores relata como tudo começou.

A ideia de fazer a fábrica foi minha e de mais três pessoas. Nós pensávamos em fazer uma fábrica de fundo de quintal justamente para aproveitar as sobras. Eu comprei um liquidificador, o outro arrumou um cômodo de cinco metros por quatro na casa dele para começarmos.

Nessa época foi quando começamos a mexer com o PRONAF. Eu conheci umas pessoas da universidade e falei para ela que eu tinha uma ideia de fazer uma fábrica. Ela veio um dia aqui e conversou com agente e deu a sugestão de fazer uma fábrica maior. Depois disso, amadurecemos a ideia e conversamos com os produtores para ver se eles aceitavam. Fiz uma reunião que deu 86 pessoas e todo mundo gostou da ideia e montamos uma associação.

Depois conheci o gerente do SEBRAE e convidei para participar de uma reunião. Ele veio e na reunião se prontificou como parceiro. Fomos à prefeitura, que se prontificou a ajudar. A prefeitura doou o lugar e entrou com a construção do prédio e as máquinas. A associação foi trabalhando com os produtores e os funcionários. O Branco do Brasil entrou com o capital de giro, pelo menos no primeiro ano até começarmos a andar com as nossas próprias pernas (Líder comunitário e pluriativo da Lagoa das Flores, Vitória da Conquista).

Diante do exposto, é notória a relevância das lideranças locais na dinamização da relação sociedade/Estado, tanto no nível local quanto no nível nacional. De forma que a conquista dessa relação não deve ser compreendida como fruto de iniciativa individuais isoladas, mas, sim, como fenômeno socialmente construído.

No cenário em estudo existem várias iniciativas comunitárias, cujos atores mobilizam esforços e recursos em prol do desenvolvimento local. O relato do líder comunitário da Lagoa das Flores esclarece como a rede de cooperação, confiança e reciprocidade foi formada antes da construção da fábrica. Em suas palavras:

É muito complicado mexer com o ser humano. Nas reuniões, porque você às vezes traz uma ideia nova para ajudar, as pessoas acham que você quer ser mais sabido do que eles, e não é nada disso. Trabalhar com o coletivo é bom, mas nem todos querem. Quando a gente começou a mostrar como é isso no real, foi aí que as pessoas comeram a abrir mais a mente. Nas reuniões iam de seis a oito pessoas. Hoje conseguimos colocar cento e cinquenta pessoas nas reuniões discutindo, avaliando as sugestões e acatando as opiniões favoráveis. Não foi fácil não. Hoje em dia funciona bem melhor. A Lagoa das Flores melhorou muito em termo de coletividade, mas ainda não está sem por cento (Líder comunitário e pluriativo da Lagoa das Flores, Vitória da Conquista).

Outros fatores que estimularam a integração dos pluriativos em uma rede de relacionamento foram a inovação técnica/gerencial e o aprendizado adquirido com os cursos de capacitação profissional. Albagli (2002, p.19) explica que nos sistemas produtivos locais à “medida que envolve colaboração, participação e aprendizado, existe a possibilidade de estimular o aumento das densidades do capital social”. O autor ainda esclarece que os próprios processos de aprendizado coletivo inerentes ao desenvolvimento local interativo aumentam o nível de capital social.

Nessa perspectiva, os depoimentos demonstram como o conhecimento pode promover nova forma de produção e organização social:

Essa organização e mudança aconteceu há 8 anos atrás. Tudo começou com os cursos de capacitação de plantio oferecidos pela universidade. Os produtores da comunidade plantavam entre si 50 canteiros de coentro. Assim, em vez de ter preço para ganhar dinheiro, ninguém ganhava nada.

A partir da capacitação, o produtor começou a comunicar um com o outro e a abrir a mente, em vez de plantar 50 canteiros só de coentro, cada produtor começou a plantar 20 canteiros de coentro, 10 de cebolinha para não criar uma barreira em torno de um produto só. Isso acabou as perdas.

Antes caía o preço do produto nas feiras porque só tinha um único produto. Hoje diversificou. Você chega em Conquista e encontra grande variedade de hortaliças. Com isso teve aumento no lucro (Líder comunitário e pluriativo da Lagoa das Flores, Vitória da Conquista).

Os produtores reclamavam que a terra não era boa, mas na verdade não era a terra, estava faltando duas coisas. Uma era a irrigação e a outra assistência técnica adequada. Eles desperdiçavam muita água e acabava não molhando nada. Hoje com menos quantidade de água se tem horta de qualidade. Antes 40% do que era plantado era perdido, teve época que chegou a 60%.

Com o financiamento do PRONAF o agricultor investiu em irrigação por gotejamento e substituiu aquela que era feita com a mangueira pesada que só leva o adubo e as folhas e não infiltra na terra (Líder comunitário e pluriativo da Lagoa das Flores, Vitória da Conquista).

Os exemplos que se seguem confirmam as contribuições do compartilhamento de informações e conhecimento, da participação e do aprendizado entre os atores sociais, no intuito de estimular o capital social. De acordo com os entrevistados:

Hoje as hortas são mistas, se chegar um comprador atacadista para comprar, ele vai levar de tudo e não tem prejuízo, porque diversificou a produção e os produtos. Antes era só alface, coentro, cebolinha e couve. Hoje temos variedades de couve, rúcula, repolho, variedade de alface, ervas finas, brócolis de dois tipos, alho-poró e verduras. Antes a feira era pobre, só com aquelas folhinhas, hoje você encontra de tudo até milho verde. Inclusive, na fábrica, além do tempero em pó e em tablete vai ter cenoura, cebola, milho e outros produtos em conservas.

Como a produção é mista, toda semana sai daqui caminhões carregados de produtos. Cada produtor precisa levar uma variedade de produtos, mais ou menos uns quinze, mas como só se produz cinco, os outros se pega de outro produtor, assim a produção sai e a pessoa acaba vendendo todos produtos sem problema. Os caminhões que saem daqui todas as segundas, quartas e sexta-feira são coletivos, então o frete é dividido, tudo é dividido, o controle dos produtos é feito entre eles, nós não temos uma pessoa que faça esse controle (Líder comunitário e pluriativo da Lagoa das Flores, Vitória da Conquista).

Hoje é tão gostoso trabalhar assim. Às vezes não se tem lucro, mas só pelo fato de ajudar o amigo é uma grande coisa (Líder comunitário e pluriativo da Lagoa das Flores, Vitória da Conquista).

Hoje não tem perda, tem hora que falta. Essa semana conversei com cidadão que planta canteiro de 20 metros, eu vi que estava dividido para quatro pessoas, porque nesse período de frio a hortaliça não desenvolve rápido, diminui o crescimento. Mas, como todo mundo precisa levar para feira e a

feira é diferenciada, foi o jeito dividir um canteiro para quatro pessoas (Líder comunitário e pluriativo da Lagoa das Flores, Vitória da Conquista).

Portanto, a Fábrica de Tempero é um exemplo da nova forma de organização social da comunidade de agricultores da Lagoa das Flores, que passou a estabelecer entre si relações de confiança, ação coletiva e cooperação. Sobretudo, evidencia-se nessa comunidade os benefícios do capital social, conforme são indicados por Albagli (2002, p. 12), que são:

- (i) maior facilidade de compartilhamento de informações e conhecimento, devido à relação de confiança, espírito cooperativo, referências socioculturais e objetivos comuns;
- (ii) melhor coordenação e coerência de ações, bem como maior estabilidade organizacional, devido a processos de tomada de decisão coletivos;
- (iii) maior conhecimento mútuo, ampliando a previsibilidade sobre o comportamento dos agentes, reduzindo a possibilidade de comportamentos oportunistas e propiciando um maior compromisso em relação ao grupo.

Com base nas argumentações apresentadas é possível constatar, que a garantia de sucesso dessa localidade foi a ocorrência dos três fatores mencionados, visto que estimulam o capital social, e, também, a atuação das lideranças locais em mobilizar instituições em prol do aprendizado coletivo e a capacidade que a comunidade teve em se articular e interagir com as instâncias governamentais. Já que “o desenvolvimento do capital social está diretamente ligado à cooperação existente entre os poderes Legislativos e Executivos, entre as diferentes classes que compõe a divisão do trabalho, entre os partidos, a iniciativa privada e o governo” (MOTA, 2011, p. 60), isso porque o capital social necessita de condições e de incentivos externos ao território para a sua manutenção.

Além dos fatores mencionados, a transferência de conhecimentos foi outro fator que promoveu mudanças entre os pluriativos e tem gerado capital social. Na prática, esse processo ocorre com a qualificação profissional e educação formal. Muitos pluriativos têm participado de cursos e minicursos técnicos profissionalizantes e assistido a palestras, objetivando melhorar a produção.

Com base nas afirmações dos atores da pesquisa, o Quadro 14 apresenta os cursos que foram oferecidos aos pluriativos pela prefeitura nos municípios estudados.

Quadro 14 – Cursos oferecidos pelas prefeituras de Anagé, Barra do Choça, Belo Campo, Caraíbas, Planalto, Tremedal e Vitória da Conquista em 2015⁴³

Municípios	Cursos e minicursos técnicos profissionalizantes
Anagé	Ovinocultura, Horticultura, Silagem, Embutidos e Defumados, Empreendedorismo Rural
Barra do Choça	Empreendedorismo rural, Pecuária Leiteira, Irrigação,
Belo Campo	Produção de biscoitos
Caraíbas	Uso e Manejo de Solo, Cooperativismo e Associativismo
Planalto	Curso de Vaqueiro, Manejo de Pasto, Pecuária Leiteira, Silagem, Uso e Manejo do Solo, Cooperativismo e Associativismo
Tremedal	Cooperativismo, Produtos Derivados do Leite, Galinha Caipira
Vitória da Conquista	Cooperativismo e Associativismo, Horticultura, Manejo e Cultivo do Solo, Forragem

Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

Durante as entrevistas, a maioria dos pluriativos afirmou que estão envolvidos com os projetos desenvolvidos pelas cooperativas, sindicatos, associações e prefeituras que contam com o apoio técnico e profissional de entidades e órgãos públicos, como a Secretaria de Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura (SEAGRI); Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE); Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA); Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola S/A (EBDA); Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB); e Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA). Dessas parcerias, além dos cursos de capacitação citados nos projetos apresentados, foram oferecidos outros cursos de qualificação e capacitação profissional que estimulam a agricultura familiar e a pluriatividade para-agrícola, conforme ilustra a Figura 29, a seguir.

⁴³ As informações presentes no quadro se baseiam nas informações orais – entrevistas – concedidas pelos pluriativos participantes da pesquisa, em 2015.

Figura 29 – Planalto: Cursos de Vaqueiro e Silagem



Fonte: Secretaria de Agricultura de Planalto.

Assim como os atores da pesquisa, os gestores também admitem que os cursos de capacitação profissional geraram “conhecimento e mudanças no campo” (Secretário de Agricultura de Caraíbas). Com base nessa argumentação e na importância que os gestores e pluriativos deram ao tema conhecimento durante as entrevistas, tudo indica que os atores reconhecem que o conhecimento é um elemento necessário para que o desenvolvimento possa ocorrer, que “o nível educacional atua sobre suas capacidades para processar informação,

localizar fatos relevantes, adquirir informações necessárias, determinar critérios para a tomada de decisões, e fazer seleções ou escolhas em situações de produção” (HANSEN, 2003, p. 2).

Nesse cenário de mudanças comportamentais os pluriativo defrontam-se com a nova ruralidade: as transformações econômicas advindas da modernização da agricultura; a integração dos ritmos de vida do campo com o do urbano; a diversificação das atividades do campo; a interseção dos setores da economia; e o desenvolvimento da técnica, tecnologia e comunicação. Fatores como conhecimento e capacidade de aprendizagem estão diretamente relacionados os processos de desenvolvimento econômico, já que “o conhecimento é um recurso utilizado pelas localidades na busca de resultados positivos para sua economia” (MOTA, 2011, p. 60). Hansen (2003, p. 2) explica que:

O conhecimento não atinge apenas os setores da economia, mas toda a sociedade. Agora a educação não se restringe a uma simples passagem pela escola. Cada vez mais ela envolve o desenvolvimento de capacidades para aprender ou re-aprender [*sic*] em todas as fases da vida. A educação tornou-se, portanto, uma preparação para a vida profissional que, ao se tornar cada vez mais dependente e determinada pelo conhecimento, passou também a estabelecer e a exigir relações de interação entre a escola, a comunidade e o progresso econômico.

Diante desse contexto, das afirmações apresentadas e do nível de escolaridade apresentado pelos atores da pesquisa, pode-se concluir que a participação da comunidade em cursos de qualificação profissional indica que os atores veem no conhecimento uma alternativa para reduzir a desigualdade social, e reconhecem a educação como um fator propulsor de desenvolvimento endógeno que repercute no crescimento econômico “(como habilidades e produtividade) e também seus efeitos mais gerais (externalidades) como estímulo à descentralização, à democracia, aos direitos humanos, à estabilidade política, à saúde, à longevidade, à redução da pobreza e até da criminalidade e do uso de drogas, com efeitos, inclusive, sobre o meio ambiente” (HANSEN, 2003, p. 3).

5.5 Indicadores de Capital Social no Território de Identidade do Sudoeste Baiano

Ao longo das seções anteriores foi demonstrado como as famílias pluriativas têm se organizado social e estrategicamente entre si e gerado capital social para combater a pobreza rural. Nesta seção objetiva-se compreender o modo como as famílias pluriativas, espontaneamente, fazem uso desse capital social, a fim de melhorar as situações econômicas e

enfrentar os dilemas nos quais estão inseridos, mesmo não tendo conhecimento formal/teórico do que seja. Para analisar o nível de capital social existente entre as famílias, foram elaboradas questões a respeito de situações do cotidiano, como: confiança, cooperação, ação coletiva e reciprocidades. A investigação resultou em dados quantitativos que demonstram como as famílias têm agido ao fazer uso da ação coletiva como estratégia de reprodução social e resistência.

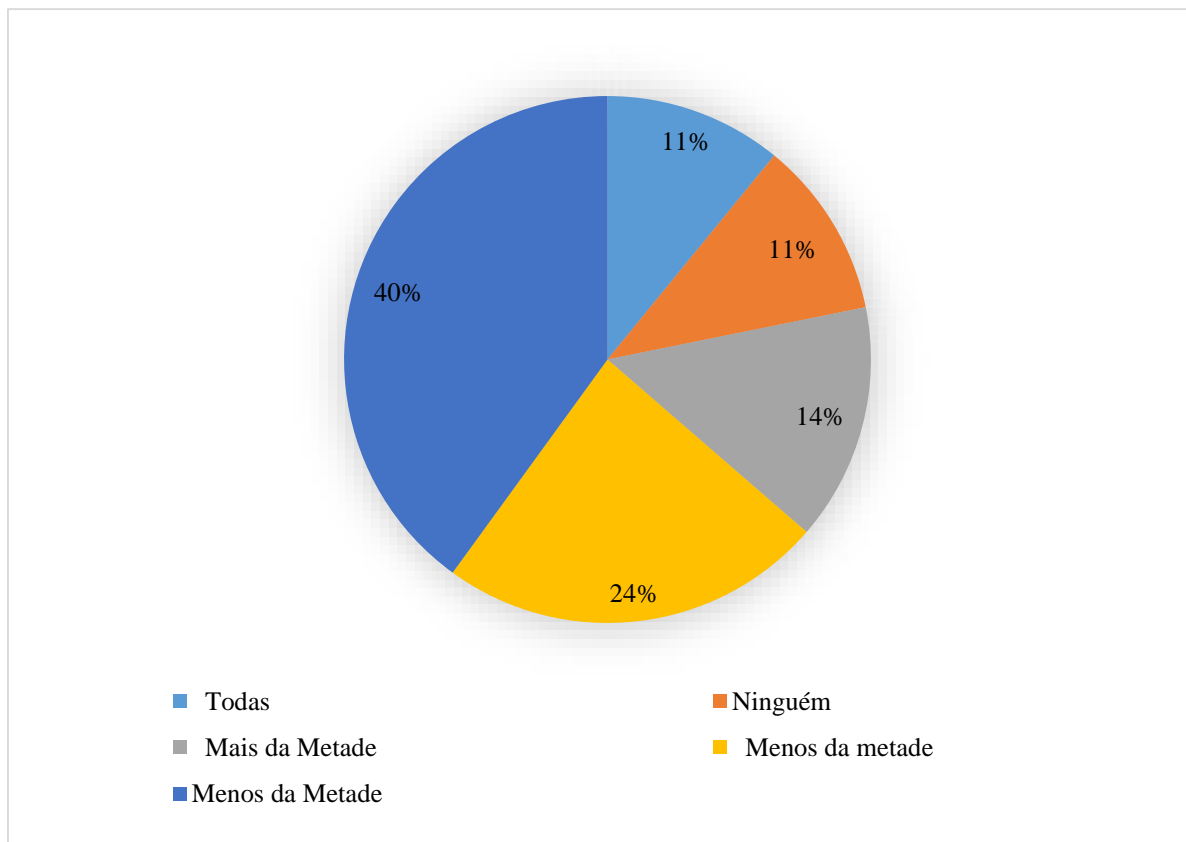
As informações sobre o exercício da ação coletiva nos municípios pesquisados, conforme foram sistematizadas e demonstradas nos Gráficos (6, 7 e 8) que serão apresentados adiante, estão relacionadas a um conjunto de fatores ligado à (re)estruturação social das famílias; ao ambiente conflitivo em que estão inseridos, caso da seca que atinge a região; à ineficiência das gestões públicas nos municípios, em virtude de práticas coronelistas e assistencialistas; e às ações coordenadas por grupos formais e não formais que optam por se organizar coletivamente almejando o desenvolvimento endógeno e pelas igrejas católicas e evangélicas que desenvolvem ações de caráter social e religioso.

O resultado desse conjunto de fatores tem como prática cooperativa a realização de mutirões, com finalidades distintas, desde a construção da casa do vizinho, ou de uma pessoa que tenha sua casa ameaçada de queda, até mutirões para consertar estradas; construir, consertar e limpar templos religiosos; realizar limpeza pública; promover conscientização e combate à dengue, dentre outros. Além do mutirão, constatou-se que muitas famílias também fazem ‘vaquinhas’, bingos, rifas, pequenos leilões e realizam trabalhos rotativos para ajudar vizinhos e parentes; e também realizam outras atividades coletivas sempre que há necessidade se articularem.

Ressalta-se que em toda a região o mutirão representa uma forma peculiar de ação coletiva praticada pelas famílias. Nos municípios pesquisados, o mutirão foi e é usado para solucionar questões relacionadas à produção e a ações políticas, econômicas e sociais. O Gráfico 6 confirma essa proposição ao expor um percentual significativo de pessoas que contribuem com tempo ou dinheiro (mutirões ou ‘vaquinhas’) para pôr em prática objetivos de desenvolvimento comum.

Conforme dados apresentados no Gráfico 6 sobre os municípios pesquisados, em 49% das localidades mais da metade das pessoas promove ‘vaquinhas’ ou mutirões coletivos, e 40% das localidades estão parcialmente envolvidas com tais práticas. Esse quantitativo representa uma aceitação e um engajamento às práticas coletivas por reconhecer que tais práticas geram benefícios à comunidade.

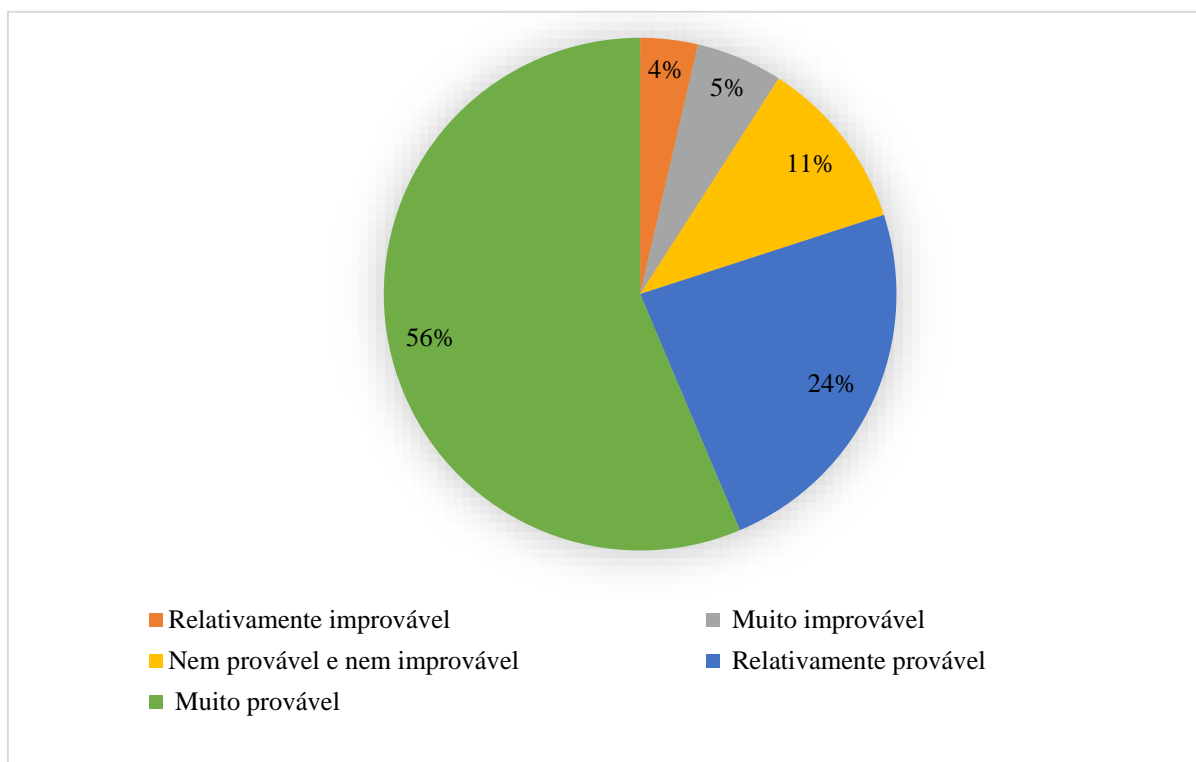
Gráfico 6 – Famílias que contribuem com tempo ou dinheiro para objetivos de desenvolvimento comum



Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Nessa mesma perspectiva, com base na sistematização do Gráfico 7 e nos relatos de situações de emergência preexistentes no local e de como as famílias se articularam para solucionar problemas vivenciados por eles em suas localidades, as famílias afirmaram que diante de situações de emergência ou calamidade pública, exemplo da crise de abastecimento de água, comum na região, 56% das famílias se organizam para solucionar o problema da comunidade. E acrescentam que, em casos como esse, existe a probabilidade de contar com a cooperação de mais 24% das famílias. No entanto, existem famílias que não se inserem em qualquer prática social. A estimativa é de que 9% das famílias não se envolveriam nem mutirões e nem com ‘vaquinhas’, devido às múltiplas carências dessas próprias famílias.

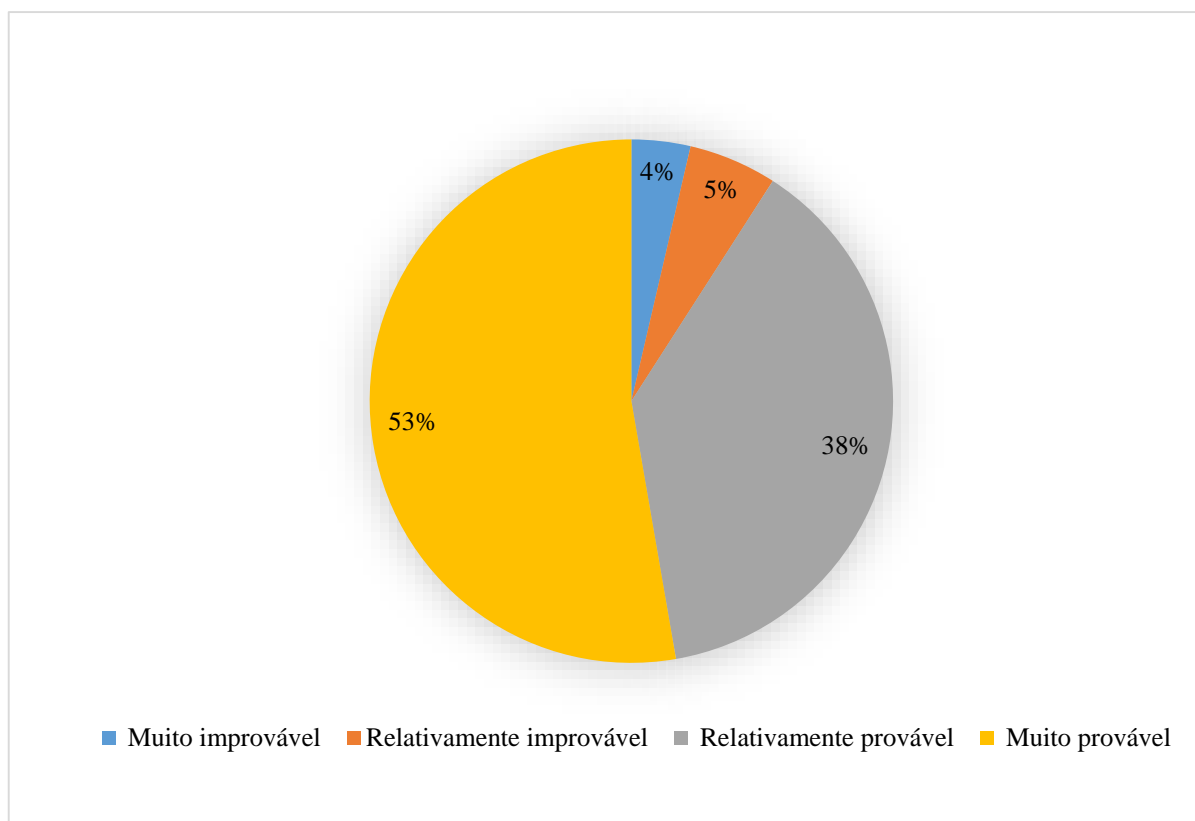
Gráfico 7 – Probabilidade das famílias cooperarem diante de um problemas e/ou fatalidades



Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Em casos de fatalidades, também vivenciadas pelas famílias e sistematizadas no Gráfico 8, como doenças graves e morte de membros das famílias, os pluriativos relataram que as famílias vizinhas sempre ajudam umas às outras, sendo muito provável que 53% das famílias prestem algum tipo de apoio à família das vítimas, desde o funeral às atividades diárias necessárias para a sobrevivência da família enlutada. Em caso de outras necessidades, se os vizinhos mais próximos não puderem ajudar, por se tratar de caso grave, é relativamente provável que 38% dos vizinhos e parentes que estão mais distantes se mobilizem. Resumindo, dentre todas as necessidades de ajuda questionadas, apenas 9% das famílias relataram suas impossibilidades de oferecer qualquer tipo de ajuda.

Gráfico 8 – Probabilidade das famílias se unirem em grupo para prestar ajuda

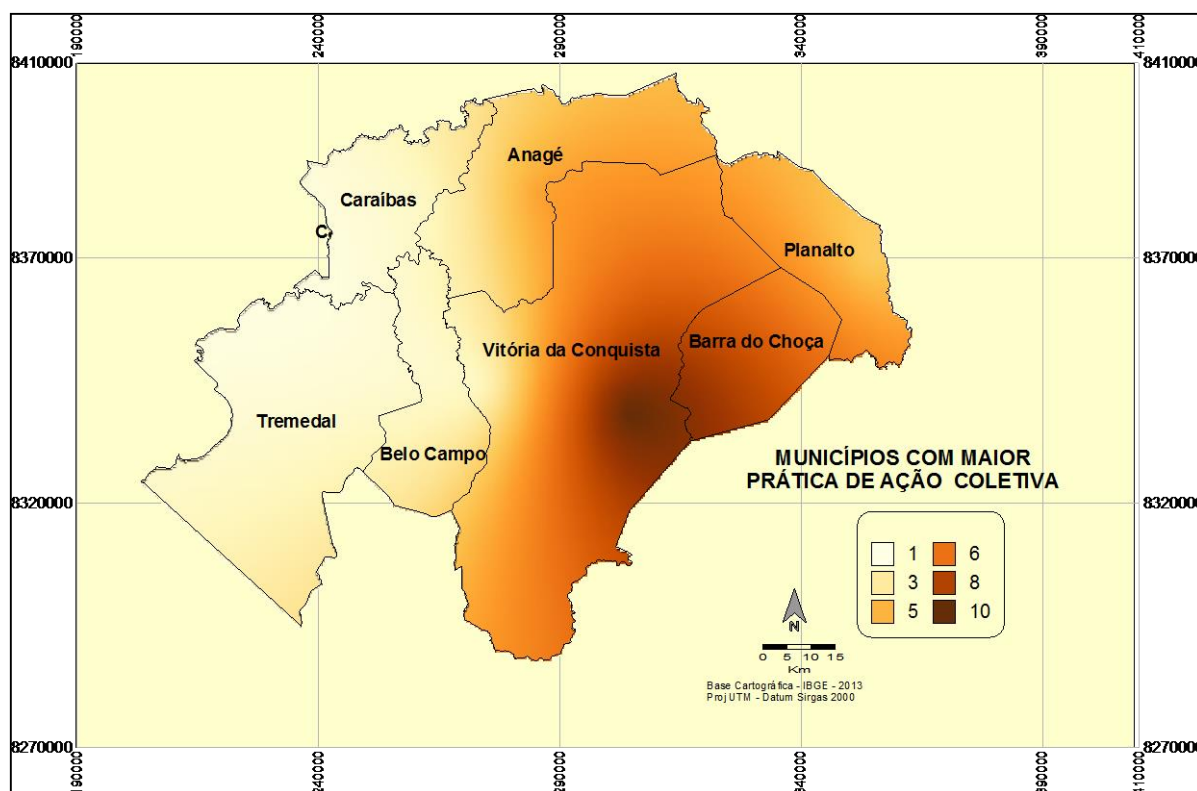


Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Nas análises apresentadas, ficou evidenciado que as famílias estão se organizando tanto internamente quanto em grupos formais e não formais para atingir objetivos comuns. Tais práticas têm resultado em relações sociais geradoras de capital social, em que a ação coletiva, a confiança e a cooperação são elementos fundamentais para o seu desenvolvimento.

Outro elemento que tem contribuído com a prática coletiva e que reforça as relações de reciprocidade e cooperação entre as famílias pluriativas tem sido a formação de redes ligadas pela proximidade, laços de parentesco, vizinhança e compadrio. Assim, reforçando as argumentações anteriores, constata-se a existência de uma coesão entre as famílias pluriativas; ademais, diante de problemas de ordem social, político e pessoal, há entre elas o consenso de que se deve realizar acordos para tentar solucionar os problemas da comunidade como um todo. No entanto, o nível de engajamento cívico e de associatividade das famílias pluriativas dos municípios não ocorre em proporção equivalente. Dessa forma, a Figura 30 a seguir apresenta os municípios com maior e menor níveis de prática coletiva.

Figura 30 – Municípios com maior prática da ação coletiva



Fonte: Pesquisa de campo, 2015/Produzido por Edvaldo Oliveira.

Conforme consta no mapa da Figura 30, dentre todos os municípios do Território de Identidade do Sudoeste Baiano as cidades de Vitória da Conquista e Barra do Choça se destacam como os municípios de maior prática coletiva. Planalto é o terceiro município em importância de prática coletiva, seguido por Anagé, Tremedal e Caraíbas.

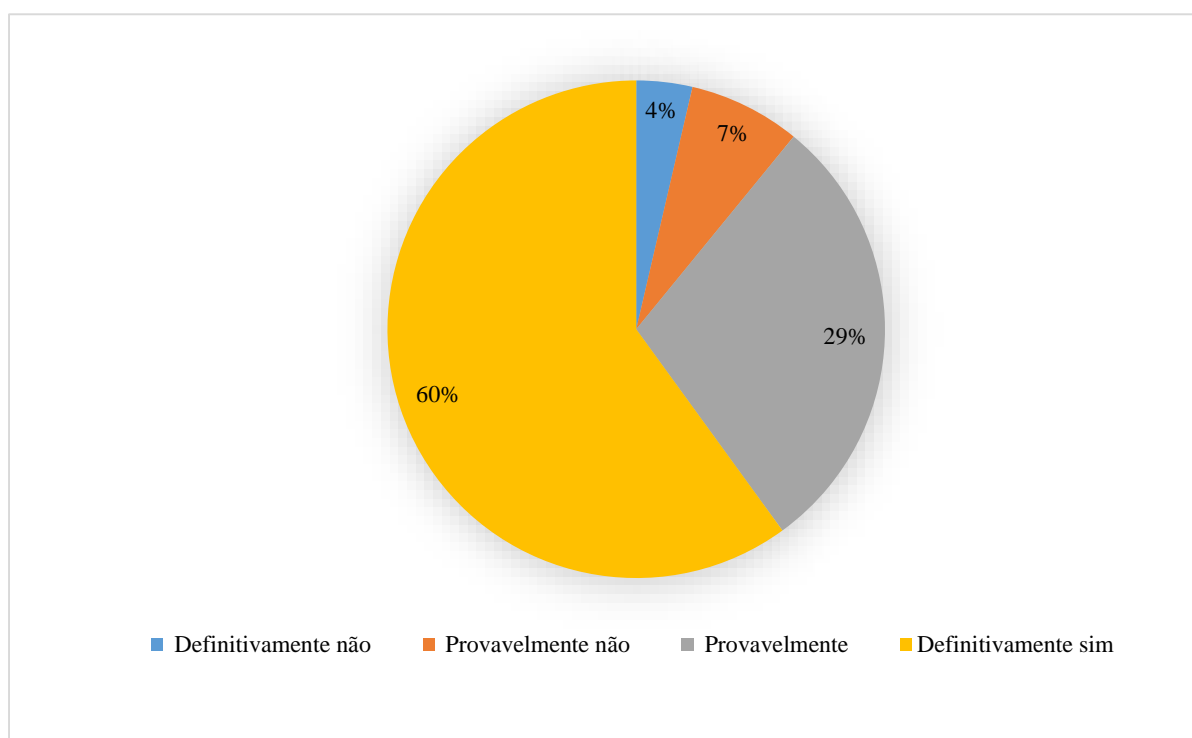
Portanto, o foco da ação coletiva dos municípios selecionados para pesquisa está centralizado no município de Vitória da Conquista e, em menor grau, Barra do Choça, de onde se expande para os demais municípios vizinhos em proporções diferentes de práticas de ações coletivas.

Considera-se, também, como um indicador que reforça e ou estimula o estoque de capital social das famílias pluriativas o nível de confiança existente no núcleo familiar e entre as famílias. Já que a confiança é base das relações sociais, sejam elas de amizade, familiares e econômicas, e age como uma amálgama no agrupamento de pessoas em torno de um objetivo único. Tonini e Macke (2007, p. 102) esclarece que a construção da confiança é favorecida quando existe um

conhecimento mútuo entre os membros, baseado em uma forte tradição comunitária. Nesse sentido, a importância de valores e significados compartilhados é parte essencial na formação de uma comunidade com altos índices de desempenho socioeconômico, voltados para o bem-estar coletivo.

Ao longo das entrevistas ficou evidente que as pessoas estão se organizando em grupos por acreditar umas nas outras, e não somente por buscar objetivos comuns. As situações representadas nos Gráficos que se seguem (9, 10 e 11) demonstram o nível de confiança e como ela gera a ação recíproca que é a cooperação, pois “a confiança propicia a interação, reforçando condutas generalizadas de reciprocidade” (ALBAGLI e MACIEL, 2002, p. 13).

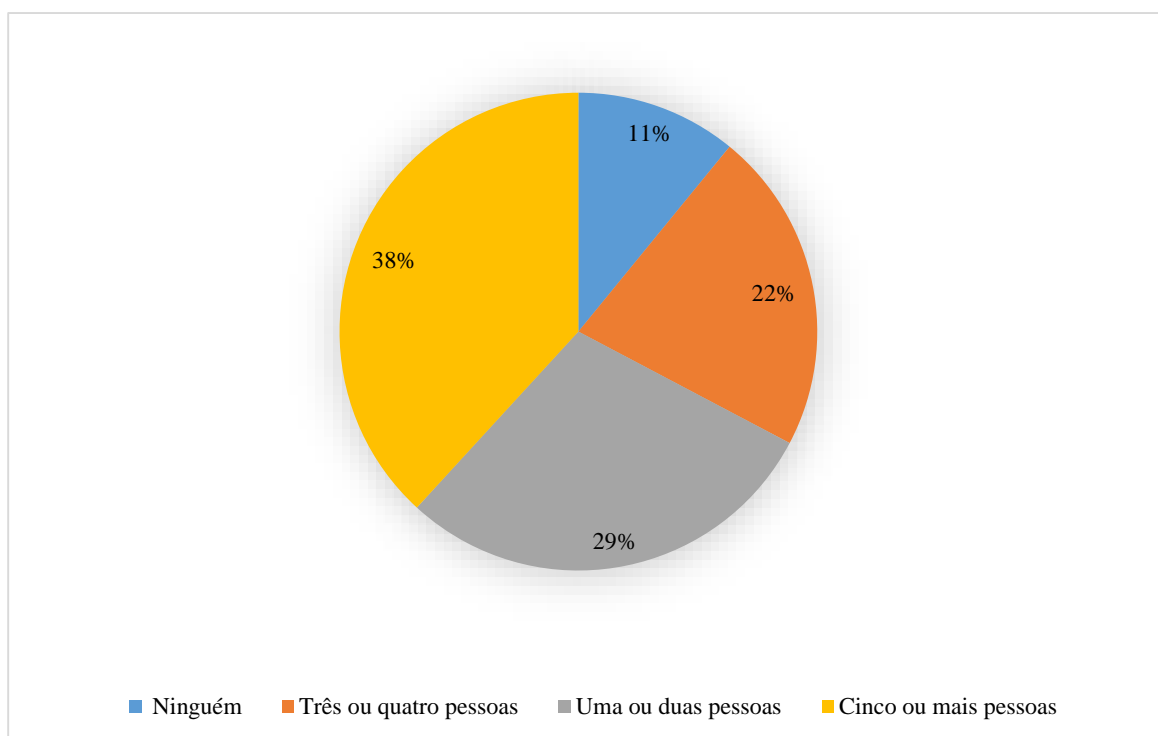
Gráfico 9 – Famílias que confiam em seus vizinhos para cuidar de sua propriedade



Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

O Gráfico 10 apresenta o nível de confiança nas pessoas por parte das famílias em situação de emergência, exemplo de uma viagem inesperada por um motivo grave. Entre os pluriativos, 60% afirmaram que confiam definitivamente em seus vizinhos para tomar conta de sua propriedade, 29% asseguraram que provavelmente podem confiar em seus vizinhos e 11% relatou que definitivamente não podem contar de seus vizinhos. A confiança entre os pluriativos foi justificada pelas condutas e relações que eles estabeleceram entre si, no entanto, não foi explicado o porquê de não confiar em seus vizinhos.

Gráfico 10 – Número de pessoas confiáveis para fornecer ajuda em casos de fatalidades



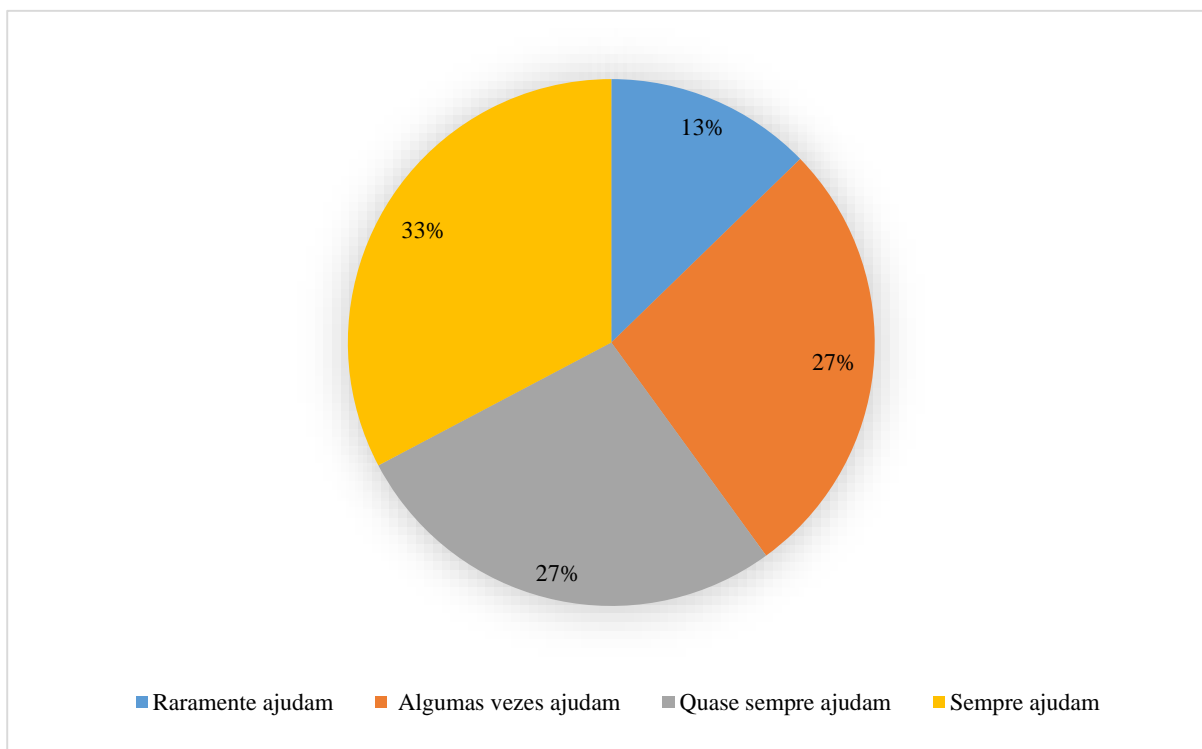
Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

O Gráfico 10 expressa que em caso de fatalidades 60% das famílias pluriativas confiam em mais de três pessoas da comunidade para ajudar, 29% confiam em uma ou duas pessoas e 11% das famílias acreditam que seus vizinhos não seriam capazes de se envolver com o problema do outro. Da análise apresentada, depreende-se que 89% das famílias confiam nos membros da comunidade, uma vez que a confiança está no cerne das relações familiares, de amizade e econômicas.

Sobre esse tipo de contexto, Albagi e Maciel (2002, p. 7) argumenta que a confiança “lubrifica a vida social; e que sociedades com elevados graus de confiança tornam-se e permanecem ricas porque são cívicas. A confiança é por sua vez alcançada quando há um conhecimento mútuo entre os membros de uma comunidade e uma forte tradição de ação comunitária”.

Sendo assim, os dados dos Gráficos 9 e 10 indicam a tradição da ação comunitária da área pesquisada, O Gráfico 11 demonstra a frequência com que as famílias se ajudam.

Gráfico 11 – Frequência que as famílias se ajudam



Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Conforme relatam os pluriativos, 60% das famílias sempre estão envolvidas com ação comunitária e frequentemente prestam algum tipo de ajuda à comunidade, 27% contribuem algumas vezes e 13% raramente ajudam. O trecho de relato confirma e justifica o fato de 13% das famílias raramente prestarem algum tipo de ajudam na comunidade: “as famílias têm valorizado muito o trabalho em conjuntos, mas o povo ainda é individualista” (Presidente do Sindicato de Tremedal).

Os dados apresentados indicam que tem ocorrido um grande envolvimento das comunidades com práticas coletivas, e que o nível de cooperação das famílias tem aumentado significativamente. Durante as entrevistas com lideranças de grupos formais e não formais, foi possível verificar que as famílias têm, a cada dia, se envolvido com atividades coletivas e participado das ações desenvolvidas pelas associações e cooperativas, mas a participação ainda não é total.

No município de Barra do Choça a fazenda Bebedouro se destaca por ser uma propriedade coletiva e por ter alto nível de cooperação e capital social. A fazenda foi comprada⁴⁴ por um grupo de pessoas que eram agricultoras, mas que, por motivos não

⁴⁴ A fazenda foi financiada com recurso do Governo Federal, que também oferece nos três primeiros anos apoio técnico e financeiro para custear os gastos com a produção agrícola.

especificados, ocupam na cidade de Barra do Choça diferentes atividades nos diversos setores de serviços e consideram o investimento uma opção de retorno à agricultura.

Ressalta-se que a propriedade foi dividida em duas porções. A porção central foi reservada para o plantio coletivo, cujo objetivo é destinar o recurso da venda da produção para o pagamento do financiamento da fazenda. A área periférica foi dividida proporcionalmente em quarenta e cinco lotes, onde cada dono administra sua produção e seu recurso.

Para tratar das questões administrativas que são comuns a todos foi composta uma comissão administrativa. Os associados identificaram entre si pessoas com diferentes perfis que poderiam representar-lhes. As reuniões administrativas, conforme relato de um dos proprietários e membro da comissão e constatação empírica, são feitas mensalmente no primeiro domingo do mês, às dez horas, na sede da propriedade, como ilustra a Figura 31. Geralmente as reuniões contam com a participação de todos os associados, nelas são delegadas as atividades e as decisões administrativa. Quanto à realização do trabalho coletivo, ficou clara a existência de um ou outro caso de associados que deixam de cumprir suas funções, mas esses, quando indagados, retornam imediatamente às atividades.

Figura 31 – Barra do Choça: Painel fotográfico das reuniões na fazenda Bebedouro



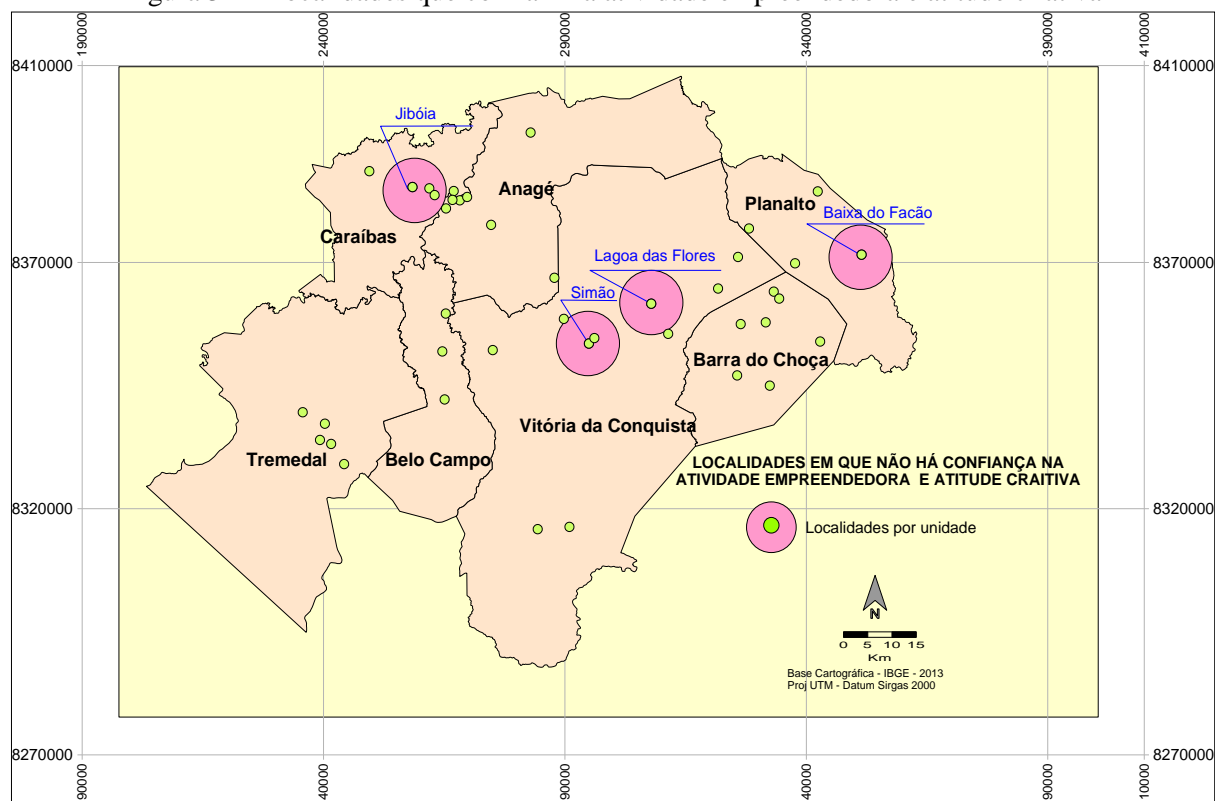
Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

O exemplo citado demonstra como uma rede social baseada em laços de cooperação, confiança e normas de conduta pode representar um fator propulsor de desenvolvimento. Ao longo do território verificou-se que as práticas baseadas nessas relações têm intensificado o capital social, de forma que as famílias estão sendo capazes de gerar mecanismos que podem promover benefícios para o local. Além da cooperação, a atitude criativa e empreendedora, quando colocada em prática, também permitem a intensificação do desenvolvimento.

Com base nos dados da pesquisa, verifica-se que a criatividade e o empreendedorismo estimulam novas formas de trabalho, serviços e produtos. Trata-se, portanto, de estratégia usada

para compor a renda agrícola, e se adaptar à nova ruralidade e urbanidade que repercutiram no campo com mudanças sociais e econômicas. No entanto, entre os pluriativos não há o consenso de que a atividade empreendedora e a atitude criativa gerem renda. Nesse sentido, o mapa da Figura 32 identifica as localidades em que não existe confiança no empreendedorismo e na criatividade.

Figura 32 – Localidades que confiam na atividade empreendedora e atitude criativa



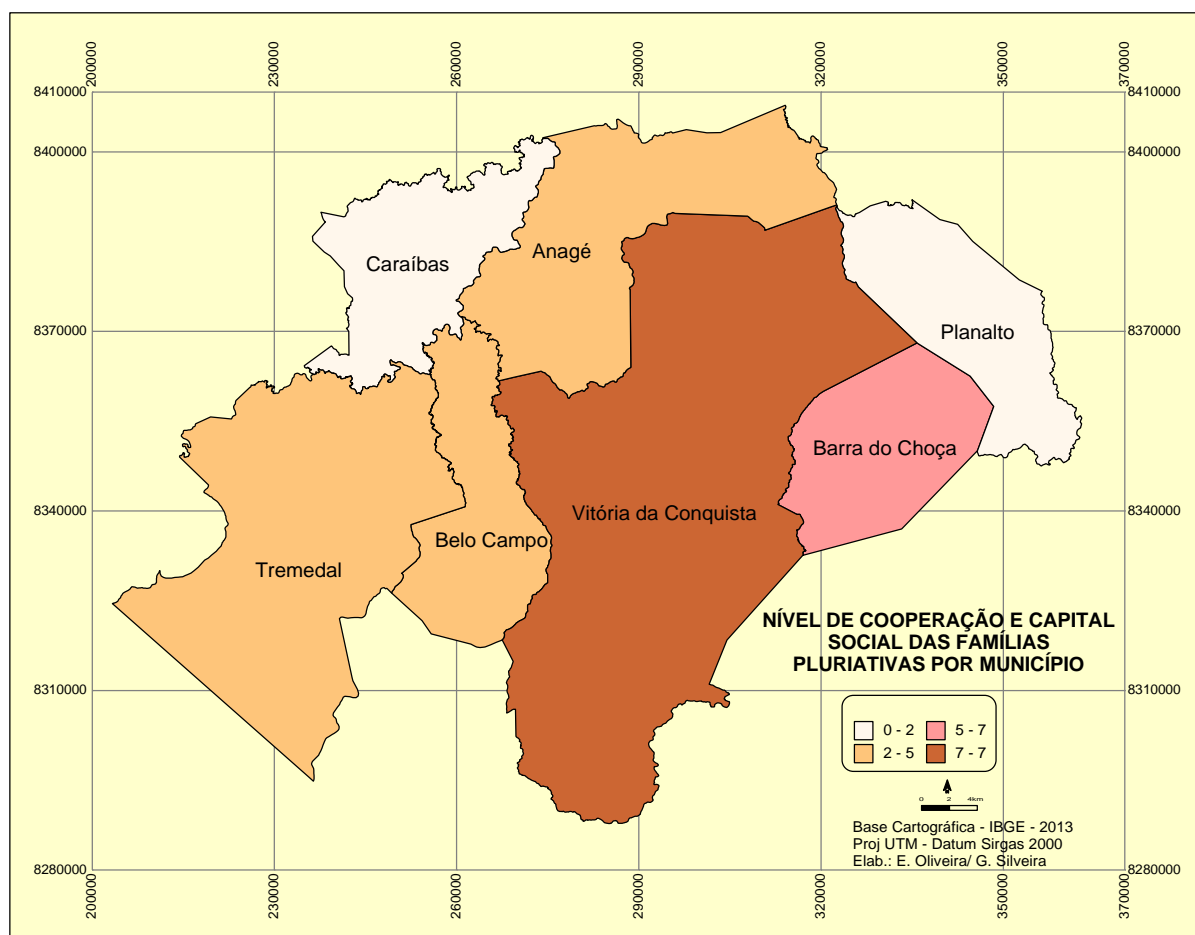
Fonte: Pesquisa de campo 2015/ Produzido por Edvaldo Oliveira.

De acordo com a pesquisa, 76% dos atores acreditam que a atitude criativa e empreendedora gera renda por estar ligada a territorialidades humanas, ou seja, pela forma como os pluriativos usam as potencialidades presentes no território e pela capacidade que esses têm em reverter o saber, a cultura e a identidade local ao seu favor. Entretanto, 20% das famílias, mesmo reconhecendo a importância da atitude criativa e empreendedora, argumentam que a depender de fatores externos podem ou não gerar renda, e 4% não associam a geração de renda a elementos como o saber, a cultura local e a valorização do lugar.

Após análise dos dados dos gráficos e dos mapas que abordam situações de confiança, cooperação, ação coletiva, reciprocidade, empreendedorismo e atividade criativa, conclui-se que o nível de cooperação e capital social das famílias pluriativas também é diferenciado entre

os municípios. O mapa da Figura 33 demonstra os municípios que têm gerado mais capital social em decorrência dos indicadores supracitados.

Figura 33 – Município com maior prática de capital social



Fonte: Pesquisa de campo 2015/ Produzido por Edvaldo Oliveira.

Conforme consta no mapa (Figura 33), os municípios de Vitória da Conquista e Barra do Choça se destacam como os municípios de maior nível de cooperação e capital social, seguidos por Planalto, Anagé, Tremedal, Belo Campo e Caraíbas.

Portanto, sob a perspectiva da verificação do uso de capital social pelas famílias do Território de Identidade em estudo, acredita-se que a espacialização desse capital social mantém relação com alguns fatores, a saber: a tentativa de findar as práticas clientelistas e personificadas, que geraram, na maioria das pessoas, o descrédito nas ações e políticas públicas, por um lado, e incentivaram as práticas coletivas, por outro; a busca por projetos descentralizados e gestão democráticas; a adesão de parte da população às práticas associativistas e cooperativistas; a valorização das potencialidades locais; a militância dos movimentos sociais e dos partidos de esquerda existente no território; a transformação de

membros da comunidade em cidadãos ativos; a reflexão política do contexto vivido; a interligação dos espaços rurais com o urbano; a reestruturação do trabalho familiar, baseado em relações de redes de cooperação e confiança; e, sobretudo, a tentativa de reverter a condição econômica, política e social que exclui o agricultor familiar da condição de dono de seu próprio ser, ser agricultor.

Previamente, pode-se concluir que o capital social gerado pelas famílias – pluriativas/agricultoras – faz parte da estratégia de reprodução social. Nos próximos capítulos serão demonstradas a análise da estrutura familiar, a inserção das famílias em atividades não agrícolas e a relação dessas atividades com a ruralidade e a urbanidade da cidade de Vitória da Conquista.

CAPÍTULO VI

6 A PLURIATIVIDADE NO TERRITÓRIO DE IDENTIDADE DO SUDOESTE BAIANO: SUA RELAÇÃO COM A URBANIDADE E A RURALIDADE

A caracterização do processo produtivo, da propriedade e dos indivíduos que nela habitam, permite analisar as relações que as unidades familiares estabelecem com o ambiente social e econômico em que estão inseridas. Trata-se, portanto, de elucidar os mecanismos e as estratégias que essas unidades estabelecem com as demais esferas da vida social. A partir do estudo dessas relações, será possível analisar os elos por meio dos quais as famílias e os indivíduos se integram à divisão social do trabalho e desvendar as particularidades dessa inserção. Objetiva-se não apenas identificar e qualificar as relações das unidades familiares com o ambiente exterior, mas, sobretudo, entender a racionalidade e significação dessas estratégias para os agricultores.

Assim, neste capítulo será apresentada parte dos resultados da pesquisa realizada com as famílias pluriativas dos municípios selecionados. Partindo do princípio de que a família pluriativa é um grupo social que mantém laços de parentesco e consanguinidade na mesma propriedade, e que estabelecem entre si um nível de confiança, igualdade e cooperação, estudar a organização social ou familiar dos pluriativos dos sete municípios que formam o Território de Vitória da Conquista é fundamental para se explicar o papel e a posição que eles ocupam no ambiente econômico em que estão inseridos.

6.1 Famílias pluriativas

A pesquisa foi feita com 56 famílias pluriativas, cerca de 340 pessoas, distribuídas aleatoriamente pelos sete municípios. Dentre os entrevistados, 87% mantêm residência fixa no local de trabalho e 13% trabalham na propriedade da família e moram em outro local. Dos domiciliados que estão fora da propriedade 94% são filhos de agricultores que se casaram e estão formando outro núcleo familiar, e, geralmente, ocupam propriedades vizinhas ou muito próximas dos pais como ilustra a Figura 34.

Figura 34 – Anagé: Casas de pluriativos que ocupam a mesma propriedade



Fonte: Pesquisa de Campo, 2015/ Foto da autora.

Foi observado *in loco*, durante a pesquisa, que muitos chefes de família se orgulham de ter a posse da terra e de poder trabalhar conjuntamente com a nova geração que é formada por filhos(as), genros, noras, irmãos(ãs), netos(as) e parentes mais distantes, como primos(as) e tios(as). A manutenção coletiva da atividade agrícola e pluriativa se dá pela organização social das famílias que estabelecem entre seus membros redes de normas e confiança, o que facilitam a cooperação e a coordenação, em benefício recíproco.

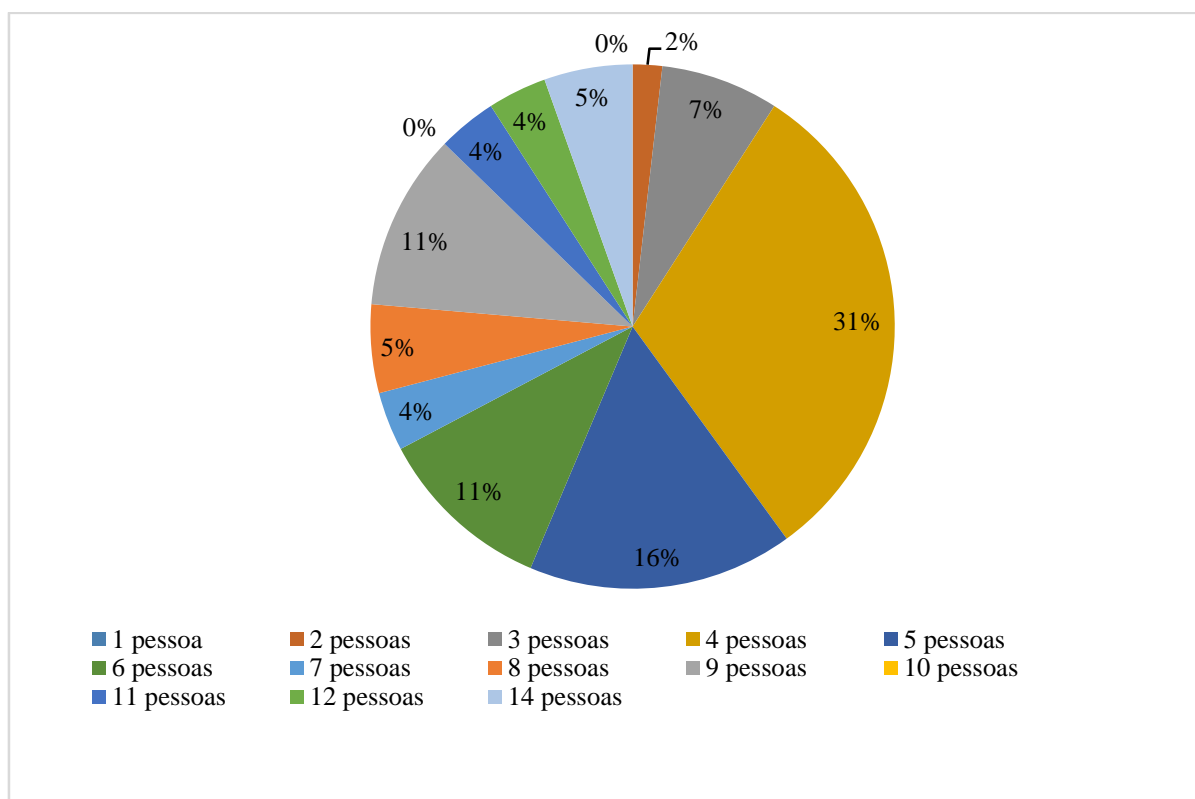
Em todos os municípios investigados foi comum encontrar núcleos familiares que mantêm algum grau de parentesco, com seus membros trabalhando e residindo na mesma propriedade, havendo entre eles divisões de tarefas, onde as famílias trabalham em regime de cooperação umas com a outras.

Outro aspecto que chamou atenção e também foi relatado pelos pluriativos é que as famílias mantêm a agricultura como vínculo entre eles, mesmo desenvolvendo outras atividades. A prática da agricultura está associada a um conjunto de valores que agrega as famílias em redes de relações, cujos valores são passados de pai para filho. Na contemporaneidade, observam-se várias composições familiares constituídas pelos laços da aliança. Enquanto a consanguinidade deixou de ser condição necessária, única e obrigatória; os valores afetivos, os laços estabelecidos entre si e as obrigações familiares passaram a determinar as relações familiares.

Nas propriedades, o núcleo familiar é formado por pai, mãe e filhos. A quantidade de pessoas que compõe a família dos pluriativos também acompanha a lógica da família moderna,

que tem passado por transformações e tem se organizado e reorganizado de novas maneiras, não se limitando ao modelo de família cujos membros compartilham a mesma residência, conforme demonstrado no Gráfico 12.

Gráfico 12 – Número de membros que compõem a família pluriativa



Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

As famílias que antes eram formadas por 12 pessoas representam apenas 4% das famílias pesquisadas. 58% dos entrevistados apresentaram um núcleo familiar formado por 4 a 6 pessoas. Isso demonstra que tem havido diminuição do tamanho do núcleo familiar e que a família pluriativa, assim como a família tradicional urbana, vem reduzindo o número de filhos para melhor se adaptar à nova demanda imposta pelo capital.

A nova ruralidade vivida no campo também admite padrões socioculturais semelhantes ou até mesmo idênticos aos da família urbana. A diminuição do número de filhos desses núcleos familiares é explicada, em parte, pela inserção da mulher no mercado de trabalho, em busca de melhores condições de vida, possibilitada pelo acesso à informação e aos métodos contraceptivos.

A condição de fecundidade vista no Território de Identidade do Sudoeste Baiano segue a tendência vivida nas demais regiões do país. Segundo o IBGE (2015), em 1992 as mulheres nordestinas tinham, em média, um filho a mais que as mulheres do Sudeste. Em 1999, esta

diferença caiu para a metade. Em 1992, o grupo de mulheres com nível de instrução mais baixo, com menos de quatro anos de escolaridade, tinha, em média, 3,6 filhos. Em 1999, esse número caiu para 3,1 filhos. Desse modo, foram reduzidas as diferenças de nível de fecundidade segundo a posição social da mulher.

Ao se analisar os dados da Tabela 15, percebe-se que a maioria das mulheres pluriativas analisadas é jovem e já opta por ter poucos filhos, certamente por compreender que a opção por ter muitos filhos ficou no passado. Além disso, visto que essa mulher moderna trabalha tanto na propriedade quanto fora dela e ainda é responsável pela criação dos filhos, as famílias têm feito a opção por terem dois ou três filhos no máximo, seguindo o padrão cultural vivido no espaço urbano.

Tabela 15 – Faixa etária da família pluriativa

Homens		Mulheres	
Idade	Proporção (%)	Idade	Proporção (%)
Até 10 anos	4%	Até 10 anos	5%
11 a 18 anos	6%	11 a 18 anos	7%
19 a 34 anos	37%	19 a 34 anos	40%
35 a 59 anos	44%	35 a 59 anos	41%
60 ou mais	9%	60 ou mais	7%

Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

Outra característica vista nas famílias pluriativas é que a proporção de homens e mulheres em idade jovem é equivalente. Entre as idades de 19 a 34 anos e 35 a 59 anos a diferença entre homens e mulheres é de 3%. Percentual semelhante também entre homens e mulheres na faixa etária dos 60 anos ou mais, com diferença de apenas 2%.

Conforme as proporções apresentadas, as famílias pluriativas são formadas por pessoas jovens e adultas em idade ativa. A permanência desses jovens nas propriedades rurais é explicada por um conjunto de fatores, tais como: (i) melhoria nas condições de vida dos agricultores pluriativos que vivem no campo; (ii) a presença de elementos da urbanidade nos espaços rurais; (iii) a intensa mobilidade entre os espaços rural e urbano; (iv) a instalação no espaço rural de objetos técnicos que eram apenas característicos do espaço urbano; (v) as mudanças na relação de trabalho; (vi) o acesso à tecnologia informacional; (vii) a valorização da ruralidade.

A Tabela 15 demonstra, também, que tanto os homens como as mulheres com idade entre 18 e 34 anos estão se fixando no campo. Nos municípios pesquisados observou-se um movimento contrário à migração rural-urbana. As emigrações decorrentes de fatores climáticos, como a seca frequente na região, têm dado lugar à imigração urbana-rural. Esse movimento

acontece porque, na maioria das vezes, a cidade não absorve a mão de obra ou a absorve por meio de subempregos. Rocha (2011, p. 82) argumenta que o “homem do campo acaba perdendo a história, a cultura, os símbolos e se distancia da sua forma de organizar e produzir seu espaço que é a terra”.

A presença do jovem nas propriedades, além de representar uma força extra de trabalho, também tem contribuído com a reprodução familiar. A esse fato atribui-se a atitude criativa e empreendedora dos jovens que enxergam a dinâmica do campo além da produção agrícola. A família, ao se organizar dessa maneira, reconhece que o conjunto de capacidade, conhecimentos, competências e atributos de personalidade favorece o trabalho no campo, de modo a produzir valor econômico. Há, nessas famílias, valorização do capital cultural, criativo e humano, pois, conforme observado em campo, os jovens estão incorporando à agricultura a atividade pluriativa, o que indica que a pluriatividade surge como fruto da valorização do capital social.

Outro elemento que caracteriza as famílias estudadas são os níveis de instrução. Conforme percentual apresentado na Tabela 16, a escolaridade dos pluriativos selecionados segue o mesmo perfil que foi apresentado no capítulo três.

Tabela 16 – Escolaridade da família pluriativa

Homens		Mulheres	
Escolaridade	Proporção (%)	Escolaridade	Proporção (%)
1º grau incompleto	29%	1º grau incompleto	22%
1º grau completo	9%	1º grau completo	20%
2º grau incompleto	33%	2º grau incompleto	4%
2º grau completo	14%	2º grau completo	25%
3º grau incompleto	6%	3º grau incompleto	5%
3º grau incompleto	6%	3º grau incompleto	11%
Programa de alfabetização	3%	Programa de alfabetização	4%
Sem idade escolar	0%	Sem idade escolar	0%
Sem escolaridade	0%	Sem escolaridade	9%

Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

Conforme os dados apresentados na Tabela 16, é considerável a diferença percentual na formação escolar entre homens e mulheres. O percentual de homens que não possuíam o 1º grau completo é de 11% a mais que as mulheres. No 2º grau completo essa relação é inversa. Existe uma tendência por parte dos homens de se matricularem no Ensino Fundamental (1º grau) e não concluírem o Ensino Médio (2º grau). Já o número de mulheres que concluíram o Ensino Fundamental e Médio é maior do que o dos homens, chegando a 11% a mais. Esse percentual pode ser justificado pelo abandono escolar, no meio do ano letivo, dos alunos que vão trabalhar na colheita de frutas e de café em propriedades da vizinhança.

Dentre os pluriativos que estão estudando, 38% dos homens e 42% das mulheres estão matriculados no Ensino Fundamental e 47% dos homens e 29% das mulheres no Ensino Médio. Esse dado indica que o maior número de estudantes se encontra matriculado no Ensino Fundamental (1º grau incompleto e completo). Nos sete municípios pesquisados, o Ensino Fundamental tem o maior número de alunos matriculados, seguido pelo Ensino Médio e o Superior. Tomando como exemplo o município de Vitória da Conquista, conforme dados do IBGE (2012), foram matriculados na rede escolar, nesse mesmo ano no Município, 50.642 alunos no Ensino Fundamental e 12.925 no Ensino Médio. Essa proporção indica que a conclusão dos estudos é considerada um elemento fundamental na inserção social no mundo adulto para uma parcela significativa da população jovem, especialmente para aqueles que, junto com a família, trabalham com interesses afins.

Quanto ao acesso e à formação no Ensino Superior (3º grau incompleto e completo), os pluriativos se veem diante de uma nova realidade. Atualmente, os filhos dos agricultores vêm se preparando para enfrentar os desafios da sociedade moderna com a formação e qualificação pessoal. A qualificação profissional é vista pelos pluriativos como elemento que promove melhorias nas condições de vida e como fator que gera impactos positivos no local. Na área pesquisada, 12% dos homens e 16% das mulheres estão matriculados ou já frequentavam curso superior.

A Tabela 16, apresentada anteriormente, também mostra a existência de pluriativos sem escolaridade e que participam de programas de Educação de Jovens e Adultos (EJA), é o caso de 13% das mulheres entrevistadas, pois não tiveram acesso à educação e ainda estão sendo alfabetizadas. Na maioria das vezes, os pluriativos com o menor nível de instrução estão na faixa etária de 35 a 60 anos e, geralmente, são os chefes da família.

Dessa maneira, por meio do perfil de instrução dos pluriativos da região pesquisada, pode-se destacar uma experiência bem-sucedida que envolve o capital social e a educação no município de Anagé, na Escola Família Agrícola (EFA).

A EFA de Anagé, como mostra a Figura 35, destaca-se por não ser uma instituição de ensino comum. O Projeto Pedagógico da escola é voltado para uma organização com normas democráticas e com valorização da confiança e da reciprocidade entre a comunidade escolar, tornando seus membros político e socialmente ativos. A escola fundamenta-se no princípio de que a coesão social pode solucionar problemas da coletividade. Ou seja, o fortalecimento dos atores sociais envolvidos no processo escolar representa uma importante variável para se promover significativas mudanças socioeconômicas locais.

Figura 35 – Anagé: Imagens da Escola Família Agrícola (EFA)



Fonte: Pesquisa de campo, 2015/ Foto da autora.

Conforme a direção da escola, a Escola Família Agrícola (EFA) segue o método da Pedagogia da Alternância⁴⁵, criado na França em 1935 para solucionar problemas relacionados às questões do ensino regular, que levava os adolescentes camponeses a repudiarem a terra. O que foi feito por meio do direcionamento das atividades urbanas para o espaço rural e também fazendo chegar ao campo o desenvolvimento tecnológico. No Brasil, a Pedagogia da Alternância chegou na década de 1969 no Sudeste do país, primeiramente no Estado do Espírito Santo.

A EFA de Anagé foi fundada em 2002 por representantes de associações de moradores e pequenos agricultores do município com a finalidade de reproduzir a cultura local e como alternativa para o desenvolvimento local/rural. A instituição é mantida por convênio firmado entre o Poder público municipal e o governo estadual, coordenado pela Companhia de Desenvolvimento e Ação Social (CAR), além de receber contribuições de associados, membros da comunidade.

Para atingir o objetivo de garantir aos jovens locais uma formação voltada para o campo, a EFA de Anagé, baseando-se no conceito de “tripé ação” reflexão-ação ou prática – teoria – prática, busca a integração entre a escola e a família, a fim de tornar o ambiente familiar, também, um espaço de aprendizagem contínuo, no qual os alunos possam relacionar os conteúdos vivenciados na escola com as informações da cultura rural familiar. Segundo o

⁴⁵ Na Pedagogia da Alternância o primeiro ambiente é o familiar e a realidade onde vive; interagindo com a escola, o educando compartilha os múltiplos saberes que possui com os demais atores de maneira reflexiva; finalmente aplica o conhecimento e a prática na comunidade agrícola ou faz uso delas em movimentos sociais.

coordenador da instituição, “a escola vê a casa como uma extensão da escola, e a escola como extensão da propriedade familiar” (Coordenador da EFA).

Durante o período em que estão na escola, os alunos são inseridos num clima de cooperação e reciprocidade, de forma que as atividades são desenvolvidas coletivamente entre todos os membros da comunidade escolar. A organização social, nesse caso, é sustentada por uma rede de cooperação, de regras estabelecidas e da confiança e ação recíproca, valores considerados de fundamental importância para o bom desempenho da instituição.

As disciplinas teóricas são ministradas em sala de aula e as disciplinas práticas ocorrem em ambientes externos à escola. Durante o curso, os alunos seguem um plano de estudos, compartilham com colegas e professores modelos reais de suas propriedades, assistem a aulas teóricas, visitam fazendas e executam as teorias no terreno da escola, como mostra a Figura 36.

Figura 36 – Anagé: Imagens das atividades da EFA



Fonte: Pesquisa de campo, 2015/ Foto da autora.

Para atender a esse propósito, o currículo da escola foi composto por disciplinas do ensino regular e disciplinas específicas voltadas para a atividade agrícola. A grade curricular também conta com disciplinas ligadas ao associativismo e cooperativismo. As discussões

teóricas e metodológicas dessas disciplinas estimulam a confiança, a ajuda mútua, o fortalecimento do capital humano e a ação coletiva. Estas disciplinas estão no currículo, conforme relata o professor da escola, por “despertar nos sujeitos/alunos a consciência de que eles são protagonistas de seu empreendimento e de que coletivamente a família pode melhorar a sua renda e também pode melhorar a realidade local, ao adotar métodos de trabalho que visam o fortalecimento do capital humano e social” (Professor da EFA).

A EFA possui cinquenta e cinco alunos residentes. Esses alunos, divididos em dois grupos, se revezam a cada quinze dias na permanência diuturna da escola. Ou seja, a cada quinze dias um grupo permanece na escola realizando suas atividades, enquanto o outro retorna para as propriedades familiares, onde vai replicar os conhecimentos adquiridos na escola.

Ressalta-se que da produção agrícola da EFA, resultante do trabalho dos alunos, uma parte é consumida na alimentação dos próprios alunos, na escola, e o excedente é vendido no mercado local e a receita aplicada na manutenção da própria instituição. Uma vez que a instituição tem como princípio promover qualidade de vida com proteção ao meio ambiente, não utiliza agroquímicos, caso de adubos químicos ou substâncias, primando pela produção orgânica vegetal e animal, sendo as sementes crioulas a base da produção da escola.

Essas metodologias aplicadas na escola repercutem na profissionalização do educando, no intuito de combater o êxodo rural e incentivar a atividade agrícola e pluriativa.

Os professores relatam que os pais dos alunos acreditam que a permanência da juventude no meio rural e a elevação de sua escolaridade são fatores fundamentais, o que permite, entre outras coisas, abrir caminhos para que essa juventude reflita sobre seu próprio futuro.

Assim, a consolidação da agricultura familiar tem repercutido positivamente no estancamento da migração rural-urbana. As famílias de agricultores não veem mais seus filhos se deslocarem para as áreas urbanas em busca de emprego e educação. A escola representa uma alternativa para adolescentes e jovens que pretendem continuar as atividades de seus familiares no espaço rural, ao mesmo tempo em que buscam melhores condições de vida.

Acrescenta-se que, além do exposto, ainda existe a pluriatividade intersetorial, na qual muitos professores e funcionários da escola, além de atuarem na docência e/ou atividade administrativa, também optaram por trabalhar com a agricultura em suas propriedades. Há, ainda, uma parcela dos alunos que ao concluir o curso, presta concurso e retorna à própria instituição como professores e/ou agentes administrativos. O quadro de funcionários da escola também é composto por professores licenciados pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), que vieram de outras cidades do interior da Bahia para trabalhar em Anagé. Esses

profissionais, bem como os demais, fixaram residência na zona rural de Anagé e Caraíbas, onde vivem e trabalham com a família na agricultura. Em depoimento, os ex-alunos/professores da instituição explicaram que os conhecimentos adquiridos na escola ajudam a manter a propriedade agrícola da família, formando uma nova ruralidade na qual não se tem mais a intenção de abandonar o campo.

Na EFA de Anagé, além da pluriatividade relacionada ao setor de serviços, a pluriatividade para-agrícola é incentivada nas disciplinas de cooperativismo e associativismo. Essas disciplinas estimulam os alunos a produzirem, transformarem e comercializarem a matéria-prima local, valorizando essa produção. Dentre as atividades para-agrícolas desenvolvidas pelos alunos juntamente com suas famílias, em sua propriedade, estão a produção de mel, venda de embutidos derivados da carne de bode, temperos caseiros, doces em compota, entre outros.

Em resumo, após a conclusão dos estudos na EFA de Anagé, os filhos dos agricultores retornam para as propriedades familiares para pôr em prática os conhecimentos teóricos e práticos adquiridos na escola. Dessa forma, ao aplicarem as novas técnicas de manejo agrícola, dão continuidade, de forma inovada, ao trabalho dos pais e ao desenvolvimento da propriedade.

6.2 Propriedades dos pluriativos

No Brasil, ainda hoje, predomina um abismo muito grande entre minifúndio e latifúndio. Segundo dados do IBGE (2010), cerca de 84,4% dos estabelecimentos agropecuários do país são da agricultura familiar, o que corresponde a 4,36 milhões de estabelecimentos agrários. Entretanto, a área ocupada pela agricultura familiar é de apenas 80,25 milhões de hectares, o que corresponde a 24,3% da área total ocupada por estabelecimentos rurais. O tamanho das propriedades familiares e não familiares corresponde, respectivamente, a 18,37 e 309,18 hectares, o que demonstra que o tamanho médio das propriedades familiares e não familiares é desproporcional.

Conforme o exposto, a pequena propriedade é minoria no país, mas tem um papel importante no cenário econômico e alimentar. De acordo com o IBGE (2010), a agricultura familiar é responsável por grande parte da produção de alimentos consumidos no país, visto que 80,25 milhões de hectares estão destinadas à agricultura familiar, 45,0% destinavam-se às pastagens; 28,0% compõe formações de matas, florestas, e 22% de lavouras.

Em análise de um dos elementos da pluriatividade que é a propriedade agrícola, é mister esclarecer que dos 24 municípios que compõem o Território de Identidade do Sudoeste

Baiano 16 dos municípios possuem mais de 95% dos estabelecimentos rurais classificados como familiares, o que corresponde a 34.444 propriedades com 1 ha (SEI, 2010).

Entre as famílias dos pluriativos pesquisados predomina a pequena propriedade. Conforme a Tabela, 17, 49% dos pluriativos possuem propriedades entre 3 e 5 hectares, 22% dos pluriativos propriedades entre 10 e 15 hectares, e 20% dos entrevistados, que representa uma parcela significativa, têm mais que 50 hectares de terra.

Tabela 17 – Área das propriedades das famílias pluriativas

Estrato de áreas em hectares	Quantidade (%)
Até 3 hectares	24%
De 3 a 5 hectares	25%
De 10 a 15 hectares	18%
De 15 a 20 hectares	4%
De 20 a 30 hectares	0%
De 30 a 50 hectares	9%
Mais de 50 hectares	20%
Não proprietário	0%

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

A maior parte das terras dos pluriativos foi obtida por meio de herança, além disso, há também a compra de terras de parentes e de terceiros que acabam sendo somadas à propriedade que foi herdada. As terras que foram adquiridas por compra são, na maioria das vezes, propriedades vizinhas. Ao analisar informações da Tabela 18, sobre a obtenção da propriedade, é preciso levar em consideração que uma mesma família pode combinar duas ou mais formas de aquisição de terras, por exemplo, herdar uma parte e comprar outra de um herdeiro da mesma família – esse percentual representa 13% das terras.

Tabela 18 – Forma de obtenção das terras das famílias pluriativas

Forma de obtenção	Quantidade (%)
Através de herança	42%
Posse provisória	0%
Compra de parentes	13%
Troca	0%
Através de doação	2%
Não é proprietário	0%
Compra de terceiros	43%

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Como mostra a Tabela 18, a proporção de terras herdadas é de 42%, a de compra de terceiros é de 43%, essa equivalência demonstra que para muitas famílias a posse da terra é

justificada tanto pela herança como pela compra de terceiros. Por esta razão, torna-se impossível saber a exata proporção ou a quantidade de terra que foi herdada, adquirida ou obtida através de outras formas, pois os dados apresentados refletem a soma de todas as propriedades da amostra.

Nos estabelecimentos rurais estudados, a agricultura é a atividade predominante, sua prática está associada à tradição histórica das famílias que contam com os seus membros para dar assistência, manter e gerir a unidade rural. Conceição Júnior e Brito (2013, p. 125) ainda reitera que a terra “é herança familiar, em que são herdados não só o espaço físico, mas também conceitos e costumes utilizados na manutenção da integridade do patrimônio”, uma vez que 94% dos pluriativos são filhos de agricultores.

A argumentação de Conceição Júnior e Brito caracteriza a atividade agrícola das famílias em estudo, pois a maioria das propriedades como já foi exposto, tem um núcleo familiar muito pequeno e como são os próprios membros que mantêm a propriedade, a área de produção tende a ser pequena. Muitos dos pluriativos combinam em suas propriedades a agricultura de sequeiro com outro tipo de cultura. Na maioria das vezes, a produção da cultura de sequeiro fica para o consumo doméstico e a outra(s) cultura(s) será(ão) comercializada(s). Dessa forma, o predomínio de diversas culturas nas propriedades contribui com a utilização da mão de obra familiar. Nesses sistemas, o plantio e a colheita ocorrem em períodos distintos, viabilizando os tratos para serem comercializados e a negociados em diferentes épocas. Tal prática contribui com uma receita bem distribuída ao longo do ano, com a diminuição dos riscos climáticos, com a diminuição de interferência de pragas e doenças nas lavouras, e em virtude da rotação do plantio a renda familiar não fica sujeita um único preço. Além do exposto, a diversificação das culturas permite uma alimentação variada, o que reflete na qualidade nutricional das famílias.

Entretanto, em toda a área de estudo observou-se que o agricultor sofre com a falta de água e com a falta de acesso aos avanços tecnológicos que reduzem o custo do transporte da água, visto que a agricultura de sequeiro não só exige tecnologia própria de aproveitamento de solo, como a experimentação de sementes adaptadas à sazonalidade da chuva, bem como uma série de inovações institucionais que vise fortalecer a agricultura.

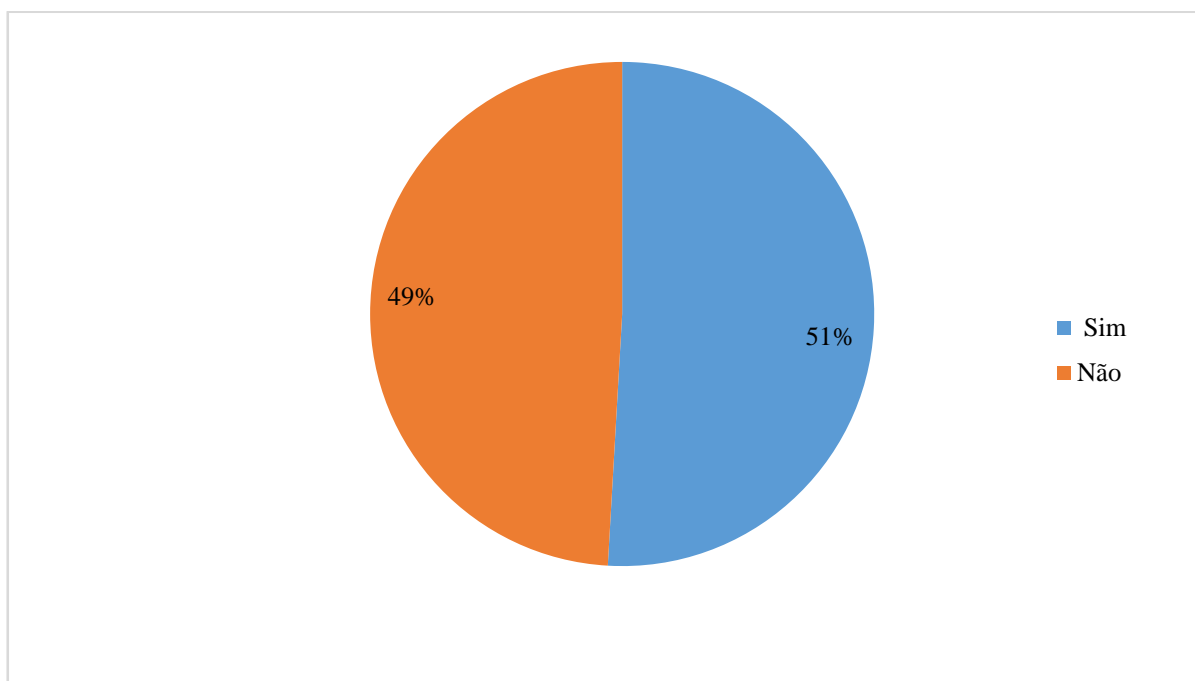
Assim, frente à realidade apresentada, é importante o questionamento sobre como as pequenas propriedades podem ter maior desempenho econômico. No Brasil, até a primeira metade do século XX, o desempenho econômico dos agricultores dependia do tamanho da área que se explorava, entretanto, essa lógica se alterou no século XXI, quando as inovações tecnológicas permitiram que a eficiência das fazendas, sítios, e chácaras se libertassem da

ditadura da terra disponível. Hoje, o pluriativo tem a consciência de que a produtividade está associada ao conhecimento, à inovação, à tecnologia, à criatividade e às vantagens competitivas locais, e a cada dia esses elementos têm assumido lugar estratégico no desenvolvimento das unidades familiares e no combate ao desemprego e à pobreza rural.

Outro elemento de fundamental importância para o pluriativo quando consegue atingir os objetivos propostos são os programas de apoio à agricultura familiar que disponibilizam recursos creditários para os produtores familiares, rompendo com o racionamento de crédito e assegurando recursos reduzidos a custos compatíveis, a exemplo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) que, segundo o Manual Operacional do PRONAF, visa fortalecer o agricultor familiar mediante apoio técnico e financeiro, para promover o desenvolvimento rural sustentável, tendo como missão fortalecer a capacidade produtiva da agricultura familiar, contribuir para a geração de emprego e renda nas regiões e melhorar a qualidade de vida dos agricultores familiares.

Entre os pluriativos em estudo, pertencentes ao Território de Identidade do Sudoeste Baiano o PRONAF tem sido bem aceito na região. Conforme ilustra o Gráfico 13, 51% dos entrevistados participa do PRONAF, entre outros programas, como Água para Todos, Programa Nacional de Habitação Rural, Luz para Todos, Bolsa Família e Bolsa Escola.

Gráfico 13 – Famílias que participam de algum programa do governo



Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

Na área operacional dos recursos advindos do PRONAF, os agricultores pluriativos têm buscado o crédito de custeio, e o investimento tem sido destinado às atividades produtivas rurais da propriedade. Em cada município o recurso do PRONAF é empregado em uma cultura diferente.

Nesse sentido, os agricultores relataram ter recebido ajuda do Sindicato Rural para criar os projetos que estão sendo desenvolvidos na propriedade e para captar recursos do PRONAF que são usados na manutenção da propriedade. Nas diversas entrevistas feitas, os chefes das famílias relataram que a produção tem aumentado e que, com o aumento da produtividade, eles têm o desejo de que os seus filhos passem a trabalhar exclusivamente na atividade agrícola.

Outro programa que tem repercutido positivamente é o de construção de Cisternas e Capacitação para a Convivência Sustentável com o Semiárido, sendo este um dos projetos de aproveitamento de águas pluviais destinados à área semiárida que sofre com escassez de água na região. O projeto está associado às ações dos Projetos Água para Todos e ao Programa Fome Zero que foi lançado em 2003 pelo Governo Federal em parceria com o governo do Estado. O projeto visa assistir a população por meio da construção de cisternas de placas de cimento que armazenam água da chuva que, após cair no telhado das casas, é captada por calhas e direcionada para as cisternas em canos de PVC.

Conforme relata o agricultor, a construção das cisternas contou com o envolvimento das famílias, de comissões comunitárias⁴⁶ e das equipes técnicas que trabalham desde a marcação do local até a construção. A assistência técnica inclui a aquisição de materiais; confecção de bombas manuais; distribuição de placas de identificação com número cadastral, calhas, tampas, cadeados; pagamento de pedreiros; fornecimento de cursos de capacitação para as famílias, a respeito da maneira como se deve coletar e armazenar a água da chuva na cisterna para que seja garantida água potável nas residências.

Como ilustra a Figura 37, nota-se que as famílias contam com dois tipos de cisterna: a de consumo e a de produção. A cisterna de consumo tem a capacidade para armazenar 16 mil litros de água, o suficiente para atender às necessidades essenciais de uma família de até cinco pessoas durante o período de seca.

⁴⁶ As comissões são compostas pelos atores locais que se organizaram comunitariamente a fim de receber a(s) cisterna(s). O projeto, para ser colocado em prática, conta com o envolvimento da comunidade que participa desde a seleção e cadastro das famílias que conquistarão as cisternas até o fornecimento da mão de obra local que dará suporte à construção da(s) cisterna(s).

Figura 37 – Cisternas no Povoado de Abelhas em Vitória da Conquista



Fonte: Pesquisa de campo 2015/ Foto da autora.

As entrevistas realizadas demonstraram que as cisternas de consumo têm beneficiado a população, especialmente em relação às condições de saúde, porque promovem a diminuição dos deslocamentos para a coleta de água, da qual, muitas vezes, não se sabe a origem. Com as instruções dadas pelo técnico do governo, sobre como captar água da chuva e tratar essa água, as famílias conseguem manter um reservatório de água potável para o consumo humano durante todo o ano. A captação e o manejo correto de água de cisterna repercutiram positivamente na qualidade de vida das famílias, sobretudo mulheres e crianças que, em muitos momentos de escassez de água, percorriam longos trechos a pé para buscar água, carregando-a, na maioria das vezes, em latas sobre suas cabeças. Conforme relato, a água encontrada era, muitas vezes, imprópria para o consumo, salobra ou contaminada por micro-organismos patogênicos.

Portanto, a captação de água da chuva por meio de cisternas de placas de cimento garante às famílias carentes o acesso à água potável e tem se configurado como importante benefício em favor da população. A construção de cisternas, além de ter a finalidade de suprir a falta de água nos períodos de estiagem no semiárido por meio do armazenamento de água da chuva em cisternas, conforme Brasil (2005, p. 20), ainda, “pretende garantir às famílias e às comunidades da região a melhoria de suas condições de vida, resolvendo o problema da água para o consumo humano, bem como fomentar a formação e a capacitação para a convivência sustentável com o ecossistema do Semiárido”.

A Ação Construção de Cisternas para armazenamento de água ou de produção também está inserida no Programa Acesso à Alimentação, cujo objetivo previsto no PPA (2004-2007), é garantir à população em situação de insegurança alimentar o acesso à alimentação digna, regular e adequar a nutrição e manutenção da saúde humana.

Para atingir esse objetivo, foi lançado outro tipo de cisterna com capacidade para garantir a pequena produção, visto que o acesso à água de boa qualidade para o consumo das famílias e para produção de alimentos é um dos grandes problemas enfrentados pela população da região. A cisterna de produção tem a capacidade para armazenar 52 m³ de água, que é utilizada na produção de frutas, hortaliças e criação de animais. Segundo o agricultor, “o uso desta prática tem reduzido os riscos da exploração agrícola em anos cuja precipitação é irregular. A água armazenada proporcionando até duas colheitas em anos considerados de distribuição normal de chuvas” (Pluriativo de Abelhas, Vitória da Conquista).

Na localidade de Inhobim, em Vitória da Conquista, a cisterna de produção tem sido usada para manter os projetos de frutas cítricas que foram aprovados pelo PRONAF, como mostra a Figura 38.

Conforme relatam os agricultores, a irrigação das plantações de frutas é feita em função da disponibilidade de água da cisterna, isto é, da capacidade de armazenamento e do período do ano. Durante o período das chuvas, segundo agricultores, além de não haver necessidade de se aplicar água às fruteiras, pode-se explorar o limite entre essas as áreas com culturas anuais, como feijão, milho, melancia, abóbora, entre outras, permitindo o aproveitamento da umidade do solo e a obtenção de maior produtividade na área explorada; essas culturas são destinadas ao consumo da família. Juntamente com as culturas citadas, as famílias produzem hortaliças que são vendidas para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e também plantas exóticas, como árvores raras e sementes crioulas.

Figura 38 – Vitória da Conquista: Projetos de frutas cítricas aprovado pelo PRONAF em Inhobim



Fonte: Pesquisa de campo, 2015/Foto da autora.

Além dos programas das cisternas, o Programa Nacional de Habitação Rural, que integra as ações do Programa Minha Casa Minha Vida, tem beneficiado os moradores com o repasse de recursos utilizados na aquisição de material de construção e pagamento dos serviços de mão de obra destinados à construção/conclusão/reforma/ampliação da unidade habitacional.

A carência por moradia própria no campo é uma realidade para muitos agricultores, sendo comum na região agricultores venderem sua força de trabalho em troca de moradia. Durante a aplicação dos questionários, os agricultores relataram que a renda que obtinham era insuficiente para construir ou reformar a casa, mas o Programa Minha Casa Minha Vida Rural facilitou a construção e aquisição de imóvel. A Figura 39 permite visualizar uma residência construída com financiamento do referido programa.

Figura 39 – Vitória da Conquista: Casa construída com verba do Programa Nacional de Habitação Rural em Inhobim



Fonte: Pesquisa de campo, 2015/Foto da autora.

O financiamento do programa Minha Casa Minha Vida Rural permitiu que a família construísse as partes elementares da residência. Durante a entrevista de campo, o proprietário da casa relatou que “o sentido do projeto não é dar uma casa para morar, mas é ajudar aqueles que, como eles, não possuem recurso algum para construir e, assim, poder erguer sua casa”; ademais, ainda afirmaram que já estão fazendo reservas para ampliar a casa. (Pluriativo de Inhobim, Vitória da Conquista).

Quanto aos demais programas, o rebatimento deles será apresentado nas seções posteriores. No que se refere aos 49% dos entrevistados que declararam não participar de programa de governo, foi possível perceber uma desconfiança ao responder. Em conversa informal com um dos pluriativos, o agricultor explicou que muitos dos agricultores têm medo de participar dos programas do Governo. Foi informado que muitas inverdades são contadas para os agricultores, por isso, muitos temem perder a posse da terra. Por esse e outros motivos ainda existem pessoas que negam que participam de programa, mas não têm coragem de falar, pois acham que serão cobrados de alguma maneira.

6.3 Fatores que impulsionaram a pluriatividade

Para entender a dinâmica que envolve a diversificação da atividade familiar no campo com a pluriatividade, foi necessário investigar no passado das famílias os fatores que impulsionaram à pluriatividade e como as famílias se organizaram e se posicionaram estrategicamente diante desses fatores. Os motivos pelos quais os agricultores optaram por novas alternativas de trabalho, foram analisadas as narrativas de cada pluriativos, a fim de encontrar os fatores em comum que possam ter motivado a atividade não agrícola. A Figura 40 apresenta os fatores que são responsáveis pela atividade não agrícola. Os fatores motivacionais foram extraídos dos depoimentos dos pluriativos, ao relatarem as razões que levaram a família a trabalhar em atividade diferente da agricultura.

Figura 40 – Fatores que motivaram a inserção da atividade não agrícola



Conforme ilustra a Figura 40, os pluriativos destacaram cinco fatores motivadores da atividade não agrícola: (i) fenômeno da seca; (ii) dificuldade de acesso às políticas públicas agrícolas; (iii) pouca afinidade com a agricultura; (iv) atitude empreendedora e criativa; e (v) renda agrícola insuficiente. Em resumo, esses foram os principais fatores que motivaram a ocorrência da atividade não agrícola na dinâmica da família.

A pesquisa de campo possibilitou identificar a combinação de fatores condicionantes da pluriatividade, pois as ações no território local resultam na interação de fatores exógenos e endógenos. Nesse sentido, a decisão da unidade familiar em optar pela pluriatividade resulta de fatores econômicos, sociais, políticos e culturais.

Numa revisão de literatura – Schneider (2009), Carneiro (2009), entre outros – foram encontradas explicações distintas para justificar os fatores ou elementos condicionantes que motivaram a pluriatividade nas regiões Sul e Sudeste do país. Sua origem associa-se à descentralização da indústria e à expansão dos serviços no meio rural, decorrente da nova ruralidade e da proximidade das áreas urbanas. No entanto, a pluriatividade no Território de Identidade do Sudoeste Baiano parte do princípio de que os fatores externos à dinâmica familiar favoreceram a pluriatividade quando somados à decisão interna do núcleo familiar. A fim de quantif

Fonte: Organizado pela autora, com base na pesquisa de campo (2015). or município, foi organizada uma tabela (Tabela 19).

Tabela 19 – Comparativo dos fatores que motivaram a inserção da atividade não agrícola por município

Municípios	Fator I*	Fator II*	Fator III*	Fator IV*	Fator V*
Anagé	100%	-	-	-	-
Barra do Choça	25%	-	25%	25%	25%
Belo Campo	12%	-	25%	25%	38%
Caraíbas	20%	20%	-	60%	-
Planalto	-	-	33%	17%	50%
Tremedal	-	-	-	-	100%
Vitória da Conquista	27%	9%	18%	9%	37%

Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

* I. Fenômeno da seca; II. Dificuldade de acesso às Política Públicas Agrícolas; III. Pouca afinidade com a agricultura; IV. Atitude empreendedora e criativa; V. Renda agrícola insuficiente.

Desse modo, o resultado das entrevistas foi transformado em dados quantitativos, conforme a Tabela 19. Os dados indicam que a pobreza rural na região está associada à seca e às implicações decorrentes dela. Os quantitativos extremos (100%) vistos nos Fatores

Fenômeno da Seca e Renda agrícola insuficiente dos municípios de Anagé e Tremedal, bem como os percentuais dos demais municípios, indicam que a diminuição do peso da agricultura na manutenção das famílias rurais está condicionada a fatores exógenos.

Por meio dos depoimentos dos agricultores, verifica-se que as dificuldades para a reprodução familiar estão relacionadas também ao custo da produção e à escassez da chuva. Conforme argumentou um dos pluriativos, o que levou a sua família a buscar outra atividade “Foi um conjunto de fatores! A propriedade é pequena para manter todos. E com a falta da capacitação e de recurso para investir na propriedade, no período de secas, foi necessário investir em outras atividades” (Pluriativo de Anagé).

A ineficiência do Estado e do poder público local em implementar políticas públicas de combate à seca (Fator Dificuldade de acesso às Políticas Públicas Agrícolas) foi sentida, também, de forma direta, em Vitória da Conquista (9%) e Caraíbas (20%), como ilustra a Tabela 19.

Quanto aos percentuais distribuídos entre os Fatores Pouca afinidade com a agricultura e Atitude empreendedora e criativa, que foram apontados pelos demais municípios, com a exceção de Anagé e Tremedal, eles dão margem à interpretação de que, além da opção por outra profissão, os pluriativos estão se reinventando para poder reproduzir e, para isso, tem usado as potencialidades e habilidades humanas, como a atitude criativa e a ação empreendedora, em prol do benefício familiar.

No entanto, é importante destacar que só a capacidade endógena é insuficiente para se ter êxito, portanto, o desenvolvimento local/rural deve contar com mecanismos endógenos e exógenos, além de esforços governamentais e não governamentais, públicos e privados, como argumenta Amaral Filho (2001).

Na tentativa de ilustrar as principais dificuldades de cada localidade e os fatores que motivaram as famílias a trabalharem em atividade diferente da agrícola, foi organizado o Quadro 15, no qual são apresentados os depoimentos de duas famílias de localidades diferentes.

Quadro 15 – Principais dificuldades para a reprodução familiar distribuído por fatores motivacionais⁴⁷

Fator	Município	Principais dificuldades para reprodução familiar
Seca	Anagé	Como a seca na região é muito forte, eu não iria ficar na precisão porque não sou aposentada, e como tenho coragem de trabalhar, porque fui criada trabalhando, eu, junto com meus filhos, começamos a trabalhar em outras coisas além da agricultura.
	Vitória da Conquista	O tempo era difícil! Com a falta de chuva passávamos muita precisão! Na roça nós produzíamos mandioca, milho e feijão para o consumo. Para completar a renda da família tinha criação de galinha e porco, que vendíamos para ganhar dinheiro. Pai, também, saía para São Paulo, isso dava dinheiro.
Dificuldade de acesso às políticas públicas agrícolas	Vitória da Conquista	A falta de incentivo para os agricultores, por parte do poder público.
	Caraíbas	Como chove pouco, a plantação era insuficiente e com a falta de incentivo e financiamento do governo fez com que a gente buscasse um comércio. Outra coisa foi a garantia do preço do produto agrícola que não tem. Para produzir é caro, mas pra vende é barato.
Pouca afinidade com a agricultura	Vitória da Conquista	Hoje o comércio dá mais possibilidade de crescer. A roça é mais difícil! Agente sofria muito na roça de café.
	Belo Campo	A escolha. Como o serviço era muito pesado, minhas filhas não gostavam do trabalho na lavoura.
	Planalto	A falta de interesse pela agricultura e por ser uma forma mais segura de ganhar dinheiro.
Atitude empreendedora e criativa	Vitória da Conquista	A cultura da família. Minha mãe produzia biscoitos e eu a ajudava, aí eu casei e comecei a fazer biscoito. Eu parei de vender na feira e montei a minha própria fábrica. A produção de biscoito é melhor que agricultura!
	Caraíbas	A vida da roça era muito dura! Meu marido começou vendendo fumo. Depois foi aumentando os produtos que seriam vendidos. Ele tem tino para negócios!
	Tremedal	Aumentar o ganho para sustentar a família.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

Os depoimentos presentes no Quadro 15 mostram que a combinação dos fatores apresentados estimulou a pluriatividade, e tanto a decisão individual quanto familiar são resultados da relação dinâmica entre os fatores climáticos, econômicos, políticos e sociais, os quais têm afetado diretamente cada localidade. Atribui-se a essa realidade a falta de apoio técnico e de política descentralizada com vistas ao desenvolvimento do local/rural.

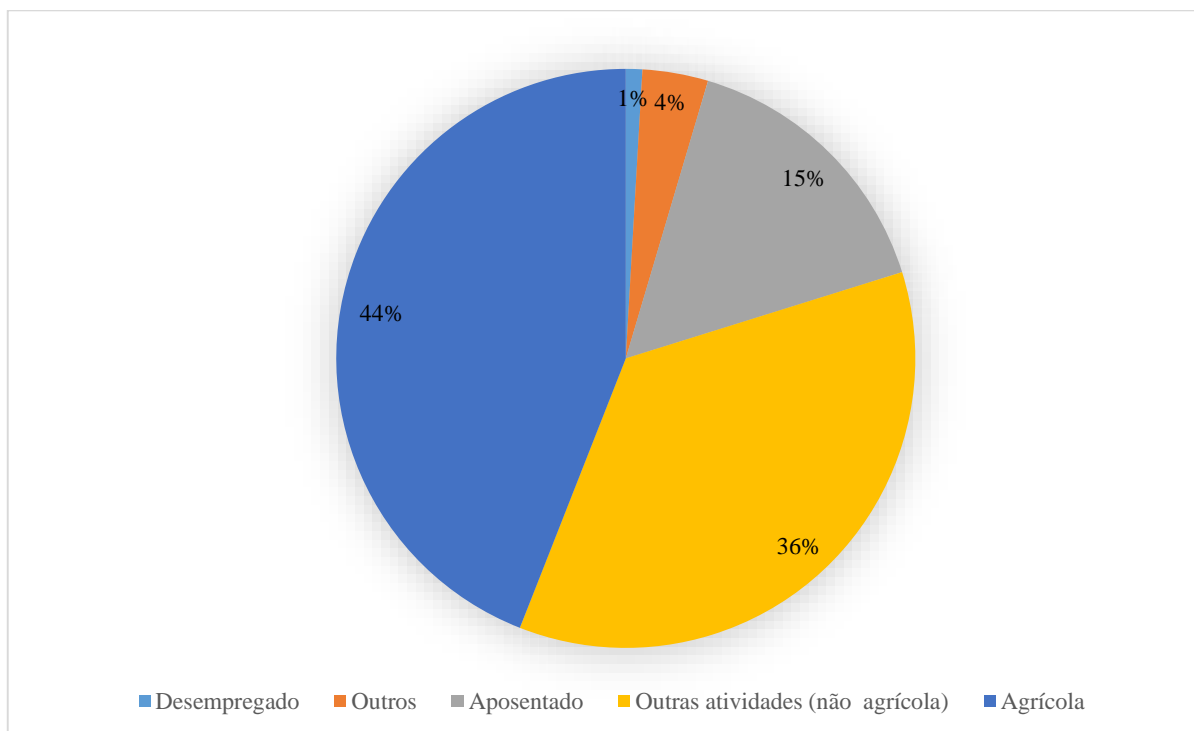
6.4 Urbanidade e ruralidade e as relações de trabalho que circundam o município de Vitória da Conquista

⁴⁷ As informações presentes no quadro se baseiam nas informações orais/verbais – entrevistas – concedidas pelos pluriativos participantes da pesquisa, em 2015.

Além das análises dos principais fatores que motivam a atividade não agrícola, é preciso entender o que os pluriativos têm feito para se reproduzir. Em relação à força de trabalho das famílias, pode-se afirmar que há uma significativa parcela de agricultores que, embora estivesse residindo e vivendo em uma propriedade rural, não estava ocupada em atividades agrícolas. Conforme argumenta Rocha (2011, p. 41), “o modo de produção capitalista rompe laços das sociedades antigas⁴⁸ e redefine os territórios por meio de novas formas de produção, de circulação, de consumo, de modo de pensar e de agir, materializando, no território, um novo realinhamento” que define novas formas de trabalho, isso porque a pluriatividade “aciona uma outra relação com o trabalho, uma relação plural fruto de uma fase do capitalismo marcada pela flexibilização dos contratos de trabalhos e pela terceirização” (CARNEIRO, 2009, p. 175).

O conjunto de práticas, ou as territorialidades dos pluriativos, está representado no Gráfico 14. Conforme os dados, 56% dos pluriativos estão trabalhando em atividades diferentes da agrícola.

Gráfico 14 – Ocupação principal dos membros das famílias pluriativas



Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

⁴⁸ A sociedade antiga deve ser entendida pelo sentido marxista, no qual todas as concepções do que é arcaico remetem a sociedades pré-capitalistas ou não capitalistas, conferindo, portanto, modernidade ao capitalismo.

Os percentuais apresentados no Gráfico 14 confirmam a tese de que a agricultura familiar vive hoje uma nova realidade frente à ruralidade, à urbanidade e à valorização do local. Novas formas de trabalho estão compondo o leque de atividades da família pluriativa do Território do Sudoeste Baiano, onde o antagonismo campo-cidade desaparece e dá lugar a uma inter-relação dos setores da economia classificados como rurais e urbanos. É necessário considerar, então, que – em virtude da inserção do capital no campo e da integração dos espaços campo e cidade – a dinâmica e os traços culturais do campo, no que refere à relação de trabalho, tornaram-se fluídas na sociedade contemporânea.

Sobre a dinâmica de trabalho das famílias, pode-se afirmar que há uma parcela significativa de agricultores que, embora esteja residindo e vivendo na propriedade rural, não ocupa atividade agrícola. Este tipo de pluriativo representa 36% dos pesquisados. Esse percentual comprova que as famílias têm assumido estratégias de desenvolvimento que unem os fluxos existentes entre o campo e a cidade, como argumentou Veiga (1999).

Assim, a interiorização e diversificação de atividades no campo com atividade agrícola e não agrícola faz parte da mentalidade e do cotidiano dos pluriativos. Essa racionalidade é percebida no depoimento de um pluriativo ao firmar que “com a divisão das tarefas na propriedade arrumamos tempo para trabalhar fora” (Pluriativo de Anagé).

Ao analisar a Tabela 20, constata-se que as famílias estão trabalhando, também, em outros tipos de serviços, em ramos diferentes do setor da economia.

Tabela 20 – Ramos de atividade não agrícola desenvolvida pelas famílias

Ramo de atividade	Quantitativo em (%)
Indústria	5%
Comércio	24%
Construção civil	7%
Transformação artesanal	8%
Transporte	7%
Serviços pessoais	24%
Serviço público	24%
Sem resposta	1%
Total	100%

Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

De acordo com a Tabela 20, os ramos de atividades que apresentam maiores quantitativos (24%) são: o comércio, os serviços pessoais e os serviços públicos. Essas atividades têm se consolidado pela complementaridade do modo de vida de quem vive no campo, haja vista que o aumento da mobilidade entre o campo e a cidade tem causado a expansão da atividade não agrícola.

Em todos os municípios há, entre os sujeitos da pesquisa, o consenso de que o campo e a cidade já estão unidos, como também argumentou Veiga (2004) no primeiro capítulo desta Tese. Os serviços que eram apenas característicos da cidade, também estão presentes no campo. Em razão disso, compreende-se que as pessoas que estão domiciliadas no espaço rural buscam, de forma crescente, mecanismos para aproximar-se do padrão de vida urbano. A presença no meio rural de alguns fixos, de meios transportes e de veículos de comunicação vêm desempenhando um papel significativo para que essa realidade ocorra.

Nesse sentido, os 19% dos pluriativos que estão ligados ao ramo de transporte, indústria e construção civil têm seu percentual justificado pela proximidade das sedes de seus respectivos municípios e pela proximidade destes com a cidade de Vitória da Conquista, que representa para a região um centro de atração por ser uma cidade média e por oferecer uma variedade de serviços e facilidades para a circulação de pessoas. Por esse motivo, a cidade tem recebido migrantes temporários e permanentes.

Sampaio (2013) organizou os fluxos migratórios de quem trabalha em Vitória da Conquista e mora em municípios vizinhos. Conforme a autora, as cidades que mais enviam migrantes para o trabalho em Vitória da Conquista são: Barra do Choça (36,8 km), Planalto (46,9 km), Poções (65,6 km), Anagé (57 Km), Belo Campo (60 Km), Tremedal (75 Km) e outras que estão num raio de 100 km de distância da cidade.

A autora argumenta, ainda, que alguns desses trabalhadores vão e voltam todos os dias, enquanto outros ficam na cidade por dois ou três dias. Esses trabalhadores, em sua maioria, “tem o ensino médio completo e evidenciam, portanto, a presença da mão de obra não qualificada. [...] Dentre os motivos citados para o trabalho em Vitória da Conquista, destacam-se a falta de oportunidade na cidade de origem seguida de aprovação em concurso público” (SAMPAIO, 2013, p. 135). A afirmação de um pluriativo confirma essa realidade: “Como minha esposa estudou fora, fez o curso de enfermagem e tem outra profissão, ela trabalha no hospital, eu fiquei trabalhando com a agricultura” (Pluriativo de Vereda Nova/ Planalto).

Outra característica que tem relação direta com a atividade não agrícola é a formação do agricultor. Muitos dos pluriativos que concluíram o ensino médio prestaram concursos públicos e estão trabalhando nas sedes de seus municípios e, por vezes, exercendo tais funções

na própria localidade, quando há equipamentos públicos locais. Desse modo, considera-se que as profissões desses trabalhadores são consequências da escolaridade, e por esse motivo, estão ingressando no setor público, como mostrou a Tabela 20.

Além das informações expostas sobre os tipos de atividades desenvolvidas pelas famílias pluriativas, a Figura 41 apresenta algumas das profissões dos pluriativos que trabalham em Vitória da Conquista no setor público e nos serviços pessoais.

Figura 41 – Atividades dos pluriativos que trabalham na sede em Vitória da Conquista



Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

No entanto, o processo de distribuição do emprego agrícola e o crescimento do número de pessoas ocupadas em atividades não agrícolas não definem que a agricultura familiar seja uma profissão ameaçada ou em decadência. Tudo indica que a queda da renda agrícola estimula a busca por fontes adicionais para suprir as necessidades das famílias. Esse fato foi exposto por várias famílias ao narrar os fatores que estimularam a pluriatividade na região pesquisada. É o caso da argumentação que retrata essa realidade: “A terra é insuficiente e a produção é pouca, fui obrigado a buscar outra profissão para agregar mais renda” (Pluriativo de Vereda Nova, Planalto).

Além da queda da receita agrícola, o que favorece o crescimento da atividade não agrícola é a localização dos municípios e das localidades rurais, que estão em uma região que polariza serviços, apresentando uma economia mais diversificada e um mercado de trabalho que absorve a mão de obra residente no campo e na cidade. O depoimento seguinte comprova essa situação:

Eu vim morar perto de conquista para ganhar dinheiro. Eu estudo, lavo roupa para fora, faço faxina e meu marido trabalha na indústria de argamassa. Juntamos dinheiro e já temos duas casas, essa aqui que a gente mora e mais uma para alugar. O dinheiro que sobra guardamos e vamos comprar outro terreno para construir outra casa para alugar (Pluriativa da Estiva, Vitória da Conquista).

As famílias em estudo, além de estarem em constante contato com o modo de vida urbano, conforme indica a Tabela 21, mantêm relações com o modelo de vida tradicional. Conforme os dados, 36 % dos pluriativos, optam por sair de suas terras e trabalhar nos centros urbanos.

Tabela 21 – Localização da atividade principal da família pluriativa – 2015

Localização da atividade	Quantitativo em (%)
No domicílio	31%
Vizinho ao domicílio e zona rural	29%
Vizinho ao domicílio e zona urbana	22%
Fora/distante do domicílio e zona urbana	14%
Fora/distante do domicílio e zona rural	4%

Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

Nessa perspectiva, vale ressaltar que a migração para o Sudeste do país não é mais a principal alternativa dos pluriativos a fim de alcançar melhoria nas condições de vida, uma vez que os agricultores passaram a valorizar a potencialidade do local e a se enxergar como atores sociais capazes de mudar a realidade social e econômica em que estão inseridos. Para isso, contam com a cooperação de todos os membros da família. Ou seja, com o capital social gerado por eles. De acordo com o depoimento de um dos chefes de família, há o desejo de consolidar, na propriedade, a atividade para-agrícola e ressalta, ainda, a importância do trabalho familiar.

Antes nós não tínhamos apoio nenhum do governo. Minhas filhas foram trabalhar fora, em São Paulo, no comércio e como empregada doméstica. Além da agricultura, com o recurso do PRONAF estou investindo na criação

de gado. Os negócios estão prosperando e meu plano é ampliar o rebanho para fazer doces de leite, queijo e requeijão para vender. Como a vida tá melhor, quero que minhas filhas venham trabalhar aqui. (Pluriativo de Bomba, Belo Campo).

Os dados apresentados na Tabela 21 mostram que 31% dos pluriativos têm a propriedade rural como principal local de trabalho, por desenvolver na unidade rural a atividade para-agrícola e intersetorial. Nas propriedades, os pluriativos instalam pequenos comércios de produtos alimentícios, higiene e limpeza, material de construção, entre outros, administrados pelos próprios membros da família, em um sistema de cooperação e ajuda mútua.

Por meio dessas novas formas de trabalho, caracterizadas pelo movimento mútuo de agenciamento, os pluriativos estão recriando seus territórios. Esse processo ocorre mediante “pensamentos e desejos que agem como uma força criadora que comporta dentro de si vetores de reterritorialização e de reterritorialização” (ROCHA, 2011, p. 47). A autora explica que o território, em sua base material ou natural, é apropriado por determinado grupo social, que passa a manter uma relação de apropriação e de dominação. Essa relação resulta na construção ou reconstrução do território. O que ocorre, na realidade, é que o território “antigo”, após o agenciamento de um grupo social, ganha uma nova função e, consequentemente, uma nova forma, assim explica Haesbaert (2005). A Figura 42 ilustra o comércio de uma família pluriativa da localidade de Jiboia em Caraíbas e a nova forma de uso do território.

Figura 42 – Caraíbas: Casa de material de construção e mercearia em unidade familiar na Jiboia



Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Os pluriativos, além de trabalharem em pequenos negócios, também estão desenvolvendo outras atividades no campo. Ou seja, 29% deles estão trabalhando em outros tipos de serviços, considerados antes exclusivamente urbanos, a exemplo das profissões de professor, enfermeiro, auxiliar de secretaria, entre outros.

Foi observado *in loco* que as áreas rurais pesquisadas também se modernizaram e hoje apresentam características da nova ruralidade, como expôs Silva, J. G. (1999), ao caracterizar o novo rural brasileiro. Com a nova ruralidade, os pluriativos estão seguindo uma nova tendência, a de residir e trabalhar na própria localidade ou em localidades próximas.

Há ainda as situações em que 14% dos pluriativos trabalham fora e distante do domicílio e 22% trabalham na zona urbana e vizinha ao domicílio. Esses dados reforçam a lógica da migração pendular exposta anteriormente, na qual muitos estão ocupando funções em diferentes ramos de atividade não agrícola. O depoimento ilustra a dinâmica do trabalho não agrícola:

Eu vim de Anagé para Barra do Choça e comprei um sítio. Como no começo a propriedade era pequena e o que nós produzíamos não dava para sustentar a família, cada um foi desenvolvendo outra atividade. Depois as coisas foram dando certo e nós fomos ampliando a propriedade. Hoje todo mundo trabalha fora e aqui na terra da família. Minha filha é professora e trabalha nessa escola aqui de frente. Tenho um filho que é motorista da São Geraldo em Conquista e outro trabalha na prefeitura (Pluriativo de Barra Nova, Barra do Choça).

O menor percentual encontrado (4%) agrupa os pluriativos que trabalham na zona rural, fora e distante do domicílio. Esses pluriativos estão quase exclusivamente ligados ao setor de serviços, trabalhando, na maioria das vezes, como diaristas nas lavouras de café, nos municípios de Barra do Choça e Planalto. Nesses municípios, a maioria dos agricultores estão localizados na Zona da Mata, sobrevivendo entre grandes e médios produtores de café, ora trabalhando na cafeicultura, ora na propriedade da família, garantindo, dessa forma, sua permanência no campo. Soares e Rocha (2010, p. 143) argumentam que a “maior parte da população é composta de pequenos proprietários, os quais sobrevivem do trabalho na cafeicultura, de modo especial, no período da safra, quando a oferta do emprego é maior”.

A dinâmica da atividade não agrícola vivida por esses atores sociais expõe os principais problemas vividos nessas localidades, possibilitando a busca de novos caminhos ou estratégias para o desenvolvimento e o respectivo crescimento econômico e social local.

Outro fator que, num futuro muito próximo, irá estimular a pluriatividade e o movimento pendular rural-urbano é a expansão e multiplicação de aglomerados urbanos, concentrados em condomínios fechados ou em loteamentos residenciais, que estão sendo construídos

dispersamente, por construtoras do ramo imobiliário, no entorno das áreas periféricas da cidade de Vitória da Conquista, e até mesmo em áreas rurais de interface urbana, como representa o mapa da Figura 43.

Figura 43 – Vitória da Conquista: Condomínios urbanos em área de interface rural



Fonte: Pesquisa de campo 2015/ Produzido por Edvaldo Oliveira.

A proliferação de casas de fim de semana ou de segundas residências que tendem a se reverter em primeira residência, em condomínios fechados, é um fenômeno recorrente em áreas metropolitanas e nas cidades médias do Brasil, caso da cidade de Vitória da Conquista que se destaca por ser uma cidade polo regional.

A dispersão desses condomínios no perímetro urbano de Vitória da Conquista e nas áreas rurais de interface urbana provenientes da urbanização pode promover oferta de emprego para as famílias das áreas rurais adjacentes, a exemplo das atividades rurais não agrícolas. No entanto, a análise da dispersão de condomínios não pode ser feita considerando apenas a relação

de complementaridade rural-urbano e urbano-rural. O estudo da nova ruralidade e da urbanidade perpassa por proposições e formulações políticas que sejam adequadas a esses espaços. Dessa forma, cabe ao poder público e a seus atores pensar no uso e no planejamento desses espaços a partir de ideias fundamentadas na sustentabilidade, na valorização das potencialidades locais e no planejamento com vistas ao desenvolvimento endógeno para: (i) evitar o abandono do campo devido à oferta de emprego; (ii) proporcionar às famílias do campo sua permanência desenvolvendo atividade não agrícola; (iii) conservar sua função primordial e também valorizar as funções paisagísticas, turísticas e ecológicas atribuídas ao campo; (iv) estimular a agricultura familiar; (v) sobretudo, proporcionar o uso racional e equilibrado do meio ambiente.

Com base no exposto, fica evidente que a dispersão de condomínios residências no entorno da cidade de Vitória da Conquista só terá implicações positivas nos espaços rural e urbano e estimulará a pluriatividade se o poder público e as políticas de planejamento que envolvem esses espaços adotarem as proposições citadas e assumirem as demandas que surgirem do local.

CAPITULO VII

7 ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO FAMILIAR, PLURIATIVIDADE E CAPITAL SOCIAL NO TERRITÓRIO DE IDENTIDADE DO SUDOESTE BAIANO

A pluriatividade no Território de Identidade do Sudoeste Baiano conta com a força do capital social, ou seja, as normas de reciprocidade e confiança, para se estabelecer e obter êxito quanto ao desenvolvimento local/rural e à melhoria das condições de vida dos pluriativos. Para isso, são utilizadas estratégias para a reprodução familiar com base nesse capital.

Assim, este capítulo apresenta uma descrição da pluriatividade nos municípios de Caraíbas, Anagé, Belo campo, Tremedal, Barra do Choça, Planalto e Vitória da Conquista. Serão destacadas as estratégias utilizadas e como se estabelece o capital social em cada uma delas e como isso reflete na renda e na qualidade de vida dos pluriativos.

7.1 Estratégias de reprodução familiar e o capital social existente entre as famílias pluriativas

O conceito de estratégia, utilizado nesse trabalho, perpassa conceitos estudados pela Sociologia, tais como a escolha, o poder, a interação social e a reprodução. Além de suscitar uma discussão sobre o tipo de ação que é empreendida pelos que a colocam em prática. A estratégia pode variar de acordo com os interesses individuais e coletivos, devendo ser interpretada como “o resultado das escolhas, opções e decisões dos indivíduos à família e da família em relação ao indivíduo” (SCHINEIDER, 2009, p. 111). Outra característica da estratégia é a alternatividade, que, a depender da decisão da família, pode ser mudada ou não.

Nos municípios pesquisados do Território de Identidade do Sudoeste Baiano as estratégias das famílias pluriativas, em geral, são traduzidas não apenas como o anseio por uma renda mais alta e melhores condições de trabalho e vida, mas com uma forma de garantir a reprodução de gerações subsequentes. A pluriatividade pode ser entendida como uma estratégia de reprodução, “diante de uma situação de risco ou de vulnerabilidade, ou então como uma estratégia de adaptação, quando os indivíduos membros de uma família possuem certos atributos que lhes permitem optar e decidir frente a um conjunto de oportunidades e possibilidades de inserção laboral” (IPEA, 2013, p. 23).

As estratégias ligadas à pluriatividade, como já foi dito no segundo capítulo, estão ligadas a três tipos de pluriatividade, conforme apresenta o Quadro 16, a seguir.

Quadro 16 – Tipos de pluriatividade encontradas nos municípios - 2015

Tipos de pluriatividade	Características da pluriatividade
Pluriatividade Intersetorial	Esse tipo de pluriatividade é decorrente do processo de encadeamento e articulação da agricultura com os demais setores da economia, como indústria, comércio e serviços.
Pluriatividade de Base Agrária	A pluriatividade de base agrária é realizada dentro do próprio setor agropecuário e decorrente da demanda crescente por serviços e atividades resultantes do processo de modernização da agricultura, expandindo a terceirização de etapas ou fases dos processos produtivos na agricultura, implicando na subcontratação e no aluguel de máquinas e equipamentos e na contratação de serviços auxiliares para a execução de tarefas.
Pluriatividade Para-agrícola	A pluriatividade para-agrícola ocorre com a transformação e o beneficiamento ou do processamento artesanal de matéria-prima existente no local, sendo esse destinado à comercialização. Em geral, este tipo de pluriatividade é ligado à produção de derivados de matérias-primas, tais como: leite, cana de açúcar, carnes, frutas e outros produtos que podem ser transformados e comercializados e no interior das propriedades com vistas a agregação de valor.

Fonte: Organizado pela autora, com base em IPEA (2013, p. 25-26).

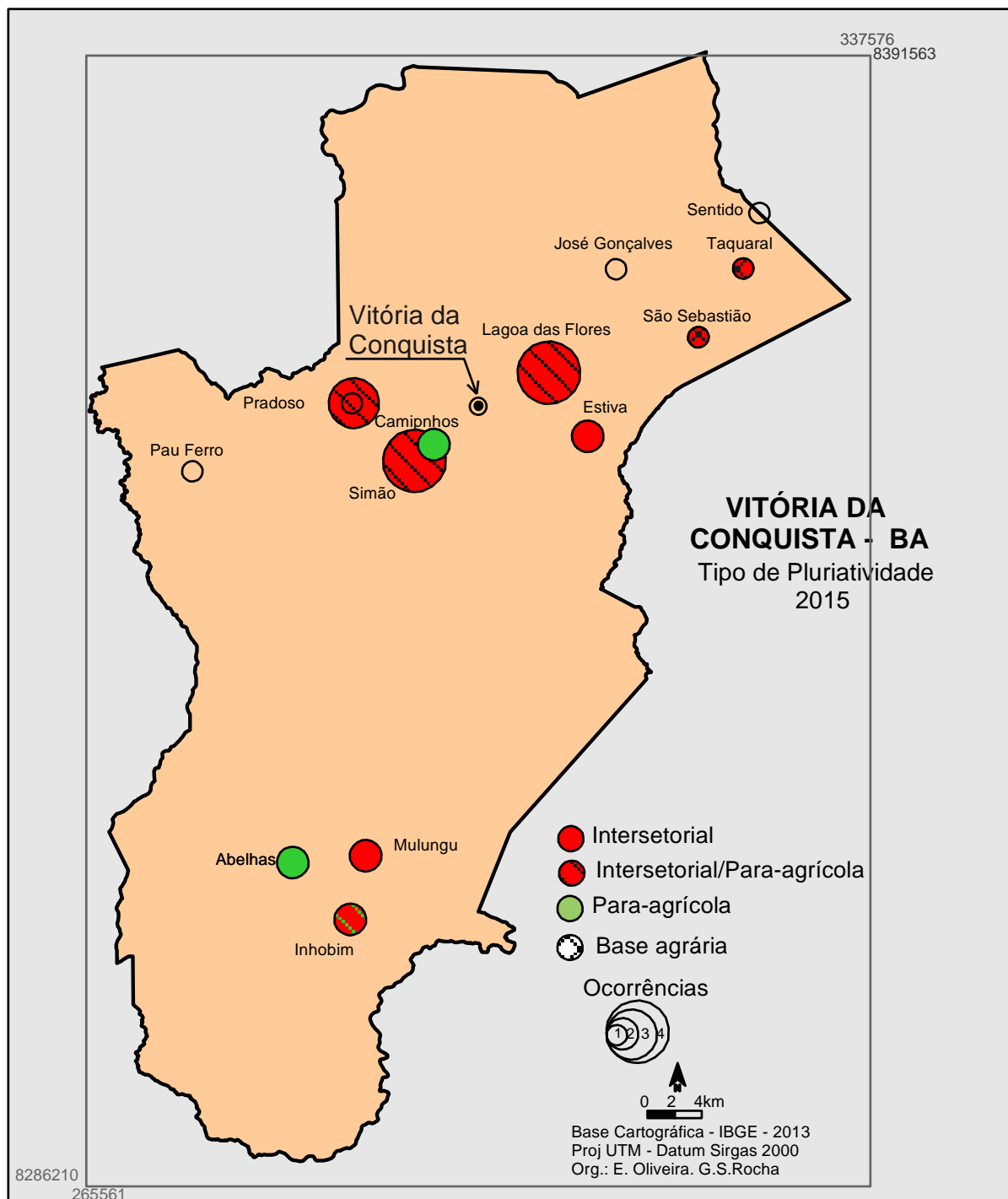
As estratégias adotadas pelas famílias pluriativas dos municípios analisados se diversificam de localidade para localidade, por adotarem tanto fatores endógenos do território quanto fatores exógenos, a exemplo da vantagem competitiva local de cada município ou localidade.

Para identificar as estratégias usadas pelos pluriativos e caracterizar os tipos de pluriatividade existentes no Território de Identidade do Sudoeste Baiano as informações foram sistematizadas por município.

7.2 A pluriatividade no município de Vitória da Conquista

Em Vitória da Conquista, assim como nos demais municípios pesquisados, as famílias pluriativas combinam agricultura com novas formas de trabalho, tornando o campo multifuncional. A ampliação das relações entre o campo e a cidade, a mobilidade do trabalho e o enfrentamento das condições adversas fizeram surgir novas perspectivas de trabalho, tanto no campo quanto na cidade. O mapa da Figura 44 ilustra os tipos de pluriatividade encontrados no município de Vitória da Conquista. Conforme o mapa, predomina na região a pluriatividade intersetorial e para-agrícola. A atividade intersetorial é justificada pela proximidade do centro urbano de Vitória da Conquista, o qual oferece um leque de serviços para toda a área circundante. Tal característica interfere na dinâmica cultural e econômica das localidades e também das cidades vizinhas.

Figura 44 – Vitória da Conquista: Tipos de pluriatividade do município - 2015



Fonte: Pesquisa de campo, 2015 /Produzido por Edvaldo Oliveira.

Nas localidades da Lagoa das Flores, São Sebastião e Taquaral as estratégias são diversificadas e atendem à demanda decorrente do fluxo de circulação promovido pela BR-116 e pelo distrito industrial, que está instalado na localidade da Lagoa das Flores. Além desses fatores, a proximidade com a cidade de Vitória da Conquista, a nova ruralidade e o aumento da população local têm ampliado a presença de fixos nas referidas localidades. Com base nos

aspectos apresentados, pode-se afirmar que a relação campo-cidade se tornou estreita nessas localidades e que, ao longo do tempo, os costumes ditos da cidade passaram a fazer parte do cotidiano de quem vive no campo.

Nas localidades citadas, embora havendo o predomínio de fixos relacionados a serviços alimentares, tais como restaurantes, bares, mercearias, açougue e supermercado, também há fixos relacionados a outras atividades, a exemplo de lojas de material de construção, pousadas e hotéis, agências de correio, fábricas, escolas, lugares destinados ao lazer e à recreação, lojas de roupa e de sapatos, perfumarias, salão de beleza, dentre outros. As Figuras 45 e 46 ilustram alguns dos tipos de fixos presentes nas localidades.

Figura 45 – Vitória da Conquista: Restaurante administrado por pluriativo em Lagoa das Flores



Fonte: Pesquisa de campo, 2015/Foto da autora.

Figura 46 – Vitória da Conquista: Salão de Cabeleireiro de pluriativo em Lagoa das Flores



Fonte: Pesquisa de campo, 2015/Foto da autora.

Com a diversificação desses fixos, ampliou-se, nessas localidades, a oferta de serviços não agrícolas, passando a gerar empregos para profissionais de diversos setores de serviço. A inserção dos pluriativos nesses fixos está evidenciada nas Figuras 45 e 46, e nas estratégias descritas abaixo:

Eu administro o restaurante de quinta a domingo, trabalho como churrasqueiro aqui e em festas nos sítios vizinhos. Minha mulher e meus filhos continuam com a terra, produzindo hortaliças e vendendo na feira. Eles também trabalham na produção de temperos caseiros (Pluriativo da Lagoa das Flores). Eu trabalho na contabilidade; e minha família na produção de flores (Pluriativo da Lagoa das Flores).

Pai é agricultor, um irmão meu é carpinteiro, o outro é pedreiro. Eu tenho esse ponto aqui e trabalho como cabelereiro, além disso, aproveito o lugar para vender artesanato, refrigerantes e doces. Nos finais de semana eu faço fotografia de festas (Pluriativo da Lagoa das Flores).

Nos relatos dos pluriativos, visto que a atividade intersetorial surge como consequência da decisão familiar de se adaptar ao sistema produtivo capitalista, os pluriativos não demonstraram insatisfação ao assumirem que exercem atividades diferentes da atividade agrícola. Para eles, a atividade intersetorial é uma adaptação às novas formas mercantis. Ressaltando que, nessas localidades, a tradição é a produção de hortaliças (como ilustrado na Figura 47) por meio de trabalho familiar. De forma que os produtores trabalham em rede de cooperação e ajuda mútua e, dessa maneira, garantem a continuidade e a reprodução familiar. As famílias reconhecem que o capital social gerado por elas repercute de forma positiva no desenvolvimento da atividade local.

Figura 47 – Vitória da Conquista: Produção de hortaliças de Lagoa das Flores



Fonte: Pesquisa de campo, 2015/Foto da autora.

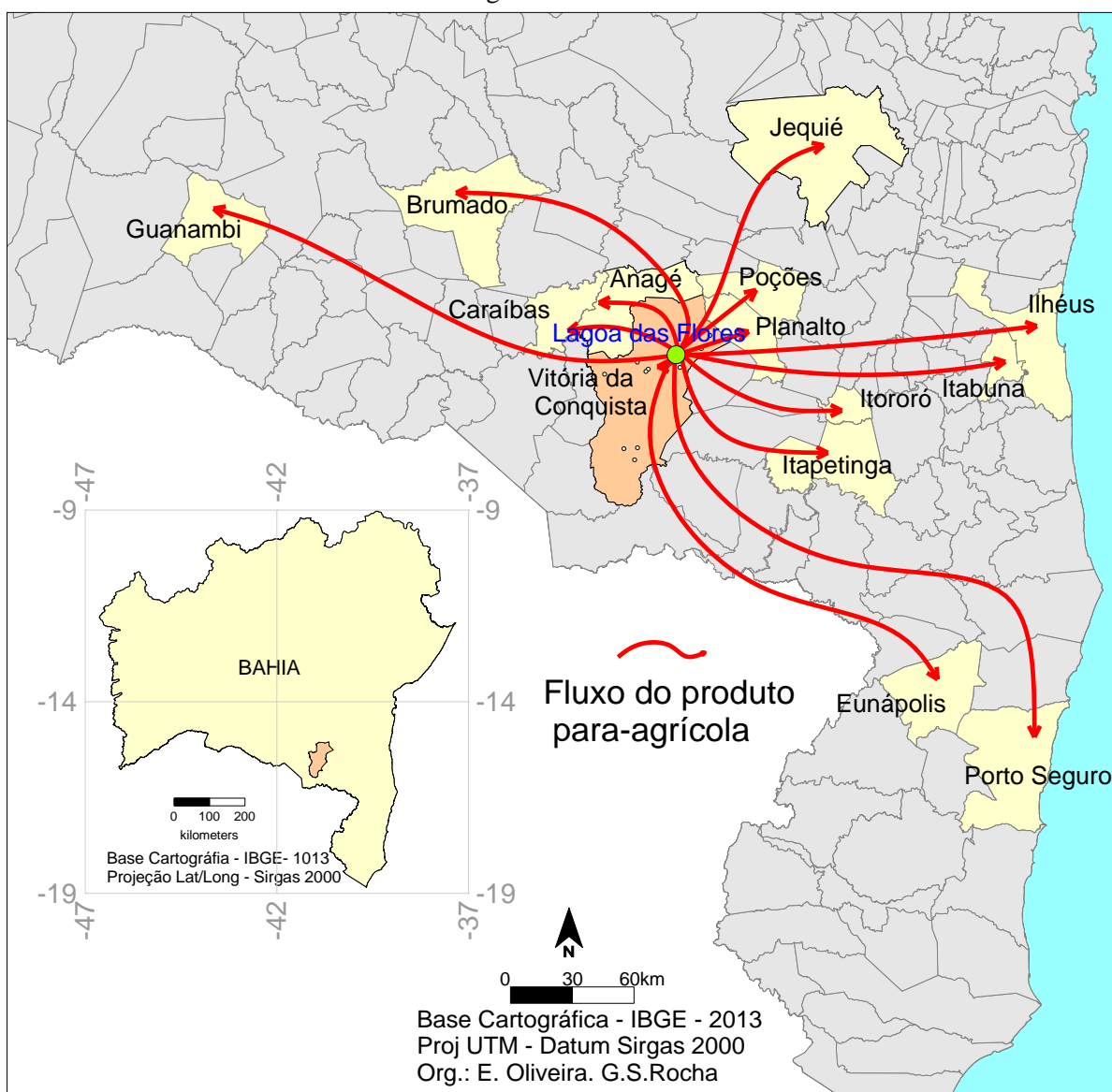
A contratação de mão de obra para a manutenção da cultura de hortaliças é praticamente inexistente, predominando, nas unidades produtivas, o trabalho familiar, com os pluriativos desenvolvendo tarefas que vão do plantio ao gerenciamento das unidades produtoras.

Em virtude da produção de hortaliças em toda região ser feita em grande escala e o mercado consumidor local não ser suficiente para absorvê-la, o excedente dessa produção geralmente é transformado em outros produtos. De forma que o produto natural excedente retorna às unidades produtivas e, ao invés de ser descartado, é beneficiado e transformado em diferentes tipos de temperos. Assim, os pluriativos (intersetorial) também passam a desenvolver a atividade para-agrícola, por meio do beneficiamento da matéria-prima.

Com a diversificação de culturas e com o aumento da qualidade dos produtos, a produção de hortaliças ganhou o reconhecimento da comunidade em todo o Território de Identidade do Sudoeste Baiano e dos territórios vizinhos, isso implicou a garantia de vendas permanentes e em grande escala desses produtos em toda região.

O mapa representado pela Figura 48 mostra o fluxo de circulação das hortaliças e dos produtos para-agrícolas que saem da Lagoa das Flores e das localidades vizinhas para atender às feiras livres, às mercearias, aos restaurantes e aos supermercados de vários municípios.

Figura 48 – Vitória da Conquista: Fluxo dos produtos agrícolas e para-agrícola de Lagoa das Flores - 2015



Fonte: Pesquisa de campo, 2015/Produzido por Edvaldo Oliveira.

A atividade para-agrícola também ganha destaque nas localidades do Pradoso, Simão e Campinhos, por meio da produção de goma fresca, farinha e biscoitos caseiros derivados da mandioca, responsável pelos tipos mais tradicionais de biscoitos, como o “avoador”, o “cozido e assado” e o biscoito doce, conforme as ilustram as Figuras 49 e 50, a seguir.

Figura 49 - Vitória da Conquista:
Biscoito Avoador produzido em Simão



Fonte: Pesquisa de campo, 2015/Foto da autora.

Figura 50 - Vitória da Conquista:
Biscoito Doce produzido em Simão



Fonte: Pesquisa de campo, 2015/Foto da autora.

Ressalta-se que a produção de biscoitos caseiros e de farinha em fabriquetas familiares (Figura 51 e 52) é uma das principais estratégias de reprodução das famílias dessas três localidades.

Figura 51 – Vitória da Conquista: Fabriqueta de farinha em Simão



Fonte: Pesquisa de campo, 2015/Foto da autora.

Figura 52 – Vitória da Conquista: Fabriqueta de farinha em Campinhos



Fonte: Pesquisa de campo, 2015/Foto da autora.

Segundo Sampaio (2006, p. 118), “a produção de biscoitos caseiros em Vitória da Conquista teve suas primeiras unidades instaladas há aproximadamente 50 anos, resistindo às mudanças e ao crescimento da cidade, e tem se destacado pela tradição regional”.

Como produtora e consumidora de biscoitos caseiros, as localidades se consolidaram por meio do comércio e de pequenas indústrias desses produtos, geralmente artesanais. Sampaio (2006, p. 117) aponta o elemento que contribuiu para o desenvolvimento dessa atividade na região:

A facilidade de adaptar-se às variações climáticas favoreceu o plantio da mandioca no Planalto de Conquista. A produção, desde o plantio até a condição de uso era geralmente feita por pequenos agricultores e da mão-de-obra familiar [*sic*]. A mandioca ganhou importância na alimentação, pois além do alimento cozido, a criatividade das donas-de-casa [*sic*] foi transformando a simples raiz nos mais variados alimentos; farinha, puba e goma. Desta variação surgiu uma enorme quantidade de receitas e usos variados, que tornaram a mandioca a rainha dos alimentos no Planalto de Conquista.

Além das questões climáticas e da adaptação da cultura ao local, a produção de biscoitos caseiros faz parte da cultura das famílias e é passada de geração para geração. Os depoimentos a seguir confirmam a atividade para-agrícola como estratégia de reprodução familiar.

Foi a oportunidade de sobreviver. Houve a oportunidade de fazer salgadinho, aí começamos o nosso próprio negócio (Pluriativo do Campinhos).

Trabalho com biscoito por causa da cultura da família. Minha mãe produzia biscoitos e eu a ajudava, aí eu casei e comecei a fazer biscoito. Eu parei de vender na feira e montei a minha própria fábrica. A produção de biscoito é melhor que agricultura (Pluriativo do Pradoso).

As Figuras 53 e 54 ilustram alguns espaços das fábricas de biscoitos nas localidades de Campinhos e Pradoso.

Figuras 53 – Vitória da Conquista: Fabriqueta de biscoitos em Campinhos



Fonte: Pesquisa de campo, 2015/Foto da autora.

Figuras 54 – Vitória da Conquista: Fabriqueta de biscoito em Pradoso



Fonte: Pesquisa de campo, 2015/Foto da autora.

Na maioria das vezes, as fábricas surgiram nas residências dos próprios pluriativos, que, diante da dificuldade de ter um ponto comercial, foram obrigados a destinar um ou mais cômodos da casa para a produção de biscoitos. Desse modo, o lar representa, para algumas famílias, lugar de moradia e de trabalho.

Além da residência conjugada com o espaço definido para a produção de biscoitos, há, também, no local, residências e prédios com espaços definidos para a produção e comercialização dos produtos. Segundo Sampaio (2006, p. 128), destaca-se, nesse último exemplo de fábrica, a profissionalização da produção, uma vez que os espaços “são distintos, mesmo com estruturas simples, há, visivelmente, maiores cuidados com o local de produção. Não há muita interferência no cotidiano de quem mora na casa e não se envolve com a produção. Grande parte da produção é vendida nas feiras e para muitos municípios”.

Nesse sentido, a atividade intersetorial também faz parte das estratégias dos pluriativos do Pradoso e Simão, assim como das localidades de Lagoa das Flores, São Sebastião e Taquaral. A proximidade com a cidade de Vitória da Conquista justifica o desenvolvimento desse tipo de atividade, ou seja, a cidade, sendo um importante polo comercial, permite a comercialização e distribuição dos produtos para outras localidades. O mapa da Figura 55 ilustra esse processo de

fornecimento da produção para-agrícola do Pradoso, em proximidade com Vitória da Conquista, para cidades circunvizinhas.

Figura 55 – Vitória da Conquista: Fluxo do produto para-agrícola de Pradoso - 2015



Fonte: Pesquisa de campo, 2015 /Produzido por Edvaldo Oliveira.

Ainda sobre esse tipo de produção, as narrativas confirmam as estratégias usadas pelos pluriativos e a forma como fazem para combinar dois tipos de atividades:

O ganho da agricultura e da produção de farinha é pouco! Quando a gente divide tudo o que ganha, cada irmão fica com uma parte pequena. Surgindo a oportunidade de trabalhar fora, é bom! Eu trabalho também na fábrica de confeções (Pluriativo do Campinhos).

Na fábrica de biscoito produzo mais de 25 tipos de biscoitos doces e 8 de tipos salgados. O meu esposo tem caçamba, meu filho trabalha numa distribuidora e minha filha trabalha comigo. Agora que ela passou em administração vou passar a produção de biscoitos doces para ela tomar conta (Pluriativo do Pradoso).

Aqui todo mundo trabalha, uma trabalha na casa de farinha, outro montou uma quitanda e é motorista de caminhão; nós produzimos hortaliças para vender na quitanda e na feira de Conquista (Pluriativo do Pradoso).

A Figura 56 mostra a quitanda (visualização externa e interna) na localidade do Pradoso, administrada pela família.

Figura 56 – Vitória da Conquista: Quitanda de Pradoso



Fonte: Pesquisa de campo, 2015/Foto da autora.

Outra localidade que merece destaque pela atividade intersetorial e pela oferta de mão de obra ligada à atividade não agrícola é o povoado da Estiva. Este povoado é basicamente ocupado por sitiantes que possuem no local casas de segunda residência, e por agricultores que moram no povoado e trabalham no comércio local e nos sítios que estão no entorno de suas residências.

No povoado da Estiva, as atividades estão associadas ao turismo rural contemporâneo e à demanda dos moradores, predominando atividades de caseiro, faxineira, lavadeira, cozinheira de restaurante, balconista de supermercado e de mercearias e atendentes de bares e restaurantes.

O desenvolvimento dessa localidade está relacionado com o processo de urbanização vivido pela cidade de Vitória da Conquista e pela interligação entre os espaços urbano e rural. Decorrente desse processo, passou a existir nessa localidade alguns fixos, tais como mercearias, restaurantes, quitandas, salão de beleza, lojas de material de construção etc. (Figura 57), o que tem repercutido de forma positiva na vida dos moradores do povoado.

Figura 57 – Vitória da Conquista: Estabelecimentos comerciais de Estiva



Fonte: Pesquisa de campo, 2015/Foto da autora.

Nas localidades de Abelhas, Mulugum e Inhobim as estratégias também estão relacionadas às atividades intersetorial e para-agrícola. Predominando, nessas localidades, atividade agrícola relacionada à cultura do café e plantio de frutas cítricas, além de culturas exóticas, utilizadas com adubos naturais e inseticidas.

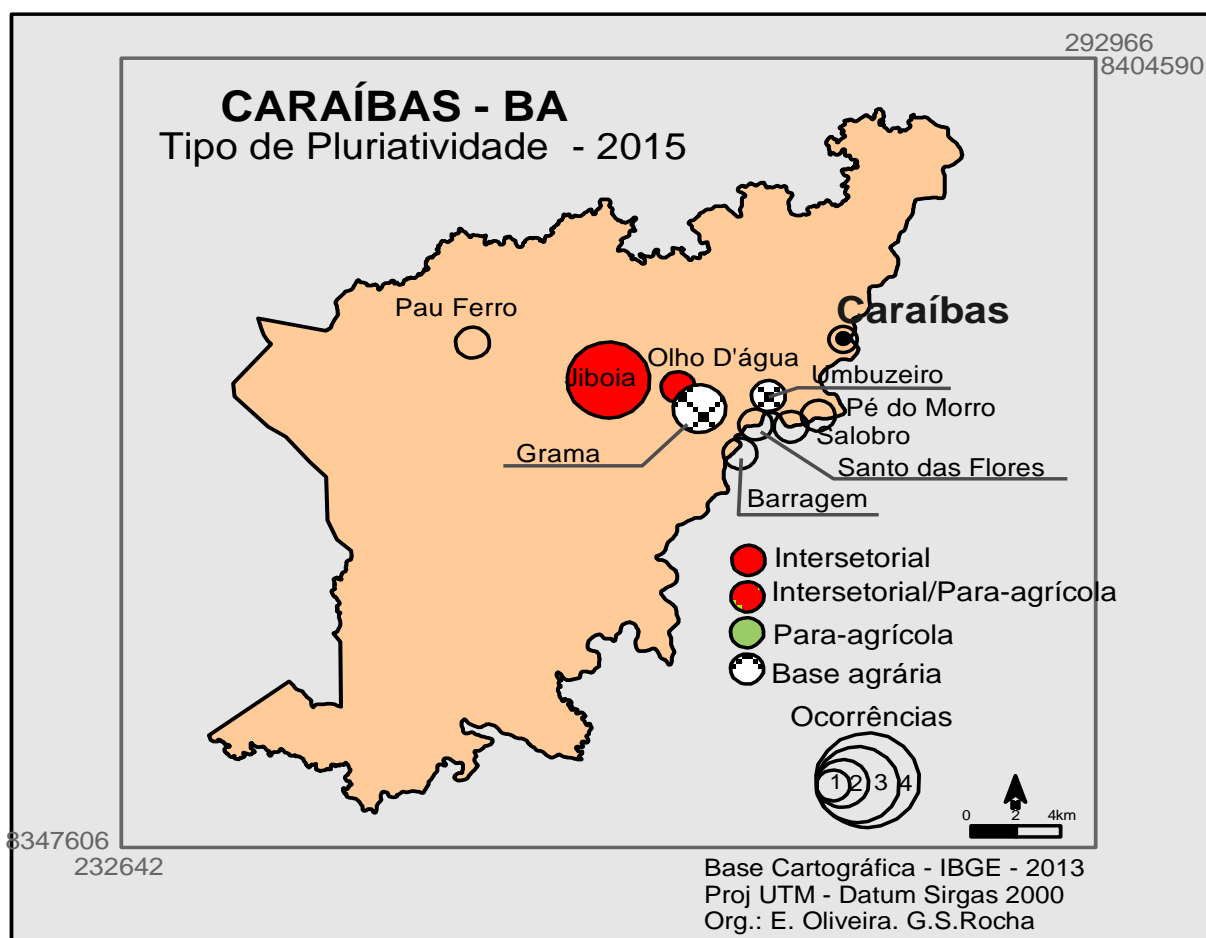
Parte das atividades pluriativas do município de Vitória da Conquista, encontrada em nove localidades da zona rural e uma localidade de interface urbana, foram descritas nesta seção. Os exemplos citados demonstram que os diferentes tipos de pluriatividade apresentados são decorrentes da urbanidade e ruralidade. No entanto, as famílias relataram que outras pessoas da mesma família trabalham em atividades diferentes das apresentadas, tais como: diarista, servidor público, autônomo (produtor de flores), produção de biscoitos, prestação de serviços (costureira), ajudante de cozinha, churrasqueiro, cabelereiro, comerciante, secretário de contabilidade, diarista, pedreiro, operador de máquina, produtor de biscoitos, produtor de farinha, motorista de caminhão, autônomo (dono de quitanda), balconista de supermercado.

7.3 A Pluriatividade no município de Caraíbas

O município de Caraíbas é classificado pelos indicadores do IBGE (2010) como uma das áreas mais secas e pobres do Estado da Bahia. No município, o clima predominantemente seco implica em baixos índices de precipitações anuais e, conseqüentemente, na escassez de água e nas elevadas médias de temperaturas anuais. Conforme Rocha (2011), essas condições repercutem de forma negativa no desempenho agrícola dos pequenos agricultores, que necessitam dos recursos naturais para desenvolverem a agricultura tradicional.

Assim, a pluriatividade surge em resposta às condições climáticas e, também, em virtude da ineficiência das políticas públicas para o combate da pobreza rural. As estratégias de reprodução, conforme podem ser vistas no Figura 58, mostram como os pluriativos têm enfrentado as condições adversas da região.

Figura 58 – Caraíbas: Tipos de pluriatividade do município - 2015



Fonte: Pesquisa de campo, 2015 /Produzido por Edvaldo Oliveira.

Visto que estas condições de adversidade têm na seca um dos fatores que impulsionaram a pluriatividade no local, para combatê-la os pluriativos das localidades da Jiboia e do Olho D'água, com a cooperação e o trabalho coletivo dos membros das famílias, passaram a desenvolver atitudes criativas e empreendedoras nessas localidades. As narrativas apontam como a pluriatividade intersetorial está sendo desenvolvida pelas famílias.

Eu, comecei vendendo umbu, em 1971. Na época só tinha uma vendinha, no tempo da fruta eu vinha vender e no resto do ano eu ficava trabalhando na roça. Depois de um tempo comecei a vender mantimentos no litro e vendia também cachaça. Hoje, abri uma lanchonete, uma casa de material de construção e uma loja de móveis. Cada filho trabalha em um estabelecimento e assim vamos tocando (Pluriativo da Jiboia).

Trabalho como caseiro e minha esposa é arrumadeira. Trabalhamos nas nossas terras e ainda temos outras rendas (Pluriativo de Olho D'água).

A Figura 59, abaixo, ilustra os pontos comerciais de um pluriativo na localidade da Jiboia.

Figura 59 – Carafbas: Estabelecimentos comerciais de uma família pluriativa em Jiboia



Fonte: Pesquisa de campo, 2015/Foto da autora.

A pluriatividade intersetorial das localidades da Jiboia e do Olho D'água é decorrente do processo de encadeamento e articulação da agricultura com os demais setores da economia, principalmente do comércio. O desenvolvimento dos estabelecimentos comerciais dos pluriativos da Jiboia tem relação com fluxo de circulação promovido pela rodovia BA 262. O povoado representa um ponto de referência no município para os viajantes que chegam e saem do local com destino ao interior do município e para outras cidades. Outro fator que favoreceu o desenvolvimento da atividade comercial local foi a ruralidade ocorrida no povoado da Jiboia.

Na porção do povoado que fica às margens da rodovia BA 262 desenvolveu-se um novo centro comercial, formado por lojas de material de construção, lanchonetes, farmácia, mercearia, restaurante, bares, salão de beleza, açougue, loja de eletroeletrônicos, loja de móveis, sorveteria, oficina, escola e uma unidade de saúde. A presença desses fixos dinamizou o crescimento do povoado e a oferta de trabalho. Dessa forma, os moradores que trabalhavam exclusivamente com a agricultura passaram a trabalhar e investir no comércio local.

Além da atividade comercial, a Barragem de Anagé, que se estende pelo município de Caraíbas, funcionando como instrumento de desenvolvimento da piscicultura, do turismo rural, das moradias de segunda residência e dos perímetros irrigados, destinados à fruticultura (Figura 60), também, tem sido outro fator de grande influência na geração de emprego e renda local.

Figura 60 – Caraíbas: Uso da terra para o plantio de uvas



Fonte: Rocha (2011, p. 157).

Após a instalação da Barragem, a agricultura tradicional, de sequeiro, deixou de ser a principal forma de cultivo e fonte de renda do campo. No entorno da Barragem existem, atualmente, 85 unidades rurais de agricultura irrigada e mecanizada, predominando, segundo Rocha (2011), a fruticultura irrigada, cujos produtos mais cultivados são: manga, coco, pinha, uva e banana. Já no perímetro específico ligado às margens da Barragem existem três propriedades que cultivam uva, pinha e manga, em maior escala, para o mercado interno e externo.

Essa dinâmica redefiniu o uso da terra nas margens da Barragem, alterando as relações de trabalho, por meio do trabalho rural e rural não agrícola, ambos assalariados, inexistentes até a década de 1990. A pluriatividade de base agrária nas localidades de Grama e Umbuzeiro surgiu em resposta às transformações ocorridas no campo, com a mecanização da agricultura.

A pluriatividade de base agrária e o trabalho agrícola assalariado representam alternativas extras de renda para o agricultor, que, além de trabalhar em sua terra, presta serviços a outros agricultores, a fim de completar a renda familiar. O depoimento expõe como essa nova realidade estimula a permanência do homem no campo.

A oferta de trabalho fez com que os pequenos agricultores se fixassem nas suas terras. Antes, como não tinha emprego, eles saíam para São Paulo. Hoje essa situação é diferente. Aqui, na região, tem oferta de emprego. Os agricultores e seus filhos não têm mais saído para trabalhar fora. Nas casas deles tem de tudo! Eles possuem todos os tipos de eletrodomésticos e inclusive moto (Pluriativo do Umbuzeiro).

Segundo Rocha (2011), o desenvolvimento agrícola local e o surgimento de novas relações de trabalho no campo impulsionaram o comércio das cidades de Anagé e de Caraíbas, impondo novos ritmos de produção social para o meio rural. Além da agricultura, a formação do lago da Barragem de Anagé implicou novas dinâmicas territoriais locais, a exemplo das Prainhas de Caraíbas e Anagé (Figura 61), que se configuram como novos pontos turísticos e fonte de renda.

Figura 61 – Caraíbas: Prainha da Barragem de Anagé



Fonte: Pesquisa de campo, 2015/Foto da autora.

Portanto, observa-se que o armazenamento de água em regiões secas é uma ação de grande significado. No caso citado, essa importância tem sido demonstrada por meio do desenvolvimento da pesca, da manutenção de culturas agrícolas, do fornecimento de água para a irrigação e do fornecimento de água para a população da zona urbana e rural. Além do incentivo às atividades rurais não agrícolas, tais como emprego de caseiros, de domésticos em casas de veraneio, de garçons de bares e restaurantes, valoriza-se, também, o espaço rural e, em consequência disso, as paisagens e suas funções, isto é, turística e ecológica, como afirma Kageyama (2006).

Parte das atividades pluriativas do município de Carabas, exposta nesta seção, foi descrita por famílias de três localidades. Os exemplos citados demonstram que os diferentes tipos pluriatividade presentes no município são decorrentes da nova ruralidade, do processo de modernização da agricultura e da atitude empreendedora e criativa de seus munícipes. No entanto, as famílias relataram que outras pessoas da mesma família trabalham em atividades diferentes da que foi apresentada, tais como: comerciante (restaurante e lanchonete), agente comunitário, comerciante (loja de material de construção e mercearia), professor, motorista da fazenda (tratorista), caseiro, arrumadeira, comerciante (vendas, padaria).

7.4 A Pluriatividade no município de Anagé

A vida dos moradores da cidade de Anagé estava relacionada com a atividade primária. As pessoas que residiam no município dependiam basicamente do rio Gavião para sustentar suas plantações e criações. Apesar da existência do rio, no município a vida era difícil, devido à escassez de chuva na região, inviabilizando as plantações e consolidando a pobreza. Nesse cenário, o Fundo de Pasto⁴⁹ era a principal, senão única, opção para os agricultores enfrentarem tais condições. Rocha (2011, p. 153) explica que “a prática do Fundo de Pasto foi utilizada no município e na região, caracterizando um modo singular de uso da terra. O modo de vida da população local e a gestão das práticas produtivas fundamentavam-se no uso tradicional e coletivo dos recursos naturais”, com a criação de animais, de forma extensiva, sendo destinada à alimentação, à comercialização e à troca. Os produtos cultivados e as criações eram utilizados, predominantemente, para a subsistência, com o pequeno excedente sendo vendido ou trocado nas feiras livres das cidades da região.

⁴⁹ Fundo de Pasto é um modo tradicional de criar, viver e fazer em que a gestão da terra e de outros recursos naturais articula terrenos familiares e áreas de uso comum, onde se criam caprinos e ovinos à solta e em pastagem nativa.

A implicação do clima quente sobre a bacia e sub-bacias do rio Gavião (Figura 62) praticamente inviabiliza as atividades produtivas, caso da formação de pastos para a criação de gado bovino. Nesse cenário de agricultura e pecuária fracas, desenvolveram-se no município atividades ligadas a outros setores econômicos, também com pouca expressividade, tais como os setores de serviços, micro indústria e pequenos comércios.

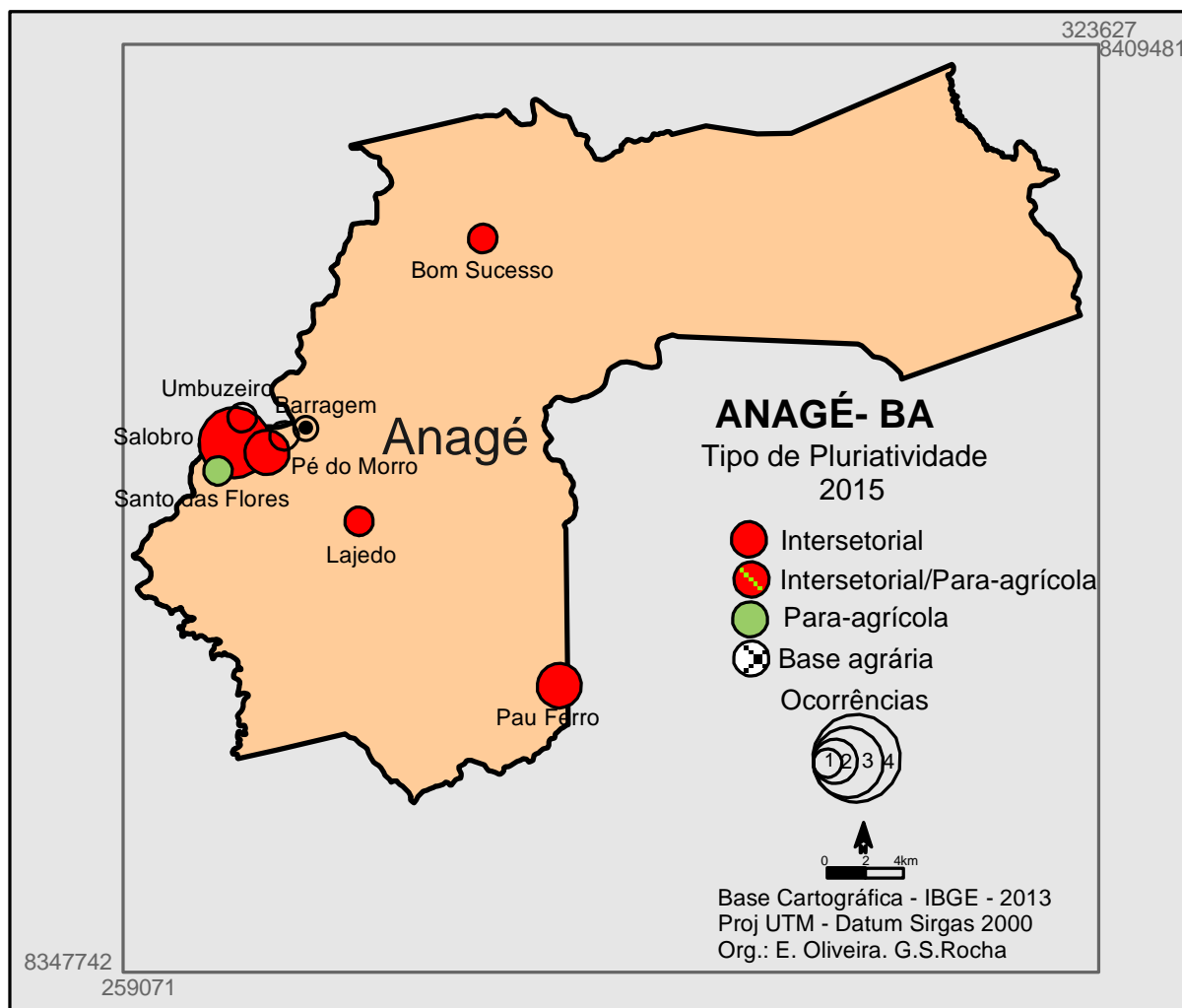
Figura 62 – Anagé: Córrego do rio Gavião



Fonte: Rocha (2011, p. 83).

Vale ressaltar que a estratégia de reprodução familiar do município foi e ainda é impulsionada pela dinâmica climática. Isso porque as implicações da seca na dinâmica local repercutem diretamente na vida dos moradores, de modo que a própria pluriatividade intersetorial no município surgiu em consequência desse fator. Caso das localidades de Pé do Morro, Umbuzeiro, Salobro e Pau Ferro, em que as famílias estão ligadas a atividades não agrícolas e rurais não agrícolas, como demonstra o mapa da Figura 63, a seguir. Nessas localidades são desenvolvidas atividades referentes ao comércio e ao turismo rural local existentes nas margens da Barragem, na cidade de Anagé, e aos órgãos públicos e privados que necessitam da prestação de serviços da população local.

Figura 63 – Anagé: Tipos de pluriatividade do município -2015



Fonte: Pesquisa de campo, 2015/Produzido por Edvaldo Oliveira.

A pluriatividade para-agrícola também se desenvolveu a partir de oportunidades aproveitadas pelas famílias locais, caso da produção artesanal na localidade Santo das Flores, que se tornou fonte geradora de emprego e renda para as famílias, conforme depoimento:

Eu, meus filhos e minhas noras trabalhamos todos juntos. Fazemos pamonha e beiju para vender nos mercados da cidade e na feira, na barraca. Produzimos hortaliças para vender nas feiras e nas localidades daqui do município. Ah! Vendemos, também, parte da produção para a prefeitura. Temos um pomar de acerola e dele fazemos polpa. Estamos agora com um criatório de peixe na beira da barragem.

Dessa forma, além do uso do território na margem da Barragem para a produção de culturas agrícolas e como lugar de veraneio, suas águas também são utilizadas na piscicultura (Figura 64). Algumas famílias possuem tanques-redes com produção anual de cerca de 5.000

quilos de peixes, que, por sua vez, são vendidos para os frigoríficos de Vitória da Conquista e para as Prefeituras circunvizinhas, para serem utilizados como merenda escolar.

Figura 64 – Anagé: Piscicultura na Barragem



Fonte: Rocha (2011, p. 150).

Conforme Rocha (2011), essas formas de pluriatividade desenvolvidas pelas famílias também estão relacionadas à construção de equipamentos públicos no interior do município, tais como: escolas, postos de saúde, estradas e energia elétrica. Esses e outros equipamentos públicos atraíram profissionais liberais, como médicos, enfermeiros e professores para as áreas sob a influência da Barragem, a fim de prestarem serviço e assistência à população residente. “A presença de infraestrutura básica contribuiu para algumas mudanças do modo de vida da população local, bem como facilitou a adesão de novas práticas e territorialidades semelhantes ao do meio urbano” (ROCHA, 2011, p. 145).

Parte das atividades pluriativas do município de Anagé, exposta nesta seção, foi descrita por famílias de seis localidades ao relatar os diferentes tipos de atividades que desenvolvem em suas respectivas localidades. Em Anagé, assim como no município de Caraíbas, a pluriatividade também está relacionada com a nova ruralidade que gerou oferta de serviços no campo. No entanto, as famílias relataram que outras pessoas da mesma família trabalham em atividades

diferentes da que foi apresentada, tais como: professor, agente de secretaria, agente de saúde, motorista, servidor público, comerciante, produção de doces derivados de mel.

7.5 A Pluriatividade no município de Belo Campo

No município de Belo Campo, assim como no de Anagé, Caraíbas e Tremedal, além das implicações decorrentes da seca (Figura 65), a pluriatividade está associada à dificuldade de acesso às políticas públicas agrícolas, a pouca afinidade de algumas famílias com a agricultura, ao decréscimo da renda agrícola e à mudança de atitude dos agricultores que, por meio da criatividade e do empreendedorismo, desenvolvem algum tipo de atividade não agrícola.

Destaca-se que a criação de gado não tem expressão econômica no município, existindo apenas pequenos rebanhos de animais (Figura 66), em uma espécie de prática do Fundo de Pasto, predominando na região a agricultura de sequeiro, com cultivo da mandioca, feijão e milho

Figura 65 – Belo Campo: Imagem da localidade de Bomba - 2015



Fonte: Pesquisa de campo, 2015/Foto da autora.

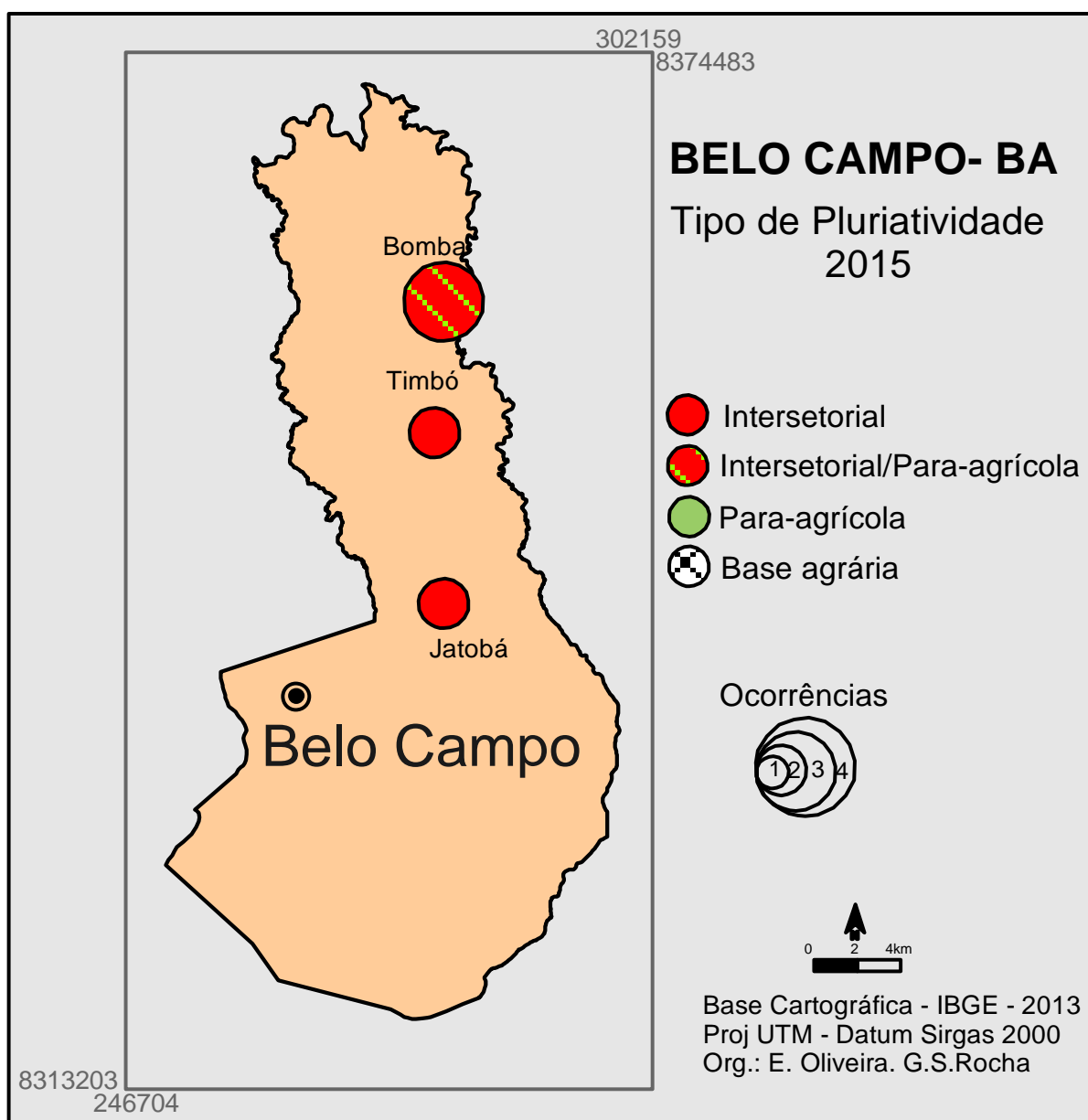
Figura 66 – Belo Campo: Predomínio de poucas reses de gado bovino



Fonte: Pesquisa de campo, 2015/Foto da autora.

No município de Belo Campo predomina a agricultura de subsistência, e a oferta de serviços no comércio local é limitada; sendo assim, a alternativa dos agricultores foi buscar atividades diferentes da agrícola para conseguirem sobreviver. Respectivamente, o mapa da Figura 67 demonstra o tipo de pluriatividade que é desenvolvida por localidade e o Quadro 17 apresenta as estratégias usadas pelas famílias destacadas no mapa da Figura 67 para se fixarem na terra e, conseqüentemente, para buscar o desenvolvimento familiar.

Figura 67 – Belo Campo: Tipos de pluriatividade do município - 2015



Fonte: Pesquisa de campo, 2015 /Produzido por Edvaldo Oliveira.

Quadro 17 – Estratégias usadas por pluriativos no município de Belo Campo - 2015⁵⁰

Localidades	Estratégias
Bomba	Além da agricultura, com o recurso do PRONAF estou investindo na criação de gado. Os negócios estão prosperando e meu plano é ampliar o rebanho para produzir leite para ser transformado em doces e queijo e requeijão para vender. Como a vida está melhor, quero que minhas filhas venham trabalhar aqui.
Bomba	Meus irmãos são comerciantes e têm farmácia em caraíbas e supermercado em Lucaia e Planalto. Agora estamos trabalhando com gado e coco, forneço água de coco engarrafada para o comércio em Belo Campo.
Timbó	Tenho investido na venda de leite, e minhas filhas são diaristas.
Timbó	Trabalho como técnico de enfermagem e engenheiro elétrico.
Jatobá	A produção era pequena, com isso meu pai teve a necessidade de ir trabalhar em São Paulo na construção civil. Eu fiquei com meu avô e vim trabalhar aqui no restaurante. Meu avô é aposentado, nós trabalhamos na roça e eu também trabalho aqui.

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Nota-se, portanto, que as estratégias intersetoriais usadas pelos pluriativos da localidade de Timbó estão condicionadas à proximidade da cidade de Vitória da Conquista, pois é mais fácil o deslocamento dos trabalhadores de Timbó a Vitória da Conquista, e também o seu retorno. A pluriatividade intersetorial na localidade Jatobá também está associada à prestação de serviços. Já na localidade de Bomba, as famílias têm buscado, como estratégia, a pluriatividade para-agrícola, trabalhando na produção recurso do PRONAF, porém, ainda precisam de mais incentivos e orientações técnicas, uma vez que o incentivo ao pequeno produtor se constitui uma condição essencial para a fixação do homem no campo e, conseqüentemente, para o desenvolvimento socioeconômico do local.

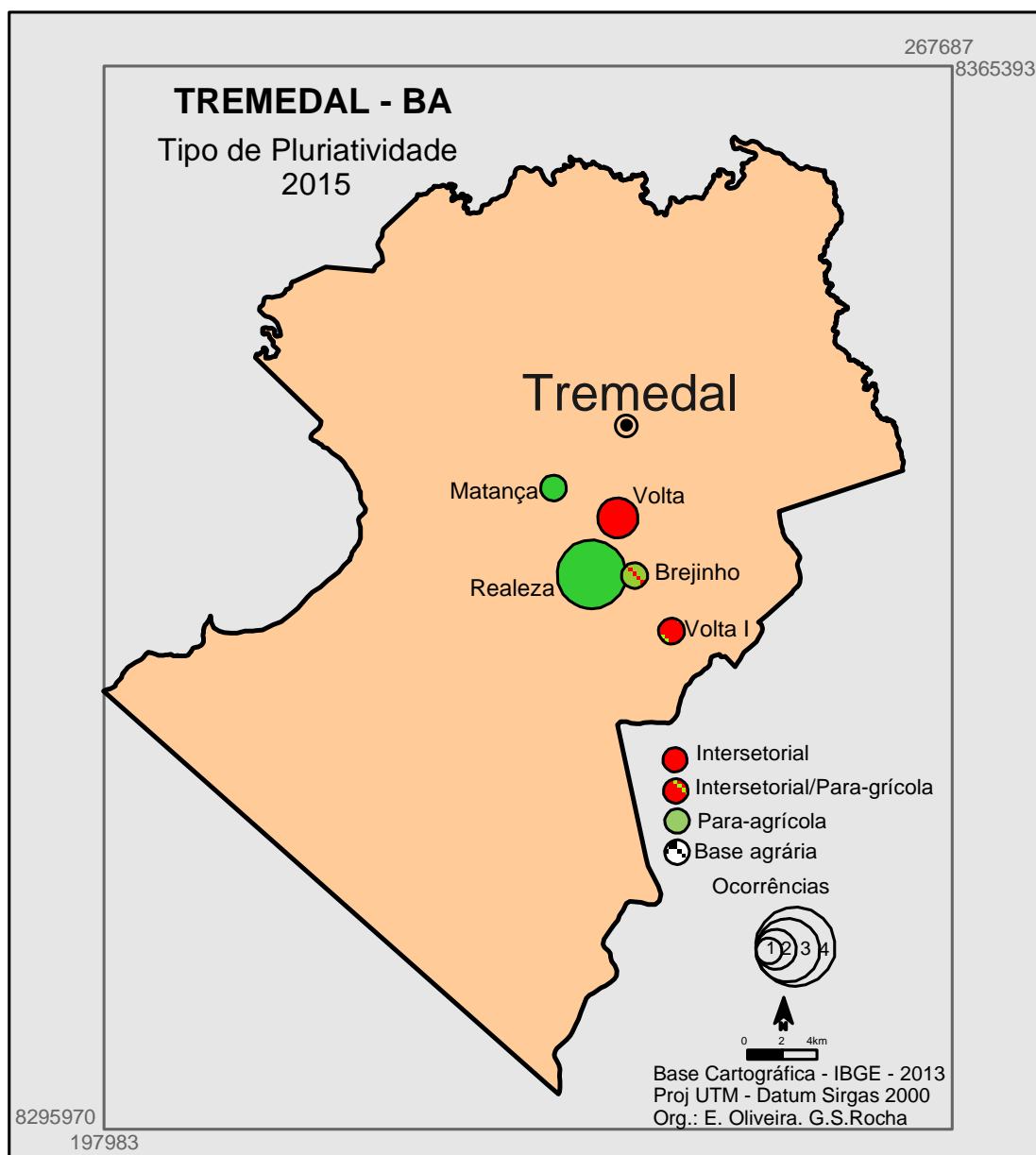
As atividades pluriativas em Belo Campo, expostas nesta seção, foram descritas por famílias de três localidades. Nesse município, os tipos de pluriatividade estão relacionados com a inter-relação campo-cidade. No entanto, as famílias relataram que há outros familiares trabalhando em atividades diferentes das que foram descritas, tais como: agente de saúde, balconista, pedreiro, técnico de enfermagem e engenheiro elétrico, produtor de coco e derivados e faxineira.

⁵⁰ As informações presentes no quadro se baseiam nas informações orais/verbais – entrevistas – concedidas pelos pluriativos participantes da pesquisa, em 2015.

7.6 A Pluriatividade no município de Tremedal

O município de Tremedal (Figura 68), mesmo tendo características sociais, econômicas e climáticas semelhantes às dos municípios de Anagé, Belo Campo e Caraíbas, se destaca na região pela produção de biscoitos e produtos derivados de leite.

Figura 68 – Tremedal: Tipos de pluriatividade do município - 2015



Fonte: Pesquisa de campo, 2015/Produzido por Edvaldo Oliveira.

O desenvolvimento da pecuária leiteira no interior do município tem repercutido de forma positiva na atividade rural não agrícola, referente à prática artesanal da produção de queijo, requeijão, doces de leite e manteiga. Dessa maneira, a atividade para-agrícola ligada à transformação de laticínio tem apresentado crescimento significativo em algumas localidades

do município, a exemplo das fazendas Matança e Realeza, que se tornaram referências pela qualidade dos produtos que são comercializados nas feiras livres, supermercados e mercearias das cidades de Belo campo, Piripá, Condeúba e Vitória da Conquista. O mapa da Figura 68 demonstra os tipos de pluriatividade desenvolvidas em Tremedal.

Quanto à produção de laticínios, um dos pluriativos relatou o seguinte: “Minha família hoje compra leite de 10 propriedades, fazemos requeijão, doce de leite, manteiga e queijo. A minha produção fica aqui na região e na barraca Pague Menos no Ceasa de Conquista”. (Pluriativo de Realeza). As Figuras 69 e 70 ilustram alguns dos produtos da fazenda Realeza que são comercializados na cidade de Vitória da Conquista, representando, assim, uma importante fonte de renda para essa família.

Figura 69 – Tremedal: Comercialização dos produtos da fazenda Realeza na barraca Pague Menos no Ceasa de Vitória da Conquista



Fonte: Pesquisa de campo, 2015/Foto da autora.

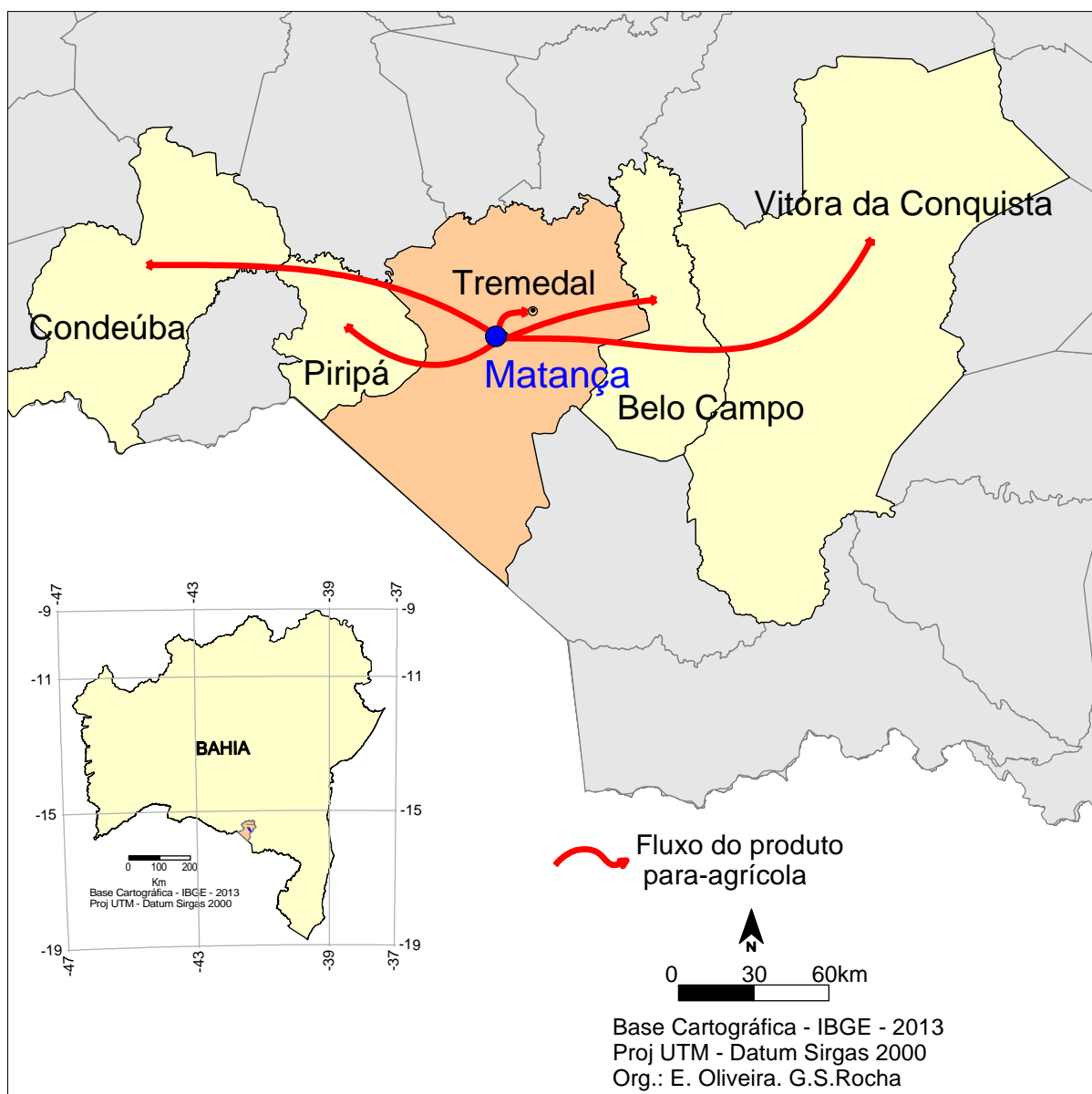
Figura 70 – Tremedal: Produtos (manteiga e requeijão no tacho) de fazenda Realeza



Fonte: Pesquisa de campo, 2015/Foto da autora.

Além da produção citada, o município também se destaca nas demais localidades pela produção biscoitos caseiros. A produção artesanal advinda das demais localidades, tem boa aceitação no mercado local, e nos municípios vizinhos, conforme demonstrado no mapa da Figura 71.

Figura 71 – Tremedal: Fluxo dos produtos para- agrícola do município de Tremedal - 2015



Fonte: Pesquisa de campo, 2015/Produzido por Edvaldo Oliveira.

Vale destacar que, além da atividade para-agrícola, bastante difundida no município, a atividade intersetorial também é desenvolvida entre os pluriativos, como é o caso de vendedores do comércio local, motoristas, *motoboys* e atores que trabalham em atividade rural não agrícola, como caseiro, vaqueiro e cozinheiro.

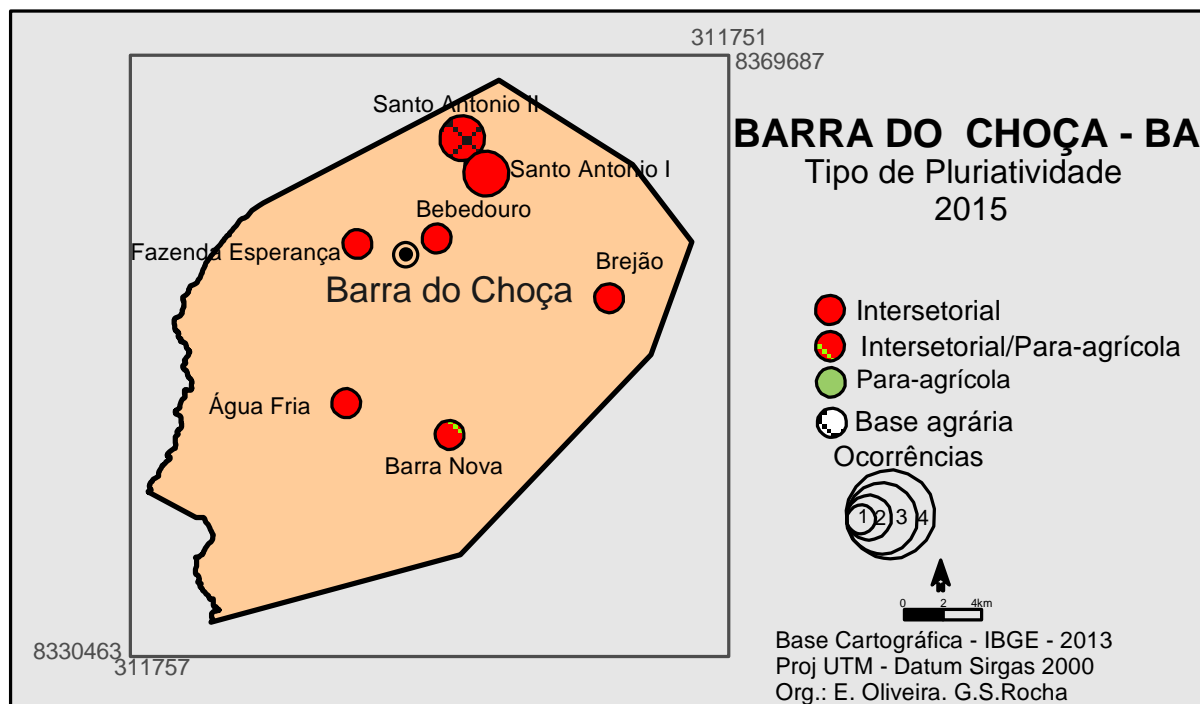
7.7 A Pluriatividade no município de Barra do Choça

O município de Barra do Choça tem características ambientais distintas dos municípios de Anagé, Caraíbas, Tremedal e Belo Campo. A exemplo do clima, diferentemente dos outros municípios, que são semiáridos, em Barra do Choça o clima é Tropical Subúmido. O município está localizado em uma área de transição da caatinga de mata cipó com a Mata Atlântica, no Piemonte Oriental do Planalto da Conquista, que funciona como uma grande barreira orográfica aos fluxos úmido, mantendo a temperatura média do município em torno de 19.6°C e com melhores índices de pluviosidade anual do que os municípios pesquisados (OLIVEIRA, 2006). Desse modo, a dinâmica ambiental do município repercute diretamente na agropecuária e na economia do município que é reconhecido pela diversidade agrícola. Segundo Macêdo (2009, p. 52), “a região é uma tradicional produtora de café. A economia do município também é baseada na expressiva produção de banana e na pecuária, destacando-se rebanhos de bovinos, bubalinos, equinos e muares”.

Ademais, a cultura cafeeira é predominante no município, com reconhecimento nacional de produtividade e qualidade do café produzido. Embora a sede do município seja uma pequena cidade, com cerca de 500 pequenas e médias unidades comerciais, pequenas indústrias e alguns escritórios de prestação de serviços, ela possui um bom destaque no setor de educação, uma vez que “o governo municipal foi o responsável pela execução do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Professor (FUNDEF) em 2000, e, a partir daí, começaram significativas mudanças na área de educação, com o crescimento no número de alunos frequentes à escola” (MACÊDO, 2009, p. 52), e com a ampliação do quadro de funcionários da Secretaria Municipal de Educação.

Sendo assim, quanto à diversificação das atividades realizadas pelos agricultores e sua inserção em setores de trabalho, o mapa da Figura 72, a seguir, apresenta essa distribuição de acordo com a estratégia adotada pelos pluriativos, destacando maior ocorrência da atividade intersetorial nessa localidade.

Figura 72 – Barra do Choça: Tipos de pluriatividade do município - 2015



Fonte: Pesquisa de campo, 2015/Produzido por Edvaldo Oliveira.

Na análise do mapa da Figura 72, embora observe-se que nas localidades de Santo Antônio I, Bebedouro, Fazenda Esperança, Brejão e Água Fria predomina a pluriatividade intersectorial, é possível perceber parte dos pluriativos trabalhando no comércio local e no setor público. Reconhecidamente, as melhorias no setor educacional têm repercutido nas estratégias dos pluriativos dessas localidades, conforme os relatos, a seguir:

Meus filhos estudaram, se formaram e passaram no concurso da prefeitura. Eles trabalham na cidade e aqui. Eles não deixaram a agricultura (Pluriativo de Bebedouro).

Hoje tenho minha terrinha e além da agricultura trabalho no mercado e tenho um filho que passou no concurso e está trabalhando na prefeitura (Pluriativo da Fazenda Esperança).

Eu estudei. Era professor leigo há muito tempo. Mas, vi na profissão uma oportunidade permanente para manter a vida, então entrei para rede UNEB e fiz o Programa Pró-leigo oferecido pelo município, depois passei no concurso de professor e hoje sou professor do município (Pluriativo de Santo Antônio I).

Além das atividades ligadas aos serviços públicos, existe a pluriativa intersectorial de base agrária na localidade de Santo Antônio II, que surgiu em resposta à modernização da agricultura e à expansão da cafeicultura na região, que se intensificou na década de 1990, com

a Associação dos Cafeicultores de Conquista (ASCCON), cujo objetivo era executar o projeto denominado Cafeicultura 2000, com a intenção de expandir a atividade cafeeira em amplas áreas do Sudoeste da Bahia.

Conforme Macêdo (2009, p. 49), “a cafeicultura do Sudoeste da Bahia vive uma nova dinâmica e seu revigoramento é resultado da adoção de novos paradigmas e mecanismos da reestruturação produtiva”. As mudanças decorrentes da implantação das máquinas no cultivo do café, alterou a dinâmica do trabalho local e passou a fazer parte das estratégias dos agricultores, conforme relatam os pluriativos.

Cada um aqui em casa trabalha em uma coisa. Meu filho trabalha na escola como auxiliar (inspetor). Minha filha é pedagoga formada e é professora. O outro filho trabalha com trator e apicultura (Pluriativo de Santo Antônio I).

Tenho minhas terras e trabalho com diária na fazenda de café. Minhas filhas estão trabalhando com faxina (Pluriativo de Santo Antônio I).

Entretanto, apesar de todos os avanços alcançados com a educação e com a cafeicultura, o município de Barra do Choça apresenta uma realidade socioeconômica desfavorável para uma parcela de sua população que trabalha apenas no período da colheita de café. Na tentativa de amenizar as dificuldades econômicas encontradas no município, uma parte dos pluriativos tem buscado trabalho em Vitória da Conquista e outra tem desenvolvido a atividade para-agrícola e intersetorial.

Na localidade do Sítio Boa Vista, uma família de pluriativos se destaca pela excelência do café produzido. Eles até mesmo receberam o prêmio de melhor café do Brasil pela Associação Brasileira da Indústria de Café (ABIC) no 10º Concurso Nacional ABIC de Qualidade do Café, realizado em 2013. A Figura 73 apresenta algumas imagens do café produzido no sítio Boa Vista; em seguida, as Figuras 74 e 75 mostram, respectivamente, os grãos do café produzidos neste sítio e o Café com Selo Numérico da ABIC.

Figura 73 – Barra do Choça: Imagens do café produzido no Sítio Boa Vista - 2015



Fonte: Pesquisa de campo, 2015/Foto da autora.

Figura 74 - Barra do Choça: Grãos do café produzido no Sítio Boa Vista - 2015



Fonte: Pesquisa de campo, 2015/Foto da autora.

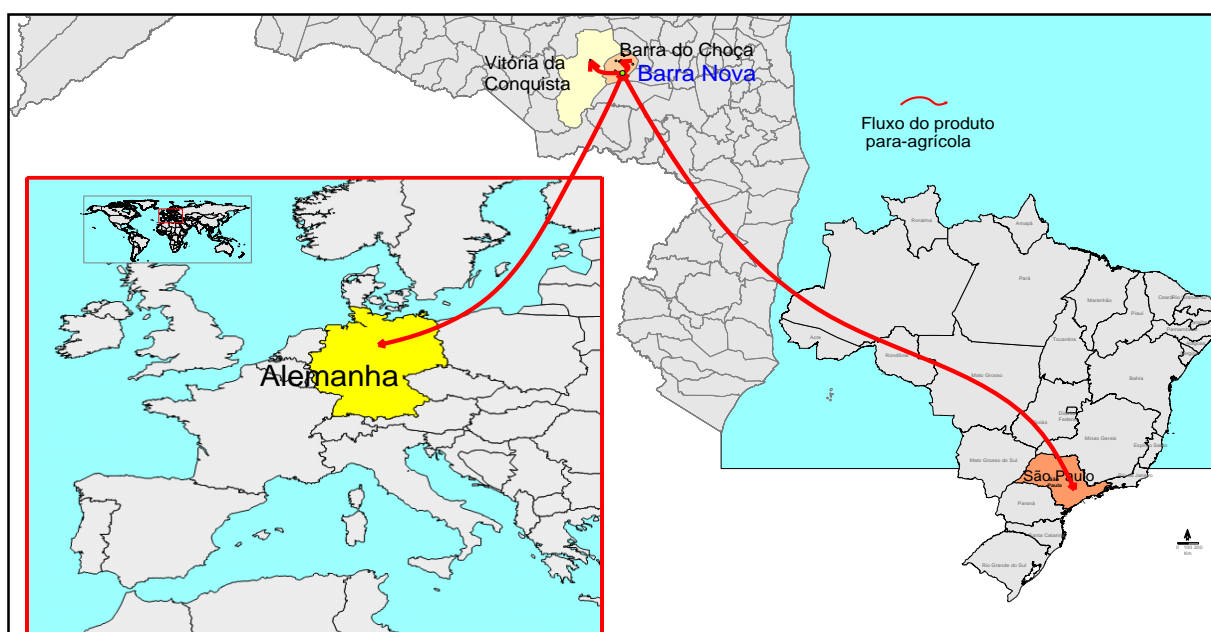
Figura 75 - Barra do Choça: Café com Selo Numérico da ABIC - 2013



Fonte: Pesquisa de campo, 2015/Foto da autora.

Acrescenta-se, ainda, que a saca do café premiado foi beneficiada, industrializada e empacotada em embalagens de 250 gramas com o rótulo de edição limitada e identificada com selo numérico, tendo como destino supermercados, lojas *gourmet* e cafeterias. O restante da produção referente a essa safra premiada, após beneficiada, teve maior valor agregado pela premiação, cuja demanda pelos supermercados locais elevou o preço do produto bem acima do valor comercial. Após essa premiação, a produção desse pluriativo conquistou fidelidade das cafeterias do Brasil e até do mercado externo, conforme ilustra o mapa da Figura 76 em relação ao fluxo do produto do Sítio Boa Vista, na Barra do Choça.

Figura 76 – Barra do Choça: Fluxo do produto para-agrícola do Sítio Boa Vista - 2015



Fonte: Pesquisa de campo, 2015/Produzido por Edvaldo Oliveira.

Essas conquistas levaram o produtor a reinvestir na modernização de sua produção artesanal, transformando-a em microindustrial, por meio de melhorias nos equipamentos já existentes e aquisição de pequenas máquinas de torrefação, rotulagem e embalagem, conforme a Figura 77, a seguir, agregando valor a toda a safra produzida e conquistando a confiança dos mercados compradores e dos respectivos consumidores.

Além disso, destaca-se que toda a logística da propriedade, da criação de arte e confecção das embalagens, atividades de *marketing* e comercialização está sendo realizada pela família no local, por meio do uso da informática e outros equipamentos disponíveis no próprio Sítio Boa Vista. Tudo isso se deve à formação e inovação promovidas e aprimoradas pelos membros da família que estão sempre em contato direto com outros produtores e especialistas

na cultura, cursos de capacitação, leituras especializadas, participação em congressos, feiras do setor e em intercâmbio com a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB).

Figura 77 – Barra do Choça: Imagens do beneficiamento do café no Sítio Boa Vista - 2015



Fonte: Pesquisa de campo, 2015/Foto da autora.

As atividades pluriativas presentes em Barra do Choça, expostas nesta seção, foram descritas por famílias de sete localidades. Nesse município, os tipos de pluriatividade estão relacionados com a inter-relação campo-cidade, a modernização da cultura do café e a melhoria da educação. No entanto, as famílias relataram que há pessoas da mesma família que trabalham em atividades diferentes das que foram apresentadas, tais como: diarista em fazenda de café, pedreiro, motorista da prefeitura, tratorista, funcionário público municipal e estadual, faxineira, professor, agente de saúde.

7.8 A Pluriatividade no município de Planalto

O município de Planalto está localizado em uma área de moderada transição do clima Tropical de Altitude para um clima mais úmido na parte oeste e o clima Semiárido na parte leste, caracterizando, dessa forma, a existência de dois domínios edafoclimáticos nos municípios – a Caatinga (a leste) e a Mata Atlântica (a oeste), como ilustram as Figura 78 e 79.

Figura 78 – Planalto: Paisagem da região da Caatinga



Fonte: Pesquisa de campo, 2015/Foto da autora.

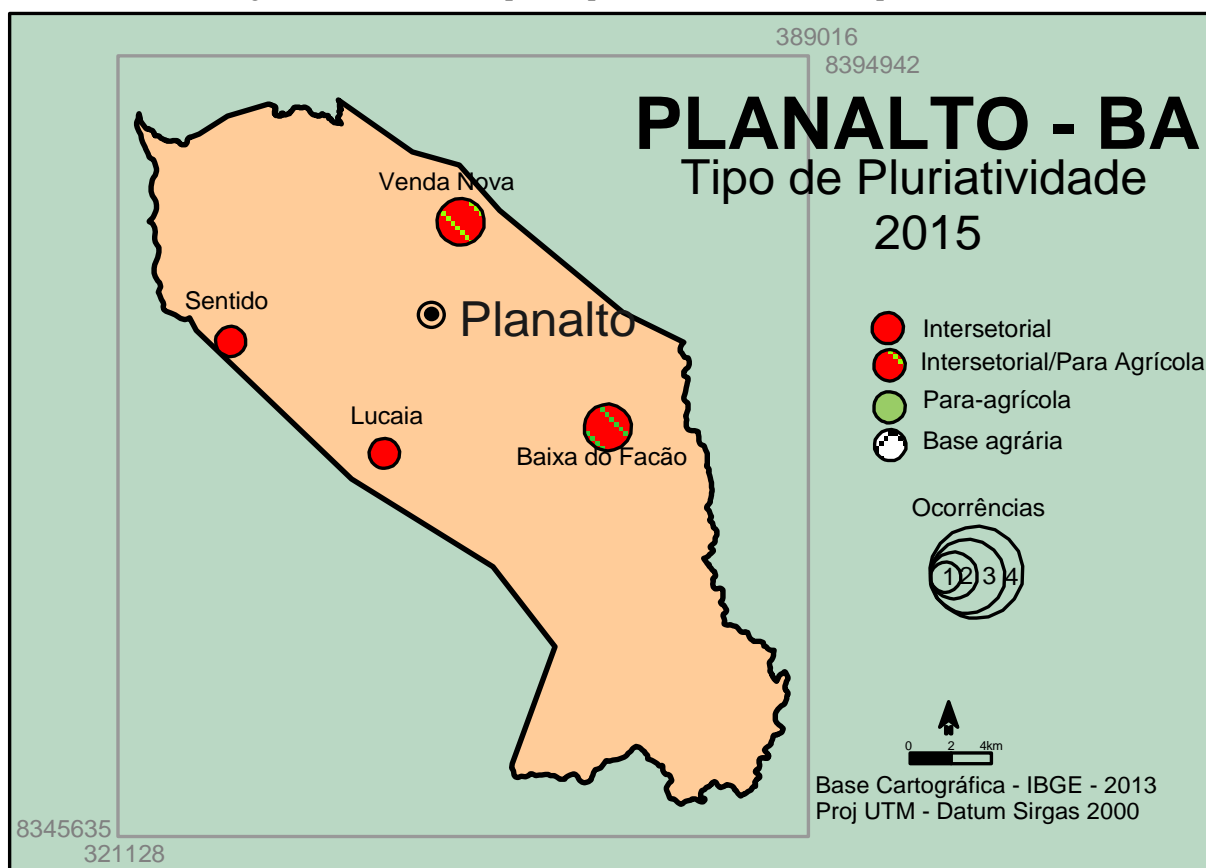
Figura 79 – Planalto: Paisagem da Zona da Mata



Fonte: Pesquisa de campo, 2015/Foto da autora.

Essa diferença edafoclimática tem relação direta com a atividade pluriativa desenvolvida no município, predominando a agricultura de sequeiro, a pecuária extensiva e as atividades não agrícolas na parte leste e a atividade para-agrícola, a pecuária intensiva e a atividade não agrícola no oeste, conforme especificado no mapa da Figura 80.

Figura 80 – Planalto: Tipos de pluriatividade do município - 2015



Fonte: Pesquisa de campo, 2015/Produzido por Edvaldo Oliveira.

Nas localidades de Vereda Nova e de Sentido predomina a vegetação de caatinga e a agricultura tradicional de sequeiro. Os pluriativos desses locais estão se inserindo nos serviços do setor terciário das cidades de Planalto e de Vitória da Conquista. Em Vereda Nova, mesmo com predomínio da cultura de sequeiro, nos últimos tempos tem-se buscado o cultivo de algumas variedades de ciclos curtos, caso da batata-doce que está sendo produzida para consumo, fabricação de doces, e venda no local e em Vitória da Conquista.

Em Lucaia e Baixa do Facão a pluriatividade está associada às condições climáticas do município, de forma que na parte leste predomina a pluriatividade intersectorial e para-agrícola ligada à cultura de sequeiro e na porção oeste predominam atividades relacionadas ao plantio

do café, manejo de bovino e produção de derivados do leite. Os trechos de depoimentos, ilustram a dinâmica do trabalho local.

Eu, trabalho com enfermagem e com a venda que tenho aqui (Pluriativo da Vereda Nova).

Produzimos café e laranja. Trabalho com diária na colheita de café. Os meus filhos trabalham na região de Vitória da Conquista, Barra do Choça e Lucaia, na construção civil (Pluriativo de Lucaia).

Trabalho no transporte escolar e no comércio como vendedor de leite (Pluriativo da Baixa do Facão).

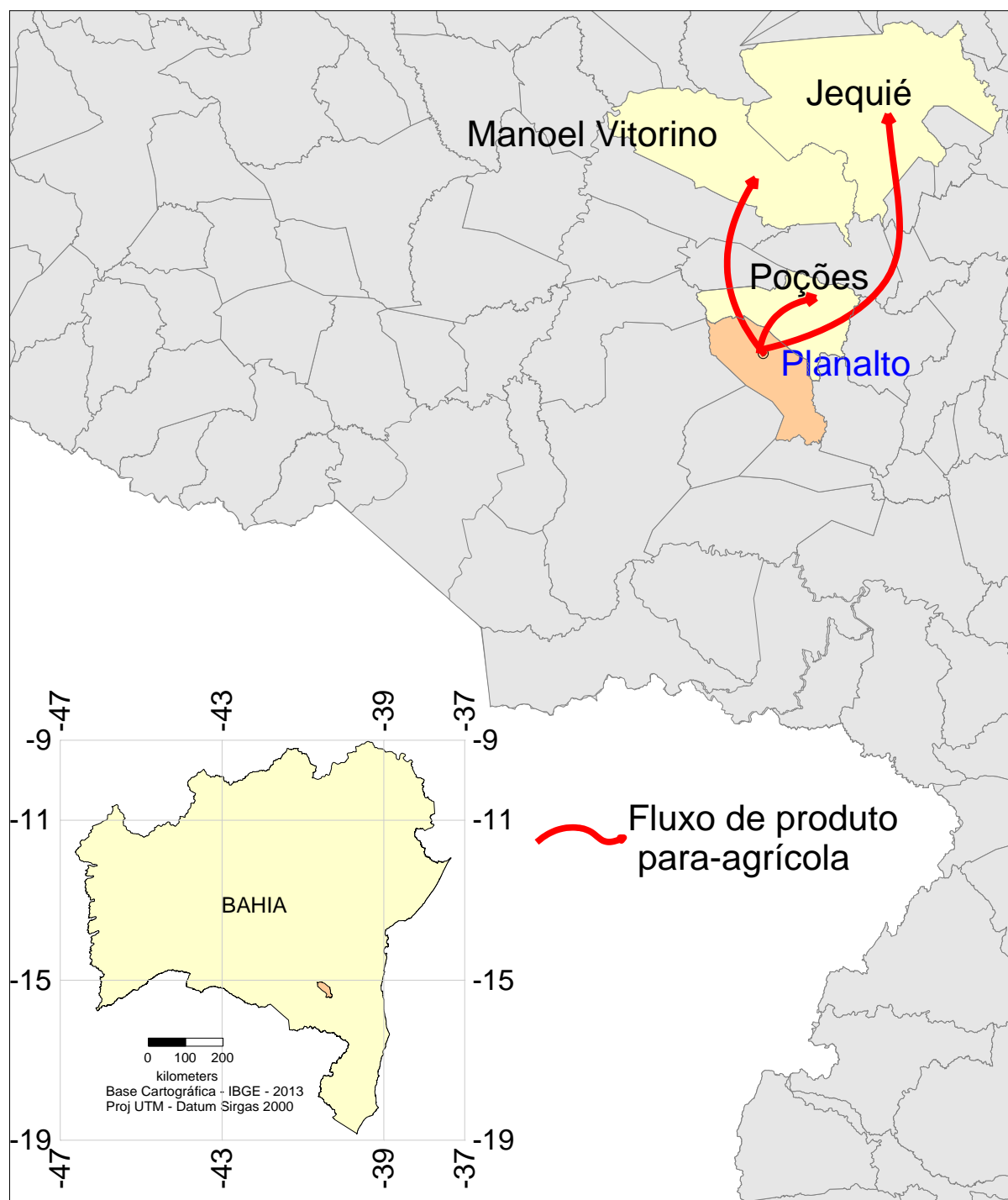
Trabalho como transporte de pessoas e forneço leite para a Leitebahia (Pluriativo da Baixa do Facão).

Trabalho como pedreiro e em outros serviços e ainda tenho a aposentadoria (Pluriativo do Sentido).

Nós trabalhamos na roça e temos uma pequena produção de queijo e derivado de leite (Pluriativo da Baixa do Facão).

Conforme esses depoimentos, observa-se que, embora a produção de derivados de leite esteja se expandido entre os pluriativos do município, tais produtos ainda são produzidos artesanalmente e comercializados de forma ainda restrita nas cidades vizinhas, como ilustra o mapa da Figura 81. Com vistas a aumentar a produtividade local e agregar valor a essa produção, por meio da industrialização, os produtores dessas localidades vêm se organizando comunitariamente e formando associações. Essas associações, juntamente com o poder público local, têm buscado apoio do governo do Estado na tentativa de firmar um convênio com a CAR para que seja construída uma Usina de Leite em Planalto. O empreendimento tem como objetivo organizar a cadeia produtiva do leite do município para que a produção local seja transformada industrialmente em queijo, manteiga, iogurte, leite pasteurizado e requeijão, com rótulo próprio, com indicativo de produção local diferenciada e com selo de qualidade.

Figura 81 – Planalto: Fluxo dos produtos para-agrícola da Baixa do Facão - 2015



Fonte: Pesquisa de campo, 2015 /Produzido por Edvaldo Oliveira.

Assim, os produtos derivados do leite da Baixa do Facão possuem uma rota comercial diferenciada das demais localidades do município de Planalto e, também, dos demais municípios pesquisados. Enquanto esses municípios têm a cidade de Vitória da Conquista como centro comercial da região, Baixa do Facão optou por comercializar seus produtos nos municípios de Poções, Manoel Vitorino e Jequié. Conforme argumentou o pluriativo da Baixa

do Facão, essa rota comercial, ilustrada na Figura 81, está sendo usada como estratégia para evitar a concorrência com os produtos de Itapetinga, Tremedal e Itororó, que são comercializados na cidade de Vitória da Conquista.

As atividades pluriativas presentes no município de Planalto foram descritas por famílias de quatro localidades que relacionaram a pluriatividade com a inter-relação campo-cidade (pluriatividade intersetorial) e a produção de laticínio e derivados do leite (pluriatividade não agrícola).

7.9 A pluriatividade e a renda agrícola e não agrícola

A modernização da agricultura e o avanço das formas mercantis de trabalho evidenciados nas últimas seções, no Brasil e em todo o mundo, vêm gerando transformações no campo e redefinindo a ocupação e a renda das famílias rurais num contexto em que somente a agricultura tradicional não consegue mais gerar renda suficiente para garantir a reprodução da família.

Historicamente, no período da crise agrícola brasileira, a População Economicamente Ativa (PEA) rural que migrava do Norte e do Nordeste para as regiões Sul e Sudoeste do país contribuiu com a redução da população rural dessas regiões e com o aumento do contingente populacional das grandes cidades brasileiras. Atualmente, conforme os dados do IBGE (2015), essa situação vem se alterando. As estatísticas do IBGE demonstram que a PEA rural vem crescendo no Brasil como um todo, apesar da PEA rural agrícola estar diminuindo. Para Graziano da Silva e Del Grossi (2001), a PEA rural não agrícola⁵¹ está possibilitando o crescimento ou a manutenção da população em áreas rurais com a criação de novos empregos nos espaços rurais.

Conforme os depoimentos apresentados nas seções anteriores, as famílias têm desenvolvido a pluriatividade como estratégia para elevar a renda familiar, uma vez que os rendimentos gerados pela atividade não agrícola são superiores aos rendimentos agrícolas.

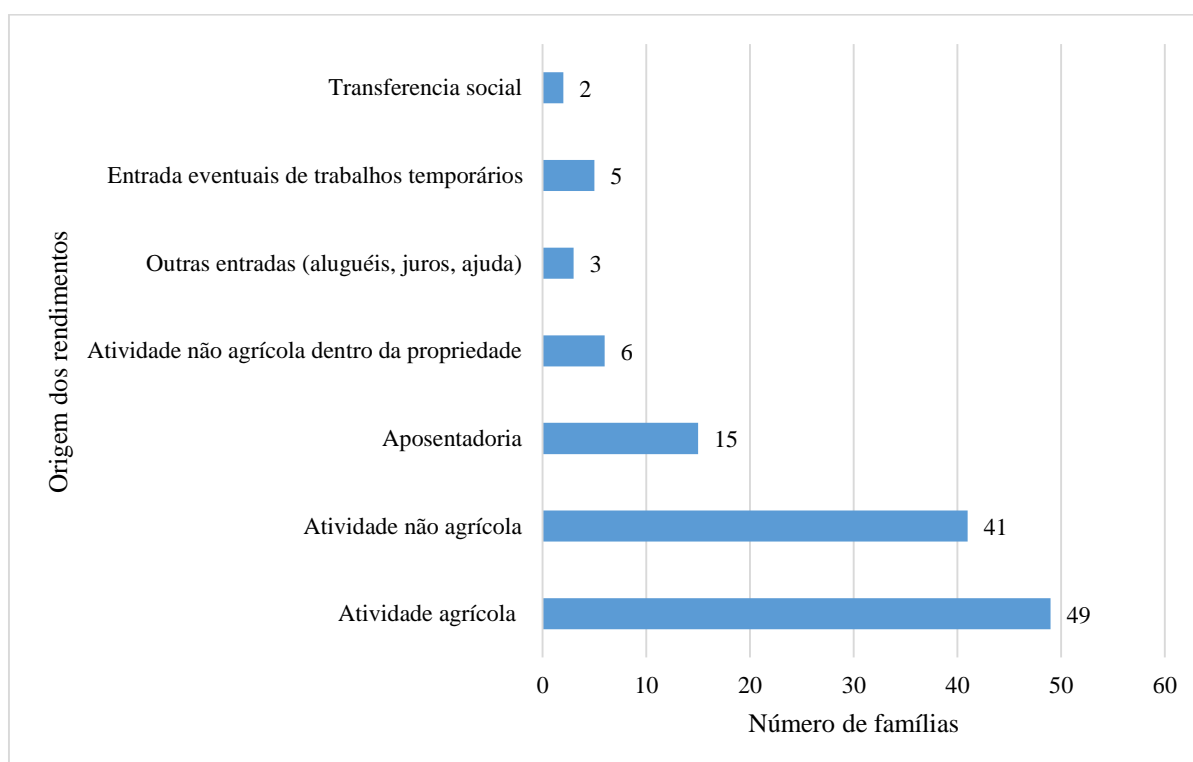
Nesta seção, destaca-se que o aspecto da renda familiar também servirá como base para verificar de que modo a diversificação da atividade repercute na qualidade de vida dos atores sociais envolvidos na pesquisa. Visto que a pesquisa foi feita exclusivamente com os pluriativos, não houve a comparação entre renda agrícola e não agrícola, pois existe entre os

⁵¹ Pessoas ocupadas em atividades não agrícolas e residentes no meio rural.

atores da pesquisa o consenso de que a renda agrícola proveniente da agricultura de sequeiro é insuficiente para manter a unidade familiar.

Dessa forma, a origem da renda familiar é composta tanto pela renda agrícola quanto pela renda não agrícola, e também pela combinação destas rendas com o(s) rendimento(s) de uma ou mais atividade(s), conforme dados apresentados no Gráfico 15, sobre a origem dos rendimentos dessas famílias.

Gráfico 15 – Origem dos rendimentos das famílias pluriativas - 2015



Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

Portanto, com base no gráfico anterior, da totalidade pesquisada, 49 famílias têm como origem da renda a atividade agrícola e 41 famílias a atividade não agrícola, o que demonstra que a renda auferida da atividade não agrícola é importante para a manutenção da família. O território pesquisado é marcado pela agricultura familiar e por unidades familiares de produção integrada ao mercado, possuindo uma população jovem e adulta que adotou a diversificação da atividade como estratégia de reprodução e que, ao mesmo tempo, adaptou-se à nova ruralidade e às novas formas de organização social familiar, a exemplo do capital social.

Dentre as famílias que combinam mais de uma entrada financeira, renda agrícola e não agrícola, 15 unidades familiares dispõem de aposentadoria rural. Essas famílias, na maioria das vezes, são compostas por pessoas acima de 59 anos e por jovens e adultos entre 18 e 25 anos

que não estão inseridos no mercado de trabalho. É importante destacar que a aposentadoria rural no Nordeste, assim como nos municípios em estudados, tem garantido as despesas básicas de uma parte da população e, muitas vezes, acaba sendo a única fonte de renda de algumas famílias. No entanto, entre os atores pesquisados, a aposentadoria rural não é a única renda da família, os pluriativos frequentemente combinam o rendimento de uma ou mais atividades à renda da aposentadoria rural.

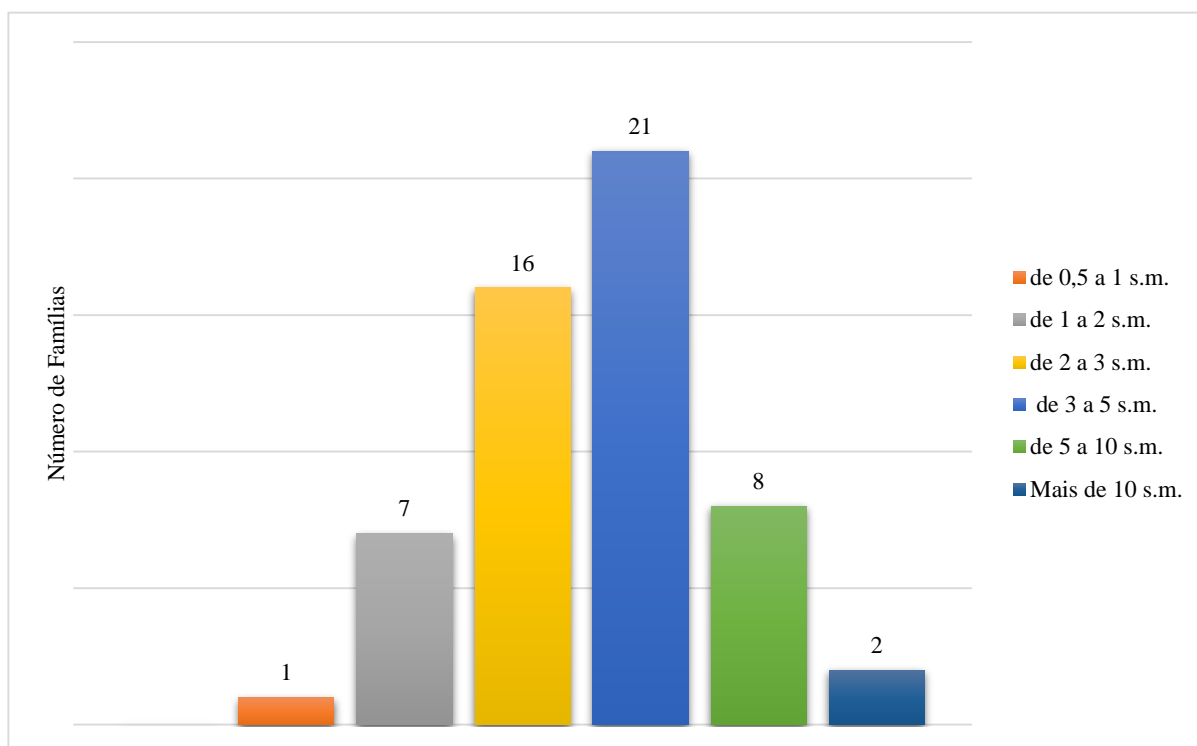
No que se refere à renda da atividade não agrícola dentro da propriedade, 6 famílias completam a renda familiar com o rendimento auferido do trabalho rural não agrícola e da pluriatividade de base agrária. Já em relação às entradas eventuais de trabalho temporário, 5 famílias estão associadas à pluriatividade de base agrária desenvolvida nos municípios de Caraíbas, Barra do Choça e Anagé, como foi explicado no capítulo anterior.

Quanto à renda da transferência social, somente 2 famílias confirmaram o recebimento de algum tipo de ajuda e reconheceram que o benefício é instrumento que favorece a distribuição de renda e pode gerar alternativas de trabalho para a população do campo. No entanto, foi perceptível que o assunto gera um desconforto e até mesmo desconfiança nos entrevistados, temendo algum tipo de fiscalização governamental. Diante desse contexto, esse quantitativo tomou-se irrelevante por não expressar a realidade.

Com base nos rendimentos apresentados no Gráfico 15, percebe-se que a renda das famílias pluriativas passou a aumentar ao longo dos anos em função da diversificação das atividades, já que alguns dos municípios do Território de Identidade do Sudoeste Baiano estão abaixo da linha da pobreza. Segundo o IBGE (2010), a população de municípios como Anagé, Caraíbas, Belo Campo e Tremedal sobrevive basicamente da atividade primária ligada à agricultura e à criação de animais de pequeno porte. A renda mensal da maioria da população é inferior a 1 salário mínimo e muitos declaram não obter significativo rendimento ao desenvolver apenas a agricultura de subsistência.

A comparação entre o rendimento médio da população rural dos municípios citados com a renda mensal dos pluriativos, dados apresentados no Gráfico 16, a seguir, permite constatar que a renda dos pluriativos está acima da renda média apresentada pelo IBGE. Além disso, das famílias entrevistadas, nenhuma declarou não possuir rendimento ou ter renda inferior a um salário mínimo.

Gráfico 16 – Renda total mensal das famílias pluriativas em salários mínimos (s.m.) - 2015



Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

O Gráfico 16 demonstra que 45 famílias possuem rendimento mensal entre 2 e 10 salários mínimos. Esses quantitativos reafirmam que a renda mensal desses atores está em ascensão em decorrência da pluriatividade e que a diversificação da composição da renda familiar também tem repercutido, de forma positiva, na qualidade de vida das famílias. Os depoimentos demonstram a relação da renda com a qualidade de vida dos pluriativos.

A renda da agricultura é pouca e insuficiente para manter a família. Com o comércio passamos a ter nome. Eu trabalho também como agente comunitário e o salário que recebo também ajuda (Pluriativo da Jiboia, Caraíbas).

A minha renda aumentou muito e reflete na qualidade de vida (Pluriativo do Campinhos, Vitória da Conquista).

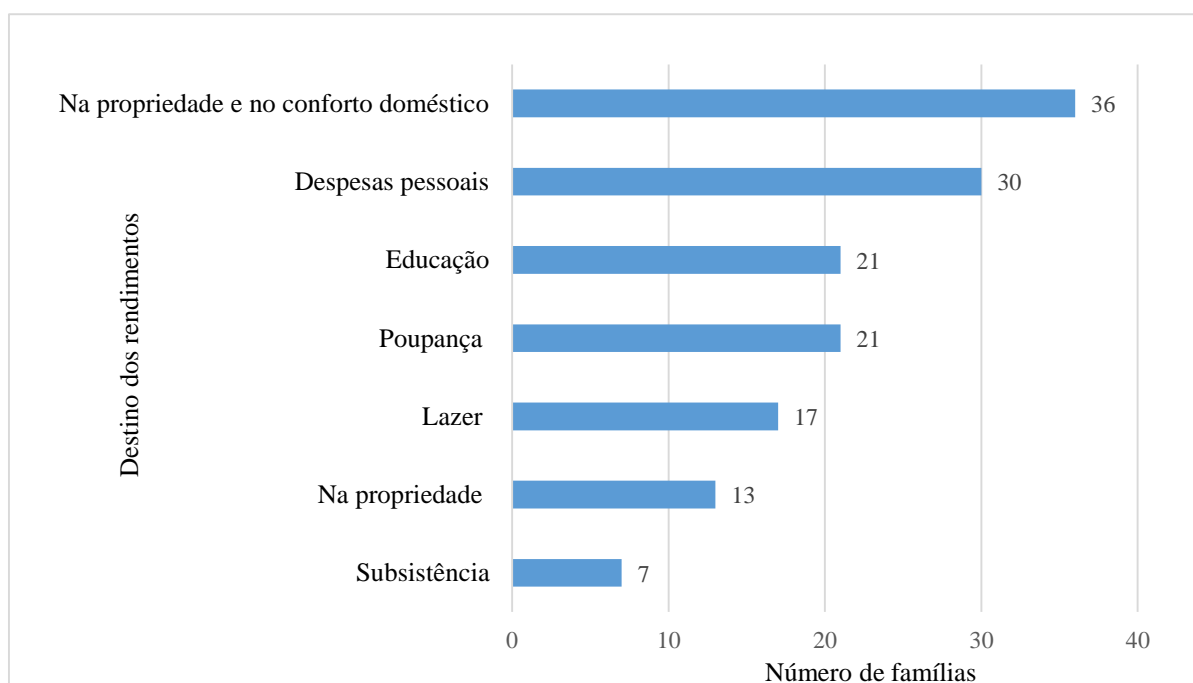
Tudo que preciso tenho conseguido. Eu cheguei na roça nesse São João e entre eu e minhas irmãs só eu tinha dinheiro no bolso para gastar e dar para mãe. As outras são casadas com policiais e não tinha dinheiro nenhum. Tá vendo aí! Eu comprei minha terceira máquina de lavar à vista. Antes eu não tinha nada. Hoje tenho cartão de crédito e crédito no comércio. Eu tenho tudo que preciso (Pluriativo da Estiva, Vitória da Conquista).

Minha qualidade de vida é outra! Acabou o estresse, tenho boas condições financeiras e pude investir em coisas para gente e para casa (Pluriativo da Lagoa das Flores, Vitória da Conquista).

Não tenho dificuldade para conseguir trabalho e ganhar dinheiro. Com o meu ponto do salão não fico parado! (Pluriativo da Lagoa das Flores, Vitória da Conquista).

Os dados do Gráfico 17 reforçam o argumento de que a pluriatividade contribui consideravelmente para o aumento da renda da família, permitindo, ainda, que as famílias que combinam renda agrícola e não agrícola alcancem uma renda total mais elevada do que aquelas exclusivamente dependentes da renda obtida das atividades agrícolas, como foi evidenciado nos depoimentos.

Gráfico 17 – Destino dos rendimentos das famílias pluriativas - 2015



Fonte: Pesquisa de Campo.

No total das famílias pesquisadas, 7 destinam a renda à subsistência, 30 têm investido nas despesas pessoais, 36 na propriedade e no conforto doméstico e 13 na propriedade. Os dados do Gráfico 17 também indicam que 21 famílias conseguiram manter uma estabilidade financeira e têm como estratégia tácita tanto o investimento na educação quanto aplicações monetárias em caderneta de poupança. Para esses atores, tais investimentos representam uma maneira de garantir melhores condições e qualidade de vida para um futuro imediato.

Além dos dados quantitativos expressos no Gráfico 17, foi constatado, pela observação dos domicílios durante a aplicação dos questionários de pesquisa, que a renda extra permite implicações positivas nas propriedades e na qualidade de vida dos atores envolvidos com a pluriatividade. Vale ressaltar, que as residências são todas de alvenaria e a grande maioria delas

apresentam boas condições de moradia. Geralmente, as casas possuem pisos de cerâmica, paredes externas de tijolos e revestimentos, banheiros amplos e completos, salas, dormitórios em quantidade suficiente para atender à demanda familiar, cozinhas, água encanada e instalações elétricas, como ilustra a Figura 82, a seguir.

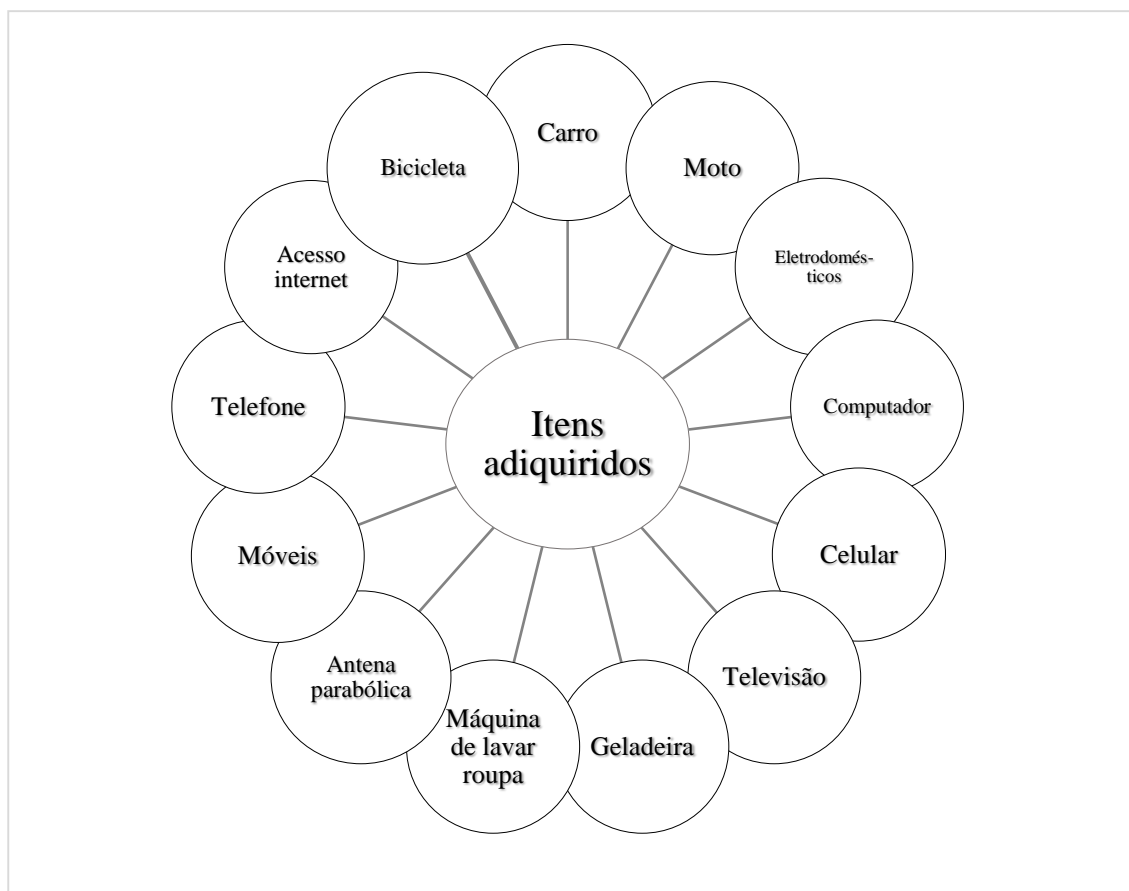
Figura 82 – Vitória da Conquista: Domicílios rurais de famílias pluriativas em Pradoso



Fonte: Pesquisa de campo, 2015 /Foto da autora.

Por meio da pesquisa, além de constatar que todas as residências estão em boas condições de habitação, também foi possível perceber, a partir da observação e dos depoimentos dos pluriativos, que esses atores possuem variados tipos de eletrodomésticos, eletroeletrônicos, móveis, entre outros; bem como automóveis e/ou motocicleta e bicicleta, como ilustra a Figura 83.

Figura 83 – Indicadores socioeconômicos presentes nas unidades das famílias pluriativas



Fonte: Organizado pela autora, com base na pesquisa de campo, 2015.

Cabe destacar que os pluriativos atribuem a aquisição desses bens à diversificação da atividade e à existência de equipamentos públicos no campo. Os depoimentos confirmam essa relação:

Hoje, como cada um faz o seu sustento, podemos ter televisão, geladeira, fogão, móveis e outras coisas. O poder de compra melhorou. O campo agora tem água e luz, e tem também internet. Onde que eu poderia imaginar que uma filha minha fosse fazer faculdade e ainda estudar pela internet!? (Pluriativo de Abelhas, Vitória da Conquista).

Hoje podemos comprar roupas, moto, carro. A alimentação melhorou, temos acesso à eletroeletrônicos, internet e telefone. Temos acesso à informação, cada um tem um celular. Antes só tinha um orelhão no local, e para comunicar com pessoas de fora era duro (Pluriativo de Estiva, Vitória da Conquista).

Conforme os dados apresentados e as argumentações sistematizadas, para as famílias, o significado da pluriatividade ultrapassa a dimensão material aqui apresentada como renda, condições de moradias e indicadores socioeconômicos, e se completa com a dimensão imaterial,

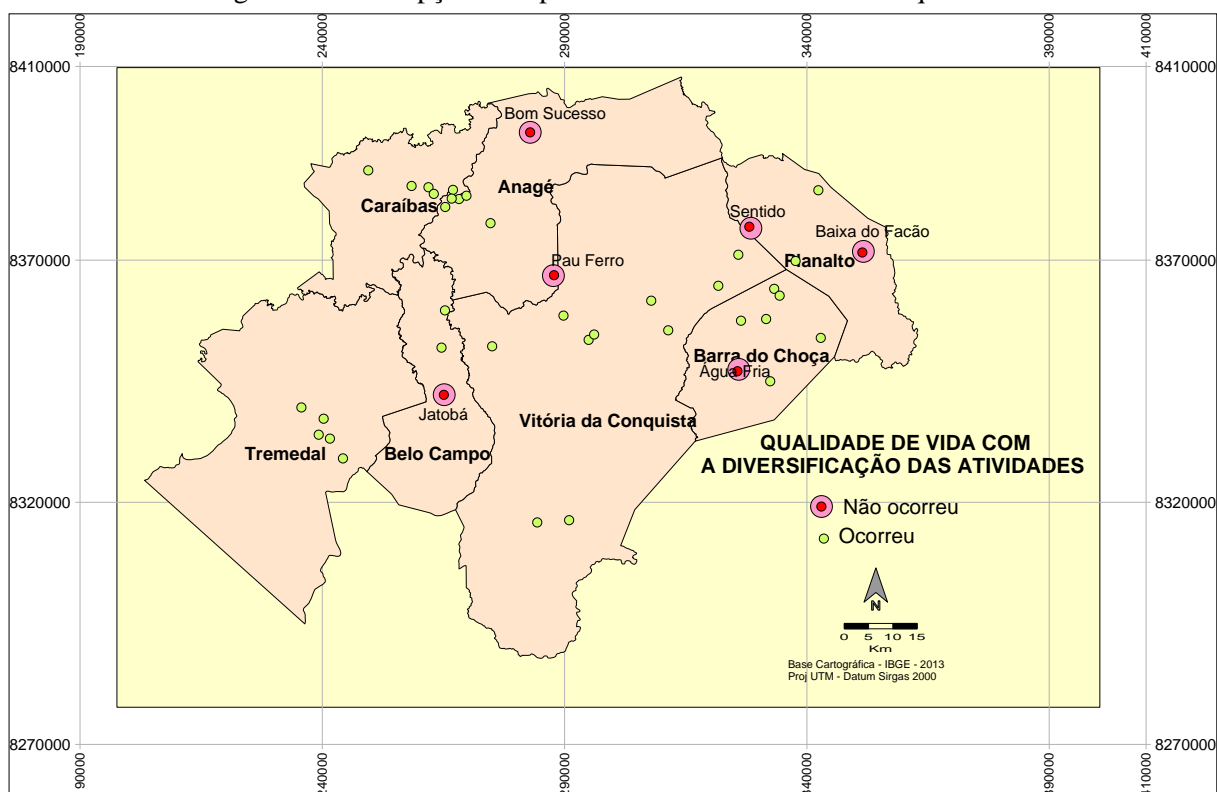
ou seja, a possibilidade de crescimento pessoal, profissional e intelectual – enfim, o desenvolvimento do potencial humano. Na análise da qualidade de vida, a materialidade e imaterialidade serão melhor exploradas.

7.10 Capital social e qualidade de vida dos pluriativos

A dimensão subjetiva (histórias de vida dos pluriativos que associaram a perspectiva endógena, ao capital social, ao cooperativismo e associativismo e à descentralização política) mencionadas e discutidas nas seções anteriores, quando comparada à dimensão material (renda) ganha substancialidade para analisar a vida dos pluriativos. As implicações da pluriatividade na qualidade de vida das famílias, tanto na dimensão material (a renda) como na dimensão subjetiva (a percepção da qualidade de vida de acordo com os valores, expectativas, padrões e preocupações) são importantes para analisar a qualidade de vida dos pluriativos. Dessa forma, a renda não pode ser considerada o único indicador da qualidade de vida no meio rural, pois analisar só a renda familiar tornaria a análise simplista e não permitiria investigar o conjunto de ações e estratégias que os indivíduos adotam ou adotaram para viabilizar as atividades produtivas e sua própria reprodução social. Assim sendo, entende-se que ambas as dimensões estão intimamente relacionadas e são de igual importância para se analisar a qualidade de vida dos pluriativos.

A análise das percepções e representações da qualidade de vida aparece nesta Tese como uma dimensão subjetiva das condições materiais e imateriais desses pluriativos. Nesse sentido, foram investigadas as percepções dos pluriativos sobre a melhoria da qualidade de vida com base em suas opiniões, sendo sistematizadas no Figura 84, na qual as informações são distribuídas conforme as localidades, destacando onde ocorreram e onde não ocorreram melhorias na qualidade de vida dos pluriativos.

Figura 84 – Percepções dos pluriativos sobre a melhoria da qualidade



Fonte: Pesquisa de campo, 2015/Produzido por Edvaldo Oliveira.

No mapa da Figura 84 estão representadas as localidades onde as famílias afirmaram ter ocorrido melhorias na qualidade de vida em decorrência da pluriatividade e, também, demonstra onde não ocorreu tais melhorias. Nota-se, portanto, que a maioria das famílias pesquisadas reconhece os impactos sociais e econômicos positivos em virtude da adoção dessas atividades nas propriedades onde elas vivem.

Ainda de acordo com o mapa, no município de Vitória da Conquista todos os pluriativos relataram que a melhoria da qualidade de vida está relacionada a fatores como: a diversificação das atividades; a presença de atividade coletiva, que envolve relação de cooperação e reciprocidade entre os membros da família; as implicações das políticas públicas, que foram destinadas ao campo; e a nova ruralidade, que trouxe para o local diferentes tipos de estabelecimentos e serviços. Os depoimentos confirmam essas argumentações.

É muito trabalho, mas a vida melhorou. Graças a Deus nós todos estamos unidos no trabalho (Pluriativo do Pradoso, Vitória da Conquista).

A vida no campo melhorou de 80% a 100%, porque o governo entendeu que a alternativa é a agricultura familiar. O Pronaf tem ajudado bastante com a parceria do Banco do Nordeste, senão não tinha mais agricultor. Hoje o povo sai de São Paulo e vem para cá, porque o que nós sabemos fazer mesmo é a agricultura. Temos também incentivo na moradia com o programa Minha

Casa Minha Vida Rural. Para Vitória da Conquista foram entregues 153 casas e para nós aqui em Inhobim foram entregues 59. Além disso, teve a energia que chegou a oito anos com o Programa Luz Para Todos. Tem, também, o Programa Água para Todos com 58 cisternas de placas. Além disso, recebemos água do exército (carro pipa). Estamos recebendo por agora a cisterna de produção (Pluriativo de Inhobim, Vitória da Conquista).

O campo mudou e mudou para melhor. Agente come bem, dorme bem e vive bem. Aqui tem de tudo. Antes, para comprar qualquer coisa diferente para comer tínhamos que ir até o centro da cidade, lá no Superlar loja 5, aquele supermercado perto da feira do Paraguai. Hoje, temos mais de dez minimercados. Você passa pela avenida e vê todos os tipos de lojas e serviços, e serviços de qualidade (Pluriativo da Lagoa das Flores, Vitória da Conquista).

Em Anagé, os pluriativos atribuem a melhoria na qualidade de vida à ação coletiva e ao aumento da renda e do poder de compra. E explicam que esses avanços ocorreram em decorrência do trabalho familiar. Assim afirmam os atores da pesquisa:

A diversificação da atividade é boa! Aqui, todo mundo trabalha junto na mesma propriedade. Hoje, temos crédito para comprar no comércio, pois temos nome na praça. O povo vê a gente trabalhando e deste modo ganhamos credibilidade (Pluriativo de Santo das Flores, Anagé).

A diversificação das atividades possibilitou uma melhor segurança alimentar e financeira de toda família (Pluriativo de Salobro, Anagé).

No entanto, nas localidades de Bom Sucesso e Pau Ferro as famílias declararam que não houve melhoria na qualidade de vida, mesmo afirmando ter um núcleo familiar pequeno, empregos em setores públicos e renda familiar entre 3 e 5 salários mínimos. Para essas famílias, a falta de melhores condições de vida está associada à ineficiência do governo em executar os projetos propostos e às implicações da seca que atinge a região.

Para os pluriativos de Caraíbas, a qualidade de vida teve melhorias devido ao aumento da renda e do poder de compra e à articulação entre os membros das famílias na reorganização de trabalho local, a exemplo dos estabelecimentos comerciais que optaram pela mão de obra familiar. As narrativas adiante demonstram como ocorreu a melhoria na qualidade de vida dessas famílias.

A vida melhorou em tudo! Nossa família tá toda unida. Meu marido e meus filhos não trabalham em outros estados, há muito tempo. Hoje, temos conforto, boa alimentação, podemos comprar o que queremos (Pluriativo do Gramma, Caraíbas).

A vida melhorou muito! Hoje temos a alimentação bem melhor que antes. Temos melhoria na saúde e no conforto doméstico. Aqui em casa tem de tudo.

Outra coisa boa foi a segurança no trabalho com a carteira assinada (Pluriativo da Jiboia, Caraíbas).

A vida melhorou no geral. Em todos os sentidos. **Hoje não tenho limitações!** (Pluriativo da Jiboia, Caraíbas).

Já em Belo Campo, município vizinho de Tremedal, Anagé e Caraíbas, apenas uma família, residente na localidade de Jatobá, declarou que não ocorreram melhorias em sua qualidade de vida com a diversificação das atividades. Para essa família, a qualidade de vida está relacionada ao local, à saúde, ao bem-estar e à vida em harmonia com a natureza. Nas palavras do representante dessa família:

a qualidade de vida na Zona rural é melhor. Na cidade, como trabalhamos na área de saúde e na construção civil, podemos pegar doenças, já que trabalho em Vitória da Conquista como técnico de enfermagem e engenheiro elétrico. Assim que terminar os estudos e conseguir juntar dinheiro quero investir na roça para onde quero voltar de vez (Pluriativo de Jatobá, Belo Campo).

Com base nessa argumentação, pode-se concluir que de forma diferente das demais famílias apresentadas, o indicador de qualidade de vida utilizado por essa família foi a dimensão subjetiva. O ritmo de vida no campo e a identidade com o local são os fatores que a família julga necessários para se ter uma melhor condição de vida.

Para os pluriativos de Água Fria, do município de Barra do Choça, também não houve melhoria na qualidade de vida. Esses atores argumentaram que as condições de vida e o acesso aos equipamentos públicos básicos ainda ocorre de forma restrita e se assemelha ao período em que se trabalhava apenas com a agricultura.

De forma diferente dos pluriativos de Barra do Choça (que analisaram a qualidade de vida levando em consideração o aspecto financeiro ou a dimensão material), em Planalto, nas localidades de Sentido e Vereda Nova, os pluriativos, cujos núcleos familiares são compostos por cinco membros e têm renda familiar entre 5 e 10 salários mínimos, provenientes de atividade agrícola, remuneração por emprego público municipal, bolsa família e aposentadoria rural, pautaram-se em fatores da dimensão subjetiva, como a satisfação pessoal, a expectativa de vida, as paixões e as afinidades para afirmarem que não houve melhoria e que “a vida tá igual a antes”.

Analisando a situação oposta, o Quadro 18 simplifica os fatores apresentados pelas outras 48 famílias, dentre as 56 pesquisadas, que afirmaram ter ocorrido melhorias em sua qualidade de vida.

Quadro 18 – Fatores que influenciaram na melhoria da qualidade de vida dos pluriativos⁵²

Municípios	Fatores
Anagé	Trabalho coletivo Aumento da renda Diversificação da dieta alimentar
Barra do Choça	A nova ruralidade Aumento do poder de compra de bens duráveis e não duráveis Aumento da renda Investimentos na educação Trabalho coletivo
Belo Campo	Presença de equipamentos públicos no campo A nova ruralidade Acesso às políticas públicas
Caraíbas	Aumento da renda Aumento do poder de compra de bens duráveis e não duráveis Profissionalização do trabalhador
Planalto	Aumento da renda Diversificação da dieta alimentar A nova ruralidade Aumento do poder de compra de bens duráveis e não duráveis Acesso às políticas públicas
Tremedal	Aumento da renda
Vitória da Conquista	A nova ruralidade Trabalho coletivo Acesso às políticas públicas Presença de equipamentos públicos no campo

Fonte: Organizado pela autora, com base na pesquisa de campo, 2015.

Assim, por meio do Quadro 18, além de se comprovar que a diversificação da renda teve implicações positivas na qualidade de vida dos pluriativos, reafirma-se, também, que a melhoria na qualidade de vida desses atores mantém relação direta com os fatores econômicos, socioculturais e político-administrativos.

Com isso, pode-se concluir previamente que a pluriatividade vem se tornando um novo paradigma para as políticas públicas voltadas ao desenvolvimento local, visto que as famílias residentes no campo estão em processo de transformação e (re)organização social em resposta às condições a que se encontram submetidas, devido à adaptação ao sistema capitalista no campo, a urbanização, a ruralidade, ao desenvolvimento da técnica e da tecnologia, a dinâmica do mundo trabalho, e aos princípios coletivos do capital social em que estão inseridas.

⁵² As informações presentes no quadro se baseiam nas informações orais – entrevistas – concedidas pelos pluriativos participantes da pesquisa, em 2015.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do território onde estão presentes a diversificação das atividades agrícolas e não agrícolas, conceituada como pluriatividade, e a reestruturação da família rural – do agricultor familiar –, que passaram a se organizar internamente e externamente em redes de cooperação, confiança, reciprocidade e solidariedade, foi feita por meio da pesquisa de campo, a qual contribuiu com a construção de algumas afirmações advindas do período de investigação, de constatações e de análises.

Inicialmente, pretendia-se analisar como o território poderia ser usado por seus atores para combater a pobreza rural e promover o desenvolvimento local/rural, a partir da pluriatividade e do capital social, considerados estratégias e consequências de reprodução social.

A análise das atividades pluriativas das cinquenta e seis famílias pesquisadas, quando associada ao capital social, reafirma a tese aqui defendida de que tais estratégias asseguram a permanência do agricultor familiar no campo, por ampliar a renda familiar e garantir que os pluriativos tenham acesso aos elementos que eles jugam necessários para se ter melhores condições de vida. Somado ao exposto, a pluriatividade e o capital social contribuem tanto com a manutenção da unidade produtiva e a reprodução familiar, uma vez que a renda não agrícola também é destinada para aquisição de produtos e equipamentos agrícolas, quanto com a existência do trabalho não agrícola no espaço rural, o que contrapõe a expropriação do agricultor.

Ressalta-se que a emergência do novo, presente no território local, repercutiu na dinâmica familiar que passou a estreitar entre os membros dessa unidade laços de dependência e ajuda mútua, de forma a reafirmar que tanto no passado quanto no presente o trabalho em família foi e continua sendo a força mantenedora da unidade de produção. No entanto, para cumprir tal função e para se adaptar às transformações sociais, econômicas e culturais da contemporaneidade, as cinquenta e seis famílias pluriativas do Território de Identidade do Sudoeste Baiano passaram a se reinventar, ao assumirem similaridades do modo de vida urbano, uma vez que para tais pluriativos as necessidades e buscas do homem do campo são iguais ao da cidade, de modo que faz parte do cotidiano das famílias questões como: (i) melhoria na educação; (ii) segurança; (iii) capacitação profissional; (iv) inserção produtiva e tecnológica; (v) oportunidade de emprego; (vi) assistência médica; (vii) renda; (viii) segurança alimentar; (ix) mobilidade; (x) e praticidade e comodidade. O acesso aos elementos citados reafirma a

concepção de que a pluriatividade e o capital social podem interferir positivamente na melhoria da qualidade de vida dos pluriativos, e nega que a pluriatividade seja uma atividade relacionada ao trabalho acessório que expropria o agricultor.

Assim, o novo perfil do pluriativo também se relaciona com as rupturas do isolamento geográfico no próprio campo e entre o campo e a cidade. O pluriativo passou a se (re)criar com características de um mundo globalizado, onde predominam a coesão e a integração dos territórios, já que o local não é simples reprodução do global, mas interage com ele criando um novo processo de atores. Diante do contexto de interligação dos territórios e da reterritorialização, o pluriativo se tornou mais dinâmico, e buscou na própria família elementos para transformar o seu saber e o ambiente em que está inserido para gerar bem-estar e renda, melhorando as suas condições de vida.

Em decorrência da comunicação, da aproximação dos espaços e das trocas de ideias e experiências o pluriativo pôde confrontar o seu lugar com os demais, e percebeu que fatores como a seca ou a pobreza rural e a política centralizadora ou as políticas dos prefeitos/coronéis não são reconhecidos e considerados os principais fatores que estimularam a pluriatividade em sua localidade. Isto se justifica pelo fato de reconhecerem que o cerne dos problemas está na ineficácia das políticas de Estado direcionadas à formulação de projetos e programas voltados para a valorização do lugar, dos sujeitos e da identidade desses territórios, que não objetivava estimular a diversificação produtiva e a renda como estratégia para fortalecer a agricultura familiar e a pluriatividade pelo território.

Além do exposto, um conjunto de elementos internos – o empreendedorismo, a criatividade, a atitude inovadora, a disposição para o trabalho, somado aos laços de cooperação e confiança existentes na família – têm impulsionado a pluriatividade e gerado capital social e implicações positivas no núcleo familiar.

Externamente, a pluriatividade e o capital social também têm sido estimulados pelo poder público e por grupos formais e não formais presentes no território. As cooperativas, as associações, os sindicatos, os movimentos sociais articulados a esses grupos e a outros grupos não formais têm capturado as políticas de Estado e tentado revertê-las em prol do local. A organização dos pluriativos em redes de cooperação confirma a mudança na mentalidade social e política daqueles que passaram se enxergar como propositores, trazendo para o local o empoderamento nas decisões e exigindo das políticas governamentais a manutenção de políticas afirmativas, ampliação de crédito para o agricultor familiar, apoio para os territórios rurais e ações para jovens, mulheres e aposentados.

Entretanto, as ações desses grupos, apesar de estarem formando uma rede que interliga os atores sociais em grupo e os grupos entre si, e de estimular a consciência emancipatória no Território de Identidade do Sudoeste Baiano, ainda não conseguiram dinamizar a produção local.

Dessa forma, a pesquisa reafirma as proposições teóricas levantadas, ou seja, de que é preciso construir uma política emancipatória, descentralizada e democrática que seja capaz de valorizar as relações associativistas e cooperativistas em prol do local, uma vez que os dados apresentados demonstram que, mesmo com a presença da prática coletiva existente no território, o Estado não tem conseguido organizar e dinamizar a pluriatividade pelo território de forma estratégica e articulada.

O estudo inédito e pioneiro sobre a pluriatividade e o capital social no Nordeste revela que os projetos e as políticas públicas discutidos na Tese demonstram que houve uma democratização no planejamento territorial, mas o Estado precisa ter como meta o novo perfil paradigmático da agricultura familiar que se assume na condição de pluriativo, uma vez que os governos ainda não conseguiram institucionalizar a pluriatividade como um propulsor de desenvolvimento.

O estudo da pluriatividade e do capital social também se torna importante porque as novas formas de ocupação e organização do meio rural implicam políticas públicas voltadas para a geração de emprego não agrícola no campo, o que significa novas possibilidades para se combater a pobreza rural. Assim, a temática em estudo que envolve o capital social revela-se importante diante da forma clássica de formulação de políticas regionais no Brasil, além de representar inovação em face da participação de atores sociais nas formulações estratégicas para o local.

Ademais, entende-se que este trabalho fornece contribuições para o planejamento e gestão local, além de uma melhor compreensão teórica, prática e social das relações que se estabelecem entre as atividades econômicas, políticas e o uso do território com a pluriatividade, e de como o capital social deve ser incorporado nos programas de desenvolvimento territorial. E para melhor explicar como estão sendo usados na obtenção da renda rural, frente à inserção do capitalismo no campo, bem como as diferentes formas de gestão e trabalho familiar com o capital social, o espaço de produção e de circulação e as relações sociais da área pesquisada.

Conforme apresentado, as famílias baianas têm combinado vários tipos de atividades à dinâmica familiar; dessa forma, a pluriatividade deve ser vista pelos formuladores das políticas públicas com um instrumento ou atividade que pode fortalecer a agricultura familiar. No entanto, para a pluriatividade cumprir esse papel é necessário que o Estado formule políticas

voltadas para o desenvolvimento amplo da agricultura familiar, criando possibilidades de inserção social, de valorização e reconhecimento da importância da agricultura familiar no processo de construção de um país moderno, solidário e com menos injustiça social.

Sendo assim, para que a pluriatividade se consolide como atividade propulsora de desenvolvimento e consiga gerar capital social, é necessário que o poder público enxergue oficialmente o agricultor familiar como um pluriativo, ofereça-lhe melhores condições de educação, capacitação profissional, apoio técnico e profissional às unidades produtivas, condições produtivas e formule e efetive, de forma séria e democrática, políticas de desenvolvimento endógenos com vistas a apoiar, valorizar e promover as ações dos sujeitos sobre o território, políticas que os mesmos julgam eficientes e necessárias à vida e vida com qualidade.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Agricultura familiar e uso do solo**. São Paulo em Perspectiva, v. 11, n. 2, p.73-78, 1997.

_____. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. **Economia aplicada**, v. 4, n. 2, abr-jun de 2000, p. 379-397.

_____. **Do setor ao território**: funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo. IPEA (Texto para discussão), São Paulo/Rio de Janeiro, n.702, 2000. Disponível em: <<http://www.ipea.br>>. Acesso em: 02 fev. 2013.

_____. Desenvolvimento rural territorial e capital social. In: SABOURIN, E.; TEIXEIRA, O. (Eds.). **Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais: conceitos, controvérsias e experiências**. Brasília: UFPB, CIRAD, Embrapa, 2003.

_____. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

ALBAGLI, Sarita. **Globalização e espacialidades**: o novo papel do local. Rio de Janeiro IE/UFRJ: Notas Técnicas 04, 1998.

ALBAGI, S; BRITTO, J. **Glossários de Arranjo Produtivos Locais**. 2003. Disponível em: <<http://www.ie.ufrj.br/redesist/Glossario/Glossario%20Sebrae.pdf>>. Acesso em: 05 jun. 2014.

ALCÂNTARA, Fernanda Viana. **As políticas de desenvolvimento regional**: o caso do Projeto Comunitário do Rio Gavião no Sudoeste da Bahia (1996-2004), 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2007.

ALENCAR, C. M. M. de; MOREIRA, R. Campo e cidade metropolitanos: uma noção inteira para pensar o desenvolvimento humano contemporâneo. In: MOREIRA, Roberto J. (Org.). **Identidades sociais**: ruralidades no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. p. 295-316.

AMARAL FILHO, Jair do. **Desenvolvimento regional endógeno em um ambiente federalista. Planejamento e políticas públicas**. Brasília: n.14, IPEA, dez, 1996.p.35-70.

_____. **A endogenização no desenvolvimento econômico regional e local**. Brasília: n.23, IPEA, jun, 2001.

_____. **A grande transformação e as estratégias de desenvolvimento local**. **Anais do VII Encontro Nacional de Economia Política**, Curitiba, 28n a 31 de maio. 2002. Disponível em: <<http://www.race.neca.ie.ufrj.br/eventos/evc2002/m23-amaral.doc>>. Acesso em: 20 fev. 2013.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**. Contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. 7. ed. , São Paulo: Cortez, 2005.

ANJOS, F. S. dos, **A agricultura familiar em transformação: o caso dos colonos-operários de Massaranduba, (SC)**. Pelotas: UFPEL, 1995.

ANJOS, Flávio S. dos. **Agricultura familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural no sul do Brasil**. Pelotas: EGUFPL, 2003.

BACELAR, Tânia et al. Gestão social dos territórios. **Desenvolvimento rural sustentável**. v. 10, Brasília, 2009.

BANDEIRA, Pedro. **Participação, Articulação de Atores Sociais e Desenvolvimento Regional**. TEXTO PARA DISCUSSÃO. n. 630. Brasil. IPEA/Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília, fevereiro de 1999.

BECKER, B. O Uso Político do Território: questões a partir de uma visão do terceiro mundo. In: BECKER, Berta K.; COSTA, Rogério K.; SILVEIRA, Carmem B.; (orgs.) **Abordagens políticas da espacialidade**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1983.

BENKO, George. **Economia espaço e globalização: na aurora do século XXI**. 3. ed. São Paulo: Annablume, 2002.

BENINI, Elcio Augusto. Cooperativismo e autogestão: reflexões sobre a economia solidária. Desafio. **R. Econ. e Adm.** Campo Grande. V. 10, mai./ago. 2009, p. 76-88.

BILAC, Elisabete Dória. Gênero, vulnerabilidade das famílias e capital social: algumas reflexões. In: CUNHA, José M. P. (Org.). **Novas metrópoles: população, vulnerabilidade e segregação**. Campinas: Nepo/Unicamp, 2006. p. 51-65.

BOISIER, S. Política econômica, organização social e desenvolvimento regional. In.: HADDAD, P. R. (Org.). **Economia regional: teorias e método de análise**. Fortaleza: BNB/ETENE, 1989.

_____. **Sociedad civil, actores sociales y desarrollo regional**. Santiago do Chile: Ilpes/Cepal, 1995.

_____. Desarrollo (local): ¿de qué estamos hablando? In: BECKER, F., BANDEIRA, S. P. (Orgs). **Determinantes e desafios contemporâneos**. Santa Cruz do Sul: DUNISC, 2000.

_____. El desarrollo territorial a partir de la construcción de capital sinérgico. **Revista Redes**, Santa Cruz do Sul, RS, Ednisc, V. 4, nº 01, 1997.

BONNAL, Philippe; MALUF, Renato S. políticas de desenvolvimento territorial e multifuncionalidade da agricultura familiar no Brasil In.: CAZELLA, Ademir; BONNAL, Philippe; MALUF, Renato S. (orgs.) **Agricultura familiar e desenvolvimento territorial no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário (2004). **Referências para o apoio ao desenvolvimento territorial**. Brasília (DF), Brasil, 2004, [Série Documentos Institucionais 01-2005].

BRASIL – Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável. Ministério de Desenvolvimento Agrário – MAD. **Secretaria de desenvolvimento Territorial** – STD. Guia para o Planejamento. Documento de Apoio N. 22. Brasília: STD/MAD, novembro de 2005.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional. **Construção de Cisternas e Capacitação para a Convivência Sustentável com o Semi-Árido**. Projeto Técnico. Brasília, fev. 2005.

BRASIL, Ministério de Integração Nacional (2006). **Subsídios para a definição da Política Nacional de Ordenação do Território – PNOT (Versão preliminar)**. Brasília (DF), Brasil, 2006, [Série Documentos Institucionais 01-2005].

BRASIL – **Cartilha do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**. Ministério de Desenvolvimento Agrário – MAD. Brasília: STD/MAD, novembro de 2012. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/CARTILHA_PAA_FI_NAL.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2015.

BUAINAIN, Antônio Márcio; ROMEIRO, Ademar R.; GUANZIROLI, Carlos. Agricultura familiar e o novo mundo rural. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 5, nº 10, jul/dez 2003, p. 312-347.

CASTRO, I. et al. (orgs.) **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

CAMPANHOLA, C. e GRAZIANO da silva J. Desenvolvimento Local e a Democratização dos Espaços Rurais. **Cadernos de ciência e Tecnologia**, Brasília. n.17, v.1, 2000.p.11-40.

CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessoa; CORRÊA, Walquíria Kruger. Ruralidade, urbanidade, tecnificação do rural no contexto do debate cidade-campo. **CAMPO-TERRITÓRIO. Revista de Geografia Agrária**, v. 3, n. 5, p. 214-242, fev. 2008.

CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessoa. Ruralidades, urbanidades e tecnificação do rural no contexto do debate cidade-campo. **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**, v.3, n. 5, p. 214-242, fev. 2008.

CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessoa e SANTOS, Roselí Alves dos. Experiências Geográficas em torno de uma abordagem territorial. In: SAQUET, Marcos Aurelio, SPÓSITO, Eliseu Sáverino (org). **Territórios e territorialidades**. Teoria, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

CARNEIRO, Maria. José. Ruralidades: novas identidades em construção. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 11, p. 53-75, outubro. 1998.

CARNEIRO, Maria. José. *Les Paysans des Sept Laux: la construction d'un nouvel ordre social*. Tese de doutorado, Paris: EHESS, 1993.

CARNEIRO, M. J. Pluriatividade da agricultura no Brasil: uma reflexão crítica. In: **I Seminário Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural**. Porto Alegre: NEAD/PGDR/UFRGS, 2005.

CARNEIRO, Maria José. Pluriatividade da Agricultura do Brasil: uma reflexão crítica. In.: SCHNEIDER, S. (org.). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

CARNEIRO, Maria José. Pluriatividade da agricultura no Brasil: uma reflexão crítica. In.: Schineider, Sérgio (ogrs). **A diversidade da agricultura familiar**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

_____. Ruralidade: novas identidades em construção. **Estudos Sociedade e Agricultura** (UFRJ), Rio de Janeiro, v. 11, p. 53-75, 1998. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/nea/rurbano/textos/downlo/rurbzeze.html>>. Acesso em: 02 jun. 2013.

CARVALHO, Otamar de. **A economia política do Nordeste**. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

CASSIOLATO, J. E. e LASTRES, H. M. M. O enfoque em sistemas produtivos e inovação locais. In: T. FISCHER (org.) **Gestão do desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos e avaliação**. Bahia: Casa da Qualidade, 2002.

CASTRO, Antônio Barros. **7 Ensaios sobre a economia brasileira**. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1980.

CASTRO, Iná Elias de. **O mito da necessidade: o discurso e prática do regionalismo nordestino**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

CAZELLA, Ademir; BONNAL, Philippe; MALUF, Renato S. (orgs.) **Agricultura familiar e desenvolvimento territorial no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

CHAYANOV, A.V. **La organización de la unidde económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, (1925) 1974.

CORREA, W. K. E; PIERUCCINI, M. A. Uma nota sobre urbanidades e ruralidades no município de Cascavel. In: Encontro Nacional da Associação de Pós-graduação em Geografia (ANPEGE), 6, 2005, Fortaleza. **Anais**, Fortaleza, CE: ANPEGE. 2005.

COSTA, José Eloízio da et al. O desenvolvimento territorial rural em evidência: a experiência no agreste de Alagoas, impasses e desafios. In.: CARVALHO, Daina Mendonça; ALCANTARA, Fernanda Viana de, COSTA, José Eloízio da (organizadores). **Desenvolvimento territorial, agricultura e sustentabilidade no Nordeste**. São Cristóvão: editora UFS, 2010.

COUTO FILHO, Vitor de Athaye. **Agricultura familiar e desenvolvimento territorial: um olhar da Bahia sobre o meio rural brasileiro**. Rio de Janeiro: Grammond, 2007.

DEL GROSSI, M. E.; GRAZIANO DA SILVA, J.; CAMPANHOL A, C. O fim do êxodo rural?. In: VI Encontro Nacional de Economia Política, 2001, São Paulo. **Anais do Sociedade Brasileira de Economia Política**, 2001 São Paulo. (CD ROM – Mesa 25: Transformações no campo brasileiro).

Duby, Georges. L'urbanisation dans l'histoire. In.: **Études Rurales**, n.49-50, p.10-14, janvier-juin, 1970.

ECHEVERRIA, R.G. Opiciones para reducir la pobreza rural em América Latina y el Caribe. **Revista de la Cepal**. n. 70, p. 147-160. Santiago no Chile, Cepal, abril 2001.

ELIAS, Norbert. **Quést-ce que la sociologie?** Paris: ed. De Iáube. 1990.

ELLIS, Franks. Peasant economics – farm household and agrarian desenlopmment. Cambridge university Press, 2000.

EGLER, Claudio A. G. Questão regional e gestão do território no Brasil. In: Iná Elias de. **Etal: Geografia: conceitos e temas**. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

EVANS, Mel; SYRETT, Stephen: Generating social capital? thesocial economy and local economic development. **European Urbanand Regional Studies** ,2007. p. 17-59. Disponível em: <http://eur.sagepub.com/cgi/content/abstract/14/1/55>. Acesso em: 25/06/2012.

FAO/INCRA. **Perfil da Agricultura familiar no Brasil**: dossiê estatístico. Brasília, 1996.

FAO/INCRA. **Novo retrato da Agricultura familiar**: o Brasil redescoberto. Brasília, 2000.

FAVARETO, Arilson da Silva. **Paradigma do desenvolvimento rural em questão** - do agrário ao território. Tese de doutorado apresentada a Programa de Pós-graduação em Ciência Ambiental da Universidade de São Paulo-USP, 2006.

FEITOSA, Cid Olival. Do regional ao Local. In.: LACERDA, Ricardo Oliveira; HANSEN, Dean Lee. **Desenvolvimento regional e local, velhas e novas questões**. São Cristóvão: Editora UFS, 2007.

FERNÁNDEZ, Víctor Ramiro. Densidad institucional, innovación colectiva y desarrollo de las cadenas de valor local: Un triángulo estratégico en la evolución de los enfoques regionalistas durante los '90s. **Revista Redes**. Santa Cruz do Sul: v.9, n.1, jan/abr, 2004. p. 37-62.

FERNANDES, Antonio Sergio Araujo. Políticas públicas: definição evolução e o caso brasileiro na política social. In: DANTAS, Humberto; JUNIOR, José Paulo M. (orgs). **Introdução à política brasileira**, São Paulo. Paulus. 2007.

FERRARI, Divan Luiz. **Agricultura familiar, trabalho e desenvolvimento no oeste de Santa Catarina, 2003**. Dissertação (Mestrado), Instituto de Economia da UNICAMP, Campinas, 2003.

FOUCAULT. Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 4. ed. 1984 [1978].

FULLER, A. M. **From Part-Time Farming**: the enigma and the realities. In.: SCHWARZWELLER, H. Research in Rural Sociology and Development, connecticut, jai press, 1984.

FULLER. A. M. From part-time farming to pluriativity: a decade of change in rural Europe. **Journal of Rural Studies**, v.6, n.4, Londres,1990. p. 361-373.

FURTADO, Ribamar; FURTADO, Eliane. **A intervenção participativa dos atores – INPA:** uma metodologia de capacitação para o desenvolvimento local e sustentável. Brasília: Instituto interamericano de Cooperação com a Agricultura (IICA), 2000.

GRAZIANO DA SILVA, J. O Novo Rural Brasileiro. **Revista Nova economia**, Belo Horizonte. n. 7, v. 1, p. 43-81, maio 1997.

GOZOLLA, Marcio. O processo de mercantilização do consumo de alimentos da agricultura familiar. In.: SCHINEIDER, Sergio. (Org.) **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

HAESBAERT, Rogério. Região, Diversidade Territorial e Globalização. **Geographya**, ano 1, nº 1, 1999, p. 15-39.

_____. **O mito da desterritorialização, do fim dos “territórios” à multiterritorialidade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

_____. Da desterritorialização à multiterritorialidade. **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina** – 20 a 26 de março de 2005 – Universidade de São Paulo, São Paulo: EGAL, 2005. p. 6774-6792.

HAESBAERT, Rogério. Americana: do labirinto da solidão ao espaço da solidariedade. Encontro de Geógrafos de América Latina, X. São Paulo. 2005. In. **Anais do X Encontro de Geógrafos de América Latina**. São Paulo, p.6774-6792, 2005. Disponível em: <<http://www.geografia.fflch.usp.br/egal/port/index.htm>>. Acesso em: 19 maio 2009.

HANSEN, Dean Lee. Educação e Desenvolvimento local. In.: **Cenários de Desenvolvimento local: Estudos exploratórios**. ed. Aracaju: Prefeitura de Aracaju, 2003, p. 97-125.

HANSEN, Dean Lee. **Desenvolvimento regional e local, velhas e novas questões**. São Cristóvão: Editora UFS, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **SIDRAS**: Banco de dados agregados. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/>>. Acessado em: 27 jun. 2012.

_____. **Notas Técnicas** – Censo Agropecuário 2006: resultados preliminares. Rio de Janeiro: IBGE, 2009a. Disponível em: <www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/2006/nota_tecnica.pdf>. Acesso: 28 jun. 2012.

_____. **Censo Agropecuário 2006**. Rio de Janeiro: IBGE, 2009b.

_____. **Censo Agropecuário 2006: agricultura familiar**. Rio de Janeiro: IBGE, 2009c.

_____. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

JULLIARD, E. Urbanisation des campagnes. **Études Rurales**, n. 49-50, p. 05-10, janvier-juin, 1970.

JUNIOR, Valdomiro Conceição; BRITO, Ivana Paula Ferraz. Fortalecimento da agricultura familiar como instrumento para o desenvolvimento rural do território de Vitória da Conquista - Bahia. **Revista Extensão e Cidadania**. Vitória da Conquista, v. 1, n. 1, 2013, p. 121-141.

KAGEYAMA, A. Pluriatividade e ruralidade: aspectos metodológicos. Faculdade de Economia e Administração, Universidade de São Paulo. **Economia Aplicada**, v. 2 n. 3, p.515-551, 1998.

_____. Desenvolvimento Rural no Rio grande do Sul. In.: SCHNEIDER, S. (org.). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

KLEBA, Maria Elizabete. Empoderamento: processo de fortalecimento dos sujeitos nos espaços de participação social e democratização política. **Sociologia**. v. 18, n. 4, 2009. São Paulo, p. 733-743.

KRUGMAN, P. Increasing returns and economic geography. **Journal of Political Economy**, v. 99, n. 33, 1991. p.483-499.

_____. **Geography and trade**, MIT Press, 1993.

LAMARCHE, H. **A agricultura familiar: comparação internacional**. 1. Uma realidade multiforme; 2. Do mito à realidade. Campinas- SP: Editora da UNICAMP, 1993.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte. MG: Ed. UFMG, 1970.

_____. **O direito à cidade**. São Paulo: Moraes, 1991.

LIMA, E. N. Novas ruralidades, novas identidades. Onde? In: MOREIRA, Roberto J. (Org.). **Identidades sociais: ruralidades no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. p. 41-65.

MACÊDO, Verônica Ferraz. **Reestruturação Produtiva do Capital e o Trabalho na Agroindústria Cafeeira de Barra do Choça – Bahia**. 2009. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2009.

MEDEIROS, Rosa Maria; RIBEIRO, Eduardo Magalhães. O papel da mulher na agricultura familiar: dois estudos de caso. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 5, n. 1, 2003.

MAIA, Meirelane Rodrigues. **Sustentabilidade e agricultura familiar em Vitória da Conquista – BA**. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, 2012.

MATTA, Jana Maruska Buuda. **Agricultura Familiar e Sustentabilidade**. 2007.281f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2007.

MATTEI, L. **Pluriatividade e desenvolvimento rural no Estado de Santa Catarina**. Campinas, Tese (Doutorado) do Instituto de Economia da UNICAMP, Campinas SP, 2003.

MELO, Ricardo O. L. Sustentabilidade de Arranjos Produtivo de Cerâmica Artesanal do Município de Santana do São Francisco –SE. In.: LACERDA, Ricardo oliveira, MOREIRA, Ruy. **O pensamento geográfico**, as matrizes clássicas originárias. São Paulo: Contexto, 2008.

MENEZES, Marilda; MALAGOLI, Edgard. Os camponeses como atores sociais: a perspectiva da autonomia e da resistência In.: SCHNEIDER, Sergio e CAZOLLA, Marcio. **Os atores do desenvolvimento rural: perspectivas teóricas e práticas sociais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

MENDES, Marcelo Alves. **Pluriatividade na agricultura familiar e sua (des)territorialidade no Estado de Sergipe: avanços e controvérsias**. 2012. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2012.

MYRDAL, Gunnar. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1960 (Biblioteca Universitária) (Edição original: 1957).

MOREIRA, R. J. Ruralidades e globalizações: ensaiando uma interpretação. In: MOREIRA, R. J. (Org.). **Identidades sociais: ruralidades no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. p. 15-41.

MULLER, G. Brasil Agrário: Heranças e lembranças. In.: **Brasil em Artigos**. São Paulo, FSEADE, 1995, p. 223-247.

MULS, Leonardo Marco. Desenvolvimento local, espaço e território: o conceito de capital social e a importância da formação de redes entre organismos e instituições locais. **Economia**, Brasília (DF), v.9, n.1, jan/abr 2008. p. 1-21.

NASCIMENTO, H. M. **Capital social e desenvolvimento sustentável no sertão baiano: a experiência de organização dos pequenos agricultores do município de Valente**. p. 121. 2000. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente) Unicamp- SP, 2000.

NASCIMENTO, C.A. **Pluriatividade, pobreza rural e políticas públicas**. p.214. 2005. Tese (Doutorado), Instituto de Economia da UNICAMP, Campinas, 2005.

NEVES, D. P. Agricultura familiar: questões metodológicas. **Revista Reforma Agrária**, n. 2, v.25, p. 21-33. Campinas- SP, 1995.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma Re(li)gião**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

OLIVEIRA, Jacson Tavares. **Evolução do Uso da Terra e dos Solos na Bacia de Captação da Barragem Água Fria I e II em Barra do Choça/BA**. 2006. 113f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, 2006.

OLIVEIRA, Edvaldo. Território, região, lugar: Conceitos chaves no processo de modernização da agricultura com ênfase no cooperativismo. In: LOPES, Eleano Sérgio Azevedo, COSTA, Eloízio da (orgs). **Territórios rurais e agricultura familiar no Nordeste**. São Cristóvão: Editora- UFS, 2009.

OLIVEIRA, Gilson Batista de. Elementos endógenos de desenvolvimento regional: considerações sobre o papel da sociedade local no processo de desenvolvimento sustentável. Curitiba, **Revista FAE**, v.6. n.2, maio/dez. 2003. p. 29-37.

ORTEGA, Antonio César. Desenvolvimento territorial rural no Brasil: limites e potencialidades dos CONSADs. **Rev. Econ. Sociol. Rural** [online]. 2007, vol.45, n.2, p. 275-300.

ORTEGA, Antônio César. **Territórios deprimidos: desafios para as políticas de desenvolvimento rural**. Campinas, São Paulo: Editora Alínea; Urbelândia, MG: Edufu, 2008.

PEDRÃO, Fernando. A ideologia do desenvolvimento Nacional e as perspectivas do capital internacionalizado. In: **Revista de desenvolvimento econômico**. Salvador: UNIFACS, 2004.

PEREIRA, Sudanês Barbosa. Os elementos intangíveis do desenvolvimento local. In.: LACERDA, Ricardo oliveira, HANSEN, Dean Lee. **Desenvolvimento regional e local, velhas e novas questões**. São Cristóvão: Editora UFS, 2007.

PLOEG J.D. Van der and RENTING, H. Impact and potential: a comparative review of European rural development practices. **Sociologia Ruralis**, Netherlands, 40 (4): 2000.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. 3 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

ROCHA, Rosângela Resende; CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. O Planejamento Regional: integrar para desintegrar. **Scientia Plena**, v. 5, n. 1. p. 01-09. 2009.

RAFFESTIN, Claude. L'evoluzione storica della territorialità in Svizzera. In: RAFFESTIN, C.; RACINE, J. B.; RUFFY, V. (Org.). **Territorialità e paradigma centro – periferia**. La Svizzera e la Padana. Milano: Unicopli, p. 11 – 26, 1978.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1980.

RODOMSKY, Guilherme F. Waterloo. Reciprocidade, redes sociais e desenvolvimento. In.: SCHNEIDER, Sergio (org.). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

ROCHA, Gabriela Silveira. **Velhas e Novas Territorialidades nas Margens da Barragem de Anagé- BA: da desterritorialização à reterritorialização**. Dissertação (Mestrado em Geografia)- Núcleo de Pós-Graduação em Geografia- NPGeo, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2011.

RUA, J. A ressignificação do rural e as relações cidade-campo: uma contribuição geográfica. **Revista da ANPEGE**, Rio de Janeiro, n. 22005, p. 45-66.

SABOURIN, E. Desenvolvimento territorial e abordagem territorial – conceitos, estratégias e atores. In: Sabourin, E., Teixeira, O. A. (Eds.). **Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais – conceitos, controvérsias, experiências**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2002.

SABOURIN, Eric. Práticas sociais, políticas públicas e valores humanos. In.: SCHNEIDER, S. (org.). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

SACK, Robert. **Human territoriality: its theory and history**. Cambridge: Cambridge university Press, 1986.

SAMPAIO, Andrecksia Viana Oliveira. **Mobilidade do Trabalho e Produção do Espaço Regional de Vitória da Conquista - Bahia**. 2013. 241f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2013.

SAMPAIO, Vilomar Sandes. **Relações Produtivas: Biscoitos Caseiros como Estratégia de Inclusão Social**. 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão. 2006.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. 5 ed. São Paulo: Hucitec, 1988.

_____. **A natureza do espaço, técnica e tempo, razão e emoção**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. Milton. O retorno do território. In: SANTOS, M. (Orgs.). **Território: Globalização e fragmentação**. 5. ed. São Paulo: Hucitec/Anpur, 2002.

_____. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo : Edusp, 2005.

_____. **Técnica, espaço, tempo**. Globalização e meio Técnico-científico-informacional. 5.ed. São Paulo: Edusp, 2008.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções sobre território**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SAQUET, Marcos Aurélio. Por uma abordagem territorial SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, (Orgs.). **Territórios e territorialidades, teorias, processos e conflitos**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SAUBORIN, Eric. Práticas sociais, políticas públicas e valores humanos. In.: SCHNEIDER, Sergio (org.). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

SCHMITZ, H. **Flexible especialisation: a new paradigm of small-scale industrialisation?** IDS, Sussex, 1988.

SCHNEIDER, Sergio. Desenvolvimento agrícola e as transformações da estrutura agrária nos países do capitalismo avançado: a pluriatividade. **Revista reforma Agrária**, ABRA, Campinas, v. 24, n.03, 1994. p. 106-1032.

_____. **Agricultura familiar e industrialização (Pluriatividade e Descentralização no Rio Grande do Sul)**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1999.

_____. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. **Sociologias**, n.6, v.11, Porto Alegre: 2004. p. 88-125.

_____. A pluriatividade e o desenvolvimento rural brasileiro. In.: BOTELHO FILHO, Flávio. (orgs). **Agricultura familiar e desenvolvimento territorial** – contribuições ao debate. Universidade de Brasília: Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares. V. 5. N. 17, 2005. p. 23-42.

_____. **A adversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre Ed. UFRG S, 2006a.

_____. Transformações agrárias, tipos de atividades e desenvolvimento rural: considerações a partir do Brasil. In.: Guillermo Neiman; Clara Craviotti. (org.) **Entre el Campo y la ciudad** – Desafios y estrategias de la pluriactividade em el agro. Buenos Aires: Ciccus, 2006b.

_____. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre, 2.ed., Poto Agre: Editora da UFRGS, 2009a.

_____. **Território, Ruralidade e Desenvolvimento**. In: VELÁSQUEZ LOZANO, Fabio.; MEDINA, Juan Guillermo Ferro (orgs). Las configuraciones de los territorios rurales en el Siglo XXI. 1 ed. Bogotá/Colombia: Editorial Pontificia Universidad Javeriana, v. 7. 2009b. p. 67-108.

SEI – **Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia**. Disponível em: <<http://sim.sei.ba.gov.br>>. Acesso em: 21 jun. 2013.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000a.

SEN, Amartya. Exclusão social: conceito, aplicação e controle. **Desenvolvimento Social Papers**, n.1, Instituto de Meio Ambiente e Desenvolvimento Social Banco Asiático de Desenvolvimento, Junho 2000b. Disponível em: <http://housingforall.org/Social_exclusion.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2013.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Cia da Letras, 2000, 1999. 409 p SEPLAN – Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia. Disponível em: <<http://www.seplan.ba.gov.br>>. Acesso em: 18 fev. 2013.

SEPLAN – Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia. **Instrumento da política territorial** Disponível em: <<http://www.seplan.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=51>>. Acesso em: 15 jun. 2015.

SILVA, José Graziano da. **Tecnologia e agricultura familiar**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRS, 2003.

SILVA, José Graziano da. O Novo Rural Brasileiro. **Nova economia**. Belo horizonte: 1997. p. 43-81.

SILVA, José Graziano da. **O novo rural brasileiro**. Campinas, UNICAMP, Instituto de Economia, 1999 (Coleção Pesquisas, 1).

SOBARZO, Oscar. O rural e o urbano em Henri Lefebvre. In.: SOPÓSITO, Maria da Encarnação e WHITACKER, Arthur Magon (orgs.) **Cidade e campo, relações e contradições entre urbano e rural**. São Paulo: Expressão popular, 2006.

SOARES, Venozina de Oliveira; ROCHA, Luciana Oliveira. A evolução da estrutura agrária do município de Barra do Choça – BA. **Revista NERA**, Presidente Prudente Ano 13, nº. 17 Jul-dez./2010, p. 131-149.

SOUZA, M. **Atividade não agrícola e desenvolvimento rural no Estado do Paraná**. 2000. Campinas, Tese (Doutorado em Engenharia Agrícola) do Instituto de Economia da UNICAMP, Campinas SP, 2000.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Geografia e filosofia, contribuição para o ensino do pensamento geográfico**. São Paulo: Unesp, 2004.

SPOSITO, Maria da Encarnação Beltrão. A questão cidade-campo: perspectiva a partir da cidade. In.: SPOSITO, Maria da Encarnação Beltrão e WHITACKER, Arthur Magon (orgs.) **Cidade e campo: relação e contradições entre o urbano e o rural**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

TECNOSAN, Engenharia. **Relatório de impactos sobre o meio ambiente**. Salvador, 1988.

TONINI, H.; MACKE, Janaina. Confiança e capital social para o desenvolvimento de comunidades rurais: caso da APROVALE. **Revista de Gestão Social e Ambiental**. v. 1, n. 3, set/dez de 2007, p. 99-111.

VALE, Gláucia Maria Vasconcellos. **Territórios vitoriosos, o papel das redes organizacionais**. SEBRAE, Garamond, 2007.

VEIGA, José Eli da. Destinos da ruralidade no processo de globalização. **Estudos Avançados**, vol. 18, n. 51, maio-agosto 2004. p.51-67.

_____. A revolução rural/urbana no desenvolvimento regional. In. BOTELHO, Flávio Borgues (orgs). **Agricultura familiar e desenvolvimento territorial**. Brasília: Universidade de Brasília, Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, Núcleo de Estudos Avançados v. 5. n.17, 2005.

APÊNDICES

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO DE PESQUISA



Universidade Federal de Sergipe – UFS
Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa – POSGRAP
Núcleo de Pós-Graduação em Geografia – NPGeo

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

I – IDENTIFICAÇÃO DO INFORMANTE

Município: _____

Distrito: _____

Localidade: _____

Mantém residência no local? () Sim () Não **Onde?** _____

Profissão? _____

Seus pais são (eram) agricultores? () Sim () Não **Em que trabalham(va)?** _____

Até que série você estudou?

- | | | |
|------------------------|------------------------|-------------------------------|
| () 1º grau incompleto | () 2º grau completo | () Programa de alfabetização |
| () 1º grau completo | () 3º grau incompleto | () Sem idade escolar |
| () 2º grau incompleto | () 3º grau completo | () Sem escolaridade |

II – CARACTERIZAÇÃO DA FAMÍLIA

Sua família é formada por:

() Pai () Mãe () Filhos ____ Nº. de filhos () Outros
Quais? _____

Quem é o chefe da sua família?

() Pai () Mãe () Irmão () Irmã () Avô () Avó () Tio () Tia

De quantas pessoas a sua família é formada?

- | | | | |
|---------------|---------------|---------------|---------------|
| () 1 pessoa | () 2 pessoas | () 3 pessoas | () 4 pessoas |
| () 5 pessoas | () 6 pessoas | () 7 pessoas | () 8 pessoas |

Qual a idade dos homens de sua família e quantos deles têm essa idade?

() Até 10 anos () 11 a 18 anos () 19 a 34 anos () 35 a 59 anos () 60 ou mais

Qual o nível de formação escolar dos homens de sua família?

- | | | |
|------------------------|------------------------|-------------------------------|
| () 1º grau incompleto | () 2º grau incompleto | () Programa de alfabetização |
| () 1º grau completo | () 3º grau incompleto | () Sem idade escolar |
| () 2º grau completo | () 3º grau completo | |

Qual a idade das mulheres de sua família e quantas delas têm essa idade?

☐ Até 10 anos ☐ 11 a 18 anos ☐ 19 a 34 anos ☐ 35 a 59 anos ☐ 60 ou mais

Qual o nível de formação escolar das mulheres de sua família?

☐ 1º grau incompleto ☐ 2º grau completo ☐ Programa de alfabetização
☐ 1º grau completo ☐ 3º grau incompleto ☐ Sem idade escolar
☐ 2º grau incompleto ☐ 3º grau completo ☐ Sem escolaridade

III – CARACTERIZAÇÃO DA PROPRIEDADE

A sua propriedade tem quantos hectares?

☐ Até 3 hectares ☐ De 3 a 5 hectares ☐ De 10 a 15 hectares ☐ De 15 a 20 hectares
☐ De 20 a 30 hectares ☐ De 30 a 50 hectares ☐ Mais de 50 hectares ☐ Não proprietário

Há quanto tempo essa propriedade pertence a sua família?

Como você obteve essa propriedade?

☐ Através de herança ☐ Posse provisória ☐ Compra de parentes ☐ Troca
☐ Através de doação ☐ Não é proprietário ☐ Compra de terceiros

IV – ESTRATÉGIAS DESENVOLVIDAS

Quais as atividades desenvolvidas pela família?

☐ Agrícola ☐ Desempregado ☐ Não trabalha
☐ Outras atividades (não agrícola) ☐ Aposentado ☐ Outros

Quais os ramos de atividade não agrícola desenvolvidos pela família?

☐ Indústria ☐ Comércio ☐ Construção civil ☐ Transformação artesanal ☐ Transporte
☐ Serviço público ☐ Serviços pessoais ☐ Sem resposta

O que levou sua família a trabalhar nessa(s) outra(s) atividade(s)?

Atualmente sua família tem feito algo para se manter trabalhando em atividade diferente da agrícola?

Para desenvolver tais atividades sua família tem se organizado comunitariamente e estabelecido parcerias com outros atores locais?

() Não () Sim De que forma?

A sua família participa de algum programa do governo?

() Não () Sim Quais?-

Sua família participa de algum movimento social?

() Não () Sim Quais?-

Onde se localiza a ocupação principal da sua família?

- | | |
|--|--|
| () No domicílio | () Fora/distante do domicílio e zona urbana |
| () Vizinho ao domicílio e zona urbana | () Fora/distante do domicílio e zona rural |
| () Vizinho ao domicílio e zona rural | |

Para você, todas essas formas de trabalho significam:

- | | |
|--|--|
| () Uma melhor forma de ganhar dinheiro | () Possibilidade de arranjar trabalho para jovens |
| () Alternativa ao trabalho na agricultura | () Opção de emprego como outra qualquer |
| () Atividade complementar à agricultura | () Possibilidades dos filhos continuarem os estudos |
| () Alternativa temporária frente às dificuldades na agricultura | |

A sua qualidade de vida melhorou após a diversificação das atividades desenvolvidas pela família?

() Não () Sim De que forma?

V- RECEITAS

Qual a origem da(s) renda(s) familiar(es)?

- | | |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> Atividade agrícola | <input type="checkbox"/> Atividade não agrícola dentro da propriedade |
| <input type="checkbox"/> Atividade não agrícola | <input type="checkbox"/> Outras entradas (aluguéis, juros, ajuda) |
| <input type="checkbox"/> Aposentadoria | <input type="checkbox"/> Entrada eventuais de trabalhos temporários |

Qual a renda total mensal da sua família em salários mínimos (s.m.)?

- | | | |
|--|---|--|
| <input type="checkbox"/> Até 0,5 s.m. | <input type="checkbox"/> de 2 a 3 s.m. | <input type="checkbox"/> Mais de 10 s.m. |
| <input type="checkbox"/> de 0,5 a 1 s.m. | <input type="checkbox"/> de 3 a 5 s.m. | |
| <input type="checkbox"/> de 1 a 2 s.m. | <input type="checkbox"/> de 5 a 10 s.m. | |

Como é investida(s) renda(s) da família?

- | | | |
|--|---------------------------------------|-----------------------------------|
| <input type="checkbox"/> Investimento na propriedade | <input type="checkbox"/> Subsistência | <input type="checkbox"/> Poupança |
| <input type="checkbox"/> Despesas pessoais | <input type="checkbox"/> Lazer | <input type="checkbox"/> Educação |
| <input type="checkbox"/> Investimento na propriedade e aumento do conforto doméstico | | |

Como sua família administra os rendimentos?

- ☐ O chefe centraliza os rendimentos
- ☐ O casal centraliza todas as entradas e divide conforme sua decisão
- ☐ Cada um fica com a parte que ganha e os pais sustentam a casa e a família
- ☐ São divididos entre quem trabalha na propriedade de forma igual
- ☐ Não sabe informar

VI – GRUPO E REDE

Qual é o maior benefício de se fazer parte desta(e) cooperativa/sindicato?

- ☐ Melhora a renda atual do meu domicílio ou o acesso a serviços
 - ☐ É importante em situações de emergência/no futuro
 - ☐ Beneficia a comunidade
 - ☐ Prazer/Diversão
 - ☐ Outros
- (especifique)_____

VII - NÍVEL DE CONFIANÇA

Se de repente, você precisasse viajar por um ou dois dias, você poderia contar com seus vizinhos para tomarem conta da sua propriedade?

- ☐ Definitivamente sim
- ☐ Provavelmente
- ☐ Provavelmente não
- ☐ Definitivamente não

Se, de repente, você se deparasse com uma situação de emergência mais grave, como a morte de um dos membros da sua família que contribui para o sustento da casa, quantas pessoas de fora da sua família estariam dispostas a lhe ajudar?

- ☐ Ninguém
- ☐ Uma ou duas pessoas
- ☐ Três ou quatro pessoas
- ☐ Cinco ou mais pessoas

Hoje em dia, com que frequência você diria que as pessoas de sua localidade ajudam umas às outras?

- ☐ Sempre ajudam
- ☐ Quase sempre ajudam
- ☐ Algumas vezes ajudam
- ☐ Raramente ajudam
- ☐ Nunca ajudam

VIII – AÇÃO COLETIVA

Nos últimos 12 meses você trabalhou com outros membros no(a) seu(sua) bairro/localidade para fazer alguma coisa em benefício da comunidade?

- ☐ Sim ☐ Não

Quantas pessoas neste(a) bairro/localidade contribuem com tempo ou dinheiro para objetivos de desenvolvimento comuns (RURAL: uma vaquinha ou um mutirão; URBANO: um mutirão ou a manutenção de um centro comunitário)?

- ☐ Todas
- ☐ Mais da metade
- ☐ Cerca de metade
- ☐ Menos da metade
- ☐ Ninguém

Se houvesse um problema de abastecimento de água nessa comunidade, qual a probabilidade das pessoas cooperarem para tentar resolver o problema?

- ☐ Muito provável
- ☐ Relativamente provável
- ☐ Nem provável nem improvável
- ☐ Relativamente improvável
- ☐ Muito improvável

Suponha que ocorresse uma fatalidade com uma das pessoas em seu(sua) bairro/localidade, tal como uma doença grave, ou a morte de um parente. Qual a probabilidade de algumas pessoas na comunidade se unirem para ajudar as vítimas?

- ☐ Muito provável
- ☐ Relativamente provável
- ☐ Nem provável nem improvável
- ☐ Relativamente improvável
- ☐ Muito improvável

IX - INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Quais são as três fontes de informação que facilitam saber o que o governo está fazendo, tal como: mutirão agrícola, projetos de apoio e desenvolvimento, frente de trabalho, planejamento familiar etc.?

- ☐ () Parentes, amigos e vizinhos
- ☐ () Mercado local
- ☐ () Jornal local ou da comunidade
- ☐ () Jornal nacional
- ☐ () Rádio
- ☐ () Televisão
- ☐ () Grupos ou associações
- ☐ () Colegas de trabalho ou sócios
- ☐ () Associados políticos
- ☐ () Líderes da comunidade
- ☐ () Um agente do governo
- ☐ () Internet

X - CRIATIVIDADE E ATITUDE EMPREENDEDORA

Para você, o saber local, a cultura e a valorização do lugar geram renda e trabalho?

- ☐ () Sim ☐ () Não ☐ () Algumas vezes

Para você, criar uma nova ideia e desenvolver essa ideia representa uma forma de solucionar problemas e gerar lucro?

- ☐ () Sim ☐ () Não

Sua família já criou ou transformou alguma matéria-prima da região em algum produto que fosse comercializado?

- ☐ () Sim ☐ () Não

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA: PREFEITURA

Universidade Federal de Sergipe – UFS
Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa – POSGRAP
Núcleo de Pós-Graduação em Geografia – NPGeo

ROTEIRO DE ENTREVISTA –PREFEITURA

1. Quais projetos foram criados a partir da(s) demanda(s) local(ais)?
2. Como a prefeitura tem incentivado a pluriatividade no município?
3. Como a prefeitura tem incentivado a agricultura familiar no município?
4. O que mudou no planejamento e nas políticas públicas destinadas à erradicação da seca e da pobreza no Município?
5. As novas formas de produzir os produtos feitos pelo homem do campo têm sido valorizadas? Como?
6. A prefeitura promove cursos de capacitação para agricultores e pluriativos em parcerias com outros órgãos?
() Não () Sim Qual objetivo?
7. Em sua opinião a pluriatividade e atividade não agrícola são vistas pelo poder local como atividades que fixam a população no campo?
() Não () Sim Justifique:
8. Como é a participação do agricultor familiar na tomada de decisão sobre o desenvolvimento de projetos a eles direcionados?

APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO: COOPERATIVAS E SINDICATOS



Universidade Federal de Sergipe – UFS
Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa – POSGRAP
Núcleo de Pós-Graduação em Geografia – NPGeo

QUESTIONÁRIO E ENTREVISTA – COOPERATIVAS E SINDICATOS

QUESTIONÁRIO

Quem originalmente fundou essa(e) cooperativa/sindicato?

- () O governo local
- () Um líder local
- () Membros da comunidade

Como uma pessoa passa a ser um membro desta(e) cooperativa/sindicato?

- () Já nasce pertencendo ao grupo
- () Sua participação é solicitada
- () É convidada
- () Por escolha voluntária
- () Outros (especifique)

Qual é o maior benefício de se fazer parte desta(e) cooperativa/sindicato?

- () Melhora a renda atual do meu domicílio ou o acesso a serviços
 - () É importante em situações de emergência/no futuro
 - () Beneficia a comunidade
 - () Prazer/Diversão
 - () Outros
- (especifique) _____

Essa(e) cooperativa/sindicato trabalha ou interage com outros grupos com objetivos semelhantes?

- () Não
- () Sim, ocasionalmente
- () Sim, frequentemente

ROTEIRO DE ENTREVISTA

1. Nome da cooperativa?
2. O que levou à fundação/criação dessa cooperativa?
3. Quantas pessoas estão envolvidas na produção?
4. Existem famílias envolvidas na administração?
5. Que tipo de produto é feito no local?
6. Qual o destino da produção?

7. A proximidade com a cidade de Vitória da Conquista pode ser identificada como um fator que facilita o desenvolvimento da cooperativa? Por quê?
8. Há vínculos de confiança, solidariedade, reciprocidade e cooperação entre as famílias cooperadas e a cooperativa? Como esses fatores podem facilitar o desenvolvimento das famílias?
9. A cooperativa tem desenvolvido algum programa em parceria com o governo?

() Não () Sim Quais? _____

10. A prefeitura promove cursos de capacitação para agricultores e pluriativos em parcerias com outros órgãos?

() Não () Sim Qual objetivo?

11. Em sua opinião, a pluriatividade e atividade não agrícola são vistas pelo poder local como atividades que fixam a população no campo?

() Não () Sim Justifique:
